REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 095 – SEXTA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1ÜVICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3Ü- João Durval - (PDT-BA)
4Ü- Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (62,70)

.....

Líder do PMDB - 20
Eunício Oliveira (62,70)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (105)
Romero Jucá (40,104)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 2
Sérgio Petecão (84,87)

Vice-Líder do PSD
Kátia Abreu (11,13,52,60,85)

Líder do PV - 1
Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,66)
Eduardo Amorim (17,47,48,72)
Blairo Maggi (19,51)

.....

Líder do PTB - 6
Gim (56,58,59)

Líder do PR - 5
Alfredo Nascimento (41,66)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (17,47,48,72)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,65,90)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,67,97)
Rodrigo Rollemberg (69,98)
Inácio Arruda (89,99)
Eduardo Lopes (37,45,63,100)

.....

Líder do PT - 12
Wellington Dias (24,65,90)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,93)
Anibal Diniz (25,94)
Paulo Paim (95)
Eduardo Suplicy (96)

Líder do PDT - 5
Acir Gurgacz (49,55,67,97)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4
Rodrigo Rollemberg (69,98)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,82)

Líder do PC DO B - 2
Inácio Arruda (89,99)

Vice-Líder do PC DO B
Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PRB - 1
Eduardo Lopes (37,45,63,100)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (18,76)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,82)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16

Líder
Mário Couto - Bloco (34,61)

Vice-Líderes
Wilder Morais (101)
Ataídes Oliveira (102,108)
Cyro Miranda (31,103)

.....

Líder do PSDB - 12
Aloysio Nunes Ferreira (7,68)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (74)
Alvaro Dias (78)
Paulo Bauer (5,35,79,80)

Líder do DEM - 4
José Agripino (2,10,14,44,46,77)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (28,106)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Ata
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS

1.1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nºs 247 a 303, de 2013 38699

2 – ATA DA 100ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 20 DE JUNHO DE 2013 38713

2.1 – ABERTURA 38714

2.2 – EXPEDIENTE 38714

2.2.1 – Leitura de requerimento

Nº 694, de 2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. José Alvarenga. 38714

2.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR *FERNANDO COLLOR* – Apresentação do projeto de lei que visa isentar o trabalhador de qualquer participação no custo do vale-transporte, em referência aos anseios das atuais manifestações populares em todo o País..... 38715

2.2.3 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, de autoria do Senador Fernando Collor, que *altera o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, a fim de desonerar o trabalhador de qualquer participação no custo do Vale-Transporte.* 38716

2.2.4 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA *VANESSA GRAZZIOTIN* – Apelo ao Governo Federal por mudança no modelo de gestão do Centro de Biotecnologia da Amazônia, para maior aproveitamento da biodiversidade da região; e outro assunto. 38717

SENADORA *ANA RITA* – Oposição à redução da maioridade penal e sugestão de alternativas para enfrentar a criminalidade..... 38721

SENADOR *ACIR GURGACZ,* como Líder – Apelo à realização, ainda este ano, do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos no Estado de Rondônia; e outro assunto..... 38723

SENADOR *PEDRO SIMON* – Análise do momento que vive atualmente a política brasileira..... 38725

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Registro do convite feito a S. Exª para participar do Ciclo de Conferências para Alunos, Pesquisadores e Dirigentes Sindicais da Escola Dieese de Ciências do Trabalho, para proferir palestra sobre a Renda Básica de Cidadania. 38738

2.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2013, de autoria do Senador Blairo Maggi, que *acrescenta os §§ 7º e 8º ao art. 180 do Código Penal, para estabelecer a responsabilidade penal de pessoas jurídicas por receptação.* 38739

2.3 – ORDEM DO DIA 38744

2.3.1 – Deliberação sobre dispositivo do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002..... 38745

Aprovado o inciso VII do § 5º do art. 4º do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002, tendo usado da palavra a Senadora Lúcia Vânia (Relatora); o Senador Antonio Carlos Valadares (Relator) e a Senadora Vanessa Grazziotin. (**Vide item 3**) 38746

2.3.2 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros) 38746

Destaque à relevância do Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2012, de autoria de S. Exª, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre as informações do cartão de identificação do usuário do Sistema Único de Saúde.. 38746

2.3.3 Item 8 (Inversão de pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus*. **Não houve oradores na segunda sessão de discussão em primeiro turno.....** 38746

2.3.4 Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2013 (nº 564/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre*

Transporte Fluvial e Lacustre na Hidrovia Uruguai--Brasil, assinado em Santana do Livramento, em 30 de julho de 2010. **Aprovado.** À promulgação... 38747

2.3.5 Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)..... 38747

Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2013 (nº 471/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Decisão CMC nº 63, de 2010, Alto Representante-Geral do Mercosul, aprovada na XL Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, realizada em Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, em 16 de dezembro de 2010.* **Aprovado,** tendo usado da palavra os Senadores Casildo Maldaner e Ana Amélia**.** À promulgação..... 38747

2.3.6 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária 38748

2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

2.4.1 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2013, de autoria do Senador Blairo Maggi, que *acrescenta o § 7º ao art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para determinar a obrigatoriedade da divulgação, nos convênios celebrados pela União, da origem dos recursos empregados na aquisição de bens imóveis, equipamentos e veículos.*..... 38750

2.4.2 – Leitura de requerimentos

Nº 695, de 2013, de autoria do Senador Gim e outros Senadores, solicitando cancelamento da sessão especial prevista para 24 do corrente, destinada a comemorar os 191 anos de fundação do Grande Oriente do Brasil..... 38752

Nº 696, de 2013, de autoria do Senador Vicentinho Alves, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 22 a 28 de julho próximo. 38753

Nº 697, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 30 do corrente a 7 de julho próximo. 38754

Nº 698, de 2013, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 22 a 28 de julho próximo. 38758

Nº 699, de 2013, de autoria do Senador José Pimentel, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 138 e 227, de 2011.... 38758

Nº 700, de 2013, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando a oitiva da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011. 38758

2.4.3 – Discursos

SENADOR *JAYME CAMPOS* – Defesa da aprovação do projeto de lei, relatado por S. Exª, que dispõe sobre a isenção do décimo terceiro salário do imposto de renda das pessoas físicas..... 38760

2.4.4 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 695, de 2013, de autoria do Senador Gim e outros Senadores. **Aprovado.....** 38761

2.4.5 – Discursos (continuação)

SENADOR *RODRIGO ROLLEMBERG* – Defesa da concretização de uma reforma política no País..... 38761

SENADOR MAGNO MALTA, como Líder – Defesa do projeto apresentado por S. Exª que regula o tratamento de menores que infrinjam a lei. 38767

2.4.6 – Comunicação

Das Lideranças do PPS e do PV na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 620, de 2013 **(Ofício nº 155/2013)**. *Designação da Deputada Carmem Zanotto, como titular, e do Deputado Sarney Filho, como suplente, para comporem a referida Comissão.*..... 38774

2.4.7 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 696, de 2013, de autoria Senador Vicentinho Alves. **Aprovado. .....** 38774

2.4.8 – Discursos (continuação)

SENADOR *PEDRO TAQUES* – Análise das demandas da sociedade que motivaram a deflagração das manifestações populares que têm ocorrido no País..... 38775

SENADORA *ANA AMÉLIA* – Considerações a respeito das manifestações populares que têm acontecido no País. 38775

2.4.9 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 698, de 2013, de autoria do Senador Paulo Paim. **Aprovado.....** 38790

2.4.10 – Discursos (continuação)

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Atribuição da responsabilidade pela deflagração das manifestações populares no Brasil ao equívoco no estabelecimento de prioridades pelas autoridades do Governo. 38791

SENADOR *PAULO PAIM* – Defesa das atuais manifestações populares que têm ocorrido em todo o País..... 38801

SENADOR *PEDRO TAQUES* – Considerações acerca das manifestações que têm ocorrido no Brasil..... 38820

2.4.11 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2013 (nº 4.280/2008, na Casa de origem), de autoria do Deputado Beto Mansur, que *dispõe sobre o exercício da atividade e a remuneração do permissionário lotérico e dá outras providências.* **.....** 38829

2.4.12 – Pareceres

Nº 550, de 2013, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2013..... 38836

Nº 551, de 2013, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2012. 38841

Nºs 552 e 553, de 2013, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Sociais, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2013. 38856

Nº 554, de 2013, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2013. 38866

Nºs 555 e 556, de 2013, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012. 38872

Nºs 557 e 558, de 2013, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2012. 38880

Nºs 559 e 560, de 2013, das Comissões de Assuntos Econômicos; e de Educação, Cultura e Esporte, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2007. 38891

2.4.13 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2012, seja apreciado pelo Plenário **(Ofício nº 137/2013-CAS).** 38909

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2013. 38909

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2013, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário **(Ofício nº 73/2013-CE).** 38909

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 279 e 335, de 2012, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário **(Ofícios nºs 138 e 139/2013-CAS).** ..... 38909..... 38909

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2007, cujos pareceres foram lidos anteriormente, a fim de ser declarado prejudicado. **(Ofício nº 75/2013-CE).** .. 38910

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012. 38910

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 375, de 2008; 340, de 2007; e 92, de 2010 (prejudicados os Projetos de Lei do Senado nºs 340, de 2007; e 92, de 2010). 38910

Término do prazo de vigência, ontem, da Medida Provisória nº 607, de 2013 **(Ofício nº 1.205/2013, do Vice-Presidente da Câmara dos Deputados)**. 38910

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se em 7 de outubro próximo, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 60 anos da Petrobrás. 38911

2.5 – ENCERRAMENTO..... 38911

3 – PARECER (Republicação)

Nº 543, de 2013, da Comissão Diretora, apresentando a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002, que *dispõe sobre o exercício da medicina.* 38911

4 – ATOS ADMINISTRATIVOS

4.1 – Ato do Presidente

Nº 25, de 2013, de designação do Senador Vicentinho Alves para compor a Comissão destinada a representar o Senado Federal na Jornada Mundial da Juventude 2013..... 38915

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação 38916

Bancadas dos Partidos 38917

Por ordem alfabética 38918

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL..... 38919

7 – LIDERANÇAS 38920

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO..... 38924

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS..... 38925

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 38938

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 38938

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 38946

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 38950

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 38956

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle..... 38961

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa..... 38971

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 38979

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura 38988

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo..... 38994

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 38000

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 38004

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993) 38008

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993) 38009
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995) 38010
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9, de 2013) 38012
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005) 38011
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001) 38012
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009) 38014
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010). 38016
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010) 38018
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012)..... 38020

CONGRESSO NACIONAL

12 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006) .. 38022
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008).. 38026
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2, de 2007) 38030
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999) 38031
Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito. 38032
Comissões Mistas Especiais 38035

13 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972) 38039
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991) 38040
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011) 38041

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 247, DE 2013

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à LITORAL RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 345, de 15 de abril de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 23 de setembro de 2008, a permissão outorgada à Litoral Radiodifusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 248, DE 2013

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO TROPICAL FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coroados, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 607, de 1º de julho de 2010, que outorga permissão à Rádio Tropical FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coroados, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 249, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL PROJEÇÃO E VIDA DF E ENTORNO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Guará I, Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 298, de 30 de março de 2010, que outorga autorização à Associação Cultural Projeção e Vida DF e Entorno para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Guará I, Distrito Federal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 250, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA GERALDO DE OLIVEIRA DE JAUPACI GOIÁS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaupaci, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 128, de 11 de março de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Geraldo de Oliveira de Jaupaci Goiás para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaupaci, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 251, DE 2013

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO MANCHESTER DE ANÁPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Anápolis, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 19 de dezembro de 2006, a concessão outorgada à Rádio Manchester de Anápolis Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Anápolis, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 252, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ATENDIMENTO SOCIAL E ASSISTENCIAL MARCONDENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfredo Marcondes, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 131, de 11 de março de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária de Atendimento Social e Assistencial Marcondense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfredo Marcondes, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 253, DE 2013

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO NOVO HORIZONTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Novo Horizonte, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 5 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Sociedade Rádio Novo Horizonte Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Novo Horizonte, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 254, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA ALVORADA DO BAIRRO PEDREIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 862, de 23 de outubro de 2009, que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Alvorada do Bairro Pedreira para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 255, DE 2013

Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO SANTA CATARINA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 23 de março de 2012, que outorga concessão à Rádio Santa Catarina Ltda. para explorar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 256, DE 2013

Aprova o ato que outorga permissão à AKATU FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 388, de 18 de junho de 2009, que outorga permissão à Akatu FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 257, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PILARENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pilar, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 230, de 13 de junho de 2011, que outorga autorização à Associação Pilarense de Radiodifusão Comunitária para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pilar, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 258, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL AO MENOR DE CAPITÃO ANDRADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Andrade, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 287, de 30 de março de 2010, que outorga autorização à Associação Cultural e Assistencial ao Menor de Capitão Andrade para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Andrade, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 259, DE 2013

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 543, de 6 de dezembro de 2011, que outorga permissão à Rádio e TV Schappo Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 260, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ABCCI – ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA COMUNIDADE CARENTE DE IBICARAÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibicaraí, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 168, de 6 de junho de 2011, que outorga autorização à ABCCI – Associação Beneficente da Comunidade Carente de Ibicaraí para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibicaraí, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 261, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO CULTURAL SOCORRENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Socorro, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 399, de 12 de setembro de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Cultural Socorrense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Socorro, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 262, DE 2013

Aprova o ato que outorga permissão à S.P. COMUNICAÇÕES & PUBLICIDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 83, de 30 de março de 2011, que outorga permissão à S.P. Comunicações & Publicidade Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 263, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL, ARTÍSTICO E SOCIAL DE CEREJEIRAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cerejeiras, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 764, de 24 de agosto de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural, Artístico e Social de Cerejeiras para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cerejeiras, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 264, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PORTAL DO BENFICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 926, de 14 de outubro de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Portal do Benfica para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 265, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO FORTALEZA DE SÃO JOÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipupiara, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.043, de 8 de novembro de 2010, que outorga autorização à Associação Fortaleza de São João para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipupiara, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 266 , DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE LAGOA DO SÍTIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa do Sítio, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 767, de 18 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Lagoa do Sítio para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa do Sítio, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 267, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO VALTER EVARISTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Tapuio, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.213, de 30 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Fundação Valter Evaristo para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Tapuio, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 268, DE 2013

Aprova o ato que outorga permissão à SAN MARINO RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capanema, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 170, de 24 de março de 2010, que outorga permissão à San Marino Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capanema, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 269, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, HUMANISTA E SOLIDÁRIA – ACOLHER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 34, de 17 de fevereiro de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária de Assistência Social, Humanista e Solidária – ACOLHER para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 270, DE 2013

Aprova o ato que outorga permissão à DEO VOLENTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 954, de 15 de outubro de 2010, que outorga permissão à Deo Volente Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 271, DE 2013

Aprova o ato que outorga permissão à ALÔ FM – SOCIEDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 214, de 6 de junho de 2011, que outorga permissão à Alô FM – Sociedade Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 272, DE 2013

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO PORTAL DE CAXIAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.357, de 17 de dezembro de 2010, que outorga permissão à Rádio Portal de Caxias Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 273, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAMARÃO EM AÇÃO – FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lamarão, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.094, de 16 de novembro de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Lamarão em Ação – FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lamarão, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 274, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE CRUZ DAS POSSES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 346, de 17 de agosto de 2011, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Cruz das Posses para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal .

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 275, DE 2013

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO JUDAS TADEU para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paraíso do Tocantins, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 61, de 20 de janeiro de 2004, que outorga permissão à Fundação Cultural São Judas Tadeu para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Paraíso do Tocantins, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 276, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE PIÊN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piên, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.041, de 8 de novembro de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Piên para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piên, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 277, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL AMIGOS DA COMUNICAÇÃO – AFONSO CLÁUDIO – ES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 51, de 17 de fevereiro de 2011, que outorga autorização à Associação Cultural Amigos da Comunicação – Afonso Cláudio – ES para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 278, DE 2013

Aprova o ato que outorga permissão à BONITO COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bela Vista, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 96, de 11 de março de 2010, que outorga permissão à Bonito Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bela Vista, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 279, DE 2013

Aprova o ato que outorga permissão à SAMPAIO & MARTINS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Helena de Goiás, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 95, de 11 de março de 2010, que outorga permissão à Sampaio & Martins Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Santa Helena de Goiás, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 280, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL DOIS DE JULHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mata de São João, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 45, de 17 de fevereiro de 2011, que outorga autorização à Associação Assistencial Dois de Julho para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mata de São João, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 281, DE 2013

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SCALA FM STÉREO DE CURITIBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 750, de 18 de dezembro de 2007, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 19 de agosto de 2000, a permissão outorgada à Scala FM Stéreo de Curitiba Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 282, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE MINAS NOVAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minas Novas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 790, de 26 de agosto de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Minas Novas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minas Novas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 283, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA "LIFE FM" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Adamantina, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 149, de 24 de maio de 2011, que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária "Life FM" para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Adamantina, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 284, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à COMUNIDADE SPICILEGIUM DEI DE AMPARO SOCIAL E CRISTÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 956, de 20 de novembro de 2009, que outorga autorização à Comunidade Spicilegium Dei de Amparo Social e Cristão para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 285, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO GRÃOPARAENSE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – AGRADES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Grão-Pará, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.006, de 11 de dezembro de 2009, que outorga autorização à Associação Grãoparaense de Desenvolvimento Social – AGRADES para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Grão-Pará, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 286, DE 2013

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à GAZETA DO ESPÍRITO SANTO RÁDIO E TV LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 193, de 24 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 22 de dezembro de 2006, a permissão outorgada à Gazeta do Espírito Santo Rádio e TV Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 287, DE 2013

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO INDEPENDÊNCIA DE GOIÂNIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 26 de julho de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Independência de Goiânia Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 288, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE SANTA TEREZINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Terezinha, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 147, de 24 de maio de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Santa Terezinha para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Terezinha, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 289 , DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DO RIO DA CONCEIÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio da Conceição, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 878, de 19 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Rio da Conceição para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio da Conceição, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 290 , DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL JACUÍPE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Jacuípe, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.078, de 16 de novembro de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Jacuípe FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Jacuípe, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 291, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIO-DIFUSÃO E CULTURAL DE LAGOA DO TOCANTINS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa do Tocantins, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 690, de 10 de setembro de 2009, que outorga autorização à Associação Comunitária Radiodifusão e Cultural de Lagoa do Tocantins para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa do Tocantins, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 292, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E RURAL DO CRUZEIRO DA QUEIMADA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irará, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 647, de 8 de julho de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária e Rural do Cruzeiro da Queimada para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irará, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 293, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA UNIDOS POR FAXINAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 27, de 17 de fevereiro de 2011, que outorga autorização à Associação Comunitária Unidos por Faxinal para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 294, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CORREIA PINTO VOZ DA TERRA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 238, de 13 de junho de 2011, que outorga autorização à Associação de Rádio Difusão Comunitária de Correia Pinto Voz da Terra FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 295, DE 2013

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO 99 FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 873, de 23 de setembro de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 2 de dezembro de 2007, a permissão outorgada à Rádio 99 FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 296, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO CULTURAL DE TRIUNFO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 938, de 14 de outubro de 2010, que outorga autorização à Associação Radiodifusão Cultural de Triunfo para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 297, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE LUIZA TÁVORA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Potengi, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 744, de 24 de agosto de 2010, que outorga autorização à Sociedade Luiza Távora para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Potengi, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 298, DE 2013

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 8 de fevereiro de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à TV Rádio Clube de Teresina S.A. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 299, DE 2013

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO FRATERNIDADE para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 703, de 11 de setembro de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 18 de dezembro de 2007, a permissão outorgada à Fundação Fraternidade para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 300, DE 2013

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boqueirão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 796, de 30 de setembro de 2009, que outorga permissão ao Sistema Plug de Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boqueirão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 301, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA NOVA VIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José da Vitória, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 646, de 8 de julho de 2010, que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Nova Vida para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José da Vitória, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 302, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO A CULTURA DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DE ALMEIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição de Almeida, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.158, de 24 de novembro de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária de Apoio a Cultura do Município de Conceição de Almeida para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição de Almeida, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 303, DE 2013

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SANTA CRUZ AM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 359, de 17 de agosto de 2011, que outorga permissão à Rádio Santa Cruz AM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente do Senado Federal.

Ata da 100ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 20 de junho de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Magno Malta, Paulo Paim, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg

(inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se à 0 hora e 14 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

54ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

100ª SESSÃO DELIBERATIVA ÀS 14 HORAS

Período : 20/06/13 07:00 até 21/06/13 00:15

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X
PTB	DF	GIM	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X

PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRO	X
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Compareceram: 61 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 694, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 218, combinado com o art. 221, todos do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de VOTO DE PESAR pelo falecimento, no dia 27 de maio de 2013, do jornalista, escritor, funcionário público, José de Alvarenga e a apresentação de condolências:

I – à família;

II – à Prefeitura Municipal de Osvaldo Cruz;

III– à Câmara Municipal de Osvaldo Cruz;

IV – à Santa Casa de Misericórdia de Osvaldo Cruz; e

V – ao Rotary Club de Osvaldo Cruz.

justificação

José Alvarenga foi uma das personalidades históricas mais importantes de Osvaldo Cruz, situada na mesorregião de Presidente Prudente, e responsável por documentar a história do município como testemunha ocular, tendo publicado a maioria de seus livros, sobre sua cidade.

José Alvarenga nasceu na cidade de Espírito Santo do Turvo, também no estado de São Paulo, em 14 de abril de 1921. Chegou a Osvaldo Cruz no ano de 1941, quando a cidade, ainda era denominada Califórnia, era aberta em meio à mata virgem e documentou a maioria dos acontecimentos marcantes do município como a primeira missa, as primeiras empresas e seu o contexto econômico e social.

Sua trajetória foi marcada por forte atuação social em defesa das liberdades democráticas.

Viúvo da Senhora Shirlei Alberton Alvarenga, de saudosa memória, da tradicional família de Osvaldo Cruz e dessa união nasceu a filha Ana Maria, que deu

ao casal os netos Maira, Mariana e Reinaldo e uma bisneta, enriquecendo os meios sociais da comunidade.

A contribuição de José Alvarenga para a valorização do serviço público foi marcante. Admitido em 1º de junho de 1945, exerceu por mais de 30 anos com competência, eficiência e dedicação o cargo de Secretário Municipal, bem como outras funções que lhe foram confiadas pelo Município, exercendo interinamente no período de março a abril de 1947, o cargo de Prefeito Municipal, vindo a aposentar-se em 19 de março de 1981.

Foi um importante jornalista, correspondente dos Diários Associados, e escritor, sendo de sua autoria 13 livros que contam a história de Osvaldo Cruz, assim denominada em homenagem ao destacado cientista brasileiro.

Também foi proprietário do Jornal da Comarca entre as décadas de 1960 e 1980. No começo de 2000, manteve o Nosso Jornal.

Foi fundador e por muitos anos provedor da Santa Casa de Misericórdia de Osvaldo Cruz, e na sua destacada contribuição à sociedade de Osvaldo Cruz, também foi rotariano e por várias vezes presidente do Rotary Club de Osvaldo Cruz.

Com o seu espírito alegre e comunicativo José Alvarenga conquistou um grande número de amigos e o respeito de seus colegas de trabalho e de todos que tiveram o privilégio e a oportunidade de compartilhar do seu convívio e amizade.

A cidade perdeu um dos mais expressivos e eloquentes exemplos de vida a ser seguido e que esta homenagem reflete o desejo dos munícipes em homenagear um de seus mais fiéis moradores e colaborados.

Sala das Sessões, 20 de junho de 2013. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há oradores inscritos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Vanessa Grazziotin, pela ordem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Peço a minha inscrição no período de comunicação inadiável.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está assegurada a sua inscrição.

O primeiro orador inscrito é o Senador Walter Pinheiro. Nós faremos uma permuta com o Senador Fernando Collor, primeiro orador inscrito.

Senador Fernando Collor, ex-Presidente da República, passo a palavra a V. Exª, mas permita que eu diga que sei que hoje, em todo o País, haverá grandes mobilizações. Eu só torço – vamos, praticamente, aqui, interagir neste momento histórico – e peço que elas sejam pacíficas, pois isto, sim, fortalece a democracia, e todos apresentam as suas reivindicações.

Com a palavra o Presidente Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão.

Srªs e Srs. Senadores, o principal motivo que deflagrou a série de manifestações populares que estamos vivenciando em todo o País foi o aumento do valor das tarifas dos transportes públicos coletivos. A mobilização se deu, inicialmente, em São Paulo, mas rapidamente se estendeu pelos outros Estados e demais cidades brasileiras.

O fato, Sr. Presidente, é que os gastos do trabalhador com o transporte sempre foi oneroso à sua renda mensal. Por isso mesmo, em 1985, foi criado, por meio da Lei nº 7.418, o Vale-Transporte como forma de auxílio à grande massa de trabalhadores que dependem do transporte coletivo. Trata-se de um instituto já consagrado e plenamente aceito e absorvido por toda a sociedade brasileira.

Como definição, o Vale-Transporte é o benefício que a empresa antecipa ao trabalhador para que ele possa fazer frente às despesas de deslocamento residência-trabalho e trabalho-residência. O financiamento do Vale-Transporte é uma obrigação do empregador, salvo se ele disponibilizar, por meios próprios ou contratados, o transporte do empregado. Consiste, assim, numa das grandes conquistas da classe trabalhadora brasileira.

Com quase três décadas em vigor, esse benefício, inicialmente facultativo, passou a ser obrigatório somente após dois anos de sua edição.

Adotado, aos poucos, pelas empresas, o Vale-Transporte tornou-se a principal fonte de financiamento para o transporte urbano e é responsável por cerca de 50% do faturamento do setor. Contudo, 6% do gasto total com transportes é, atualmente, custeado pelo próprio trabalhador, o que, na prática, configura mais uma despesa no seu já apertado orçamento mensal.

Nesse sentido, Sr. Presidente Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, apresentei, hoje, aqui, no Senado Federal, um projeto de lei propondo isentar o trabalhador de qualquer participação no custo do Vale-Transporte, ou seja, extinguindo aquela participação de 6% que lhe era devida.

A iniciativa justifica-se por uma razão muito simples: essa desoneração significa um aumento considerável de renda para o trabalhador no atual contexto e da consequente queda do seu poder de compra, com impactos desprezíveis, vale dizer, nos custos e nos preços das empresas.

A título de exemplo, um trabalhador que mora em Osasco, na Grande São Paulo, e se desloca diariamente para o trabalho na capital desembolsa, em cada trecho de ida e volta, R$6,20. Por dia o custo do transporte sai a R$12,40, o que representa, por mês, R$272,80. Desse total, são descontados de seu salário R$16,36, que correspondem exatamente aos 6% de sua participação no Vale-Transporte. É esse valor, portanto, de R$16,36 que ele deixará de pagar automaticamente, de acordo com o projeto de lei que hoje apresentei. Ao ano, isso representa, somente por esse exemplo, uma economia, para o trabalhador, da ordem de R$200,00. Isso num caso específico que tirei como exemplo, do trajeto Osasco-São Paulo, fora aqueles que utilizam vários transportes por dia para chegar ao seu local de dedicação ao seu serviço.

Ressalte-se ainda, Sr. Presidente Paulo Paim, e isso é importante esclarecer, que essas despesas adicionais, que, aparentemente, passarão a ser arcadas pelo empregador, representam custos operacionais da empresa e, como tal, pela legislação hoje em vigor, são passíveis de serem abatidas de sua receita para fins de apuração do seu lucro tributável no Imposto de Renda. Ou seja, não haverá, assim, qualquer impacto negativo para as empresas e, consequentemente, no chamado custo Brasil, que tanto onera o setor produtivo do País.

Acredito, assim, Sr. Presidente Paulo Paim, que essa proposta será muito bem acolhida por esta Casa, por ser uma importante contribuição legislativa que vai exatamente ao encontro dos atuais anseios da população, muito especialmente da classe trabalhadora, mais dependente dos transportes públicos.

Trata-se, portanto, do cumprimento do nosso papel aqui no Congresso Nacional, em resposta rápida à mais iminente reivindicação das ruas. Caberia até mesmo, se assim entenderem a direção e as lideranças nas duas Casas legislativas, apreciarmos a matéria em regime de urgência, de modo que, em duas ou três semanas, antes mesmo do recesso parlamentar, poderíamos ter a proposição aprovada e transformada definitivamente em lei.

É a proposta que apresento, Sr. Presidente Paulo Paim, é o apelo que deixo à consideração de todas as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente Senador Fernando Collor, primeiro, quero cumprimentá-lo pela iniciativa. Essa é uma pauta que, com certeza, tem o apoio total dos trabalhadores de todo o País. O seu projeto já está na mesa e nós vamos, de imediato, encaminhá-lo para as Comissões competentes. E me coloco à disposição para relatar, se assim o Presidente da Comissão correspondente entender, na íntegra, sem nenhuma alteração.

Parabéns pela iniciativa!

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 242 DE 2013

Altera o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, a fim de desonerar o trabalhador de qualquer participação no custo do Vale-Transporte.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 4º. .....
> Parágrafo único. O empregador arcará com todas as despesas referentes à aquisição dos Vales-Transportes, de que trata o caput, sendo-lhe vedado descontar da remuneração do trabalhador qualquer valor relativo a esse benefício." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Vale-Transporte é o benefício que a empresa antecipa ao trabalhador para que este possa fazer frente às despesas de deslocamento residência-trabalho e trabalho-residência. O fornecimento do Vale-Transporte é uma obrigação do empregador, salvo se ele disponibilizar, por meios próprios ou contratados, o transporte do empregado.

O Vale-Transporte é uma das grandes conquistas dos trabalhadores. Com quase três décadas, esse benefício, inicialmente facultativo, passou a ser obrigatório somente após dois anos de sua criação. Adotado, aos poucos pelas empresas, o Vale-Transporte tornou-se a principal fonte de financiamento para o

transporte urbano e é responsável por cerca de 50% do faturamento do setor.

Atualmente, seis por cento do gasto total com transporte é absorvido pelo trabalhador.

Estamos propondo isentar o trabalhador de qualquer participação no custo do Vale-Transporte por uma razão muito simples: essa desoneração significa um aumento considerável de renda para o trabalhador no atual contexto de acirramento do processo inflacionário e consequente queda do seu poder de compra, com impactos desprezíveis nos custos e nos preços das empresas.

Ressalte-se, ainda, que essas despesas adicionais representam custos operacionais da empresa e, como tal, passíveis de serem abatidos de sua receita para fins de apuração do seu lucro tributável.

Por essas razões, e diante do indiscutível alcance social desta iniciativa, esperamos contar com o apoio dos membros do Congresso Nacional para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, Senador **Fernando Collor**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.418, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1985

(...)

Art 4º – A concessão do benefício ora instituído implica a aquisição pelo empregador dos Vales-Transporte necessários aos deslocamentos do trabalhador no percurso residência-trabalho e vice-versa, no serviço de transporte que melhor se adequar.

Parágrafo Único – O empregador participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder a 6% (seis por cento) de seu salário básico.

(...)

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Passamos a palavra, neste momento, para uma comunicação parlamentar, à Senadora Vanessa Grazziotin.

Senadora Vanessa Grazziotin, meus cumprimentos pelo pronunciamento brilhante de ontem, inclusive defendendo a nossa Amazônia. Naturalmente, de forma antecipada, posso dizer que conte comigo nessa caminhada na questão da Amazon.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Quero aproveitar e pedir ao nosso querido Senador Collor de Melo, que aqui está, Senadora Ana Rita, que seria importante que cada um de nós colocasse em suas páginas na Internet o *link* da campanha "Nossa Amazônia".

Senador Collor, é em decorrência do pedido protocolado junto ao Icann, que é a empresa que controla a Internet – nomes e números – em nível mundial, pedido da empresa americana Amazon para ter o uso exclusivo e o direito da denominação genérica .amazon na Internet. Está havendo movimento nos oito países amazônicos contestando esse pedido. Senadora Ana Rita, seria importante que todos nós, além de assinarmos, replicássemos o abaixo-assinado que circula na Internet, que mantivéssemos o *link* desse *site* nas nossas páginas, porque é algo que transcende a região, é a defesa do País, é a defesa de costumes, é a defesa de uma história, de uma região que é a mais rica e uma das mais importantes do Planeta. O *site*, uma página onde está como participar do abaixo-assinado, é www.nossaamazonia.org.br.

Então, agradeço, desde já, a participação de todos nessa campanha.

Hoje, pela manhã, também realizamos, ontem fizemos o lançamento da página, numa belíssima audiência na Comissão de Relações Exteriores. Foi muito boa. O Presidente da Comissão, Senador Ricardo Ferraço, designou-me para propor à Comissão de Relações Exteriores um conjunto de medidas para que não só a Comissão, mas o próprio Senado possa se abandeirar dessa que, repito, é uma luta importante. Nem o nosso País, nem a Bolívia, nem a Colômbia, nenhum dos países amazônicos pleiteou o uso exclusivo, mas uma empresa privada americana de comércio pela Internet, sim. E, como patentearam o cupuaçu no passado, não podemos permitir que chegue ao ponto de ser concedida a terminologia genérica à empresa privada, em detrimento, repito, de oito países, Sr. Presidente.

Hoje, mais de 2 bilhões de pessoas utilizam a Internet. Hoje, um registro genérico na Internet, um domínio genérico de nível 1 na Internet, que é o que quer a empresa Amazon, tem um valor econômico muito maior do que uma patente de produto. Não há dúvida quanto a isso.

Então, agradeço enormemente a participação de todos os Senadores. Sei que os que aqui estão já vão introduzir o *link* nas suas páginas, para que possamos coletar o maior número possível de assinaturas e, em meados do mês de julho, encaminhá-las a Durban, onde haverá uma reunião do CGA, que é o Comitê de Assessoramento Global à empresa Icann.

Muito obrigada a todos.

Mas, Sr. Presidente, venho à tribuna, neste momento, para falar da Amazônia, mas de um outro aspecto vinculado à Amazônia. Antes disso, também, eu não poderia deixar de registrar que, hoje, no Brasil, continuarão as manifestações, hoje muito maiores do que as de ontem, porque, nas manifestações que acontecerão hoje em muitas cidades brasileiras, inclusive na cidade de Manaus, pelo que li ontem, somente pela Internet, pelo Facebook, 45 mil pessoas já haviam confirmado sua presença. Então, possivelmente, a manifestação de hoje em Manaus terá mais de 60 mil, mais de 70 mil participantes, assim também no Brasil inteiro.

Quero, primeiramente, dizer que concordamos com essas manifestações, não apenas eu, mas V. Exª e todos os que aqui têm passado. Tem que haver foco, tem que haver objetivo, Creio que o principal objetivo, que seria a redução da passagem de ônibus, já vem sendo alcançado, bastando ver o cancelamento do reajuste no Rio de Janeiro e em São Paulo. Espero que o mesmo aconteça no Amazonas, porque o reajuste foi de R$0,25, e a Prefeitura baixou somente R$0,10. Nós sabemos que pode baixar mais, pode e deve baixar mais, em decorrência da Medida Provisória da Presidenta Dilma.

Estamos analisando o projeto em urgência, que trata de um regime de incentivo para o setor. Há o projeto relatado pelo Senador Collor de Mello, que também é muito importante. Espero que tenhamos a sensibilidade aqui de analisarmos e aprovarmos essas matérias o quanto antes.

Mas, Sr. Presidente, há muito tempo se fala do potencial da Amazônia para o desenvolvimento de produtos a partir da fauna e da flora dessa que é a maior floresta tropical do Planeta e que detém a maior biodiversidade do mundo. No imaginário popular, mas não apenas no imaginário popular, e isto é uma grande verdade, por exemplo, acredita-se que a gigantesca floresta guarda essências que serão a solução para as graves doenças que atingem a humanidade. Para as populações tradicionais e os povos indígenas que habitam aquele vasto território, isso não é nenhuma novidade. Aliás, o conhecimento e o domínio daqueles povos sobre determinadas espécies já é motivo de cobiça por estudiosos do mundo inteiro. E hoje tem-se claro que em torno de 25% dos medicamentos comercializados no mundo têm o seu princípio ativo, ou seja, a matéria-prima, extraído da própria Amazônia.

Ocorre, Sr. Presidente, que, apesar disso, dessa vasta riqueza, na prática, muito pouco tem sido feito para que possamos agregar valor aos produtos da região, permitindo o surgimento de cadeias produtivas e garantindo melhor qualidade de vida para milhões de brasileiros que lá vivem. Muito pouco também tem sido feito para o aproveitamento do conhecimento científico gerado por institutos de pesquisas, sobretudo aqueles que se localizam na região. Eu cito aqui, como exemplo, os estudos desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, o Inpa.

Diretrizes para o desenvolvimento sustentável da região foram traduzidas como prioridades pelos últimos governos no Plano Amazônia Sustentável (PAS), que, lamentavelmente, ainda patina no campo das intenções, mesmo depois da tomada de decisão política envolvendo grandes atores. O PAS teve uma nova versão no ano de 2008, foi atualizado em 2008 e, assim como quando da sua elaboração, contou com a participação de todos os governadores da época de todos os nove Estados da Amazônia brasileira. Na versão de 2008, havia vários compromissos estratégicos no âmbito do Plano Amazônia Sustentável, principalmente no que diz respeito ao apoio à pesquisa científica e à inovação tecnológica na região.

No dia 28 de fevereiro do ano passado, Sr. Presidente, numa excelente reportagem sob o título "Elefante branco da floresta tenta conseguir atenção", a jornalista Marlene Jaggi, do jornal *Valor Econômico*, demonstrou concretamente o problema. Eu poderia aqui falar de muitos problemas além desse que a jornalista Marlene levantou no jornal *Valor Econômico*, mas creio ser muito importante ilustrar o meu pronunciamento com uma matéria que foi publicada, já há algum tempo, num importante jornal especializado em economia do nosso País.

A matéria da época, Sr. Presidente, relatou que a copaíba seria um grande exemplo do imenso potencial da biodiversidade local que poderia ser explorado, mas isso não vem ocorrendo. Cascas e o óleo da árvore são bastante utilizados, há muito tempo, pela medicina popular na região, por sua eficácia no combate a inflamações, ou seja, é um anti-inflamatório em essência. Esse é o produto *in natura*. Imagine o que pode ser feito depois de ele ser sintetizado, Sr. Presidente. Mas, até agora, o País e nós brasileiros não conseguimos agregar valor à sua utilização.

Entre 1999 e 2009, o Brasil era o país com mais publicações sobre a copaíba. Entre 1999 e 2009 – repito –, num período de dez anos, houve 76 publicações ao todo, mas o Brasil não aparecia sequer na lista dos que depositaram patentes sobre o insumo. No mesmo período, os Estados Unidos tinham o registro de 17 patentes, Sr. Presidente, envolvendo a copaíba. Chegaram ao ponto de uma empresa japonesa patentear, mas o Ministério das Relações Exteriores conseguiu o cancelamento da patente.

A jornalista fez essa introdução, à época, para reverberar sobre a preocupação de cientistas e pes-

quisadores da região a respeito do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA).

O Sr. Gim (Bloco/PTB – DF) – Senadora Vanessa Grazziotin, permita-me fazer um pequeno aparte, para anunciar um grupo que está visitando o nosso Senado hoje, o nosso plenário. Essa é uma tradição, Senador Paulo Paim, e, se V. Exª me permite, bem como a Senadora Ana Rita, a Senadora Ana Amélia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já está permitido.

O Sr. Gim (Bloco/PTB – DF) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Representantes de um grande grupo japonês, o Banco Mizuho, vieram ao Brasil agora e estão fazendo investimentos em infraestrutura no nosso País, o que é muito bom. Então, eu não poderia deixar de saudá-los. Aqui estão o presidente mundial e os vice-presidentes. Todos estão aqui, hoje. Eles vieram aqui para conhecer o Congresso, o que achei muito importante, tendo em vista que continuam acreditando no nosso País, que, cada vez mais, acreditam no nosso País, trazendo investimentos. É um grupo financeiro japonês gigantesco que continua acreditando e fazendo investimentos no nosso País, principalmente no Centro-Oeste brasileiro. Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Imagine!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Gim Argello! Neste momento, no exercício desta Presidência, eu queria me somar a V. Exª, cumprimentado esse grupo tão importante. Tenho a certeza de que o Brasil está dando certo, vai dar certo. Eu sei que eles estão assistindo, neste momento, às mobilizações, mas isso faz parte da nossa democracia. Sejam bem-vindos! Vamos caminhar juntos! Parabéns, Senador Gim Argello!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senador Gim, também quero cumprimentar a comitiva que V. Exª traz e dizer que é um prazer ceder parte do meu tempo a V. Exª, mesmo porque, com sua bondade, o Senador Paim, que já me deu alguns minutos a mais, ainda me concederá mais alguns minutos por conta dessa participação.

Então, cumprimento essa comitiva importante, que vem ajudando o desenvolvimento do nosso País.

Parabéns, Senador Gim!

O Sr. Gim (Bloco/PTB – DF) – Só registro que o Presidente mundial do Banco Mizuho se encontra aqui. Ele está recebendo a visita de vários governadores do Centro-Oeste, para fazer investimentos. Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin. Obrigado, Senador Paulo Paim e Senador Eduardo Suplicy.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Se quiserem investir no Norte brasileiro, também as portas estão abertas, Senador Gim. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me também dizer, Senador Gim, que, se quiserem ir ao Rio Grande do Sul, eles serão muito bem-vindos no meu Estado também. A Senadora Ana Amélia, aqui presente, também concorda, tenho certeza.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E acredito que o Senador Suplicy pensa a mesma coisa para o Sudeste brasileiro.

Sr. Presidente, falava eu que, nessa matéria, publicada há muito tempo no jornal *Valor Econômico*, utilizou-se o exemplo do cupuaçu, para mostrar, na realidade, a preocupação dos cientistas, dos pesquisadores e dos amazônidas em relação ao Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). Esse importante centro é o único centro de biotecnologia da região, que foi criado no ano de 2002, mas que, efetivamente, ainda não entrou em pleno funcionamento. Sabe por quê, Sr. Presidente? Pela falta de definição de um modelo de gestão. Eu repito: não entrou em pleno funcionamento pela falta de definição de um modelo de gestão.

Nós temos, sim, alguns projetos de pesquisa de produtos e de inovação sendo desenvolvidos no CBA – Centro de Biotecnologia da Amazônia, muitos, inclusive, em parceria com empresas privadas, mas, mesmo assim, Sr. Presidente, o Centro tem atuado muito aquém da sua capacidade e da própria necessidade da região. Para que V. Exª tenha uma ideia, os pesquisadores que lá atuam vivem basicamente de bolsas que recebem de iniciação científica, o que não é aceitável, Sr. Presidente. Um coordenador do órgão revelou, por exemplo, que não se consegue emitir um cheque, porque não existe ainda CNPJ para o Centro de Biotecnologia da Amazônia, sendo que o responsável pela gestão é a Suframa – Superintendência da Zona Franca de Manaus, através da Fucapi, que é a fundação de apoio à administração desse órgão. Isso, Sr. Presidente, Senador Acir, é lamentável.

A instituição possui estrutura, possui laboratórios, mas não pode operar plenamente, repito, por indefinição do modelo de gestão. O CBA é só mais um exemplo de como ainda a nossa região, a Região Amazônica sofre por falta de ações concretas. Uma instituição fundamental e criada para atuar em áreas pouco exploradas na Zona Franca de Manaus, como cosméticos e bioterápicos, ainda está paralisada, não digo totalmente, porque há, sim, projetos sendo desenvolvidos.

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas repito: a capacidade está muito aquém daquela que pode ser alcançada.

Estou já caminhando para as conclusões, Senador Paim.

Nós aprovamos aqui, nesta Casa, pela iniciativa do Governo Federal, a criação da Embrapii, que é a Empresa Brasileira para Pesquisa e Inovação Industrial, para atuar na pesquisa, no desenvolvimento, na inovação da indústria. A Embrapii nasce aos moldes da Embrapa, que é uma empresa orgulho de todos nós, orgulho do povo brasileiro.

Então, aqui, quero fazer um apelo para pedir que o Governo Federal decida, agora, com a criação da Embrapii, rapidamente, acerca do modelo de gestão do CBA.

Senadora Ana Amélia, antes de conceder um aparte a V. Exª, eu só queria falar que, na outra ponta – e vim muito à tribuna por conta disso –, tenho um belo exemplo a dar: na última terça-feira, na cidade de Manaus, Senadora Ana Amélia, o Presidente da empresa Natura, Dr. Rodolfo Guttilla, anunciou um investimento no Amazonas de R$340 milhões, para construir um Centro de Tecnologia e Inovação Científica na Amazônia.

Então, quero aqui apresentar minha saudação à empresa Natura. Há muito tempo, nós solicitamos que essas empresas, principalmente as que atuam com cosméticos e com biocosméticos, que são empresas que cresceram no território nacional, também implantassem unidades de desenvolvimento de produção na região, onde elas tiram grande parte dos insumos para a elaboração dos seus produtos.

Portanto, Senadora Ana Amélia, venho aqui para comemorar esse fato. A Natura vem mudando muito a relação – não só ela, mas outras empresas também – com a Amazônia. Exemplo disso é esse investimento de R$340 milhões e o relacionamento que ela mantém com as comunidades tradicionais de muito respeito hoje.

Concedo um aparte, com muito prazer, à Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Cara Senadora Vanessa, nesse aspecto da nossa biodiversidade, a natureza nos oferece tantas coisas, tantos aromas, tantas sementes, tantas cores que podem ser, de fato, aproveitados para produtos genuinamente nacionais. Não é que eu seja xenófoba, não é que eu seja contra produtos estrangeiros – ao contrário –, mas penso que podemos desenvolver e agregar valor, usando a ciência, a tecnologia e a inovação para produzir esses produtos. Viajamos e encontramos uma rede inglesa famosa por usar também produtos naturais da Amazônia. Agora, felizmente, as empresas brasileiras estão fazendo a mesma coisa, inclusive lançando produtos com origem na Amazônia, com suas maravilhosas sementes e amêndoas. Mas eu queria aproveitar, já que V. Exª está tratando do tema Amazônia com tanto fervor e com tanta devoção, como faz sempre em relação à causa da sua região, para cumprimentá-la pelo requerimento que foi aprovado hoje na Comissão de Relações Exteriores. Tive a honra de ser Relatora de um voto de apoio e solidariedade à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica a respeito da intenção da empresa *online* norte-americana Amazon.com de registrar o domínio do primeiro nível ".amazon" sem o devido consentimento dos países amazônicos, que representam não apenas países, mas representam culturas, civilizações, natureza. Enfim, é um universo que pertence aos povos da Amazônia e a ninguém mais. Conceitualmente, o valor imaterial, sim, pode ser compartilhado com todos, mas esse valor, esse patrimônio que está lá pertence aos povos da Amazônia. Então, parabéns pela iniciativa a V. Exª!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Nós falamos exatamente nisso antes da chegada de V. Exª, Senadora Ana Amélia. Eu aproveito para dizer que quem relatou a matéria foi V. Exª. Registrei lá o belíssimo relatório que produziu e o entusiasmo como V. Exª apresentou o relatório na Comissão. Eu não tenho dúvida de que faremos um grande movimento e brecaremos essa intenção que considero inadmissível. Ainda se fosse um dos países amazônicos a pleitear a terminologia genérica, o sufixo de primeiro nível, como V. Exª diz, o que, na Internet é muito importante e é valioso economicamente... Nenhum país o pediu, e uma empresa privada americana pede.

Não tenho dúvida alguma de que será a mobilização de todos nós, do povo brasileiro, principalmente, e das entidades que fará com que nossa luta seja vitoriosa.

Concluo meu pronunciamento, Sr. Presidente, dizendo que, por um lado, venho aqui para apelar ao Governo Federal que resolva, de uma vez por todas, o modelo de gestão do CBA.

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – A minha sugestão, já que criou a Embrapii, é a de que fique no âmbito da Embrapii esse centro de desenvolvimento de pesquisa em biotecnologia. Que esse centro fique lá, mas seja criado.

Por outro lado, estou comemorando o anúncio da empresa Natura de que vai investir no Estado do Amazonas, criando lá um centro de tecnologia e inovação científica. Sempre reclamamos: tira-se daqui o produto natural, e se vai pesquisar lá fora. Não! Tire-se daqui

o produto, pesquise-o aqui, vamos desenvolver aqui! Isso é importante, porque é uma forma, inclusive, de preservar as nossas florestas, aquele patrimônio fantástico da biodiversidade.

Então, a intenção da empresa é a de elevar, Sr. Presidente, de 10% para 30% o consumo de insumos regionais na elaboração dos produtos da marca. Nos próximos anos, a empresa pretende investir R$1 bilhão em negócios ligados ao fornecimento da matéria-prima. A Senadora Ana Amélia falou que são muito ricas as essências.

Senadora Ana Amélia, o melhor fixador de perfume do mundo, utilizado pela Chanel, pela Gucci, pelas grandes marcas francesas, principalmente, vem do pau-rosa, que é lá da região. E a forma como ele foi extraído inicialmente, num passado não muito recente, quase acabou com o produto lá. E ele é o melhor fixador de perfume, é um fixador natural. Como esse, há outros insumos importantes para corantes e tudo mais.

Então, a Natura, percebendo tudo isso, está instalando lá o seu centro de inovação e tecnologia, Sr. Presidente. O empreendimento, segundo seu Presidente, já está em fase de construção num bairro da cidade de Manaus chamado Nossa Senhora das Graças, que fica na zona centro-sul. A empresa fala de agregação de valores e de geração de conhecimento e riquezas de forma sustentável. Oxalá, Sr. Presidente, assim seja!

(Interrupção do som.)

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) –Já abusando da paciência de V. Exª, neste minuto, quero aqui, mais uma vez, cumprimentar a empresa Natura, sua diretoria, seus servidores, pela decisão e pela iniciativa. Essa iniciativa, tenho certeza, ajudará muito a região, mas, sobretudo, o nosso País, a sétima potência econômica do Planeta, que ainda nem começou a explorar sua grande riqueza natural. Quando começarmos a fazê-lo, Senador Acir, iremos muito longe, não tenho dúvida quanto a isso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Senadora Vanessa Grazziotin, que usou a palavra para uma comunicação inadiável.

Agora, como orador inscrito, temos o Senador Walter Pinheiro. (*Pausa.*)

Senador Casildo Maldaner. (*Pausa.*)

Senadora Ana Rita.

Em seguida, como Líder, fala o Senador Acir Gurgacz.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, a questão da redução da maioridade penal é candente na sociedade brasileira, no Congresso Nacional, na mídia e nas redes sociais neste momento, dividindo opiniões acerca da punição de crianças e de adolescentes que cometem delitos e se colocam em conflito com a lei.

Quando o assunto ganha notoriedade, reacende com força o debate público, sobretudo quando jovens se envolvem direta ou indiretamente em delitos graves. As infrações por eles praticadas ganham sempre grande repercussão na mídia, reforçando o estigma da marginalidade, quase sempre de forma seletiva, assertiva contra adolescentes e jovens oriundos dos setores populares e mais carentes da sociedade.

Tenho ciência do quanto é difícil abordar o tema em períodos em que a sociedade está comovida, afetada pela emoção e pelo calor dos acontecimentos, particularmente quando trágicos. No entanto, é premente a necessidade de nós, militantes e defensores dos direitos humanos, chamarmos a racionalidade ao debate, fazermos uma avaliação mais distanciada dos fatos, com a devida responsabilidade que nos cabe a respeito da real necessidade de mudanças na legislação e dos possíveis impactos que essas alterações podem trazer ao conjunto da sociedade e do País. Para tanto, é necessário desmistificar uma série de afirmações que vão sendo propagandeadas e amplificadas junto à sociedade. Aliás, um tema de tamanha delicadeza e importância como esse deve ser tratado com prudência, sem apelos emocionais e, muito menos, motivado por índices de pesquisas.

No sentido de estabelecer o necessário contraditório a uma série de afirmações, muitas infundadas, a partir do senso comum, é que trago aqui, Srs. Senadores, estudos e dados que, de maneira clara e assertiva, nos mostram que a redução da maioridade penal não vai reduzir a violência em nosso País.

A meu ver, esse debate vem sendo feito de maneira invertida. Em vez de buscarmos as causas do problema da violência, que estão relacionadas a práticas complexas e profundas, multiplamente determinadas, sendo transversais a fatores culturais, sociais e econômicos, debatem-se apenas as consequências. Grande parte das afirmações apresentadas, se forem levadas a cabo, condenarão justamente aqueles que já são vítimas notórias do Estado e do conjunto da sociedade, ou seja, as crianças e os adolescentes, especialmente pobres e negros.

Dados de pesquisa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), realizada em 2012, mostram que 50% dos jovens privados de liberdade não frequentam escola antes da internação. Oito por cento são analfabetos, e

86% pararam de estudar em alguma série do ensino fundamental, sendo que 80% deles já eram usuários de drogas.

O número de crianças e adolescentes vítimas de crimes e violências é, no Brasil, muito maior que o de jovens infratores. Parcela significativa desses adolescentes sofreu algum tipo de violência antes de cometer o primeiro ato infracional, ou seja, são provenientes de um círculo de violência que atravessa reiteradamente o seu cotidiano. Dados do *Mapa da Violência* de 2012 revelam que mais de 8.600 crianças e adolescente foram assassinadas em 2010, em território brasileiro. Mais de 120 mil foram vítimas de maus tratos e agressões, segundo denúncias feitas ao Disque 100 da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, no período de janeiro a novembro de 2012. Além disso, é preciso afastar os rótulos de que, por não defender a redução da maioridade penal, defensores de direitos humanos são favoráveis a qualquer tipo de impunidade.

A verdade é que a lei brasileira vigente já responsabiliza crianças e adolescentes. O que há é uma grande confusão em torno dos conceitos de inimputabilidade penal e impunidade. O Estatuto prevê, sim, sanções aos jovens que podem ser responsabilizados com medidas socioeducativas, sendo prevista, inclusive, a privação de liberdade por até três anos.

O objetivo do Estatuto, ao adotar a teoria da proteção integral, não objetivou manter a impunidade, e, sim, puni-los de maneira diferente dos adultos, assegurando-lhes os meios e as condições para que pudessem ser reinseridos socialmente, dando-lhes oportunidade de reingressar construtivamente à sociedade, a partir de políticas de educação, formação profissional, esporte e lazer, obrigatórias em todas as unidades de internação.

Portanto, a medida socioeducativa é uma conquista social, fruto de um amplo debate com a sociedade, assegurada no Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de inibir a reincidência, além de ter caráter pedagógico e educativo.

Defender que a escalada da violência no País é "culpa" do Estatuto, da "permissividade" da lei para com os infratores, é uma absurda inversão que não condiz com a realidade objetiva. Em vez de questionar o ECA, seria mais construtivo que nos debruçássemos sobre as raízes dos problemas e reconhecêssemos que a esmagadora maioria dos Estados não implementou efetivamente o Estatuto, nem garantiu políticas públicas de prevenção à violência ou mesmo de atendimento adequado àquelas crianças e jovens que atentaram contra a lei.

Na prática, Srs. Senadores, Srª Senadora, o que se vê hoje são adolescentes sendo privados de liberdade em um sistema falho, idêntico ao dos adultos, desassistidos das políticas públicas legalmente previstas, sendo tratados como criminosos irrecuperáveis.

Quem conhece a situação do sistema prisional brasileiro sabe em que condições se encontram os apenados, vítimas cotidianas de graves violações de direitos humanos, tornando praticamente impossível que qualquer ser humano saia de lá melhor do que entrou.

Colocar esses jovens em um sistema prisional falido, com uma infraestrutura precária e um déficit de mais de 262 mil vagas, submetendo-os, cotidianamente, a práticas medievais de torturas físicas e psicológicas, a condições humilhantes e degradantes da dignidade humana, seria agravar ainda mais o problema. Tratar o adolescente como criminoso e aprisioná-lo, juntamente com adultos condenados, representará enorme retrocesso. Além de contribuir para o aumento do inchaço populacional das cadeias, isso aumentaria a segregação e facilitaria contato desses jovens com organizações criminosas nos presídios, comumente chamados de escolas do crime.

Dados do sistema de atendimento da Fundação Casa, do Estado de São Paulo, apresentados em 2010, mostram que a reincidência foi de 12,8%, enquanto, no sistema prisional convencional para adultos, essa taxa é de 60%. Ou seja, é real que a grande maioria dos adolescentes tem muito mais chances de traçar outros projetos de vida, distantes da criminalidade, que um adulto. Enviá-los a verdadeiros depósitos humanos seria reduzir em muito as chances de recuperação e reinserção social, negando-lhes a possibilidade de ter sonhos e de construir um futuro diferente.

Caso seja aprovada tal medida, ela deverá ser considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, pois o art. 228 da nossa Constituição Federal estabelece que é direito do adolescente, com idade inferior a 18 anos, responder por seus atos mediante o cumprimento de medidas socioeducativas, sendo inimputável em relação ao sistema penal convencional. Somado a isso, o art. 60, que versa sobre os direitos e as garantias individuais, está entre as cláusulas pétreas da nossa Constituição, que só podem ser modificadas por uma nova Assembleia Nacional Constituinte.

Contudo, mais do que isso, a redução da maioridade penal no Brasil representaria ainda uma enorme mácula para sua imagem internacional, mundialmente reconhecida, por ter uma das legislações mais avançadas do mundo no que diz respeito à proteção de crianças e adolescentes, configurando grave violação à Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da qual o País é signatário.

Enfrentar a questão com responsabilidade significa implementar apropriadamente o estatuto e investir em políticas de qualidade que permitam aos adolescentes condições para exercerem de forma plena a sua cidadania. Temos que admitir que a violência praticada pelos jovens – e aqui, Sr. Presidente, diga-se de passagem, apenas 3% dos homicídios cometidos no País são praticados por adolescentes até os 18 anos – é a expressão de uma sociedade violenta, que historicamente lhes cerceou direitos e os abandonou à própria sorte.

Quero, nesta oportunidade, registrar que o Governador do meu Estado do Espírito Santo, Renato Casagrande, nesta semana, esteve reunido com entidades de direitos humanos do Espírito Santo, reafirmando o seu compromisso e o de seu governo contra a redução da maioridade penal. Além disso, o Governador ouviu atentamente os pleitos das entidades e tomou iniciativas que considero acertadas para enfrentar a questão da violência, que atinge crianças e adolescentes em nosso Estado e no nosso País: a de criar um grupo, formado por secretários de Estado e integrantes da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória e do Conselho Estadual de Direitos Humanos, para adotar medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente que ainda não foram implementadas no Estado.

É com iniciativas como essa que iremos avançar no combate à violência, pois, antes de flexibilizar direitos, já consolidados, de questionar sua eficácia, é preciso fazer cumprir aquilo que diz a lei.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Também quero, Sr. Presidente, parabenizar as entidades de direitos humanos do Espírito Santo, pois essa decisão do governo capixaba é fruto também da capacidade de mobilização, de diálogo e de compromisso de seus militantes. Tenho certeza de que essa parceria será fundamental para enfrentarmos os nossos imensos problemas, e, quem sabe, num futuro próximo, possamos nos elevar ao patamar de referência para todo o Brasil!

É isso o que eu tinha para o momento, Sr. Presidente.

Quero aqui agradecer a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que deixa bem clara essa posição em relação à preocupação que V. Exª tem – e todos nós – com aqueles que acham que para se resolver o problema da violência no Brasil é só botar a criança na cadeia. Sabemos que não é isso. A saída é educação, educação e educação. O lugar da nossa molecada é na escola.

Parabéns a V. Exª!

Passamos a palavra ao Líder do PDT, nobre Senador Acir Gurgacz, pelo tempo necessário para o seu pronunciamento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Paulo Paim.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado e pela rádio Senado, antes de abordar o tema que eu trouxe, quero aqui declarar o meu apoio ao projeto que o ex-Presidente e Senador Fernando Collor apresentou com relação à tentativa de redução das tarifas ou da redução do custo para o trabalhador desses 6%, o que é importante. Tem, portanto, o Senador Fernando Collor nosso apoio para esse projeto, que é importante.

O que mais impacta no custo da tarifa, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, são as gratuidades utilizadas no sistema de transporte, gratuidades estas que quem paga é o próprio trabalhador, pois elas são diluídas no custo das passagens. Quem paga é o trabalhador, que menos tem receita, que tem uma receita menor, que menos ganha. Ele não tem condições de comprar um carro, de comprar uma motocicleta, não tem condições de ter acesso ao vale-transporte. É ele que paga essa diferença.

Portanto, estamos estudando, juntamente com a Consultoria do Senado, uma forma de criarmos o vale-transporte público, para que os Municípios, os Estados e a União, Sr. Presidente Paim, paguem pela gratuidade, e, dessa forma, sim, fazer a diminuição considerável do custo das passagens. Em torno do mínimo de 20% é a média brasileira que poderia diminuir o preço das passagens no Brasil.

Só em Porto Alegre as gratuidades chegam a 36%. Com esse vale-transporte público, poderemos diminuir o custo da passagem em Porto Alegre em 36%, desde que cada um que tenha condições – Município, Estado ou União – pague esse vale-transporte público e não onere o trabalhador brasileiro. E o trabalhador que mais precisa do transporte é aquele que menos tem renda, que menos ganha.

É nesse sentido que estamos estudando, e, a partir da semana que vem, detalharemos esse projeto aqui, nesta tribuna.

Neste final de semana, Sr. Presidente Paulo Paim, ocorre a formatura de mais um grupo de estudantes brasileiros de Medicina em universidades da Bolívia, muitos deles do meu Estado de Rondônia, que tem uma extensa fronteira com esse país, sendo que essa proximidade é um dos fatores que tem contribuído para que esses rondonienses busquem as universidades da Bolívia.

Ao mesmo tempo em que parabenizo esses estudantes pelo esforço e dedicação que os levaram a essa conquista, trago para o debate uma preocupação que também ronda a cabeça desses estudantes e de suas famílias, que é a revalidação do diploma para que possam atuar no Brasil.

Eu já fiz esse alerta aqui nesta tribuna e volto ao assunto porque a falta de médicos em Rondônia, principalmente nas cidades do interior, tem deixado uma parcela considerável de nossa população sem atendimentos básicos de saúde.

Em muitos locais, as gestantes ainda recorrem às parteiras, sem qualquer acompanhamento neonatal, e as crianças são tratadas pelas mães, pelo conhecimento tradicional, pelas suas experiências e com ervas florestais, porque não há um médico, um clínico geral para fazer um diagnóstico mais preciso e recomendar o tratamento adequado para essas crianças.

Enquanto isso, mais de 500 médicos rondonienses formados na Bolívia aguardam a revalidação do diploma para poderem atuar no seu Estado natal. Além destes, há outros 3 mil estudantes rondonienses cursando Medicina em faculdades na Bolívia.

São futuros médicos que, por certo, gostariam de trabalhar em Rondônia, perto de suas famílias, fazendo bem à sua gente, mas ainda não tiveram a oportunidade de prestar o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos (Revalida).

Isso porque o novo formato desse exame, lançado em 2011 pelo Ministério da Educação, ainda não foi aplicado em Rondônia. Portanto, faço aqui o apelo para o Ministério da Educação e para a reitoria da Universidade Federal de Rondônia (Unir), que aplicará o exame em nosso Estado, para que confirmem a realização da prova para este ano, para que esses estudantes possam se preparar com antecedência para o exame, que é da maior importância para os nossos médicos, que querem atuar no Estado de Rondônia e nos demais Estados brasileiros.

Além disso, faço um apelo para os Ministérios da Saúde e da Educação para que estudem melhor o que está ocorrendo com o Revalida, pois, após 2011, quando o exame foi aplicado pela primeira fez, reduziu consideravelmente o número de médicos formados no exterior que conseguiram a revalidação do diploma.

Ou seja, o exame anterior, que já era difícil, e todos diziam que era feito para reprovar os candidatos, ficou ainda mais difícil. Enquanto em 2010 foram aprovados 402 estudantes, após a implantação do Revalida, em 2011, o número de diplomas revalidados caiu para 238, e, em 2012, apenas 121 conseguiram aprovar por meio do Revalida. Enquanto isso, existe uma demanda reprimida de mais de 5 mil médicos aguardando a revalidação do diploma para poderem trabalhar no nosso País.

Precisamos saber ao certo o que está ocorrendo, ou a formação nas faculdades bolivianas não está adequada, ou existe algum outro problema, algum tipo de corporativismo, na aplicação do Revalida.

Portanto, reforço o meu apelo ao Governo brasileiro para que dê atenção especial a esses brasileiros que já se formaram ou que buscam formação em Medicina no exterior. Creio que é uma medida muito mais justa e acertada do que trazer médicos de Portugal, da Espanha e de Cuba, como anunciou recentemente o Governo.

Evidente que, mais do que a revalidação do diploma, precisamos avaliar a formação do médico, a grade curricular, a estrutura das faculdades estrangeiras e também das brasileiras, bem como a importância dessa troca cultural e profissional para a América Latina.

Creio que devemos pensar em maneiras de qualificar aqui os nossos médicos, mas não podemos inviabilizar essa troca cultural e de conhecimento que é importante para os profissionais, para o desenvolvimento científico, para os estabelecimentos de saúde e para todos os países, principalmente para Rondônia, nosso Estado, que está mais próximo da Bolívia do que da nossa Capital Federal, Brasília, ou mesmo de São Paulo.

Parabenizo mais uma vez os estudantes rondonienses que estão se formando na Bolívia e digo a vocês que podem contar com o meu apoio a fim de que consigam a revalidação dos seus diplomas aqui no Brasil.

A saúde é uma das principais bandeiras de nosso mandato e, além de apoiar as causas dos profissionais da saúde, procuro ajudar o Governo do Estado e as nossas prefeituras a melhorar as condições estruturais do setor, como o apoio e a busca de recursos para a construção do Hospital Regional de Ariquemes, por exemplo, para o qual destinamos uma emenda de R$15 milhões para o início das obras, que já foi empenhada, Presidente Paim, aguarda apenas o Ministério da Saúde aprovar o projeto para fazer a licitação e dar à população mais esse hospital importante para o Estado de Rondônia, em especial a região de Ariquemes.

Apoiamos também a construção do Centro de Reabilitação de Porto Velho, para o qual destinamos emenda de R$2 milhões; assim como a aquisição de equipamentos para o Hospital Santa Marcelina, em

Candeias do Jamari, com destinação de emenda no valor de R$700 mil.

Cito também a compra de equipamentos para o Centro de Diagnóstico de Ji-Paraná, para o qual destinamos mais R$1,4 milhões; assim como também destinamos outros R$800 mil para o Centro de Referência em Assistência Social de Vilhena e para postos de saúde em diversos Municípios de nosso Estado.

Como nos diz o clamor das ruas, mais do que de estádios, precisamos de hospitais, de escolas e de profissionais qualificados para atuar nesses setores vitais para a saúde do nosso povo e a formação de nossa Nação.

Eram essas as minhas colocações.

Muito obrigado, Presidente Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Acir. Se me permitir, quero me somar à posição de V. Exª quanto ao reconhecimento dos diplomas, tanto é que entramos com pedido de audiência pública na Comissão de Educação com o objetivo de fazer um debate sobre a importância do tema. V. Exª é feliz: a nossa juventude vai lá fora, se prepara, estuda, se forma, chega aqui, não pode clinicar, e, por outro lado, médico do exterior pode vir para cá. Não sou contra construir um entendimento, mas vamos reconhecer também o diploma da nossa gente.

Por isso, inclusive, houve um adendo da Senadora Kátia Abreu, com o que concordei, ao terminar a audiência, para que o estudante possa se transferir para o País nesse intercâmbio de facilitar a formatura da nossa gente.

Parabéns a V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Paim.

Importante é trazermos esses médicos para atuarem no nosso Estado, principalmente nas cidades menores, longe dos grandes centros, como é o nosso caso do Estado de Rondônia, que já está localizado longe do centro do País, e as cidades do interior do Estado têm uma dificuldade ainda maior. Portanto, a vinda desses médicos contribui e muito para a saúde pública das pessoas que moram nessas regiões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos pelo pronunciamento.

Passamos a palavra...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim.

Eu gostaria de saber se é possível a inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já o inscrevi, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Na hora que for...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Claro, falou um Líder. Agora, pela nossa ordem de inscrição aqui, seria o Senador Pedro Taques.

Senador Pedro Taques. *(Pausa.)*

Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

S. Exª não se encontra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Vou falar mais tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais tarde.

Senador Pedro Simon.

Em seguida, para uma comunicação parlamentar, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, hoje, está prevista uma nova reunião do povo na rua. Faz anos, Sr. Presidente, que a gente vem dizendo e repetindo: desta Casa não sai nada; ali do lado, ali do Executivo, menos ainda; e até ontem, do Supremo Tribunal, menos ainda. Dizíamos sempre que era fundamental que o povo saísse às ruas.

E olha que houve um momento em que o governo não era um governo democrático como este que está aí. Era uma ditadura fechada. Uma ditadura comandada pelos militares, com a Igreja do lado, com os empresários do outro lado, com a grande mídia do lado. Eu diria até, com grande parte da população do lado. O povo não saía às ruas. E nós lutávamos contra aqueles radicais que queriam a luta armada. Queriam a guerra civil, queriam a luta, queriam uma guerra de fogo. Conseguimos que isso não acontecesse.

O movimento, que parecia impossível, deu certo quando os jovens foram para a rua. E não era que nem agora.

A Presidente Dilma, justiça seja feita, vem dizendo que está ouvindo o que os jovens falam, que o Governo dela está escutando o clamor e as reivindicações do povo e que respeita o povo se manifestar nas ruas.

Naquela época, nós tínhamos que lutar contra os que queriam a guerra civil, contra os que queriam a guerra armada, contra aqueles líderes importantes que queriam derrubar o povo, derrubar o governo na força.

Hoje, temos um Governo que, até ontem, tinha os índices mais altos de popularidade da história do Brasil; uma Presidente, que, quando assumiu, tomou posições sérias e radicais – que me trouxeram a esta

tribuna para dizer: "Ótimo, Presidente; siga nesse caminho" – e que demitiu sete, oito ministros dando a linha do seu Governo.

Repeti aqui, muitas vezes, que a aliança de partidos, com o troca-troca, era a desgraça do Governo e do povo. As artimanhas de aliar os partidos em troca de ministérios, em troca de favores, de se identificar com o Congresso Nacional em troca de emendas – "Eu te dou essa emenda e tu votas esse projeto" – não iam dar bem, iam terminar mal. Mas o que o Governo fez foi isso.

O comando da Casa, cá entre nós, e todos os partidos arreglaram. Passava o projeto e aprovavam as emendas. Duas vezes isso não aconteceu: na Ficha Limpa e no Mensalão. E as duas vezes não aconteceram porque os jovens saíram às ruas. E não saíram que nem agora, não. Eram uns 500, 600, 700, o suficiente para mostrar que era um caminho sem volta a mocidade nas ruas.

Eu repito, pela décima vez: a Ficha Limpa passou, nesta Casa, vamos bater no peito, por medo e por receio de muita gente, que votou a favor da Ficha Limpa por medo da gurizada que estava ali fora.

Perdoem-me, mas os jovens na frente do Supremo devem ter ajudado naquele resultado.

Agora, nós estamos vivendo uma hora diferente. Eu não digo que os R$0,20 ou os R$0,30, que o aumento das passagens não tenha sido importante, mas eu digo que, na minha opinião, o aumento de 20% ou 30% no preço das passagens foi o mote que determinou o que os jovens estão fazendo. Digamos assim: foi a gota d'água.

Eu ouvi um jovem, ontem, na televisão, dizer: "Nós não podemos ir mais adiante. Nós já estamos no fundo do poço. Nós temos de lutar para levantar do poço."

Esse movimento, eu digo, meus irmãos, eu há muito esperava. Eu esperava que isso acontecesse, e como está acontecendo: sem partido, sem bandeira, sem ninguém. São eles, os jovens.

É lamentável – a gente nota e a gente vê – como um grupo que não quer esse caminho, que quer radicalizar, que quer quebrar, como fez na Assembleia Legislativa, neste Congresso Nacional e no Rio, como fez na Prefeitura de São Paulo, essas pessoas que querem partir para o quebra-quebra, e que são uma minoria, estão se aproveitando, mas a imprensa está deixando claro o que a gente vê na televisão. A gente vê os jovens que conclamam se defendendo, lutando, querendo afastar os que estão entrando ali para fazer tumulto.

É por isso até que eu, meu querido presidente do PT nacional, não sei se a decisão de V. Exª, que a imprensa está publicando, foi a melhor.

Os jovens vão fazer uma movimentação hoje, daqui a duas horas, na Avenida Paulista. Os jovens pediram para ninguém ir nem com bandeira, nem com nada, irem simplesmente como pessoas. Os jovens pediram para os partidos políticos não estarem presentes.

Eu não quero discutir, mas o Presidente Nacional do PT convocar os companheiros de Partido a botar a camisa vermelha e irem à reunião, enfrentar, mostrar que não têm medo, eu não entendi. Palavra que eu não entendi.

O Collor, no auge da angústia da sua cassação, conclamou os jovens a irem às ruas, a defendê-lo; mas, pelo menos, pediu que os jovens fossem de verde e amarelo, que fossem de verde e amarelo – pena que ele representava o Estado e que queriam derrubá-lo – pedindo que viesse o apoio. Os jovens foram de preto. Mas o Presidente Nacional do PT pede que o povão do PT vá às ruas, enfrente, que mostre que não tem medo e vá de camisa vermelha.

O que o PT e o que o seu Presidente estão querendo? Vamos fazer justiça? Esses jovens que estão nas ruas, a imprensa, nós todos temos falado que esse movimento é um movimento que, pode-se dizer, vem para lutar por um Brasil que está doente e sofrido há muito tempo. Eu não vi movimento no sentido de ser contra o PT, nem contra a Presidente Dilma, nem contra o Governo. É genérico, é geral.

É verdade que eu nunca tinha pensado nisto, mas vocês já imaginaram se nós tivermos, como eles querem, uma saúde padrão FIFA? Vocês já imaginaram se nós tivermos uma educação padrão FIFA? Eu até acho exagerado. Padrão FIFA é na média, não precisa ter cabine especial, não precisa ter cobertura total. É isso que eles estão pedindo.

Eu me considero atingido. Eu acho que eles estão gritando e eu baixo a minha cabeça porque estou, há 60 anos, na política e os colégios de hoje são piores que aqueles em que estudei, há 60 anos. Sessenta anos atrás, eu estudava 8 horas por dia – levantava às 7h30, às 8h estava lá e ficava até 11h30; voltava às 13h30 e ficava até 17h30 –, todos os dias, de manhã e de tarde. Hoje não há isso nem em colégio pago.

Então, ainda é tempo, prezado Presidente do PT, de voltar atrás. O senhor não vai ganhar nada nesse confronto. Assim como as coisas dão certo e sobem, pode acontecer o contrário com elas.

As coisas deram certo com a Doutora Dilma. Ela foi o dínamo. Como o Lula disse, transformou o pos-

te numa Presidente da República. As coisas deram certo. E eu sou sincero: eu gosto do Prefeito de São Paulo. Acho que, dentro do contexto que está aí, ele tem um grau de responsabilidade enorme. E o Lula transformou um poste no Prefeito de São Paulo; mas não acostume, Presidente.

A Dilma passou o dia de ontem para dizer que essa decisão que o Presidente do PT tomou foi na reunião em que estava com a Presidência da República, com o Lula e com o coordenador da campanha, o Sr. Santana. Foi nessa reunião em São Paulo, em um hotel que ninguém descobriu qual era, porque a informação que eu tinha era a de que, de todos os lados, a mocidade queria descobrir onde era a reunião para fazer uma homenagem na saída, mas não conseguiram.

Mas está lá: o Presidente do PT – a informação de que os jornalistas dão é esta – havia acabado de sair da reunião e telefonou para a imprensa, convocando o PT para a reunião de hoje à tarde.

Eu confio na hora em que nós estamos vivendo. Em primeiro lugar, é uma bofetada em nós todos, do tamanho que merecemos. Aprovamos a Ficha Limpa. A Ficha Limpa deu características completamente novas à eleição que passou. Aplausos generalizados. Reúne-se a Câmara dos Deputados, e querem derrubar a Ficha Limpa – querem acabar com a Ficha Limpa!

Mas o que é isso? Mas como se pode entender a tão fraca reação, o tão fraco sentimento de responsabilidade de um Parlamento que, com base numa tese que foi aprovada e que deu resultados, que já provou resultados, em vez de partir para melhorar, para avançar... Não, a emenda que vai para o Congresso é para acabar com a Ficha Limpa.

Eu não sei, não acredito, mas os votos que vêm com relação ao Supremo, com as novas mudanças, podem mudar o resultado, e nenhum dos condenados do mensalão irá para a cadeia. Nenhum irá para a cadeia.

Foi impressionante o resultado que a Internet fez com relação à Emenda nº 37. Uma coisa impressionante! Aqui foi o Senador Pedro Taques, eu... Houve um terceiro? Houve um terceiro que votou...

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT. *Fora do microfone.*) – Randolfe Rodrigues.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PT – RS) – Randolfe? Somos três os que votamos a favor dos promotores com relação à Polícia Civil.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT. *Fora do microfone.*) – Ana Amélia, também.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PT – RS) – Ana Amélia. Quatro; fomos os quatro.

E nós quatro, olhando para trás, víamos os Senadores do PT – o nosso amigo de São Paulo não estava lá – e delegados de polícia abraçados, cantando o Hino Nacional, porque haviam tirado os promotores da questão de abrir a denúncia.

E, de noite, ontem, 150 mil – não sei quanto está hoje –, 93% a favor de os procuradores continuarem a atuar no processo policial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Simon, permite um aparte sobre esse tema, só para ajudar no debate?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu lhe dou o aparte com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O que eu achei engraçado é que ninguém pediu verificação de quórum em um tema tão importante como esse. Nenhum partido pediu verificação de quórum. Se houvesse votação nominal, o quadro poderia ser bem mais claro para todos. Mas nenhum partido pediu verificação. E, sobre a PEC nº 37, inúmeros Senadores já vieram à tribuna, inclusive eu, e deixando muito claro que votaremos contra – e isso não agora, mas bem antes de iniciar o movimento. Mas naquele dia seria fundamental que tivéssemos feito a verificação de quórum. Falo isso porque me perguntaram no meu Rio Grande – e por isso faço o aparte – se houve verificação. Eu disse que não houve. Nenhum partido pediu verificação! E esse voto de Liderança acaba não contribuindo para que efetivamente se faça um bom debate sobre o tema. Só para ajudar na reflexão.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Os resultados da Internet fizeram com que a Mesa da Câmara não colocasse mais em votação nesta semana. Eu acho que vai ficar para o ano que vem.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Pedro, nesta tarde maravilhosa de quinta-feira, aqui em Brasília, o primeiro ponto que gostaria de comentar da fala de V. Exª é sobre a PEC nº 37. Muitos vieram à tribuna do Senado manifestando-se contrários à PEC – e lá, na Câmara, também, contrariando o texto da proposta de emenda à Constituição – que subtrai o poder-dever do Ministério Público de investigar e cria, no Brasil, a exclusividade para que a polícia possa investigar. Muitos! Aí, o cidadão vai às ruas, faz esse movimento histórico, que muitos não estão a entender, e logo o Presidente da Câmara, lá da Rússia, parece um homem que veio do frio, já manda um recado dizendo que vai tirar a proposta de emenda à Constituição da pauta. Veja que me parece que estão amarelando ou estão costeando o alambrado, como

se diz. Estão com medo, com receio, com paúra do que vem das ruas. Seria interessante...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Porque pensavam que eles iam, berravam e voltavam; que baixariam a bola.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Sim. Quem sabe, nós poderíamos colocar a PEC em votação agora. Parece-me mais ou menos assim: marca-se o jogo, o time começa a treinar mal e querem transferir o jogo para outra data. A sociedade brasileira tem o direito constitucional de ver essa PEC sendo votada, para que cada Deputado e cada Senador seja senhor de sua consciência e possa mostrar a sua cara.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – E, aí, o voto é nominal. Na PEC, o voto é nominal.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – É nominal. E possa mostrar a sua cara: é nominal e não é secreto. Então, assim aqueles que têm receio, que têm medo vão colocar a cara ali, naquele painel, e lá, na Câmara dos Deputados. Muito bem. O povo está nas ruas. Agora, às 16h, no Brasil todo, o cidadão vai se manifestar. Parece-me que o Poder Executivo está perdido.

(*Interrupção do som.*)

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente. O Poder Executivo está perdido. Sua Excelência a Presidente da República sai e vai a São Paulo se encontrar com o ex-Presidente da República. Eu citei anteontem aqui um livro do Mario Puzo – não *O Poderoso Chefão* –, chamado *O Quarto K*, que falava da existência de um oráculo, que decidia tudo de mais importante dentro de um país. Nada poderia ser feito sem que esse ser, quase que metafísico, se manifestasse. E o mais importante deste contexto é que leva o marqueteiro da próxima campanha eleitoral. Parece-me, com todo o respeito, que Sua Excelência a Presidente da República – ou, como muitos gostam, a Presidenta da República – está perdida. Esse é outro ponto. E nós, Senador Pedro Simon, da classe política – Senadores, Deputados, aqueles que exercem cargos eletivos –, estamos, sim, passando por um momento de prova. Um momento de prova! O cidadão está cansado deste sistema político. O cidadão não aguenta mais. Nós não estamos aqui falando contra a democracia. Nós devemos, sim, defender a democracia, as instituições democráticas. Nós devemos defender, sim, a representatividade. Devemos defender este Congresso Nacional, atuando com dignidade. Atuando; e não o Congresso Nacional sendo um apêndice, um satélite de um Executivo que é presidencial e é monárquico. Nós aqui, assim, estaríamos nos transformando em meros carimbadores. A crise é institucional. No Supremo Tribunal Federal, imaginem: um Ministro do Supremo, que foi advogado de um daqueles que são julgados no caso do mensalão, não se dá por impedido ou suspeito. Esse mesmo Ministro vai ao jornal e diz que esse processo vai passar para frente, quem sabe, mais dois ou três anos, no julgamento de embargos infringentes que não se encontram no Regimento Interno do Supremo e cuja previsão a Lei nº 8.038, de 1990, não estabelece. Deputados condenados aprovando lá, na Comissão de Constituição e Justiça, proposta de emenda à Constituição para subordinar as decisões do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional. Percebemos. Estamos em um momento importante da nossa história. E, aqui, muito bonito, parece um ditado do Estado de Mato Grosso: "por fora, bela viola; por dentro, pão bolorento". Nós todos estamos aqui e parece que nada está a acontecer. Estamos em uma ilha, em uma ilha azul, uma ilha iluminada, uma ilha da fantasia. Parece que nada está a ocorrer aí fora. E muito está a ocorrer aí fora! O que está a ocorrer aí fora não são 20 centavos de uma passagem. Não são 20 centavos! O que está a ocorrer aí fora é o cansaço do sistema político, não contra a democracia, não contra o Congresso Nacional, não contra isso. É lógico que, neste momento, aqueles mais radicais, aqueles que gostam de praticar a violência e querem praticá-la se ocupam deste momento. Estes devem ser afastados e responder às penas da lei. Agora, a manifestação é um direito fundamental do cidadão. E já encerro dizendo que, ontem, às 17 horas, o Ministro Fux, aquele que "mata no peito", segundo a entrevista na *Folha de S.Paulo* – ou "mataria no peito", não sei o tempo verbal que foi utilizado –, garantiu o direito constitucional à manifestação. Porque lá, nas Minas Gerais, um desembargador proibiu as manifestações, e o Ministro do Supremo Tribunal Federal garantiu essas manifestações. Encerro, prometo ao senhor, dizendo que gostaria que V. Exª respondesse uma pergunta: as manifestações começarão daqui a 30 minutos, 40 minutos, aí fora; vamos fechar esta Casa? Vamos encerrar esta sessão?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu posso responder, no exercício da Presidência, que nós ficaremos aqui, durante toda a noite, se necessário for, enquanto houver a manifestação.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Porque nós, aqui, estamos exercendo as nossas atribuições. O cidadão tem o direito de se manifestar, mas o Congresso, em especial o Senado, não pode...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Tem a obrigação de funcionar.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Sim, tem a obrigação de funcionar. Agradeço a oportunidade de apartear V. Exª, um político de 60 anos de política, mas um político de quem não conheço nenhuma mancha, nenhuma mácula, nenhuma nódoa na sua vida pretérita, na sua vida passada. Por isso, tenho a honra de aparteá-lo.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Agradeço. É bom porque o aparte é longo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza absoluta, o senhor terá todo o tempo necessário.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ... é brilhante. S. Exª fala como Procurador-Geral e como Senador da República.

V. Exª abrange dois Poderes. Logo, logo, no ano que vem, abrangerá o terceiro, uma vez que será Governador de Mato Grosso. Mas esses dois V. Exª já os abrange.

Recomendaria, se fosse falar aos meus irmãos do MDB, que, primeiro, não vão que não seríamos bem recebidos; segundo, vão sem camisas e sem bandeira do MDB! Vão como cidadãos! Fui outro dia aqui, em Brasília, como estava aparecendo e havia muita gente que me conhecia, mais do que eu imaginava, fui ficando para trás, fui ficando para trás para não me identificarem, pois achava que não era hora nem era momento, embora até fosse, relativamente, bem recebido.

Mas, desta tribuna, proponho o seguinte: meu amigo Cristovam...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estou desligando o celular só para ouvir V. Exª, pela importância do debate. Fique na tribuna o tempo que entender necessário.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Obrigado.

V. Exª é o autor de uma manifestação que íamos lançar na quinta-feira. Na quinta-feira, assinei junto, o Pedro assinou junto, mas assinamos atrás da assinatura de V. Exª, onde conclamávamos ao povo que havia chegado a hora, que era para começar. Meia hora depois começou; e, infelizmente, não tivemos tempo para V. Exª ocupar a tribuna. Mas, meia hora depois, começou. O que V. Exª dizia ainda acho que, hoje, é hora de dizer; é hora de dizer a esses jovens: em primeiro lugar, sejam firmes; não aceitem a provocação do PT, se ela acontecer realmente lá na Avenida Paulista; deixem claro – como vocês estão deixando claro – que quem quebrou o antigo Congresso Nacional, o Palácio Tiradentes, não foram vocês; foi outro tipo de gente. Quem quebrou a porta e todos os vidros da Prefeitura do Rio de Janeiro não foram vocês.

E um apelo que faço: iniciem o movimento. Vocês já estão falando e falando muito bem, falando em recusar a PEC nº 37; falando contra nós do Congresso – e não vou citar –, mas falando; pedindo a imediata apuração das irregularidades nas obras da Copa pela Polícia Federal e Ministério Público.

E mais: queremos uma lei que torne corrupção, no Congresso, crime hediondo – e está ali o autor, Pedro Taques; o fim de um foro privilegiado, pois ele é um ultraje ao art. 5º da nossa Constituição.

Ou seja, eles já estão botando as teses na rua.

V. Exª, Senador Cristovam, fez ontem um brilhante pronunciamento; e eu, chateado, porque, anteontem, eu cheguei aqui às 14h30min e sai às 18h30min, e não me deixaram falar. Encerraram a sessão, porque havia uma outra, e não sei o quê. E eu fui embora. E, ontem, assisti, de Casa, ao seu pronunciamento.

O Presidente da Casa disse que a sua ideia de reunir para discutir e botar no papel era muito boa, mas vamos fazer isso. Não é reunir para botar no papel. O Presidente Sarney já fez isso, todo mundo já fez. Até já nomearam uma comissão de juristas notáveis para fazerem a reforma política. É claro que não ia dar em nada. Mas nós estabelecemos um objetivo. Eles vão para as ruas e vão botar a proposta na rua. Nós vamos nos reunir e vamos decidir o que nós vamos fazer. Não podemos fazer tudo, mas há coisas que podemos fazer.

Primeiro, não podemos aprovar a PEC nº 37, porque é um crime. Se, hoje, só ladrão de galinha vai para a cadeia, imaginem se promotor não puder denunciar! Imaginem se Tribunal de Contas, ninguém mais, e isso só fica com a Polícia! Ninguém mais do que a Polícia! E nós estamos fazendo isso por medo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nem CPI.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – CPI não faz, porque CPI não faz coisa nenhuma. A CPI arquivou o Sr. Cachoeira, que está condenado, lá fora, há 40 anos de cadeia, e está aí tranquilo. Saiu daqui quase que com voto de louvor. Não!

O Renan pode realmente, mas também não pode ser uma comissão como a gente faz as comissões. Fazer uma comissão como eles nomearam a Comissão de Ética – a nossa Comissão de Ética nossa, que é de um ridículo atroz!

Mas acho que hoje se pode iniciar esse diálogo, pode-se conversar com esses jovens, não por outro motivo, mas apenas para com eles estabelecer uma

pauta. E vamos ao Presidente do Congresso e ao Presidente da Câmara estabelecer: "Isso aqui nós vamos fazer." Eu acho que isso pode e isso deve.

Por qualquer critério que eu adote, a não ser pelo da idade, pelo qual seria V. Exª, assim como pelo da feiúra, eu tenho que dar a palavra para a Senadora Ana Amélia em primeiro lugar. Permito.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Pedro Simon, obrigada. Tomo a brincadeira com o nosso Senador Moka como advindo do bom relacionamento que o senhor tem com o correligionário de um Estado tão querido por nós, que é o Estado de Mato Grosso do Sul, assim como por ele também ser filho de gaúchos. Eu queria, Senador Pedro Simon, dizer-lhe que, nesta tarde tão especial e tão simbólica, eu estou muito orgulhosa de estar representando aqui, junto com V. Exª e o Senador Paulo Paim, o Rio Grande do Sul, um Estado com uma história de grande força e peso na vida do País, mas, sobretudo, porque estamos aqui, junto com os Senadores de outros Estados e do Distrito Federal, nessa vigília. Junto com V. Exª, nós, aqui, fomos contra o Projeto de Lei da Câmara nº 132, quando V. Exª fez um dos mais memoráveis pronunciamentos neste plenário, que silenciou a todos, mesmo com aquela grande pressão de homens armados aqui, dentro do plenário, para que votássemos a favor. Foram quatro votos, de Senadores que levantaram sua voz para dizermos que éramos contra: V. Exª, o Senador Randolfe Rodrigues, o Senador Pedro Taques e eu. Como disse o Senador Paim, foi uma maciça opção das lideranças dos partidos políticos a votar. A PEC nº 132, no meu entendimento, pareceu um indicativo muito claro de que, no bojo dela, viria a aprovação da PEC nº 37, que inibe o Ministério Público de exercer as suas prerrogativas na amplitude das suas consequências e na amplitude que a sociedade brasileira quer. Quero-lhe dizer que queria o nosso Procurador-Geral do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Dr. Eduardo de Lima Veiga, e o Presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Dr. Victor Hugo Palmeiro, certamente, com os meios de comunicação de que a instituição dispõe, pudessem ver os Senadores pelo Rio Grande manifestando-se aqui, pública e ostensivamente, contrários não apenas à PEC 37, mas, no meu caso, também à PEC 33, que, igualmente, carece de total sentido num regime democrático. Então, eu vou lhe dizer que estou aprendendo, Senador, muito com o senhor e com o Senador Paulo Paim, porque estou aqui há pouco mais de dois anos e esta escola, para mim, tem sido extremamente exemplar. Juntos, estivemos também nas manifestações da OAB do Rio Grande do Sul, fazendo lá aquele movimento contra a corrupção, mas a voz da rua foi muito mais forte e, no contato que eu tive, aqui, em Brasília, com os representantes da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, com os Drs. Carlos Cantarutti, Antonio Alencastro, Katia Vergara, Trajano Melo, Berenice Scherer, Conceição Brito, Maria Rosinete de Oliveira Lima, que é Ouvidora do MP do Distrito Federal e Territórios, Maria Abreu, Rosana Viegas e Gladaniel Carvalho, eu disse, naquele momento, que as manifestações não tinham começado. A PEC 37 só não seria aprovada se a voz de fora do Congresso fosse chegar aqui, se a pressão da sociedade fosse manifestada para chegar a esta Casa. Eu não tenho bola de cristal. Eu não tinha ideia do que iria acontecer, mas, hoje, Senadores Pedro Simon, Paim, Pedro Taques, Randolfe Rodrigues, Cristovam, Waldemir Moka, Magno Malta, Eduardo Suplicy, nosso Senador Garibaldi...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não esqueça o Senador do PT.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Sim. Meu querido Senador Suplicy...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – O PT está ali. Aquele PT sempre esteve.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Esteve defendendo sempre essas posições, corajosamente. É bom que se ressalte isto. Pois hoje, Senador Simon, nós também estamos aqui nesta vigília e agora sabemos que essa voz muito forte no Brasil todo não é só para baixar o preço da passagem dos ônibus em São Paulo, no Rio de Janeiro e em várias outras cidades, mas, sem dúvida, foi essa voz tão forte que fez o Presidente da Câmara adiar a votação que estava marcada para a próxima semana, como muito bem V. Exª registrou no seu pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Muito obrigado pelo aparte de V. Exª.

O companheiro ficou com a fisionomia muito triste, porque ele se acha... Não, o feio foi brincadeira, não foi sério.

Tem a palavra.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco/PMDB – MS) – Senador Pedro Simon, quero dizer da alegria que tenho de vê-lo nessa tribuna. V. Exª, sem dúvida nenhuma, é uma referência não só para esta Casa, para o Senado, mas uma referência de vida, uma referência de fidelidade partidária, de postura. Senador Pedro Simon, confesso que passei aqui em função de V. Exª estar na tribuna e achei que a presença de V. Exª na tribuna teria que merecer o aparte dos seus pares que o respeitam, para

mostrar isto para o conjunto da sociedade. É um movimento que está aí. Sempre se falava que o jovem estava alienado, que o jovem não participava, mas a verdade é que, nos últimos vinte anos, esses jovens não viram nada parecido, diferentemente da minha geração, da geração de V. Exª, quando essas lutas eram muito mais frequentes. Eu vim do movimento estudantil e participei de muitas lutas. Eu me lembro de ter presenciado aqui, no Congresso, a votação das Diretas-Já e de, depois, sair daqui e participar dos eventos. Eu acho que tem muito jovem que participa de uma grande manifestação pela primeira vez. Agora, esses jovens estão trazendo a sociedade como um todo para a participação. Inicialmente o jovem; hoje o pai do jovem, o avô do jovem. É uma manifestação muito importante. É claro que, no meio disso, sempre tem aqueles que estão querendo se apropriar indevidamente de um movimento legítimo, de depredações desnecessárias. O importante é a presença da sociedade e do povo na rua. Eu acho que não tem um recado específico; na verdade, é um aviso, acho que é um recado dizendo que é preciso mudar. E não é para um partido ou para outro, pois todo mundo que tem um mandato ou que está no poder, evidentemente, tem que ouvir isso e canalizar e tentar traduzir isso. Principalmente, a mudança que se pretende fazer é essa que nós temos que interpretar para assumir uma postura que a sociedade vai passar a respeitar. É o aparte que deixo a V. Exª, mais uma vez orgulhoso que sou de ter V. Exª na companhia no meu Partido e na minha bancada.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Exª.

Estou vendo aqui apenas o Senador Suplicy, a quem vou dar o aparte. Mas quero perguntar ao Senador: se V. Exª não estará de camisa vermelha na Avenida Paulista, como não estou vendo ninguém do PT, só V. Exª e o Paim, será que o resto vai?

Pelo amor de Deus, que os Senadores não compareçam a essa reunião! Não apareçam lá de camisa vermelha, porque, daqui a pouco, aparece alguém batendo fotografia, alguém mais esquentado. Acho que há momento para tudo na vida. Repare V. Exª – volto a repetir – que esse movimento se manifestou a favor de causas positivas. Fez questão de dizer que não era contra ninguém, mas a favor do Brasil. Pessoas falaram para mim que não têm ido nunca, mas elas me falaram para não ir e pediram que eu aconselhasse os meus amigos de partido para não comparecerem ou, se comparecessem, para que o fizessem com roupa simples, no meio do povo.

Repare V. Exª que houve uma reunião, ontem, da maior seriedade. A Presidenta da República, o ex-Presidente, o Presidente Nacional do seu Parido e o encarregado da coordenação de publicidade se reuniram para discutir uma série de coisas. Sai o Presidente do seu Partido e dá uma nota fazendo uma convocação ao PT: nós não podemos fugir, temos que enfrentar. Vamos de camisa vermelha, vamos a essa reunião, vamos estar presentes e vamos dizer que não temos medo.

Para que isso? Mas para que isso? Não era contra o PT. Não ouço ninguém falar do PT, até porque, cá entre nós, o PT está mandando muito pouco neste Governo. Não dá para dizer que essas coisas que estão acontecendo aí são coisas do PT. Não foi o PT que mandou abrir o escritório do Brasil em São Paulo, nem foi o PT que nomeou a secretária. Quer dizer, essas coisas aí o...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Pedro Simon, quero...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu me lembro até daquele tempo em que quantos estávamos aqui, um monte de Senadores – só do MDB havia mais de 30 –, e havia um do PT, que era V. Exª, que nem está hoje portando aos velhos tempos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está no plenário o Senador Walter Pinheiro, um dos Líderes do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Ah, chegou?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E o Presidente Paulo Paim.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas só para dizer que o companheiro Walter Pinheiro terminou de chegar e é acolhido com alegria.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – Eu estive aqui às 2 horas.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas, também, até hoje não entendi por que tiraram a liderança dele, um líder excepcional, de primeira grandeza. A informação que me deram foi de que V. Exª era independente demais, pensava muito pela sua cabeça. Mas não entendi até hoje. Palavra que não entendi.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas o Senador Walter Pinheiro foi eleito e nós temos a prática, no Partido dos Trabalhadores, do rodízio. A cada ano temos um líder. Este ano é o Wellington Dias, assim como já o foi o Humberto Costa. Então, esse é um procedimento que acho muito saudável. Mas eu prestei muita atenção nas suas recomendações. Eu acho que é próprio dos jovens do Partido dos Trabalhadores. Se quiserem participar da caminhada, hoje, na Avenida Paulista, são livres para fazê-lo. Acho que não precisa, de fato, tendo em conta que o Movimento Passe Livre sugeriu que não houvesse cores partidárias ali, que os

jovens filiados ou simpatizantes do PT estejam lá de camisa vermelha. Acho que a ponderação de V. Exª faz sentido, porque é uma questão de respeito. Por outro lado, percebo que, muito provavelmente, hoje, o Movimento Passe Livre estará na Avenida Paulista, a partir das 5 horas, na esquina da Consolação e em outras áreas mais, porque serão muitos os que vão com o sentido de ter alcançado um objetivo muito importante, que era o primeiro objetivo expresso de propor ao Prefeito não aumentar a tarifa de R$3,00 para R$3,20, e, finalmente, conseguiu que o Prefeito, depois dos diversos diálogos e cálculos e até em diálogo com o Governador Geraldo Alckmin, tivesse anunciado a tarifa de R$3,00. Então, certamente, esse que foi o primeiro objetivo principal. Ao ter sido alcançado, vai significar que esses jovens e pessoas de todas as idades irão às ruas hoje para comemorar. Eu, ontem, quando conversei com uma das representantes do Movimento, a Srª Maíra, uma jovem de 22 anos, estudante de Geografia, que trabalha como garçonete numa lanchonete e é uma das porta-vozes do Movimento – eu até a cumprimentei logo após o anúncio feito pelo Prefeito Fernando Haddad –, ao lado dela estavam cantando, e ela falou: "Agora eu também vou cantar a Internacional." Eram muitas vozes ali. Então, hoje, provavelmente, o espírito da caminhada será o de cantar, mas expressando, ao mesmo tempo, alguns objetivos, tais como os que V. Exª há pouco citou, para dizer que esse movimento veio para ter um dinamismo muito forte. Quero, mais uma vez, aqui dar uma recomendação a eles, dizendo que eles terão maior força na medida em que se utilizarem dos meios não violentos, da não depredação, da não violência, pois, com violência, podem ferir as pessoas pelas ruas. Portanto, acho que o movimento vai ganhar ainda maior respeito de todos os brasileiros na medida em que todos seguirem as recomendações desses representantes. Com eles dialoguei na sexta-feira passada, marquei um encontro na padaria em frente à Câmara Municipal de São Paulo. Conversei com algumas dessas representantes e procurei compreender suas razões. E fizeram um apelo de que pudesse o Prefeito, antes da manifestação de hoje, diminuir a tarifa. Felizmente, isso aconteceu. Mas esse movimento tem uma repercussão, hoje, formidável. Nós ainda não sabemos inteiramente como será o nosso diálogo com essas pessoas. Na segunda-feira, quando fizeram o primeiro cerco ao Congresso Nacional, estávamos aqui eu, Paulo Paim e Inácio Arruda. Depois, chegou aqui Rodrigo Rollemberg. E nós até nos dirigimos à Chapelaria, diante da rampa, que estava inteiramente tomada, e a direção do Senado e os responsáveis pela segurança nos recomendaram: "É melhor não sair lá fora, porque não sabemos o que é que vai acontecer com qualquer Senador, por mais querido que ele seja ou que pareça ter afinidade com eles, porque, de repente, pode surgir um incidente."

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É verdade.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas aproveito esta oportunidade, Senador Pedro Simon, se me permite, para revelar aqui um diálogo pessoal que tive com V. Exª no início desta semana ou há poucos dias. Eu lhe perguntei: "V. Exª vai ser candidato outra vez em 2014?" O que quero dizer a V. Exª é o seguinte: tenho a convicção de que o povo do Rio Grande do Sul, mesmo que V. Exª complete 85 anos no dia em que terminaremos este mandato nosso, no dia 31 de janeiro de 2015, reconhece a contribuição de V. Exª, ainda mais com toda a sua experiência de vida, com sua postura, com a forma como dialoga conosco nestas ocasiões. V. Exª nos transmite um aprendizado e valores que são muito significativos. Então, quero dizer a V. Exª que poderá ser eternamente um Senador, porque, com toda a sua experiência, transmitirá luzes para caminharmos na melhor direção possível, ouvindo as vozes do povo brasileiro hoje nas ruas. V. Exª tem captado, ao longo da sua vida, essa consciência, essa vontade do povo brasileiro de viver com métodos democráticos para valer, aperfeiçoando nossas instituições com diretrizes sobre como melhorar a representação popular, as quais são as mais saudáveis. Meus cumprimentos a V. Exª!

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu queria ver, quando V. Exª chegar aos 85 anos de idade, com 36 anos de mandato nesta Casa, como é que V. Exª responderia a alguém que lhe fizesse esse tipo de aparte. Acho difícil.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu só quero dizer que, todos os dias, aqui, aprendo com V. Exª. V. Exª é uma pessoa com quem aprendo desde o primeiro dia da nossa convivência, em 1º de fevereiro de 1991. Todos os dias, eu aprendi com V. Exª, até nas poucas vezes em que porventura tenhamos tido alguma divergência. Em geral, quase sempre, estivemos juntos.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu só vou dizer a V. Exª uma coisa: V. Exª passou dias e meses pedindo uma audiência para o Lula, e ele não tinha tempo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não, ainda estou aguardando.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Ainda está aguardando, porque ele não tem tempo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu tive uma audiência curta com ele, de 15 minutos, e ele me disse que ia me convidar para almoçar. Estou aguardando.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Aí V. Exª foi ao gabinete do Dr. Lula, e, na portaria, disseram: "Ele não tem audiência marcada." E V. Exª respondeu: "Não tem importância, eu espero." E Lula, que não tinha outra porta para sair senão aquela em que estava V. Exª, recebeu-o. Por quantos minutos ele recebeu V. Exª?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Por 15 minutos, de forma muito cortês. E disse...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Por quanto tempo?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Por 15 minutos. Mas eu mesmo tinha um compromisso no Palácio do Governo, com o Governador Geraldo Alckmin, e precisei sair logo. Mas ele me disse: "Eduardo, vamos marcar um almoço. Tem de ser numa segunda ou sexta." Eu estou aguardando.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Se até o mês que vem ele não marcar...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Desde o dia 6 de maio, espero que aconteça.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Se até o mês que vem ele não marcar, nós telefonaremos para ele, em nome do Senado, pagando o almoço para ele almoçar com V. Exª.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas vai acontecer, e daí eu lhe digo.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – A carta que ele escreveu – ele teve a honra de me mandar uma cópia – mostrou que, nesse tempo todo, na vida dele, ele acha que tem direito de ser candidato a Senador, disputando numa prévia. Ele disputa com os membros do Partido, se quiserem fazer aliança com outros partidos. Num gesto de elegância, V. Exª disse que só não concorre com o Lula: "Se Lula quiser, a vaga será dele." Esse é o Suplicy, e essa é a maneira como o Partido dele o trata. Tu vais para o céu também e não vais encontrar muitos companheiros lá, não.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Pedro Simon, o senhor falou de uma espécie de manifesto que um grupo de nós tinha elaborado para publicar no final.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Que coisa fantástica!

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Foi na quinta-feira que nós fechamos isso, depois de um trabalho ao longo de quase uma semana. Ali estava o nome do Randolfe, o seu, o meu, o do Pedro Taques, o do Aloysio, o do Jarbas Vasconcelos – creio que são esses. As coisas são tão rápidas, que, na hora em que íamos mandar para o jornal, Senador Moka, vimos que ficou superado. Mas, aproveitando o tempo livre que nós temos aqui, vou ler o documento, para que as pessoas vejam como era um documento que merecia ter sido divulgado até para alertar sobre tudo isso. O documento começa dizendo: "*Nós últimos meses, têm aparecido sinais da fragilidade das instituições democráticas. A democracia ainda não está ameaçada, mas as instituições estão cambaleantes. E isso poderá vir a ameaçar o seu futuro se não despertarmos.* [Os meninos estão nos despertando. E aí segue uma série de demonstrações da fragilidade das instituições.] *A aprovação da medida provisória dos portos sem o Senado cumprir seu papel de revisor transmitiu ao vivo, para todo o País, a ideia de que os Parlamentares votavam uma lei que não conheciam plenamente. O fato de votar por imposição do Poder Executivo, colocando o Congresso de joelhos, é prova da fragilidade das instituições. Da mesma forma, é desmoralizante o Congresso ter três mil vetos não votados e tentar votá-los todos em 24 horas* [era isso que nós dizíamos]. *Intervenções* [mais uma manifestação da fragilidade] *repetidas do Sistema Judiciário no processo parlamentar, seja por erros do Congresso, seja por vazio legal de leis malfeitas, que levam a interpretações ad hoc dadas pelo Supremo Tribunal Federal ou Supremo Tribunal Eleitoral, ou mesmo por provocações originadas por Parlamentares, até mesmo para impedir o debate de projeto de lei, tudo isso é prova da fragilidade das instituições democráticas, como também são as tentativas do Legislativo de criar restrições à liberdade de imprensa, ao pleno funcionamento de novos partidos e ao funcionamento do Ministério Público e até mesmo do Supremo Tribunal Federal* [são provas da fragilidade]. *O uso de recursos públicos ou privados do tipo mensalão ou a liberação de emendas para conseguir apoio de Parlamentares a favor de propostas do Governo submetem e desmoralizam o Congresso e, em consequência, as instituições democráticas. Igualmente, prova de degradação das instituições é a falta de nitidez nos contornos ideológicos e nos propósitos dos partidos, o que abre a possibilidade de alianças espúrias e até desavergonhadas, incompatíveis com uma democracia sólida. Ainda mais grave, o Governo Federal usa a força avassaladora, algumas vezes chantageando os dependentes de verba pública para submeter governos estaduais e municipais à vontade do Governo Federal. Prova dessa tutela é como governadores, prefeitos e ministros se afastam de candidatos à Presidência da República de seus próprios partidos, para não enfrentar, cada um deles, o Governo Federal. O uso de publicidade governamental com recursos públicos para*

promover os partidos e o Governo no poder, criando uma dependência de setores da mídia aos recursos e à vontade dos governos, reduz a plena liberdade de imprensa, fragilizando as instituições. [Não há muito mais.] *Até mesmo projetos de nítido interesse social, como as transferências de renda para camadas pobres, comprometem as instituições quando usadas sem condicionantes, sem contrapartidas, parecendo um favor governamental, destruindo a impessoalidade necessária ao bom funcionamento da democracia. É preocupante, também, a maneira como as entidades da sociedade civil, ONGs e sindicatos de empresários e trabalhadores, são cooptadas ou mesmo corrompidas pelos governos, e a prova é que elas não estão nas ruas. Finalmente, esses indicadores são suficientes para alertar os Parlamentares e a opinião pública.* [Aqui, vem a última frase.] *A democracia ainda não está ameaçada, mas é necessário defendê-la, antecipando-se aos riscos que sofrem suas frágeis instituições*." Assinavam Jarbas Vasconcelos, Aloysio Nunes, Pedro Simon, Pedro Taques, Randolfe Rodrigues e eu próprio.

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Repito: "A democracia ainda não está ameaçada, mas é necessário defendê-la, antecipando-se aos riscos que sofrem suas frágeis instituições". Os meninos estão nos despertando.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Esse manifesto era para sair na quinta-feira. Ele seria lido às 14h30 aqui, e, às 16h30, o povo já ia para a rua.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Era para sair no sábado.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – De repente, demoramos algumas horas e preferimos recolher, porque não fazia sentido.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Demoramos algumas horas.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Os meninos se anteciparam a nós. Os meninos foram para a rua demonstrar a fragilidade das instituições. Eles são democratas e estão preocupados com a fragilidade das instituições, provocadas por erros nossos, por omissões nossas, por erros do Supremo, por erros do Executivo, pela incapacidade de convivermos bem dentro de regras que mostrem a independência de cada Poder. Nós estamos ameaçados, e a prova disso é que o povo, cansado, cansado de esperar por nós, foi para as ruas. Só que o povo na rua desperta, mas ele não canaliza as soluções se não passar por alguns fóruns. Eu creio que o momento agora é de outro documento como esse, não mais alertando, porque isso os meninos fizeram, mas, agora, ouvindo o alerta deles e propondo algo que, se feito, canaliza a vontade deles.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Ia sair o nosso manifesto, tendo V. Exª na frente, e atrás vinha o povo. Mas acho que vai ficar bem assim: o povo vai na frente, e nós vamos atrás do povo.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Exatamente!

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu acho que serve.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – É isso! Nós estamos...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Para ser sincero, essa é a melhor posição para nós.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – É verdade!

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Nós não merecíamos ir na frente. Devemos ir atrás mesmo.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Nós vamos atrás, pegando propostas deles e trazendo-as aqui para dentro, porque é aqui que se aprova. Ou se cria um foro mais amplo do que o próprio Congresso, como são as Constituintes, seja plena, que não é o caso hoje, seja específica, para a solução de algum problema. Eles nos alertaram. Eles sós não vão conseguir fazer com que suas vontades virem leis. Cabe a nós ouvi-los – ouvi-los, ouvir o grito deles para nós desde as ruas – e canalizar esses gritos sob a forma de instrumentos de mudança que acalmem o povo brasileiro inteiro, que está cansado de ver tantos erros cometidos, tantas arrogâncias praticadas, tanto desprezo àquilo que eles querem. Eu fiz questão de aproveitar a sua fala e de ler o manifesto. Ele não foi publicado porque não tivemos tempo.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Obrigado.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Mas, pelo menos, aqui foi aparecido.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É claro. V. Exª pede para que esse manifesto seja transcrito nos Anais da Casa.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Eu espero que seja transcrito, Senador Simon, como aparte.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Peço à Taquigrafia que esse manifesto faça parte dos Anais da Casa.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já está atendido. O manifesto fará parte dos Anais da Casa.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É o último aparte. Agradeço a tolerância de V. Exª, mas a estrela que brilha ali nos ofusca, se não permitirmos.

Pois não.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco/PSOL – AP) – A maior estrela aqui é o senhor. O senhor sabe disso e tem o reconhecimento de todos aqui da Casa. O senhor nos inspira. É por isso que, quando o senhor utiliza o microfone, até aqueles que têm posições claramente contrárias têm dificuldade de se opor à sua posição. Isso é um respeito conquistado pelos anos que V. Exª tem e pelo que V. Exª representa para o Brasil. Poucos de nós aqui, Senador Simon, poucos, poucos – eu diria que o senhor é um deles – teriam condição de passar incólumes por essas manifestações e, inclusive, ser convidado pelos jovens para caminhar junto. V. Exª é um desses. V. Exª teria condição de ir à manifestação, de ser abraçado pelos manifestantes e de caminhar junto com eles, porque, com V. Exª, há uma identificação do que eles estão falando lá fora. V. Exª tem dito muita coisa aqui que tem repercutido através de uma minoria. Nós dissemos, insistimos aqui, no plenário, que é inaceitável aprovar regime de contração diferenciada, derrubando a Lei de Licitações e derrubando o art. 37 da Constituição, que fala de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. Não era possível ser feito isso em função de uma Copa do Mundo.

(Soa a campainha.)

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – As ordens do Joseph Blatter, as ordens da Fifa não poderiam – nós dissemos isto – estar acima da Constituição. Isso foi dito aqui, no plenário do Senado, quando foi votada a Lei Geral da Copa, e foi feito ouvido de mercador a esse reclame. Eu achei interessante que, na abertura da Copa das Confederações, o Presidente da Fifa tentou contra-argumentar o movimento de vaias que lá existiam, e o povo reiterou as vaias em cima dele. Ou seja, o que está vindo de fora, o que está ecoando e pressionando aqui dentro são posições que tinham sido defendidas aqui, no âmbito do Plenário, que têm sido defendidas na Câmara dos Deputados, mas que aqui não tinham audiência. Não se tem audiência. Não se tinha, não existia, e não se tem audiência. O questionamento elementar que está sendo feito pela meninada lá fora é: ora, um país que consegue fazer, que é capaz de construir estádios de mais de R$1 bilhão também pode construir um sistema de saúde com o mesmo valor. Pode construir hospitais, centros de saúde, pode ter atendimento médico do mesmo valor. Mas nós aprovamos o regime diferenciado de contratação para construir estádios bilionários, e não aprovamos os 10% da receita bruta da União para a saúde. Vê o contraponto? Ou seja, o que está ocorrendo lá fora, neste momento, estava sendo semeado, estava sendo fermentado. Quando o povo olha para seus representantes e não se vê representado, busca novas formas de representação. Isso é em qualquer sociedade. É isso que impulsiona revoluções. Pergunta-se: por que isso está acontecendo? Está acontecendo pelos erros daqui de dentro, pelos erros da arrogância de achar que se pode tudo, que se conseguia tudo e que já tinham sido feitos muitos – abrem-se aspas – "favores ao povo". Não é isso o que a meninada está falando lá fora. Não é isso – não é só a meninada – em relação às manifestações de rua por todo o Brasil. Fui de uma geração que ocupou as ruas. Fui da geração que antecedeu esta. O intervalo dessa geração para a minha é de 20 anos. É maior que a idade dos meus filhos. Eu falava isso aqui ainda ontem. Meus filhos estão nas manifestações, como provavelmente os filhos de todos nós estão em alguma caminhada, em algum canto do País. Posso dizer, com o conhecimento de alguém que viveu de perto o período anterior. Aliás, eu vivi; V. Exª viveu. V. Exª estava aqui dentro. Eu estava reclamando lá fora, e V. Exª estava, já naquele momento, aqui dentro, dando eco ao que nós reclamávamos lá fora. Quero lembrar que, naquele momento, há 20 anos, reclamávamos lá fora, buscávamos eco aqui dentro e tínhamos eco aqui dentro. O que estou sentindo agora é que os lá de fora não querem mais nem conversar com os aqui de dentro. Estão um pouco cansados dos daqui de dentro.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Lá fora nós tínhamos todo mundo contra nós e só vocês do nosso lado. E vocês derrotaram militares, Igreja, poder econômico, a grande imprensa. A mocidade ganhou.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco/PSOL – AP) – Exatamente. Agora, o que está ocorrendo concretamente? Inicialmente é uma manifestação de completa aversão, mas, hoje, já vejo que eles publicam nas redes uma pauta mais concreta. E vamos continuar fazendo ouvido de mercador a essa pauta? Veja, sobre a PEC nº 37, o que a Câmara dos Deputados faz? Fazendo uma analogia futebolística, da mesma forma que um adversário marca um jogo e o desmarca, quando está em condições desfavoráveis, a Câmara dos Deputados, vendo que estava em condições desfavoráveis, desmarcou a votação. Não! Tinha que ter feito a votação e tinha que ter rejeitado a PEC. Mas se adia a votação da PEC, quando ela sequer deveria ser apreciada.

(Soa a campainha.)

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Se não nos identificarmos com o que ocorre lá fora, com o que está acontecendo lá fora, os lá de fora vão achar cada vez menos importante o que acontece aqui dentro. E vão encontrar outras formas de representação.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Obrigado a V. Exª.

Agradeço a tolerância. Mas é só final que eu havia preparado.

Já se vão mais de 20 anos desde os grandes movimentos populares – aos quais V. Exª se refere. E, convenhamos, permanecem frustradas as expectativas de mudanças de postura e de prioridades. Apenas alguns arremedos, exatamente para que tudo permaneça como está. Migalhas que, também convenhamos, não são suficientes para um grande projeto de paz para o nosso País.

Os movimentos dos últimos dias nada mais são, portanto, que a explosão de um grito parado no ar, há mais de duas décadas. Não há como negar: um grito de esperanças frustradas. Um grito contra a corrupção entranhada em todos os Poderes, em todos os níveis. Um grito contra a impunidade, principalmente porque ela se perpetua nas camadas mais abastadas da população. Um grito contra os gastos supérfluos, na contramão das necessidades urgentes da educação, da saúde, da segurança pública, da infraestrutura, da economia social. Um grito contra a política dos conchavos, longe dos interesses do povo. Um grito contra a dádiva, que ocupa o lugar do legítimo direito. Um grito contra a falta de um projeto de desenvolvimento nacional, e não de crescimento atrelado aos ganhos de poucos, em detrimento de todos.

O recado aos que se julgam donos do poder foi dado na proibição de bandeiras partidárias em todas as manifestações, na ausência dos líderes que se imaginavam perpétuos na condução dos movimentos populares.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Lá não estava a UNE. Lá não estava a CUT. Portanto, partidarizar a discussão sobre o atual movimento popular é um tiro no pé, ainda que com bala de borracha. Há um grito novo parado no ar. Um grito contra a velha política. Novas lideranças surgirão sobre outras bandeiras. E, nós, Parlamentares, não podemos passar ao largo da constatação de que, no centro do poder, os manifestos se dirigem exatamente a esta Casa, ao Congresso Nacional.

Não entendo que aqui estejam tão somente as frustrações, apesar de saber que elas são muitas. Aqui também mora muita esperança. O Congresso Nacional é o símbolo maior da democracia, e democracia é um governo do povo. É aqui que o povo mostra o seu desejo de mudança.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É aqui que, neste momento, o nosso povo deposita a esperança de que é possível fazer uma nova política. De nada vão adiantar os nossos discursos de cobrança e de atribuição de culpa a outros Poderes da República, ao partido A ou ao partido B. As sementes de mudança que o povo exige nas ruas estão aqui. O povo já não quer apenas o combate às pragas das plantas políticas atuais. O povo quer novas sementes. O povo deseja novas plantas. O povo exige outros frutos – repito: mudança de postura e de prioridades. Portanto, as novas plantas da política exigidas pelo povo nas ruas têm que ser cultivadas com sementes geradas aqui no Congresso Nacional. O Parlamento é o viveiro das mudas políticas, das mudas sociais, da árvore frondosa da democracia. Eu entendo este momento como um dos mais importantes da nossa história. Hoje, a um único toque, milhares de pessoas ocupam as ruas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – A falta de lideranças bem-definidas é um sinal de repúdio ao velho modo de fazer política, mas é um risco: enquanto esse velho modo de fazer política ainda estiver no poder, a experiência do que não queremos de volta. A velha política encontra, na maioria das vezes, artifícios nem sempre nobres de perpetuação no poder. Ainda que sob o discurso da mudança, desde que a prática continue a mesma.

O Parlamento não pode permanecer inerte, escudado apenas em discursos.

Ontem, os cálculos deram conta de algo como 300 mil pessoas nas ruas das nossas principais cidades. Se todas elas estivessem em Brasília, certamente rumariam para o Congresso Nacional, tomariam toda a Esplanada dos Ministérios, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal.

Mas não podemos nos esquecer de que, há muito pouco tempo, 1,6 milhão de brasileiros assinou um abaixo-assinado contra a eleição do atual Presidente do Congresso.

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – E, se eu disse "atual", é porque os Senadores fizeram os tais ouvidos moucos.

Por isso, Sr. Presidente, digo de todo o coração: o povo está na rua. Neste momento, começa a passeata, e nós estamos aqui. Que tenhamos a coragem de fazer a nossa parte! Que tenhamos a dignidade de iniciar as mudanças que o povo espera!

Não calcula V. Exª a emoção com que agradeço a sinceridade e a gentileza de V. Exª, eu, que, na quarta-feira, sentei-me às duas e meia, saí às sete e não consegui falar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas hoje nós compensamos. V. Exª falou 1h20, com os devidos apartes.

Quero cumprimentá-lo, Senador Simon, pelo brilhantismo do seu pronunciamento, deixando claro que esse movimento, na visão dele, não é contra ninguém. O movimento tem suas bandeiras, tem suas causas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E eu tomo a liberdade de dizer que é bom lembrar a todos: o PL nº 132 não é a PEC nº 37, para ficar bem claro ao País. O PL nº 132 foi votado por voto de Liderança; a PEC nº 37, como disse muito bem o Senador Pedro Taques, é voto ali, no painel. Com o voto no painel, cada um vai ter que dizer como votou, e acho que o quadro muda, no meu entendimento.

Senador Eduardo Suplicy, para uma comunicação inadiável.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Anibal.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT, Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Também tenho um breve comunicado. Eu me inscrevi também.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o Senador Eduardo Suplicy aguarda para fazer seu pronunciamento, quero aproveitar alguns minutos para informar que, depois dos insistentes apelos que tornamos públicos aqui, tanto o Senador Jorge Viana quanto eu, houve a decisão do Supremo Tribunal Federal no sentido de conceder o legítimo direito de defesa em liberdade das pessoas que se encontravam presas no Estado do Acre, em função de uma operação da Polícia Federal.

Houve uma manifestação pública, e eu tive um posicionamento público firme, exigindo o que eu já havia exigido aqui, no Senado Federal, que era o cumprimento à Constituição. E isso foi mal interpretado por alguns que tentaram fazer das minhas palavras como se eu tivesse adotado o preconceito de gênero. Então, nesse sentido, escrevi uma carta que quero, rapidamente, tornar pública, aqui, no Senado Federal, e que será publicada também nos veículos de comunicação do Acre:

> *Amigo Sílvio e tantos leitores do Jornal A Gazeta e suas gazetinhas; em respeito aos longos anos em que nos conhecemos, alguns deles como colegas de ofício, achei por bem externar mais uma vez minha opinião sobre o que considero excesso nessa chamada Operação G-7, principalmente no que diz respeito à postura de algumas autoridades. Posso ter exagerado no tom durante minha fala no ato público em frente ao Palácio* [Rio Branco]*, mas não ao ponto de me declarar arrependido, porque tenho consciência de que o exagero maior vem sendo praticado pelas pessoas que têm a missão de zelar pelo respeito à Constituição e foram as primeiras a afrontá-la, negando àquelas 14 pessoas que estavam presas havia 30 dias, sem condenação, o direito inalienável que elas tinham de responder ao processo em liberdade, como fez o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, na última segunda-feira. Desde que ocorreram as prisões, os advogados vinham requerendo seu relaxamento porque havia fundamentação legal para isso, mas, infelizmente, o que valeu foi a decisão autocrática da desembargadora Denise Bonfim, que encontrou seu momento mais extremo na polêmica sessão do Tribunal de Justiça sob a presidência da Desembargadora Cezarinete Angelim, em que o desembargador Adair José Longuini, impedido de falar e muito menos de votar, classificou de "tribunal de exceção". Procuro fazer o que considero correto e justo e continuo com a opinião de que as operadoras do Direito, Desembargadora Denise Bonfim e Desembargadora Cezarinete Angelim, que deveriam acima de tudo defender e bem representar uma instituição que é basilar no Estado Democrático de Direito, que é o Tribunal de Justiça, agiram para diminuí-lo, instaurando, repito, o que o desembargador Adair Longuini classificou de "tribunal de exceção", a serviço, como se expressou a OAB secional Acre em nota pública, da "egolatria" de alguns de seus membros. As desembargadoras em questão, que, reconheço, chegaram pelos seus méritos ao mais elevado posto da carreira jurídica acreana para exercerem mandato vitalício, abdicaram da discrição própria da magistratura para aderir à exposição comum aos políticos, que têm mandatos temporários e precisam de visibilidade diária para prestar contas de seus feitos aos eleitores.*
>
> *Pela forma intransigente como se conduziram nesse processo, considero que elas ainda não se deram conta de que precisam ser exemplo de respeito às leis e à Constituição, assim como nós da política, em nossos mandatos parlamentares e no Executivo.*

Respeitar às leis é garantir o direito de um acusado que atenda aos critérios estabelecidos, responder a um processo legal em liberdade, como fez o ministro Luiz Fux, depois de 37 dias dessas pessoas inconstitucionalmente segregadas.

Reconheço que é absolutamente lamentável que o clima de tensão e fragilidade institucional tenha chegado a tal ponto [no Acre]. *Mas, convenhamos, isso tudo poderia ter sido evitado se o devido processo legal estivesse desde o início sendo respeitado. Ainda que tenha provocado a fúria dos adversários do PT e do projeto que defendo e o espírito corporativo de alguns, tenho consciência limpa porque agi em defesa da Justiça e do direito de cidadãos que naquele momento estava sendo violado, clamando para que as desembargadoras se resolvessem no tocante às suas atribuições constitucionais e jamais por preconceito de gênero, como se arvoram a interpretar certos arautos da moralidade.*

O mandato de senador que hoje ocupo tem data marcada para o seu término, e caberá ao povo (...) fazer o seu julgamento (...).

Obrigado pela atenção e pelo respeito (...).

E fica esse posicionamento aqui, para deixar bem claro que não usei de nenhum preconceito de gênero para com as desembargadoras. Apenas questionei que elas deveriam prestar o serviço de cumprir a Constituição e as leis e não tomar partido da situação que estava acontecendo, e que o Ministro Fux bem reconheceu que as pessoas tinham o direito de responder em liberdade, e assim o fez, acatando o pedido de soltura dessas pessoas, na última segunda-feira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Anibal Diniz, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero até dizer uma palavra ao Senador Paulo Paim, que sabe que, desde 1955, foi fundado o Dieese. E o Dieese, recentemente, inaugurou a Escola Dieese de Ciências do Trabalho. Eu até quero sugerir à direção, ao Presidente Antonio de Souza e aos demais diretores, inclusive ao Nelson Karan, Coordenador de Educação do Dieese, que lhe convidem para ali fazer uma palestra.

Eu quero dizer que recebi um presente de aniversário, pois recentemente fui convidado para participar do Ciclo de Conferências para Alunos, Pesquisadores e Dirigentes Sindicais da Escola Dieese de Ciências do Trabalho, para proferir uma palestra sobre a Renda Básica de Cidadania, no dia 21 de junho de 2013, amanhã, das 9h30 às 12h30, um evento aberto ao público, nas dependências da Escola Dieese de Ciências do Trabalho, na Rua Aurora, nº 957.

Se alguém quiser participar, vai me dar muita alegria. Inclusive, no meu diálogo com as representantes do Movimento Passe Livre, eu disse que seriam muito bem-vindas a essa palestra, em que vou falar, a convite de Nelson Karan, a respeito de toda a origem da proposta da Renda Básica de Cidadania, que, conforme explico no meu livro, leva em conta tudo o que aconteceu desde o início da história da humanidade. Seus fundamentos estão tanto no Mestre Confúcio como em Aristóteles, como no Antigo e no Novo Testamento da Bíblia Sagrada, como nos ensinamentos do Alcorão e de seus seguidores, como nos ensinamentos do Budismo. Essa proposta leva em consideração as reflexões de filósofos e economistas no mais largo espectro do pensamento econômico.

Ademais, falarei a respeito de toda a evolução do Programa Bolsa Família e de como ele é um passo para um dia chegarmos à renda básica incondicional.

Portanto, faço aqui o convite, sobretudo aos dirigentes sindicais que frequentam a Escola Dieese de Ciências Sociais e a todos os interessados em melhor conhecer. E aqui vai a minha proposta: que um dia V. Exª também seja convidado para falar tanto da sua história de interação com o movimento sindical, de interesse dos trabalhadores. E que V. Exª me convide para o dia em que fizer a palestra, porque eu quero assistir. Está bem?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou dizer que V. Exª aceita o convite deles para um dia ali também dar uma aula sobre a vida sindical brasileira, a luta pelos direitos dos negros, dos aposentados, dos trabalhadores e dos cidadãos brasileiros em geral. Então, é com muito carinho, Senador Paulo Paim.

Sr. Presidente, assim concluo a minha comunicação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, DE 2013

Acrescenta os §§ 7º e 8º ao art. 180 do Código Penal, para estabelecer a responsabilidade penal de pessoas jurídicas por receptação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 7º e 8º:

"**Art. 180** .....

.....

§ 7º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas penalmente na hipótese do § 1º, com a imposição de multa ou suspensão parcial ou total de atividades, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

§ 8º A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 173, § 5º, da Constituição Federal estabelece que "a lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular". De forma semelhante, existe ainda o art. 225, § 3º, da Constituição Federal, sobre os crimes contra o meio ambiente.

Tal enumeração, entretanto, é meramente exemplificativa e não exauriente, o que abre a possibilidade de sanção penal à pessoa jurídica, também na receptação, nos termos dos mencionados dispositivos constitucionais.

É fácil observar que a pessoa jurídica é utilizada, muitas vezes, como instrumento para dar proveito econômico aos que exploram a receptação. Daí até a previsão da receptação qualificada (art. 180, § 1º, do Código Penal).

Então, para estabelecer a responsabilização penal da pessoa jurídica pelo crime de lavagem de dinheiro, pretendemos acrescentar dois parágrafos ao art. 180 do Código Penal, um para cominar a pena de multa ou suspensão das atividades; outro para fazer a ressalva de que a responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato delituoso.

Acreditamos que a modificação proposta contribuirá efetivamente para o combate ao crime de receptação, representando significativo aperfeiçoamento da legislação penal.

Por tais razões, pedimos aos nobres Pares que votem pela aprovação do projeto de lei que apresentamos nesta oportunidade.

Sala das Sessões,

Senador **BLAIRO MAGGI**

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.

Código Penal.

.....

CAPÍTULO VII DA RECEPTAÇÃO

Art. 180 - Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte: (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)

Receptação qualificada(Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)

§ 1º - Adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime: (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)

Pena - reclusão, de três a oito anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)

§ 2º - Equipara-se à atividade comercial, para efeito do parágrafo anterior, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercicio em residência. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)

§ 3º - Adquirir ou receber coisa que, por sua natureza ou pela desproporção entre o valor e o preço, ou pela condição de quem a oferece, deve presumir-se obtida por meio criminoso: (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa, ou ambas as penas. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)

§ 4º - A receptação é punível, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor do crime de que proveio a coisa. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)

§ 5º - Na hipótese do § 3º, se o criminoso é primário, pode o juiz, tendo em consideração as circunstâncias, deixar de aplicar a pena. Na receptação dolosa aplica-se o disposto no § 2º do art. 155. (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

§ 6º - Tratando-se de bens e instalações do patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista, a pena prevista no caput deste artigo aplica-se em dobro. (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

.....

(À Comissão destinada a proferir parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012 - Reforma do Código Penal)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senadora Ana Amélia, pela ordem, e, em seguida, a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Valadares.

Com a palavra, V. Exª, pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Presidente Renan Calheiros, V. Exª tem dado celeridade na Casa à apreciação de matérias relevantes, tem feito uma condução mais ágil dos procedimentos.

Está incluída na pauta da próxima semana, mas penso que temos condições de antecipar a votação para hoje do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2013, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que aprova o texto do acordo entre a República Federativa brasileira e a República do Uruguai sobre transporte pluvial e lacustre na hidrovia Uruguai/Brasil, assinado em Santana do Livramento, em 30 de julho de 2010.

Nós temos interesse na matéria. Então, se V. Exª puder incluí-la na Ordem do Dia de hoje seria conveniente.

Esse é o item 7. E o item 8, da mesma forma, meu caro Presidente. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 120, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que também é matéria de interesse nacional, assinada no Estado do Paraná, no dia 16 de dezembro de 2010. O Relator foi o Senador Roberto Requião.

Creio que os itens 7 e 8 poderiam ser votados, se V. Exª assim o entender. Dessa forma, já limparíamos a pauta da próxima semana, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senadora Ana Amélia, se não houver objeção da Casa, nós faremos hoje a apreciação dessas matérias, porque não exigem, inclusive, votação nominal. Elas podem ser aprovadas, como fazemos sempre, por acordo.

Faremos isso, como V. Exª recomenda.

Senadora Lúcia Vânia, antes da Ordem do Dia, concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, na noite da última terça-feira, dia 18, o Senado Federal deliberou sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado n° 268, de 2002, que dispõe sobre o exercício da Medicina, no qual tive a honra de atuar como relatora na Comissão de Assuntos Sociais.

Na ocasião, mencionei a relevância da matéria – que tramitou no Congresso Nacional por mais de uma década – e o grande esforço de diálogo que foi empreendido com as diversas categorias profissionais para que se chegasse ao texto que foi apreciado.

Nesse sentido, Sr Presidente, é que me refiro à deliberação do Plenário sobre o inciso VII do §5º do art. 4º do Substitutivo da Câmara. O mencionado §5º traz o rol de atividades que não se caracterizam como privativas do médico, entre elas, a do inciso VII, que trata da "realização dos exames citopatológicos e seus respectivos laudos".

Esse dispositivo foi inserido no projeto pela Câmara dos Deputados, mas obteve, no Senado, pareceres na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Educação, Cultura e Cidadania, pareceres que não especificavam essa competência, deixando um vácuo a respeito do assunto.

Ao relatarmos o tema na Comissão de Assuntos Sociais, contudo, opinamos pela manutenção do dispositivo no texto, sobretudo porque resguarda a atuação de outras categorias profissionais de saúde.

Efetivamente, a posição da CAS foi fruto de acordo que conduzimos com os representantes das categorias envolvidas. Isso representou uma evolução no diálogo sobre a matéria, a ponto de o próprio relator na CCJ concordar com a nossa posição.

Verifico das notas taquigráficas da sessão do dia 18, contudo, que, embora não tenha havido qualquer erro no encaminhamento dado pela Mesa, a complexidade da matéria e a controvérsia que o dispositivo inicialmente suscitou acabaram levando a equívoco o Plenário no momento da votação.

Ao deliberarem sobre esse item, aparentemente, as Srªs e os Srs. Senadores acreditavam, por engano, que votavam a proposta de supressão do dispositivo, e não sua aprovação ou rejeição.

Com isso, o Plenário acabou por se posicionar pela retirada do dispositivo, quando o que se pretendia, em conformidade com o acordo consubstanciado no parecer da CAS e o consenso construído na Casa, era que prevalecesse sua manutenção no texto.

Por tudo isso, Sr. Presidente, na qualidade de Relatora da matéria na CAS e tendo em vista a convergência que se formou entre as Comissões e as Srªs e os Srs. Senadores, requeiro seja adotado, para correção do equívoco identificado nesta Ordem do Dia, o procedimento previsto no inciso I do art. 325 do Regimento Interno do Senado Federal, a fim de que seja submetida ao Plenário a deliberação sobre o inciso VII do §5º do art. 4º do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado n° 268, de 2002, que dispõe sobre o exercício da Medicina.

Espero a posição de V. Exª.

É o seguinte o documento encaminhado pela Relatora:

Senhor Presidente,

Na noite da última terça-feira, dia 18, o Senado Federal deliberou sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado n° 268, de 2002, que dispõe sobre o exercício da Medicina, no qual tive a honra de atuar como relatora na Comissão de Assuntos Sociais.

Na ocasião, mencionei a relevância da matéria – que tramitou no Congresso Nacional por mais de uma década – e o grande esforço de diálogo que foi empreendido com as diversas categorias profissionais para que se chegasse ao texto que foi apreciado.

Nesse sentido, Senhor Presidente, é que me refiro à deliberação do Plenário sobre o inciso VII do § 5° do art. 4° do Substitutivo da Câmara. O mencionado § 5° traz o rol de atividades que não se caracterizam como privativas do médico, entre elas, a do inciso VII, que trata da "realização dos exames citopatológicos e seus respectivos laudos".

Esse dispositivo foi inserido no projeto pela Câmara dos Deputados, mas obteve, no Senado, pareceres contrários da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e da Comissão de Educação, Cultura e Cidadania (CE).

Ao relatarmos o tema na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), contudo, opinamos pela manutenção do dispositivo no texto, sobretudo porque resguarda a atuação de outras categorias profissionais de saúde.

Efetivamente, a posição da CAS foi fruto de acordo que conduzimos com os representantes das categorias envolvidas. Isso representou uma evolução no diálogo sobre a matéria, a ponto de o próprio relator na CCJ concordar com essa nossa posição.

Verifico das notas taquigráficas da sessão do dia 18, contudo, que – embora não tenha havido qualquer erro no encaminhamento dado pela Mesa – a complexidade da matéria e a controvérsia que o dispositivo inicialmente suscitou acabaram levando a equívoco o Plenário no momento da votação.

Ao deliberarem sobre esse item, aparentemente, as Senhoras e os Senhores Senadores acreditavam, por engano, que votavam a proposta de supressão do dispositivo, e não sua aprovação ou rejeição. Com isso, o Plenário acabou por se posicionar pela retirada do dispositivo, quando o que se pretendia – em conformidade com o acordo consubstanciado no parecer da CAS e o consenso construído na Casa – era que prevalecesse sua manutenção no texto.

Por tudo isso, Sr. Presidente, na qualidade de Relatora da matéria na CAS, e tendo em vista a convergência que se formou entre as Comissões e as Senhoras e os Senhores Senadores, requeiro seja adotado, para correção do equívoco identificado, o procedimento previsto no inciso I do art. 325 do Regimento Interno do Senado Federal, a fim de que seja submetida ao Plenário a deliberação sobre o inciso VII do § 5° do art. 4° do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado n° 268, de 2002, que dispõe sobre o exercício da Medicina.

Sala das Sessões, – Senadora **Lúcia Vânia.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – A Senadora Lúcia Vânia, pela ordem, aborda exatamente um assunto da Ordem do Dia. Portanto, antes de concedermos a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, nós vamos dar início à Ordem do Dia, para que nós possamos inclusive resolver essa questão. Está bom assim?

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares. E, como disse, já estamos na **Ordem do Dia**.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o objetivo da minha presença na tribuna é tão somente para confirmar a proposta, o pedido da Senadora Lúcia Vânia, que foi Relatora do Ato Médico na Comissão de Assuntos Sociais.

Quando esta matéria do Ato Médico passou pela última vez na CCJ, eu fui o Relator da mesma, e este assunto do exame citopatológico não foi ventilado; não houve uma demanda para que se incluísse no texto aquilo que existia na Câmara dos Deputados. De tal modo que, no art. 4º do Ato Médico, em que constam todas as atividades privativas do médico, não há nenhuma referência a que o médico pudesse realizar ou fosse da sua competência ou atribuição o exame citopatológico. Assim, o projeto foi aprovado na Comissão de Justiça sem fazer nenhuma referência a este tema, já que os segmentos que foram ouvidos durante dois anos não tocaram neste assunto. Se tivessem tocado, nós teríamos incluído, como fez, corretamente, a Senadora Lúcia Vânia, inclusive com a participação ativa da Senadora Grazziotin, do Estado do Amazonas, que é farmacêutica e acompanhou detidamente, como membro da Comissão de Assuntos Sociais, com o maior interesse e a maior desenvoltura este assunto.

Graças a essa combinação de esforços... Inclusive, fui chamado para uma reunião antes da votação da Comissão de Assuntos Sociais, para a inclusão desse dispositivo, que proporcionava às demais categorias da saúde o direito, a atribuição, a competência do exame citopatológico. Eu concordei antes da votação da CAS, em atenção, em respeito – que eu não poderia deixar de ter – a essa reivindicação justa de diversas categorias, inclusive dos farmacêuticos, na Comissão de Assuntos Sociais.

Portanto, Sr. Presidente, em função desses entendimentos, inclusive com os próprios médicos, é que a Senadora Lúcia Vânia fez a inclusão, acertadamente,

de um inciso, o inciso VII do §5º do art. 4º do Ato Médico, que diz: "a realização de exames citopatológicos e seus respectivos laudos". Nada mais claro do que isso.

Ontem, na votação do Ato Médico, o Presidente Renan Calheiros conduziu com muita correção os trabalhos, com muito equilíbrio, com muito interesse, diga-se de passagem, e não cometeu nenhum equívoco. O equívoco foi aqui no plenário; quando o Plenário queria a manutenção de um dispositivo, esse dispositivo foi rejeitado. Então, na realidade, o que o Plenário queria, o que o legislador queria, o que o Senado queria não era a rejeição, mas a aprovação do inciso VII do art. 4º do Ato Médico.

Quero confirmar a V. Exª, primeiro, o acerto da condução dos trabalhos de V. Exª,...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Agradeço a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE_ – ...que, várias vezes procurou o esclarecimento de como o Plenário queria votar. Agora, felizmente, ainda há tempo, já que a matéria não foi enviada à sanção presidencial, de que essa correção seja feita ainda hoje no plenário desta Casa.

Agradeço a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero, primeiro, cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Valadares, que acaba de falar, e registrar o empenho que ambos tiveram durante toda a análise desse projeto, que está há mais de uma década no Parlamento brasileiro.

E quero também reconhecer que a Mesa encaminhou corretamente. Acho que faltou uma melhor compreensão do Plenário, Sr. Presidente. Eu mesma votei de tal forma que achava estar mantendo o inciso VII do § 5º do art. 4º.

Veja bem V. Exª, havia três pareceres. Nós tentamos mostrar que o parecer que queríamos votar era o da Comissão de Assuntos Sociais. Entretanto, tecnicamente, eles se assemelham, tanto o da Comissão de Constituição e Justiça, como o da outra comissão, cujo Relator, salvo engano, foi o Senador Cássio Cunha Lima.

E registro que esse acordo que fizemos, no âmbito da CAS, tanto com a participação do Senador Valadares quanto com a participação do Senador Cássio Cunha Lima, que havia sido Relator na matéria também, é muito importante, Sr. Presidente. Porque, apesar de o art 4º dizer que "São atividades privativas do médico", o §5º desse artigo excetua, dizendo o seguinte: "Excetuam-se do rol das atividades privativas do médico". Aí vem o inciso VII, que foi o que a Comissão de Assuntos Sociais incluiu, por proposição da Senadora Lúcia Vânia, Relatora – nós apresentamos e a Senadora acatou: "VII – A realização dos exames citopatológicos e seus respectivos laudos". Isso é muito importante, porque garante a atividade ao médico, mas garante também ao farmacêutico e ao bioquímico, que já realizam muito bem essa atividade, Sr. Presidente.

Então, quero concordar com o encaminhamento da Senadora Lúcia Vânia, do Senador Valadares, para que a gente possa corrigir esse que foi um equívoco não da Mesa, mas um equívoco do Plenário.

Também votamos a matéria quase 11 horas da noite, Sr. Presidente, depois de um debate muito caloroso em relação ao Fundo de Participação dos Estados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Primeiramente, com referência ao objeto da questão levantada pela Senadora Lúcia Vânia, a Presidência esclarece que houve absoluta, como todos disseram, regularidade regimental no procedimento de votação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao **Projeto de Lei nº 268, de 2002**, do Senado Federal.

Entretanto, tendo em vista as manifestações feitas agora pela própria Senadora Lúcia Vânia, pela Senadora Vanessa Grazziotin e pelo Senador Antonio Carlos Valadares, reiterando o parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais ao **inciso VII do § 5º do art. 4º do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002**, determinando que a realização de exames citopatológicos e seus respectivos laudos não seja privativa de médicos.

A Presidência, evidentemente, não havendo objeção do Plenário, submeterá novamente o referido dispositivo à deliberação da Casa, nos termos do inciso I do art. 325 do Regimento Interno do Senado Federal. Esclarece ainda a Presidência que a matéria deixa de ser enviada à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo em vista manifestação dos relatores nessas comissões permanentes do Senado Federal.

Parece não haver objeção.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o dispositivo citado, ele será mantido no texto do projeto, como pediu a Senadora Lúcia Vânia, como pediu o Senador Antonio Carlos Valadares e a Senadora Vanessa Grazziotin.

Como consequência, a Presidência determina a republicação da redação final para fazer constar o dispositivo que acaba de ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Queremos comunicar à Casa que o Supremo Tribunal Federal está concluindo apreciação da liminar concedida pela suspensão do **Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2013**, que, aprovado na Câmara, estava tramitando no Senado Federal.

Já votaram todos os Ministros. Está apenas a votar o Ministro Celso de Melo.

Há pouco perguntado com relação à inclusão ou não na pauta deste projeto, fiz questão de dizer que nós não havíamos decidido nada com relação a isso, com relação à inclusão do Projeto de Lei nº 14 na pauta do Senado Federal.

Essa é uma decisão que vamos tomar posteriormente, com a própria Casa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Aproveito também a oportunidade para destacar a relevância do **Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2012**, de nossa autoria, que altera a Lei nº 8.800, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre as informações do cartão de identificação do usuário do Sistema Único de Saúde, que trata da determinação legal para manutenção do cartão nacional de saúde. Como todos sabem, importante instrumento na identificação dos usuários do Sistema Único de Saúde aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais com emenda do Senador Romero Jucá.

Esse cartão é instrumento imprescindível, pois viabiliza a segurança, a rapidez, a precisão no atendimento do usuário do Sistema de Saúde.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. *Fora do microfone.*) – Posso comentar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Pode, claro!

Senador Casildo Maldaner, pela ordem, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Posso comentar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Pode, pode comentar.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de comentar sobre este tema porque participei da Comissão de Assuntos Sociais no dia de ontem, quando da votação desta matéria. Gostaria de ressaltar que a proposta é de origem de V. Exª, nesta Casa,...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Obrigado.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – ...e com a participação do Senador Romero Jucá. E foi muito elogiada. O Senador Paulo Paim lá esteve lá, vários colegas estiveram, e foi muito elogiada essa ideia.

Eu já vinha pregando há muito tempo, no meu Estado, Santa Catarina, que tínhamos que ter um documento que fosse factível imprimir o RH das pessoas, se é alérgico a isso ou àquilo. Na verdade, essa proposta vem contemplar isso. Vem contemplar esse vazio. Porque, muitas vezes, pode ocorrer um acidente e a pessoa não ter alguém da família ou quem a conheça no atendimento; se trouxer o RH da pessoa será fundamental.

Eu diria, Presidente Renan, que poderíamos ir além. Pedi à assessoria do gabinete para fazer um estudo, e também à consultoria da Casa, se seria possível fazer com que os programas fossem em nível nacional e, através dos postos de saúde do Brasil inteiro, os hospitais tivessem o cadastro de cada pessoa.

Se ocorrer um acidente, acessaria o *software*, no cadastro *on line*, de modo a conhecer, de cada um dos brasileiros, qual é o tipo sanguíneo, o fato Rh, quais as peculiaridades que, para o caso de ocorrer necessidades e não se ter a quem informar.

Mas eu quero, neste momento, louvar esse grande passo, sem dúvida alguma, essa tese que nós aprovamos, ontem, na Comissão de Assuntos Sociais. Inclusive, o Senador Jayme Campos também lá esteve e manifestou-se em relação a essa matéria.

Meus cumprimentos sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Nós agradecemos a intervenção do Senador Casildo Maldaner, a mobilização e a defesa que os nossos queridos colegas Senadores fizeram do projeto na Comissão de Assuntos Sociais, principalmente – e o Senador Casildo Maldaner bem destacou –, na eventualidade de o usuário do Sistema de Saúde estar incapacitado de oferecer qualquer esclarecimento necessário ao seu tratamento. Por isso, a relevância do projeto ao acrescentar informações sobre o tipo sanguíneo e possíveis alergias que o paciente sofra.

Assim eu pediria, mais uma vez, aos Senadores que apóiem a tramitação dessa proposição, uma vez que a sua aprovação é medida significativa para o atendimento dos brasileiros nas unidades do Sistema Único de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – **Item 8**:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2013

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à

Amazônia Ocidental no prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.

Em discussão a proposta. (*Pausa.*)

Consulto a V. Exª se deseja...

Não havendo quem queira discutir a proposta, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para dar prosseguimento à discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 41, DE 2013

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2013 (nº 564/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Transporte Fluvial e Lacustre na Hidrovia Uruguai/Brasil, assinado em Santana do Livramento, em 30 de julho de 2010.

Parecer é favorável.

Parecer de nº 523, de 2013, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que teve como relator o Senador Roberto Requião.

Discussão do projeto, em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o projeto, declaramos encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Decreto Legislativo.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 41, DE 2013

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Transporte Fluvial e Lacustre na Hidrovia Uruguai-Brasil, assinado em Santana do Livramento, em 30 de julho de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Transporte Fluvial e Lacustre na Hidrovia Uruguai-Brasil, assinado em Santana do Livramento, em 30 de julho de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 120, DE 2013

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2013 (nº 471/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Decisão CMC nº 63, de 2010, Alto Representante-Geral do Mercosul, aprovada na XL Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, realizada em Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, em 16 de dezembro de 2010.

O Parecer favorável, sob nº 524, de 2013, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, teve como Relator o Senador Roberto Requião.

Em discussão o projeto.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caros colegas, foi oportuna a tese levantada pela Senadora Ana Amélia para que, tanto aquele que foi firmado em Livramento, que votamos anteriormente, como, agora, esse acordo também firmado em Foz do Iguaçu, em relação também ao fortalecimento do Mercosul...

Por que nós temos que apoiar isso e pensar em fazer com que isso se revigore? Para contrapormos um pouco o que se está criando aí. Nós temos, aí, a Aliança do Pacífico, que está se fortalecendo, entre os países do Peru, a Colômbia, o México, e nós estamos, de certo modo, a perder tempo, a perder terreno, como se diz na gíria.

Eu nunca me esqueço de que, quando se iniciou o primeiro acordo, as tratativas iniciais do Mercosul, nos idos, se não me engano, de 89/90, quando o Presidente Sarney era o Presidente da República e o da Argentina, se não me engano, era o Presidente Alfonsín, quando se deu os primeiros passos rumo ao Mercosul, já se falava no Mercado Comum Europeu, e, aqui, se iniciavam os caminhos do Mercosul.

Eu nunca me esqueço, inclusive quando eu passei o Governo de Santa Catarina, em 1991, eu recebi

(*) A íntegra do projeto encontra-se publicado no DSF de 2-4-2013.

uma bolsa do CNPq e fiquei quase cinco meses em Madri, participando de estudos internacionais. E a monografia que apresentei, com esse trabalho, dizia respeito às partes iniciais dos entendimentos do Mercosul. Passamos nessa linha o trabalho, e isso já faz vinte e poucos anos. Nós estamos aí e temos que fortalecer cada vez mais.

Por isso, essa matéria vem ao encontro disso. E eu quero elogiar, mais uma vez, a atenção e o alerta, Senadora Ana Amélia, em levantar esses dois casos para que nós pudéssemos aproveitar o dia de hoje para aprovarmos.

Eram as considerações, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Apenas um registro, Senador Presidente, em homenagem ao Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – ... pela referência feita pelo Senador Casildo Maldaner.

Trata-se de uma curiosidade apenas, até porque a história precisa fazer esse registro.

À época em que o nosso colega Senador Sarney era Presidente da República, no momento do início das tratativas para se criar o Mercosul – e ele brincou comigo, à época, porque eu era jornalista e estava lá em Buenos Aires nessa cobertura –, houve uma tentativa de se criar uma moeda comum no âmbito do Mercosul, a exemplo do que existe, hoje, com o Euro. A moeda se chamaria "gaúcho", ou "*gaúcho*", em espanhol, como referência à figura mais emblemática e mais exemplar da região. O Presidente Sarney, aqui presente, lembra-se bem disso.

Lamentavelmente, a moeda não existiu, mas desejamos que o Mercosul continue um bloco, uma união aduaneira sólida, como disse o Senador Casildo Maldaner, que fez até monografias a respeito disso.

Apenas esse registro, Sr. Presidente, agradecendo a sua gentileza de ter incluído na pauta matérias que estavam pautadas para a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2013.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 120, DE 2013

Aprova o texto da Decisão CMC nº 63, de 2010, Alto Representante-Geral do Mercosul, aprovada na XL Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, realizada em Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, em 16 de dezembro de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Decisão CMC nº 63, de 2010, Alto Representante-Geral do Mercosul, aprovada na XL Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, realizada em Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, em 16 de dezembro de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Decisão, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra ao Senador Walter Pinheiro, eu quero comunicar à Casa que eu estou tendo a honra e a satisfação de assinar os autógrafos do **Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002** (nº 7.703, na Câmara dos Deputados), aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional, que dispõe sobre o exercício da Medicina.

O projeto está sendo mandado à sanção.

Encerrada a Ordem do Dia.

(*) A íntegra do projeto encontra-se publicado no **DSF** de 4-6-2013.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 428, de 2013)

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010, de autoria do Deputado Gilmar Machado, que *altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.*

Pendente de pareceres da CMA, CCJ, CDR e CAS.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2012

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal.*

Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2011

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.*

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.*

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2012

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6º Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.*

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 2012

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.*

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que

oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 123, DE 2011

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011 (nº 98/2007, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Otavio Leite), que *acrescenta a alínea "e" ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.*

Parecer sob nº 484, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta, com voto vencido do Senador Eduardo Braga.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2010

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que *altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência.*

Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244, DE 2013

Acrescenta o § 7º ao art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para determinar a obrigatoriedade da divulgação, nos convênios celebrados pela União, da origem dos recursos empregados na aquisição de bens imóveis, equipamentos e veículos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

"Art. 116. .....

.....

§ 7º Os convênios e contratos de repasse em que se promova a aquisição de bens imóveis, equipamentos e veículos com recursos transferidos pela União deverão conter cláusula que determine a divulgação, nos bens em questão, de forma clara e visível para a população, da origem dos recursos." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este Projeto de Lei do Senado (PLS) tem o propósito de estabelecer a obrigatoriedade de identificação dos bens adquiridos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios com recursos de transferências voluntárias da União. Os convênios e contratos de repasse celebrados pela União, sempre que envolverem a aquisição de bens imóveis, equipamentos e veículos, deverão prever a identificação e divulgação, no próprio bem, da origem dos recursos empregados na sua aquisição.

A medida visa coibir o uso político das transferências voluntárias de recursos federais para os governos dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Com essa determinação, os governadores e prefeitos não mais poderão auferir dividendos políticos, de forma indevida, com o repasse de verbas da União. A fórmula que propomos deixará claro para a população, por exemplo, que a aquisição de ambulâncias, ônibus escolares e viaturas policiais não foi efetuada com recursos da Prefeitura ou do governo do Estado, se for esse o caso.

Os cidadãos têm o direito de saber a origem dos recursos que custearam a aquisição dos bens públicos colocados a sua disposição. Isso é fundamental para que possam formar um juízo esclarecido sobre a atuação dos agentes políticos de cada esfera de governo, ganhando condição de avaliar a competência administrativa de cada um deles.

Por essas razões, pedimos aos Senhores e Senhoras Senadores o apoio a este projeto.

Sala das Sessões, Senador **Blairo Maggi.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

.....

CAPÍTULO V

Dos Recursos Administrativos

Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

§ 1º A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I – identificação do objeto a ser executado;

II – metas a serem atingidas;

III – etapas ou fases de execução;

IV – plano de aplicação dos recursos financeiros;

V – cronograma de desembolso;

VI – previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VII – se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

§ 2º Assinado o convênio, a entidade ou órgão repassador dará ciência do mesmo à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal respectiva.

§ 3º As parcelas do convênio serão liberadas em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos a seguir, em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

I – quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão descentralizador dos recursos ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública;

II – quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

III – quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo partícipe repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

§ 4º Os saldos de convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

§ 5º As receitas financeiras auferidas na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

§ 6º Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, acordo ou ajuste, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 695, DE 2013

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do inciso II, do §6º, do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, cancelamento da Sessão Especial prevista para o dia em 24 de junho de 2013, às 11:00 horas, destinada a comemorar os 191 anos de fundação do Grande Oriente do Brasil.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Senador

Pedro Simon

Cassio Cunha Lima

Rodrigo Rollemberg

G. Suassuna

REQUERIMENTO Nº 696, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 40, parágrafo 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para representar o Senado Federal na **Jornada Mundial da Juventude 2013**, na cidade do Rio de Janeiro, no período de 22 a 28 de julho de 2013, conforme indicação da Presidência do Senado Federal.

Sala das Sessões, em

Senador **VICENTINHO ALVES** (PR-TO)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/ PMDB – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO
Nº 697, DE 2013

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja considerado como missão oficial a minha participação na Conferencia Internacional sobre Adaptação à alterações Climáticas – Políticas, Práticas e Legislação, a ser realizada em Beijing / República Popular da China entre os dias 02 e 04 de julho próximo, conforme convite anexo, com ônus parcial para o Senado Federal.

Nos termos do art. 39 comunico, ainda, que estarei ausente do país no período de 30 de junho a 07 de julho de 2013.

Sala das Sessões, 20 de junho de 2013.

Senadora Vanessa Grazziotin
PCdoB/ AM

Londres, 06 de maio de 2013

Cara Senadora Grazziotin,

CONVITE PARA A REUNIÃO DE ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

PEQUIM, CHINA 2-4 JULY 2013

É com grande prazer que estou escrevendo para convidá-la para a Conferência Internacional sobre Adaptação às Alterações Climática Políticas, Práticas e Legislativas, que será realizada de 02 a 04 julho de 2013, em Pequim.
Em um clima de mudança, os elaboradores de políticas e os legisladores estão enfrentando novos desafios no desenvolvimento de planejamento e respostas aos impactos climáticos através de uma gama de setores. A Conferência Internacional sobre Adaptação às Alterações Climática Políticas, Práticas e Legislativas visa desfazer alguns desses desafios.

A conferência terá foco especial na:
• Adaptação de apoio com a Legislação nacional
• Questões-chave para os tomadores de decisão - capacitação para fazer as provas baseadas em planos e políticas de desenvolvimento num clima de mudança
• Principais oportunidades para crescer redes para a Cooperação do Sul ao Sul na adaptação às alterações climáticas

Esta é uma reunião de três dias, organizado em parceria com a GLOBO Internacional, onde irão participar legisladores mais experientes de países em desenvolvimento reunidos para compartilhar conhecimentos, experiências nacionais e formar redes em questões políticas relativas à adaptação às alterações climáticas. Esta conferência é organizada pela adaptação às alterações climáticas no projeto da China (ACCC), que é um projeto em conjunto com o Governo Nacional de desenvolvimento chinês e Comissão de Reforma (CNDR), a Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC), o Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID) e do Departamento de Energia e Mudanças Climáticas (DECC). ACCC é uma iniciativa de pesquisa política, ajudando nas respostas da China aos impactos das mudanças climáticas com a construção da base de dados necessária para apoiar os elaboradores de políticas.
GLOBE Internacional apóia parlamentares nacionais para desenvolver e acordar respostas legislativas comuns aos grandes desafios do desenvolvimento sustentável. GLOBO foi convidado a organizar o terceiro dia da conferência, que vai se concentrar exclusivamente na legislação, além disso, haverá oportunidades para os legisladores do GLOBO desempenhar um papel ativo nos dois primeiros dias, interagindo com os principais especialistas internacionais, políticos e organizações internacionais.

A Reunião de cúpula de adaptação em Pequim vai servir para desenvolver um conjunto de "princípios legislativos sobre Adaptação" para ser levado para os parlamentos locais e também a segunda Reunião Climática de Legislação do GLOBO, que irá envolver mais de 100 parlamentares de 40 países onde terá lugar no Senado colombiano em outubro de 2013.

Legisladores presentes também terão a oportunidade de interagir com líderes de mudanças climáticas da China, incluindo o ministro Xie Zhenhua e Chief Negotiatior Su Wei. Esta reunião de alto nível, facilitada pela GLOBO Internacional, também ocorrerá em paralelo à conferência de três dias.

As despesas de viagem e/ou alojamento para o período de duração do encontro será coberto mediante solicitação. Refrescos serão fornecidos durante toda a duração do encontro.

Como as vagas são limitadas, eu ficaria muito grato se V. Excelência pudesse responder a este convite por e-mail para a Gerente de Projeto, a Sra. Michal Nachmany, no Michal.Nachmany@ globeinternational.org estritamente até 24 de maio.

Eu espero que Vossa Excelência possa participar. Se não puder comparecer, ficaríamos muito agradecidos se pudesse estender este convite a um representante ou delegação de legisladores.

Rt Hon. John Gummer, Lord Deben
Presidente
A Organização Global de Legisladores (Internacional GLOBO)

London, May 6, 2013

Dear Senator Grazziotin,

INVITATION TO CLIMATE ADAPTATION SUMMIT
BEIJING, CHINA 2-4 JULY 2013

It is with great pleasure that I am writing to invite you to the **International Conference on Climate Change Adaptation Policy, Practice and Legislation** which will be held on 2-4 July 2013 in Beijing.

In a changing climate, policymakers and legislators are facing new challenges in development planning and responding to climate impacts across a range of sectors. The International Conference on Climate Change Adaptation Policy, Practice and Legislation aims to unpick some of these challenges.

The conference will have a particular focus on:

- Supporting Adaptation with national Legislation
- Key issues for decision makers - capacity building to make evidence-based development plans & policies in a changing climate
- Key opportunities to grow networks for South-South Cooperation on climate change adaptation

This is a three-day summit, organised in partnership with **GLOBE International,** that will see senior legislators from developing countries meeting to share knowledge, national experiences and form networks on policy issues concerning adaptation to climate change. This conference is organised by the Adapting to Climate Change in China (ACCC) project, which is a joint project between the Chinese Government's National Development and Reform Commission (NDRC), the Swiss Agency for Development & Co-operation (SDC) and the UK Department of International Development (DFID) and Department of Energy and Climate Change (DECC). ACCC is a policy research initiative, assisting China's response to climate change impacts by building the evidence base needed to support policymakers.

GLOBE International supports national parliamentarians to develop and agree common legislative responses to the major challenges posed by sustainable development. GLOBE has been invited to organise the third day of the conference, which will focus exclusively on legislation; additionally, there will be opportunities for GLOBE legislators to play an active role in the first two days, interacting with leading international experts, policymakers and international organisations.

The Beijing adaptation summit will serve to develop a set of **"Legislative Principles on Adaptation"** to be taken to local parliaments and to the 2nd GLOBE Climate Legislation Summit, which will involve over 100 legislators from 40 countries and which will take place in the Colombian Senate in October 2013.

Legislators in attendance will also have the opportunity to engage with China's climate change leaders including **Minister Xie Zhenhua** and **Chief Negotiatior Su Wei**. This high-level meeting, facilitated by GLOBE International, will also take place in the sidelines of the three-day conference.

Travel and/or accommodation expenses for the duration of the summit will be covered upon request. Refreshments will be provided throughout the duration of the summit.

As places are limited, I would be very grateful if you could respond to this invitation by emailing Project Manager, Ms. Michal Nachmany, on Michal.Nachmany@globeinternational.org **strictly by the 24th of May.**

I do hope you will be able to join. If you are unable to attend, we would be grateful if you could extend this invitation to a delegate or delegation of legislators.

Rt Hon. John Gummer, Lord Deben
President
The Global Legislators Organisation (GLOBE International)

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 698, DE 2013

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como missão política de interesse parlamentar minha participação na Jornada Mundial da Juventude 2013, na cidade do Rio de Janeiro, no período de 22-7-2013 a 28-7-2013, representando o Senado Federal por indicação do Presidente.

Sala das Sessões,– Senador **Paulo Paim.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 699, DE 2013

Requeiro, na forma do disposto no **caput** do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 138, de 2011 e do PLS nº 227, de 2011, por versarem sobre matérias correlatas.

Sala das Sessões, em de junho de 2013. – Senador **José Pimentel**

REQUERIMENTO Nº 700, DE 2013

Requeiro, nos termos do item 12 da alínea "c" do inciso III do Art. 255, combinado com os incisos I e II do Art. 104-C, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que o Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011, que "Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências", seja encaminhado para apreciação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT.

Justificação

O projeto em questão altera significativamente o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar (ZAE da cana), aprovado pelo Decreto nº 6.961, de 17 de setembro de 2009, ao incorporar áreas que foram excluídas pelos estudos técnicos, no caso os biomas Amazônia e Pantanal e a Bacia do Alto Paraguai, das áreas passíveis de se realizar a expansão dessa cultura.

O argumento de que tais áreas são necessárias para o desenvolvimento econômico das regiões que compõem a Amazônia Legal dominou o debate nas Comissões que já apreciaram a matéria. De outro

lado, o projeto interfere diretamente no zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar (ZAE da cana), instrumento técnico-científico que definiu as áreas de expansão. Portanto, esse tema, ainda carece de maior aprofundamento, razão pela qual requeremos que a matéria seja encaminhada à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para aprofundar a discussão.

Sala das Sessões, **Cristovam Buarque,** Senador

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas para agradecer V. Exª pela presteza com que atendeu a nossa solicitação. Pode ter certeza de que essa presteza fez com que levássemos tranqüilidade a 150 mil farmacêuticos no País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Nós é que, mais uma vez, parabenizamos V. Exª, que foi muito importante para que esta matéria chegasse aonde chegou.

Esperamos que a sanção da Presidenta ocorra o mais rapidamente possível.

Senador Walter Pinheiro, tem a palavra V. Exª.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que estou cedendo a minha inscrição ao nobre Senador Jayme Campos, dos campos de Mato Grosso. Então, cedo a minha inscrição para que S. Exª possa usar da tribuna.

Eu gostaria ainda de chamar V. Exª à atenção sobre duas coisas. A primeira delas é o esforço que todos nós empreendemos aqui para a apreciação da matéria que trata da distribuição do Fundo de Participação dos Estados, para os Estados, e o esforço para que, na próxima terça-feira, tenhamos a apreciação por parte da Câmara.

Então, o pleito que já fiz a V. Exª é no sentido de dialogar com os Governadores, de dialogar inclusive com a Câmara dos Deputados, para que tenhamos a oportunidade de aprovar essa matéria e, portanto, sair dessa instabilidade jurídica.

O segundo ponto, sobre o qual também já havia conversado com V. Exª, é que estou retomando uma proposta que, inclusive, fiz em 1998. Depois, voltamos a discutir isso, logo após a aprovação da reforma administrativa. Portanto, isso dialoga com essa problemática da PEC nº 37, que é a discussão acerca de um instrumento que, verdadeiramente, possa tratar as atribuições de instituições, e não por meio de uma emenda constitucional.

Portanto, eu até assisti, no dia de hoje, às discussões acerca do adiamento da votação ou coisa do gênero... A proposição que fiz a V. Exª, que espero possamos fazer à Câmara dos Deputados – e conversei também com o Ministro da Justiça no dia de ontem –, é que, na minha opinião, deveríamos retirar essa PEC e discutir, entre as duas Casas, a elaboração de um projeto que trate da questão das atribuições. Não é na Constituição que vamos escrever a atribuição desse ou daquele membro, desse ou daquele Poder ou daquela instituição.

Portanto, acho fundamental, Senador Jayme Campos, que tenhamos isso, que, no passado, muita gente chamava de lei orgânica das instituições. Acho que é o instrumento mais adequado para que nós tratemos isso à luz, inclusive, da contribuição para organização do funcionamento dessas instituições, e não tratando a matéria à luz de relações pessoais ou tentando atender esse ou aquele desejo de quem quer que seja.

Portanto, o nosso dever é zelar pelo funcionamento das instituições. Acho, pois, importante que possamos caminhar para isso. As duas Casas já têm maturidade suficiente para, inclusive, elaborar uma proposta que possa ser apreciada pelas duas Casas e ir ao encontro da necessidade de estruturar o funcionamento das instituições no Brasil, e não pontualmente tratar esse ou aquele comportamento de quem quer que seja. Nós não podemos ter lei que trate do comportamento de membros do Poder Público; nós devemos ter leis que tratem das regras e das condições para que os membros do Poder Público possam atuar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Nós agradecemos a intervenção do Senador Walter Pinheiro.

Eu queria lembrar apenas que, em todos os momentos, nós defendemos a necessidade de ouvir as vozes das ruas com a maior humildade possível, compreendendo a legitimidade das manifestações, recolhendo seus sentimentos, todos os sentimentos e, no que couber, encaminharmos as soluções.

Para tanto, daqui a pouco, nós vamos receber uma representação do movimento, com muita satisfação, o que significa dizer que o Congresso Nacional, que é aberto, é a representação política da sociedade, continuará aberto, conversando e decidindo naquilo que lhe couber e caracterizar o interesse nacional.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, serei muito rápido.

Antes de tudo, quero agradecer ao ilustre e valoroso Senador Walter Pinheiro por ter permitido que eu falasse aqui, na ordem de inscrição, em permuta com S. Exª, em seu nome.

Nossa Comissão de Assuntos Sociais acaba de aprovar parecer favorável ao PLS nº 266, de 2012, de autoria do ilustre Senador Lobão Filho.

A proposição, que tive a satisfação de relatar naquele colegiado, tem por objetivo isentar o décimo terceiro salário do trabalhador do Imposto de Renda de Pessoa Física.

Consideramos a iniciativa extremamente justa, não só porque resgata o sentido original deste salário adicional – que foi concebido como uma espécie de prêmio, de reconhecimento e de incentivo ao trabalhador –, mas também porque a medida certamente concorrerá para aquecer a economia, uma vez que sempre tende a tornar-se combustível de consumo.

Isso é muito salutar, tanto para a classe trabalhadora, quanto para o Tesouro Nacional, pois, como bem enfatizou o autor da proposta, "o efeito econômico gerado pela alta de vendas se propaga para toda a cadeia produtiva, de tal forma que se pode falar em efeito multiplicador, afetando o crescimento da arrecadação em ondas sucessivas."

Historicamente, antes mesmo do décimo terceiro se tornar um direito do trabalhador, boa parte das grandes e médias empresas tinha o hábito de pagar uma gratificação aos seus trabalhadores, sempre no mês de dezembro, visando a proporcionar-lhes a realização de compras para as festividades do dia do Natal. Com o passar dos anos, aquilo que era mera liberalidade do empregador, tornou-se imprescindível para que o empregado pudesse suprir seu apertado orçamento.

Diante disso, o legislador decidiu reconhecer a gratificação natalina como um direito trabalhista, por meio da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962. Mais tarde, em 1988, o Constituinte elevou esse direito à categoria de direito social do trabalhador, inscrevendo-o no art. 7º da Constituição Federal.

Hoje em dia, além da sua função social, que é a de proporcionar à classe trabalhadora participar mais ativamente do mercado de consumo, representa também um instrumento importante não só para fazer frente às suas obrigações financeiras, relativamente a empréstimos realizados durante o ano, como também a compromissos financeiros típicos de começo de ano, como o pagamento de impostos, compra de material escolar para os seus filhos, entre outros.

Ademais, o décimo terceiro salário, ao proporcionar aceleração na economia, propicia ambiente favorável para a geração de novos empregos.

Trata-se, portanto, de medida que, em tempos de baixo crescimento econômico, Senador Paulo Paim, como o que estamos atravessando no momento, deverá incrementar o desenvolvimento do mercado de trabalho e a circulação de bens, serviços e renda, como um todo.

Por isso, acreditamos que, agora distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos, o PLS nº 266 haverá de obter também a coerente aprovação daquela criteriosa instância e nas demais que o apreciarem até sua aprovação final para, se Deus quiser, ser logo transformado em norma jurídica, de modo a favorecer milhões de cidadãos que, com sua pertinaz dedicação e esforço, labutam todos os dias, em prol do fortalecimento da economia nacional.

E por espírito de justiça e pelo merecido reconhecimento ao trabalhador brasileiro que conclamo os estimados colegas a colaborar na aprovação desta importante matéria.

Concluindo, para talvez prestar uma informação a alguns milhões de servidores que trabalham nos órgãos públicos do País, tanto no governo federal como no governo estadual e nas próprias prefeituras, esclareço o que acontece quando, nos Municípios ou nos Estados, é descontado o Imposto de Renda do salário desse servidor público. Muitos entendem que esse dinheiro, ou seja, o que é retirado do salário do servidor, é recolhido para a Receita Federal, mas isso não é verdade: quando o servidor público municipal ou o servidor público estadual tem o imposto de renda descontado de seu salário, o dinheiro fica no caixa da prefeitura ou no caixa do Estado.

O Governo Federal, através da Receita ou do Ministro da Fazenda, pode ponderar que eventualmente haverá uma perda de arrecadação, mas eu acho que seria muito pequena essa perda. E digo isso em função do que mostram os dados estatísticos que temos aqui e da própria informação do Ministro da Fazenda: é algo próximo a R$7 bilhões. E, como bem disse em meu relatório, isso vai voltar sob a forma de novos tributos, já que mais dinheiro estará sendo gasto, naturalmente, no comércio, em supermercados, em farmácias, em postos de gasolina e assim por diante.

De maneira que, aproveitando a oportunidade, quero cumprimentar o Senador Lobão Filho pelo projeto, que é meritório e que, tenho certeza, vai ser aprovado nas demais comissões, particularmente na Comissão de Assuntos Econômicos, como também no plenário da Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Jayme Campos, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há, sobre a mesa, **Requerimento nº 695, de 2013**, solicitando o cancelamento da sessão especial prevista para o dia 24 de junho de 2013, destinada a comemorar os 191 anos de fundação do Grande Oriente do Brasil, nos termos dos **Requerimentos nºs 203 e 214, de 2013**.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT– RS) – O Senador Magno Malta não se encontra, e o Senador Anibal também não.

Passo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, como orador inscrito.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado Presidente, Senador Paulo Paim, prezadas Senadoras, prezados Senadores, prezada Senadora Ana Amélia, hoje o Brasil se manifestará por centenas de milhares, talvez milhões de pessoas em todos os Estados brasileiros, em mais de 80 cidades brasileiras, nas capitais, no interior do País, com manifestações de toda ordem.

Tivemos, ao longo da semana, além das manifestações em algumas das principais capitais brasileiras, também manifestações em várias cidades do mundo.

Essas manifestações têm algumas características: grande parte ou a maior parte dos manifestantes são pessoas jovens; não há uma liderança ou lideranças específicas; cada manifestante é um sujeito, é um ator importante, que leva as suas aspirações e as suas bandeiras para as ruas. E temos a soma de diversas reivindicações.

Mas seria um equívoco muito grande menosprezar o conjunto dessas reivindicações, porque, se formos analisar de forma mais detida, Senador Paulo Paim, nós vamos perceber que há uma relação muito forte entre as diversas reivindicações.

Existem algumas coisas em comum que já podemos identificar nessas diversas manifestações. Há uma crítica contundente à política, aos políticos, aos partidos políticos e às instituições de forma geral. E, quando falo em instituições, eu me refiro às três esferas do Poder: Executivo, Legislativo e Judiciário, no plano federal e nos planos estadual e municipal.

Há, também, uma crítica econômica, uma crítica à agenda política e econômica que vem sendo implementada no Brasil, nos últimos anos, e que não responde, ou parece estar longe de responder aos anseios da sociedade moderna, especialmente da sociedade urbana.

Nós tivemos algumas modificações muito grandes, muito contundentes no País nos últimos anos. Em primeiro lugar, há 30 anos, ocorreu a transição de um regime autoritário, ditatorial, Senador Pedro Taques, para a democracia. E é importante reconhecer os avanços que experimentamos no Brasil, nos últimos anos: a própria democracia; a Constituição de 1988; a liberdade de manifestação e de expressão, que garante que jovens do Brasil todo possam se manifestar livremente; a liberdade de organização sindical; a liberdade de organização partidária.

O que as ruas parecem dizer é que esse ciclo acabou, e não que as pessoas querem abrir mão dessas conquistas. Elas estão dizendo claramente: isso é obrigação do Estado oferecer, mas isso é absolutamente insuficiente para garantir a felicidade das pessoas. As pessoas querem muito mais!

Nós tivemos uma agenda de distribuição de renda, nos últimos anos, que foi capaz de reduzir a pobreza – é importante registrar que houve redução da pobreza, mas não acabamos com a pobreza no nosso País –, mas existem ainda desigualdades sociais muito fortes, desigualdades regionais muito fortes. E não conseguimos avançar, Senador Casildo Maldaner, naquilo que é fundamental para o dia a dia das pessoas, especialmente nas grandes cidades. Os serviços públicos de saúde estão muito ruins; as pessoas, em todos os lugares do Brasil, esperam meses, anos, para fazerem uma cirurgia e, muitas vezes, não são atendidas adequadamente na rede pública de saúde – na maioria das vezes não o são; a mobilidade urbana virou um problema não apenas, Senador Pedro Taques, para quem usa o transporte coletivo, mas também para quem usa o transporte individual.

Tivemos políticas, nos últimos anos, de desoneração, de retirada do IPI dos automóveis. Com um aumento de renda da população, houve a compra de mais automóveis, mas a infraestrutura viária de nossas cidades não melhorou. As pessoas passaram a viver grande parte do seu tempo, passaram a perder grande parte do seu tempo, no dia a dia das grandes cidades, em enormes engarrafamentos. Isso ocorre com quem utiliza o transporte individual. Para quem utiliza o transporte coletivo, ainda é muito pior.

Estamos assistindo a uma verdadeira tragédia no que se refere à segurança pública, no Brasil, com o aumento da violência. A violência atinge, sobretudo, os jovens. Essa população que está indo às ruas neste momento está dizendo a todos nós – este recado é para todos nós e não apenas para alguns –, aos poderes constituídos, Executivo, Legislativo e Judiciário, que não estamos dando conta de responder aos desejos, aos anseios, às expectativas dessa população. Se nós não tivermos a capacidade de reconhecer isso, de fazer essa autocrítica profunda e de, além da autocrítica, construir novos modelos de relação política, seremos literalmente varridos do mapa político.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – V. Exª me permite um aparte, Senador?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Ou mudamos, ou seremos mudados.

Ouço o Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Senador Rodrigo Rollemberg, fico às vezes a ruminar cá comigo essas circunstâncias. Percebi bem, quando V. Exª iniciou as considerações nessa tribuna, que os reflexos não estão só relacionados a um dos Três Poderes, mas a todos eles.

E, na verdade, há alguma coisa que não são só os vinte centavos ou coisa de passagem. Todo mundo já está assimilando que os reflexos são mais do que isso. V. Exª diz que não é só Executivo, Judiciário, Legislativo. Eu diria que são todos os órgãos. Eu sei lá. Eu acho que há, até, um pouco de FIFA nisso, há gastos nisso, há exuberância daquilo. E surge um inconformismo. Eu diria que, na época em que havia um regime duro, a própria imprensa não tinha aquela transparência, não tinha aquela liberdade, e as coisas aconteciam. Aconteciam muitas coisas, muitas vezes nos porões, mas não se sabia. Quer dizer, aconteciam às escondidas, mas não saiam às claras. Isso acontecia. Com a democracia, isso veio a aparecer. Quer dizer, com a livre informação começou a surgir. Isso fortalece o princípio democrático. Eu sei que muitas vezes alguns dizem que o regime democrático vira uma certa balbúrdia, vira uma certa confusão. Tudo bem que vira. Mas eu acho que, de todos os regimes que são ruins, o melhor de todos os piores regimes ainda é o sistema democrático. Se todos são ruins, eu acho que o menos ruim, eu diria, é o sistema democrático, é o debate. O debate é a melhor coisa que há ainda. Quer dizer, é melhor duas horas de diálogo do que cinco minutos de tiroteio. E eu fico a me perguntar: será que agora que a transparência começa a aparecer na informação, e é essa a insatisfação, principalmente, eu diria, da própria juventude que vem surgindo aí. E vem surgindo e quer outras questões colocadas no mapa das discussões, como diz V. Exª. Eu não sei se, talvez, um pouco da insatisfação é da questão de que nós estamos atualmente pensando muito já no ano que vem. Eu às vezes reflito: a sociedade às vezes não quer nem que se fale em partidos. Essa questão cansa um pouco. Nós falarmos só das eleições do ano que vem. Tudo que se pratica, às vezes, é visando ao resultado do ano que vem. Isso começou a vazar muito cedo. Acho que essa prática foi muito antecipada. É algo que vai acontecer daqui a um ano e pouco. Mas parece, dá a entender, que, no Brasil, em tudo que se faz hoje, procura-se ver se nós vamos continuar no poder, se vamos continuar com aquilo que vai ficar conosco. Se isso não dá certo, diz-se: "Olha, tem que praticar mais aquilo". Aí se exerce esse ato que vai atender setores da sociedade que vão nos ajudar no ano que vem. E isso começa a fazer com que nos despreocupemos com aquilo que o presente exige. Quer dizer, nos despreocupamos com aquilo que é uma exigência para nós, que estamos no comando, no Governo, que temos que visar ao presente. A sociedade não quer aquilo que vai acontecer nas eleições de outubro ou novembro do ano que vem. Eles querem ver se trabalham agora. Como diz o outro: se eles querem falar, deixa; mas deixa nós trabalharmos. Havia um *slogan* nesse sentido. Nós temos que pensar é no agora. Vamos trabalhar. Mas e o negócio do ano que vem? Deixa para depois. Acho que deixa para depois, que aquilo acontece. Vamos dar os bons exemplos de prática, de execução, de administração, que é o natural. As coisas se ajeitam para o ano que vem. Pergunto-me: como vai ser em Santa Catarina? Ainda hoje, alguns prefeitos perguntaram: "Como vai ser o projeto de Santa Catarina no ano que vem?" O que eu disse a eles? Olha, nós temos uma aliança, um entendimento, a parceria que construímos em 2010, mas eu acho que, no ano que vem... Vamos trabalhar agora. Eu acho, porque vai ser Santa Catarina, no ano que vem, vamos dar o exemplo, vamos trabalhar, ver se vamos ter sucesso com esse nosso projeto, se ele pode se credenciar na comunidade catarinense, no ano que vem, conforme está. Se ele pode se credenciar, então fica bem. Se ele não pode se credenciar, vamos buscar outros caminhos. Se não der certo, podemos buscar outros caminhos. Vamos palpitar, vamos auscultar e sentir, no momento oportuno, como é que nós temos que agir no ano que vem em Santa Catarina. Então, neste momento, nós temos que trabalhar. Vamos procurar dar o bom exemplo, porque o bom exemplo vai ajudar a nortear os caminhos. Parece-me, Senador Rodrigo Rollemberg, que a boa prática que V. Exª exercita aqui sinaliza para o ano que vem. Nós temos que fazer a mesma coisa, e eu acho que isso vale não só para os governos estaduais, isso

vale também para o Governo Federal, vale também para o Governo da União. Vamos dar o bom exemplo de prática na política econômica, na saúde, porque o povo quer é isso! Quer ver saúde, quer ver segurança, quer ver os dramas do dia a dia. Se nós procurarmos fitar as nossas ações nos dias atuais, para darmos o bom exemplo, as coisas para o ano que vem aparecem naturalmente. Por isso, eu diria, para finalizar este aparte, agradecendo a V. Exª, como alguns Municípios, algumas capitais, estão voltando atrás, estão voltando atrás com R$0,10, R$0,20, o negócio de passagens, que apenas é o início de alguma coisa, nós temos que zerar também essa prática de tudo querer fazer visando ao resultado das eleições do ano que vem. Vamos desempenhar a nossa função, o nosso mandato. Eu acho que, na prática, o que a sociedade quer é isso. Eu acho que isso responde melhor aos anseios do que tentarmos em tudo o que fizermos tentar tirar proveito do resultado das eleições que poderão surgir no ano que vem. Eu ofereço este aparte; é o meu pensamento, é o meu ruminar. Eu fico exercitando, muitas vezes. Viajo hoje à noite para o Sul pensando nessa linha, Senador Rollemberg. Eu penso dessa forma e gostaria de compartilhar com V. Exª as preocupações que externa na tarde de hoje não só ao Senado, mas ao Brasil, o que V. Exª está fazendo.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Ouço, com muita alegria, a Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador Rodrigo Rollemberg, parabéns pelo pronunciamento, em que foi pautado, no início desta tarde, esse tema, e não podemos ignorá-lo. Não podemos fazer ouvidos de mercador, Senador Rodrigo Rollemberg. Concordo com o Senador Casildo. Acho que é um conjunto de fatores, mas ter antecipado o debate da sucessão presidencial e o debate eleitoral também teve um peso significativo e simbólico nesse processo que estamos vivendo hoje. Uma semana antes de ser aberta a Copa das Confederações, aqui, em Brasília, Senador Rodrigo Rollemberg, e o senhor, que representa os eleitores do Distrito Federal, com muito trabalho e muita dedicação, como eu, deve ter lido no *Correio Braziliense* uma história dramática de uma família que perdeu um filho recém-nascido porque não tinha UTI para internar essa criança e, em seguida, não havia vagas nos hospitais de Brasília. E, quando se olha o que foi gasto para construir o Estádio Mané Garrincha, de uma previsão de R$650 milhões, foram gastos R$1,4 bilhão, além dos R$2,5 milhões que foram gastos para comprar ingressos para serem distribuídos às pessoas que foram convidadas para esse jogo. A Copa pode ser muito importante para a economia do País, para o desenvolvimento, para a projeção internacional, mas é preciso definir prioridades, e, muitas vezes, V. Exª aqui e o Senador Cristovam Buarque se ocuparam desse tema, com essa preocupação. Hoje, como moro em Brasília há mais de 30 anos, Senador Rodrigo Rollemberg, eu percebo que as vozes das ruas precisam ser ouvidas por esta Casa e pela sociedade. Digo-lhe também que, como operadora das redes sociais, nessas últimas duas semanas, a frequência da participação na rede social é em relação à PEC nº 33, à PEC nº 37, e todas essas matérias que dizem respeito à questão da impunidade e do mau uso do recurso público "bombaram", na linguagem dos jovens. E quero lhe dizer também, além de concordar com a abordagem de V. Exª, que, no Rio Grande do Sul, hoje, no nosso Estado – do Senador Simon, que abriu os debates hoje a respeito dessa matéria, do Senador Paim, que está presidindo a sessão –, estão sendo realizadas mobilizações em Porto Alegre, Santa Rosa, Bagé, Santa Maria, Cruz Alta, Santa Cruz do Sul, Rio Grande, Alegrete, Ijuí, Pelotas, Cachoeira do Sul, Passo Fundo, Lajeado e São Leopoldo. O Estado, representado por todas as regiões, também está mobilizado. Essa é a maneira de os gaúchos também mostrarem a sua indignação com uma série de coisas que está acontecendo no País e que precisa de um basta, Senador Rodrigo Rollemberg. Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Casildo; muito obrigado, Senadora Ana Amélia, e vocês vejam que eu dizia no início do meu pronunciamento que, embora esse movimento tenha várias bandeiras – e que bom que tenha muitas bandeiras, porque as necessidades e as aspirações são muitas –, mas elas têm uma forte ligação entre si. Se a gente perceber pelas redes sociais, pelos cartazes, todos manufaturados – é uma outra coisa que chama a atenção: não tem nenhum cartaz, uma faixa de pano, uma faixa que foi comprada, que foi paga. Não; os cartazes são feitos de forma manufaturada, ali, na mão, feitos de cartolina, cada um trazendo, com toda a criatividade, a sua bandeira ou as suas bandeiras.

Mas quais são essas bandeiras? Combate à corrupção, corrupção como crime hediondo, não à PEC – e V. Exª tem projeto nesse sentido, Senador Pedro Taques –, não à PEC nº 37, voto aberto. Enfim, são temas que estão vinculados ao combate à corrupção. E a corrupção é a praga que drena os recursos que deveriam ir para esses serviços públicos essenciais à população, que é outra sorte de reivindicações dessas manifestações: saúde de qualidade, educação de qualidade, mobilidade urbana, de boa qualidade e barata,

e segurança pública. Portanto, a gente percebe que há uma clara ligação entre essas bandeiras.

Mas há uma irritação conosco, com a classe política, com as autoridades, digamos assim, instituídas. E essa irritação se reflete, naquelas parcelas mais radicalizadas, no sentido de querer invadir o Congresso, de querer invadir a Assembleia Legislativa, de querer invadir os Palácios do Governo, porque também, Senador Pedro Taques, há um inconformismo porque essas pessoas estão percebendo que, efetivamente, as instituições não estão dando efetividade às coisas. A gente sabe que no Brasil isto é histórico: as pessoas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – ... mais ricas não vão para a cadeia. Existem inúmeros procedimentos protelatórios e não são efetivadas as decisões da Justiça. Muitas vezes, o Congresso Nacional demora muito tempo para tomar determinadas decisões.

A questão que nós estávamos discutindo nesta semana, a do FPE, as questões quanto ao Pacto Federativo, elas guardam – embora, muitas vezes, as pessoas não façam essa ligação direta na rua – uma relação, sim, direta com essa agenda das cidades, porque nós estamos com os Municípios e os Estados vivendo uma situação de muita dificuldade. Nos Municípios e nos Estados, estão os grandes investimentos em mobilidade urbana e no que tange à saúde também. Nós precisamos refletir... Há pouca efetividade nas ações das instituições tais quais elas estão montadas.

E aí vamos à reforma política.

Uma das bandeiras, um dos *slogans* cantados aqui pela manifestação da última segunda-feira, quando eu, o Senador Inácio Arruda, Senador Paulo Paim e Senador Suplicy ficamos aqui até sua dispersão, dizia: "O povo unido governa sem partido". Ou seja: olha que recado para todos nós! As pessoas já não acreditam mais nos partidos. Os partidos ficaram muito iguais, não marcam grandes diferenças. E o debate de reforma política que nós estamos fazendo há anos no Congresso Nacional é absolutamente fora da realidade, Senador Capiberibe, porque, veja bem, até aqueles Parlamentares que julgam estar defendendo propostas mais avançadas defendem o financiamento público com lista fechada! Imagine, lista fechada que será definida por esses partidos políticos! Financiamento público para financiar esses partidos políticos. Então, nós temos de mudar o paradigma dessa discussão.

Isso me lembra, Senador Paulo Paim, o início de meu mandato quando, pela primeira vez, reuni minha equipe. Convidei o Prof. Octaciano Nogueira para nos ajudar a pensar, momento em que lhe disse que uma das prioridades do meu mandato era a reforma política. Enquanto eu falava, eu observava que ele estava com um meio sorriso no rosto.

O Prof. Octaciano Nogueira, um grande cientista político, estava no Congresso Nacional havia anos, desde a década de 60. Quando eu acabei, falei: Mas, professor, não estou entendendo por que o senhor está rindo. "Porque todo início de legislatura é assim: vem a bandeira da reforma política, e essa reforma política nunca acontece, porque todos que estamos aqui, estamos dentro desse sistema político", disse.

Então, não há uma vontade sincera, verdadeira, um interesse verdadeiro de fazer as mudanças radicais que precisam ser feitas. As mudanças são mudanças pontuais, são mudanças casuísticas e são mudanças para perpetuar o *status quo*, para perpetuar as maiorias que, eventualmente, estão no poder. Como é este caso, agora, do projeto de lei contra o qual ingressei com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal. E hoje o Supremo, por sete a três, entendeu que não caberia controle prévio da constitucionalidade, só posterior.

Mas o que é esse projeto, Senador Capiberibe, que não uma vontade da maioria, construída de forma casuística, para prejudicar determinado grupo político que tem representação na sociedade, liderado, neste caso, pela ex-Senadora Marina Silva, ex-candidata a Presidenta da República, e que pretende ser candidata a Presidenta da República, para favorecer um grupo político que está no Governo? É isso. E é contra isto que as ruas também estão se manifestando: contra a forma de legislar do Parlamento brasileiro, contra esse casuísmo, que é um casuísmo permanente. Agora foi esse projeto. Mas acho que podemos dar outros exemplos de atitudes similares.

Nós estamos, Senador Paim, fazendo a discussão da reforma política com este entendimento: se cabe lista fechada, se não cabe lista fechada, para esses partidos que estão absolutamente contaminados.

Por isso, Senador Pedro Taques, eu me associei, hoje, a uma ideia trazida por um conjunto de Senadores, que me foi trazida pelo Senador Cristovam, de que nós devemos fazer isso. Nós só faremos uma reforma política verdadeira, no Brasil, com uma constituinte exclusiva para isso, com regras claras, que as pessoas farão só para isso, com controles rígidos, para que não haja a influência do poder econômico na eleição dos que seriam os constituintes.

E, no meu entendimento, Senador Pedro Taques, o que deve estar incluído no debate dessa reforma política? As manifestações das ruas, Senador Paulo Paim, estão a dizer o seguinte: as pessoas não estão se sentindo representadas pelos partidos, querem o

direito de ter candidaturas avulsas. E há um projeto do Senador Cristovam Buarque nesse sentido, tramitando no Senado Federal. O Senado tem que discutir isto. Esse é um tema importante, está aí colocado.

A questão do voto aberto. V. Exª foi brilhante, Senador Paulo Paim, no debate que travamos semana passada. Aqui, o argumento que historicamente vem sendo utilizado para justificar o voto secreto é a proteção do parlamentar contra a pressão do Poder Executivo. Ora, o mundo mudou. Esse processo não fez que praticamente nenhum veto, ao longo da história, fosse derrotado. Os vetos foram mantidos nesse sistema.

Agora, qual é a grande pressão, hoje, para o fato de que o mundo mudou? É a opinião pública. É a opinião pública que está lá, que precisa saber como é que cada um de nós vai votar, está votando, porque nós estamos aqui, em tese, para representá-los. Se a gente não exerce isso de forma aberta, nós vamos nos afastar. E aí está um dos motivos dessa crise de representação que estamos vivendo neste momento.

Há outra agenda, Senador Pedro Taques – e eu apresentei projeto nesse sentido, Senador Capi –, que é o estímulo aos instrumentos de participação popular. Nós precisamos facilitar a participação popular na formulação legislativa. Hoje, para que a população apresente um projeto, precisa de um número de assinaturas que é o dobro do necessário para criar um partido político, que tem o monopólio da representação.

O que nós queremos? Reduzir isso à metade – Deputado Domingos Dutra, cumprimento V. Exª – para estimular a participação popular. A participação popular que nós tivemos até hoje, Senador Pedro Taques, foi sempre no sentido, Senadora Ana Amélia, de melhorar de forma substantiva o nosso marco legal. A compra de voto, por exemplo. A captação ilícita de sufrágio, um projeto de iniciativa popular. A Lei da Ficha Limpa, um projeto de iniciativa popular. Agora, hoje, é dificílimo um projeto de iniciativa popular, em face do número de assinaturas. Nós precisamos reduzir de forma substantiva o número de assinaturas para a participação popular.

O *recall*. Nós precisamos fazer um debate sobre a implantação do *recall*. Se um parlamentar foi eleito e ele não está representando a contento a população que o elegeu, essa população deve ter a oportunidade e o direito de dizer se quer que aquela pessoa continue representando-a.

O voto facultativo. Hoje as pessoas têm acesso às informações, todas as informações em tempo real pelas redes sociais. Elas não podem e não devem ser obrigadas a votar. O voto deve ser um exercício da vontade das pessoas, e não pode ser uma obrigação.

Apenas para citar algumas questões que eu entendo que devem estar no debate do que seria uma reforma política com outros paradigmas neste momento.

Ouço o Senador Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Meu Líder da nossa Bancada, Senador Rollemberg, V. Exª faz um diagnóstico preciso e preocupante desse distanciamento da representação política do povo. É verdade que os partidos políticos não estão lá, tampouco a representação sindical. Eu estou apartendo-o para fazer uma sugestão: se não estão nas ruas os sindicatos e os partidos políticos, fica difícil a interlocução com o movimento. Eu, desde ontem, sugiro que nós proponhamos uma interlocução. Eu, desde ontem, estou muito preocupado porque a gente sabe que há até um esgotamento; eu diria até que os nossos partidos políticos envelheceram. A representação sindical é restrita aos setores mais dinâmicos da sociedade. E a ideia, diante de um diagnóstico tão brilhante da situação, da conjuntura que nós estamos vivendo, é que nós estabeleçamos interlocutores. A minha sugestão, pelas pesquisas que nós vimos, tanto o Legislativo, como o Judiciário e o Executivo estão desgastados diante da opinião pública nacional, mas precisam entrar na interlocução. É preciso que essas instituições conversem com as ruas. A minha sugestão é, quem sabe, sondar a CNBB, a OAB, a ABI e outras instituições que ainda gozam do respeito da sociedade para começar essa interlocução. Acho que é fundamental que tenhamos alguém que procure conversar e ouvir a voz rouca das ruas e aproximá-la das instituições, para que saibamos exatamente qual é a pauta de reivindicação e para que possamos nos posicionar. Tenho a convicção de que temos a responsabilidade. Somos 81 Senadores aqui, nesta Casa, temos responsabilidade com o momento político que o País está apresentando e não podemos nos omitir. Então, a minha sugestão é que a gente faça contato com a ABI, com a CNBB, com a OAB, para sondá-los sobre a disposição de fazer essa interlocução com a voz rouca das ruas. Obrigado.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Capiberibe, penso que nós devemos ter muita sensibilidade para captar essas mensagens, sabendo, inclusive, que essa interlocução será diferente, porque outra característica desse movimento é que não tem uma liderança ou não tem um conjunto de lideranças identificadas. Como disse, todos são atores, todos são protagonistas importantes desse processo. Entendo o que V. Exª disse, concordo que devemos buscar as instituições que ainda gozam de uma credibilidade com essa população para abrir essa interlocução. Devemos estar abertos a todo tipo de diálogo com essas forças que queiram conversar com a gente.

Mas essa foi uma dificuldade, na última segunda-feira, quando um grupo de Senadores se propôs a buscar uma negociação. Mas ia negociar com quem? O movimento não tinha uma liderança específica, era um movimento de massa, em que todos ali eram sujeitos.

Agora, é importante refletir também, Senador Capiberibe, que nós estamos vivendo um período de cooptação dos movimentos sociais. Se hoje não são os movimentos sociais que estão nas ruas para fazer essas reivindicações, é porque também os movimentos sociais perderam um pouco de força em função da própria relação com o Governo. Os próprios movimentos sociais precisam também se renovar.

Entendo que esse é o recado. É uma necessidade de renovação total. Concordo quando o Senador Casildo coloca que estamos vivendo também a consequência da antecipação do processo eleitoral. Sim, o País está vivendo uma situação complexa, e, ao invés de estarmos todos aqui refletindo sobre isso, sobre os sinais que vinham, estavam grande parte dos atores preocupados com a questão de eleição presidencial, de eleição. Agora, é importante registrar, Senador Paim, Senador Magno, que o que era sólido evaporou. Não há mais consistência nenhuma, não há quem consiga fazer um prognóstico adequado do que acontecerá em 2014, porque ninguém sabe o que vai acontecer daqui a três meses. A verdade é essa, porque, com as manifestações que estão aí, nós precisamos, efetivamente, refletir sobre qual é a agenda daqui para frente.

Ouço o Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Rodrigo, nós precisamos fazer uma reflexão sobre este movimento. Imaginem, os partidos políticos, na compreensão que temos hoje, surgem na Inglaterra, por volta de 1688, dois partidos políticos, o Tory e o Whig, com a finalidade de ser uma entidade intermediária entre o povo, entre o cidadão e aquele que exercia o poder naquele momento histórico. As associações, os sindicatos, com essa compreensão que temos hoje, surgem pós-Revolução Francesa, em 1789. Muito bem. Hoje, eu tenho dito aqui que cada cidadão é um partido político, cada cidadão é uma associação, é um sindicato, ele traz dentro de si todas as demandas e ele se manifesta através das redes sociais, através da Internet, que é esse fenômeno que ainda não entendemos. Os atuais partidos políticos, sem fulanizar o nome do partido político, sem generalizar, também, os atuais partidos políticos, com raríssimas exceções, são instrumentos para aparelhar o Estado, mais ou menos como uma capitania hereditária, como um feudo de um determinado ministério, de uma determinada secretaria de estado. Nós precisamos discutir – e aí concordo com o senhor – o sistema político.

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Não é o partido apenas, é a função do Legislativo, a demora no processo legislativo. Um processo legislativo que demora dois anos, três anos não é um processo legislativo democrático. Este processo legislativo que temos hoje é o mesmo processo legislativo do início do século XIX. Esse é um ponto que precisa ser considerado. Eu defendo, igualmente a V. Exª, a necessidade de que tenhamos uma reforma política, para que nós políticos, não interessa o partido ou o cargo que ocupemos, possamos efetivamente estar conectados, linkados, ligados a movimentos como este. Movimentos como estes são democráticos. Agora, muitas pessoas entendem que democracia seja apenas votar e ser votado; confundem democracia com exercício (...)

(Interrupção do som.)

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – (...) de direitos políticos. (*Fora do microfone.)* Democracia é muito mais do que isso, democracia é dignidade da pessoa humana e a dignidade da pessoa humana aqui tem um conteúdo moral e um conteúdo material. Esse conteúdo moral é direito de ter direitos, não ser violado. Uma expressão de uma filósofa alemã chamada Hannah Arendt, direito de ter direitos. Dignidade em sentido moral e também dignidade em sentido material. O cidadão tem o direito constitucional a um piso mínimo de dignidade, um mínimo existencial, que é uma escola pública que possa ensinar, um sistema de saúde que possa curar, possa ser preventivo; uma segurança que possa lhe garantir. Mas, infelizmente, não temos isso. Tivemos, nos últimos 10 anos, um fenômeno importante: a classe média aumenta quantitativamente e aí a classe média começa a exigir equipamentos públicos de qualidade. É muito importante observar que você passa nesse estádio maravilhoso e andando 5 km do Congresso Nacional você vê a miséria. Infelizmente, o Governo diz que a miséria acabou, o Governo diz que vivemos num país de classe média. Isso está equivocado, ao menos no meu juízo. Também V. Exª fez referência à antecipação das eleições. Hoje tudo é eleição. A Sua Excelência a Presidente da República anda com um marqueteiro a tira colo. Nas reuniões, o marqueteiro está presente. Reuniões institucionais como essa, o Conselho da República, previsto no art. 89 da Constituição, precisaria ser chamado. Temos de discutir isso. Agora, temos de afastar de movimentos como esse os radicais, aqueles que querem badernar, aqueles que querem perturbar. Agora, nós, políticos, precisamos nos atentar. Nós estamos desconectados da realidade aí de fora. Parabéns pela sua fala!

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Agradeço, Senador Pedro Taques.

Agradeço, Senador Paulo Paim, a tolerância de V. Exª.

Entendo que, com muita humildade, devemos, sim, refletir, mas devemos refletir não apenas sobre o que está acontecendo nas ruas e sobre o recado das ruas, mas, sobretudo, devemos refletir sobre nós, sobre as nossas condutas, sobre as nossas atividades, sobre os nossos procedimentos como políticos e como instituição política. E o que está claro é que a população quer algo completamente diferente do que tem sido a política, os políticos, os partidos políticos e as instituições da forma como atuam neste momento.

Era essa a reflexão que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente, agradecendo mais uma vez pela tolerância de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Rollemberg, mais uma vez defendendo as mobilizações, o movimento social, sendo contra atualmente todo tipo de violência.

Eu queria também registrar rapidamente, enquanto chamo agora, como Líder, o Senador Magno Malta à Mesa, que neste momento, em Porto Alegre, Senador Pedro Taques, Senadora Ana Amélia, o Governador Tarso Genro está recebendo as lideranças do movimento lá no Rio Grande do Sul. Isso é muito positivo. Eu sei que outros prefeitos também estão fazendo o mesmo ato, governadores também; o próprio Presidente Renan nos convida a todos para, no momento em que a coordenação do movimento chegar aqui à presidência, que estejamos lá também para dialogar com o movimento.

Esse é o caminho. Que bom! Parabéns ao Governador Tarso Genro, que entendeu que esse é o caminho: diálogo e entendimento.

É isso, Domingos Dutra? Nosso querido Deputado Federal, que está nos visitando aqui.

Senador Magno Malta com a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Paim, Srs. Senadores, volto a esta tribuna. Estava aqui atentamente ouvindo, muito antes do pronunciamento do Senador Pedro Simon. Ouvi todos os oradores com muita atenção. Sai da tribuna agora o Senador Rollemberg. O debate da tribuna está absolutamente interessante. A respeito dessa movimentação que se dá nas ruas do País, por todo País, as cidades pequenas, os entornos, até os distritos começam a se movimentar. E uma das coisas mais interessantes dessa movimentação, na minha visão, é que todos eles estão juntos, em busca do bem-estar do País.

Há pessoas na rua que são contra o aborto; juntos, com aqueles que são a favor do aborto. É como se eu e Dutra lá estivéssemos – meu querido Deputado Federal do Maranhão, amigo pessoal, Domingos Dutra que ali está.

Lá tem pessoas que vieram para a Câmara com os mais diversos temas e debates a serem feitos. Há uma pluralidade na democracia absolutamente importante; pessoas lá na rua que são contra algo e outros a favor de algo, que, no debate, que muitas vezes se dá de forma acalorada, estão lá, lado a lado, andando, com os cartazes, falando do bem-estar do País e com temas absolutamente convergentes, temas que nos convergem, independentemente da posição que nós temos nos nossos debates em função das nossas crenças pessoais, porque o homem é aquilo que ele acredita ser.

Um dia desses, eu estava conversando com o Dutra, ali em frente à porta da Câmara, que já foi a minha Casa e continua sendo a Casa do Dutra, e falávamos dessa pluralidade da democracia. Eu acho que em quase tudo dos temas debatidos nos dois Parlamentos, eu e Dutra somos absolutamente contrários, mas somos muito amigos e nos respeitamos mutuamente e queremos o bem-estar do País nessas questões que – foi Deus que mandou você vir aqui hoje – viu Dutra? – para que a gente pudesse exemplificar bem. Não sei a câmera está mostrando o Deputado Dutra ali, mas queria que mostrasse.

E um homem é respeitado por aquilo que acredita e por aquilo que defende. Você só não pode respeitar um indivíduo que não tem posição – não é Senador Pedro Taques? – mas quem tem posição, defende com base, com fundamento e com respeito às suas posições, é preciso que você o respeito. E essas pessoas estão na rua, juntas, sem fazer o debate que os coloca em lados opostos, mas que estão juntas pelo mesmo objetivo.

Não estamos aqui falando de baderneiro. Não estamos aqui falando de maloqueiro, porque existe uma manifestação, mas havia meia dúzia no meio que estava manifestado; é diferente. Então, nós não estamos falando dos manifestados, não. Os que estavam possuídos; não. Estamos falando daqueles que, de uma forma muito ordeira, de uma forma muito digna foram para as ruas fazer esse encaminhamento absolutamente importante e que todos nós respeitamos.

O que nos une? A educação nos une; a saúde nos une; o transporte nos une. É alguma coisa pelo bem-estar e pela saúde da sociedade.

Sr. Presidente, mais uma vez, eu volto aqui.

Eu ouvi hoje um pronunciamento da Senadora Ana Rita, por quem tenho o maior respeito, é uma pes-

soa digna, simples, que venceu pelo esforço e pela luta, lá no meu Estado, no Bairro de Cobilândia, minha Presidente, porque é Presidente da Comissão de Direitos Humanos e eu a respeito muito. E quero fazer a minha fala respeitando-a, concordando, discordando e, em outros momentos, até com um sentimento que eu percebi que ela nunca prestou atenção, pelo menos no que eu tenho falado sobre essa questão.

Primeiro, ela faz uma introdução tratando da questão da redução da maioridade penal e como que colocando as pessoas que são a favor da redução como aqueles que querem punir as crianças. Quem são as crianças? Quem são as crianças? Se com 16 anos, você pode mudar a bandeira do seu país, por conta do seu voto; se com 16 anos você pode mudar o Hino Nacional do seu país, o Hino Nacional Brasileiro; com o seu voto você pode trocar um Presidente da República neste País, pode trocar um prefeito, pode trocar um governador. Você tem toda a possibilidade de entrar na universidade por conta dos seus reflexos prontos. O país arde em violência em dizer: Olha, estão querendo tratar as crianças e os adolescentes como marginais. Não é invertido. Existe um grupo que está querendo tratar marginal como criança. É diferente. É invertido! Ninguém quer isso. E ai em um determinado momento, com todo o respeito ela diz: "Nós, que somos a favor dos direitos humanos, (...)" Nós quem? Eu também sou. Quando o País está ardendo em violência, as pessoas brutalmente assassinadas, vilipendiadas, crimes hediondos, enfurecidos, sem dó e sem piedade!

Eu pergunto: quem é que foi visitar a viúva? Quem foi perguntar se a família precisava de alguma coisa? Quem foi perguntar se esse viúvo, que ficou com três crianças agora, ou a essas crianças, que ficaram sem pai, essas crianças que ficaram sem mãe, será que alguém dos direitos humanos foi oferecer psicólogo aos filhos desta mulher que foi estuprada por um homem de 16 anos com uma arma na cabeça dentro de um ônibus? A esses meninos que agora os seus colegas de escola e de bairro olham atravessado para eles, porque a mãe foi exposta nas suas partes íntimas dentro de um ônibus para que todos vissem, para que um homem saciasse a sua lascívia, a sua tara sexual?

E depois o advogado diz: "Calma, porque tem um texto; há uma lei que o protege. Ele só é um menor. Essa tara sexual dele não tem nada a ver com nada. Foi só o instinto de um menino, de uma criança."

Nós não estamos falando de punir criança, até porque criança dorme no colo da mãe, dorme no berço, faz xixi na cama – é preciso trocar a fralda de madrugada –, toma mamadeira dormindo.

Não é isso que a população brasileira que está na rua quer. De acordo com todas as pesquisas, passa de 90%, porque sofre a angústia, o fantasma do medo, o gosto de sangue por cada crime que ocorre diuturnamente, debaixo dos nossos olhos.

Com todo respeito, eu gostaria, mais uma vez, de colocar aqui a minha posição, e passo a concordar, em alguns pontos, com a Senadora Ana Rita. Ela diz que o sistema carcerário está cheio. É verdade, lotado. Um sistema carcerário imundo, que não recupera ninguém. É verdade, concordo plenamente: não recupera ninguém. Muito pelo contrário, embrutece, faz virar bicho.

É por isso que eu falo que aplaudo a atitude do Alckmin, que veio a público. Ele é um governador e teve coragem de vir para o debate, mas eu não concordo com a proposta dele de aumentar de três para oito anos. Não é porque acho que é pouco; é porque acho que vai embrutecer mais, Dutra; vai sair mais violento ainda; vai sair mais criminoso ainda.

Ela está certa. Ela está certa. E, por isso, não concordo com a proposta do Alckmin. Se três anos embrutecem mais, avaliem oito! Vai sair pior ainda, mais bruto, mais violento. Eu concordo. E, depois, só não concordo com o argumento de que estamos mandando uma criança para dentro do presídio. Nós estamos falando de um homem de 17 anos que estupra, mata, sequestra. Eu penso até que o cara que está preso lá é que tem medo desse menino, dessa criança, de chegar perto dele.

O sistema está apodrecido? Sim. O sistema carcerário brasileiro é algo, assim, que nos envergonha. E fim. Aqueles que dizem: "Vamos levar a criança para lá.", não é disso que estou falando. Acho que não deve levar para lá.

Também acho que não devem levar para a Febem, para essas UNIS da vida – no meu Estado é UNIS. São verdadeiros esgotos de ser humano, são verdadeiros lixos, são piores do que os chamados presídios de adultos, Senador Pedro Taques. Realmente são relegados a um plano secundário, para sair muito pior do que entrou mesmo! Não existe qualquer programação que possa dar a eles a possibilidade da recuperação, da reabilitação.

Sou a favor. Está certa a Senadora Ana Rita. É verdade.

O sistema está inchado? Está. Agora, em se falando de sistema inchado, qual é o pior dos mundos? É ter um homem como esse estuprando, matando, e depois tendo alguém que faça a proteção dele, dizendo que ele é um menor, que precisa de afago – ele, com uma escopeta na mão, aos dezessete anos de idade, solto nas ruas, fazendo assaltos, humilhando as pessoas na sua integridade física, moral e familiar – ou tê-lo no presídio, onde está embolado de gente? No pior dos mundos, é ele embolado!

Mas não é isso o que devemos fazer, Senador Paulo Paim. Quando eu proponho que a redução da maioridade penal neste País não deve tratar com faixa etária – vou explicar para o Brasil, e acho que terei de fazer isso todos os dias – é porque o crime não trata com faixa etária.

Quando alguém sugere a redução para 16 anos, daqui a pouco os maiores de idade vão usar dos de 16; se se reduzir para 14 anos, os maiores vão usar os de 14. Essa discussão nunca vai acabar!

Estou propondo algo pedagógico! A Bíblia, em que creio como a palavra de Deus, diz: "Ensina a criança no caminho que deve andar, e, quando for grande, não se desviará dele".

Por que esses, quando são presos, dizem à Polícia: "Tire as mãos de mim, por favor, porque sou menor e conheço os meus direitos"? E conhecem mesmo, porque o texto da lei diz que eles têm direitos, só não diz que têm obrigações. Ele vai crescer sabendo.

Então, o que estou propondo?

Quando você propõe redução para 14, 15 ou 16 anos, e não propõe uma saída o que está dizendo? Se cometeu crime hediondo com 15 ou 16 anos, e perdeu a menoridade, ele vai para o presídio, ele vai ser jogado nesse esgoto de seres humanos!

Isso não se deve fazer, e não é essa a visão. A minha visão é a seguinte: cometeu crime – vou explicar para o Brasil bem devagar, vou tentar falar devagar – de natureza hedionda...

Há um elenco de crimes hediondos: estupro, estupro seguido de morte, latrocínio. Há que se incluir o chamado sequestro relâmpago, Senador Pedro Taques, que tanto humilha e afronta as emoções e a moral de alguém.

Crime de natureza hedionda! Sr. Procurador, Senador Pedro Taques, há um elenco de crimes que não são hediondos, são crimes banais cometidos por aí. O problema é que, quando se fala em redução da maioridade por cometimento de crime, as pessoas só falam pensando em filho de pobre, como se só os pobres cometessem crimes neste País. Os filhos dos ricos, esses homens de 17 anos, das *raves*, das *nights,* que estão assaltando os postos de conveniência do Brasil, esse crime é deles, que estão matando gente, alcoolizados, no trânsito, nas madrugadas, que estão aleijando pessoas.

É verdade quando você diz que o filho do rico não é punido. Está aí o filho do Eike Batista: matou e tomou uma multa de um milhão. Tinha que tomar uma multa de 50 milhões, porque um milhão para eles não é nada.

Essa historia...

Eu sou filho de pobre, Deputado Dutra.

Ser pobre não é sinônimo de violência, não, de ser criminoso, não. Quando nós fazemos isso é como que estivéssemos protegendo uma classe média ou uma classe alta, como se elas não cometessem crime. A lei tem que ser para todos. O índio Galdino foi queimado aqui, e não foi por filho de pobre, não. A classe média e os ricos...

O que dizer dos carecas de São Paulo? O Senador Suplicy sabe falar bem sobre eles, ou qualquer outro parlamentar de São Paulo. Os carecas de São Paulo não são da favela de Heliópolis; eles são das coberturas. São de famílias que estão nas colunas sociais, cometendo crime, crendo na impunidade em nome de um texto de lei.

Olhe bem: crime com natureza hedionda, perca-se a menoridade, seja colocado na maioridade para pagar as penas da lei.

A minha proposta: fica o Estado obrigado, a partir da lei, no período de um ano, a construir centros – Brasil, atente para o que estou falando! – de ressocialização para a formação de campeões em esporte de alto rendimento.

Eles terão três coisas. Primeiro, eles serão triados e escolhidos conforme a vocação e o biótipo de cada um. Se for um menino bem grandão, é claro que vamos tentar com esse menino, por conta da idade dele, o volibol, ou o basquete, ou até a natação, conforme vocação, ou as artes marciais. Por que não o jiu-jítsu, se ele tem o biótipo do Anderson? Jiu-jítsu também tem categoria. Ou do Rani Yahya, que é um dos grandes nomes do Distrito Federal, do Brasil e do mundo? Ou um Paulo Tiago da vida, que sabe trocar porrada, faixa preta de jiu-jítsu, um dos nomes do mundo, o nosso Paulo Tiago do Bope de Brasília, que é um dos nomes do MMA no mundo?

Ora, se tem biótipo para isso, vamos, então, triá-los.

Quem pode fazer isso? Onde está essa mão de obra? Ora, nós temos as Olimpíadas das Forças Armadas no mundo. As Forças Armadas do Brasil têm atletas de alto rendimento em todas as três Forças. E o nosso problema de segurança nacional... Ninguém diz que vai invadir o Brasil. Ninguém diz que vai jogar bomba aqui. Nós não temos homens de prontidão, aliás temos muito pouca gente na fronteira, mas nós não vivemos em guerra com ninguém

É preciso repensar o nosso conceito de segurança nacional, porque o nosso conceito de segurança nacional está atrasado, porque o nosso grande adversário é o tráfico, o uso e o abuso das drogas. É trazer as Forças Armadas para dentro, com esses atletas de alto rendimento e monitores, por quê? Porque esses meninos vão ter essa prática para se tornarem atle-

tas de alto rendimento; vão ter saúde, porque o atleta de alto rendimento precisa disso; segundo, eles vão estudar, serão obrigados a estudar, eles vão receber o estudo conforme a faixa etária de cada um lá dentro do Centro de Ressocialização. E, no final de semana, a família não tendo envolvimento com o crime, o juiz, então, determinará um tutor, ou seja, um pai adotivo para esse menino, que, juntamente com a família e assistente social, entra na sexta-feira, fica com ele até domingo à tarde. Lá não haverá cubículo; lá, não haverá beliche; serão tratados com dignidade; lá ficarão recolhidos pelo tempo da pena para pagar o que cometeram de errado com a sociedade, mas lá estarão sendo recuperados, ressocializados, para ser devolvidos à sociedade.

Se a família tiver envolvimento com o crime e não puder entrar com ele, mãe, porque tem processo ou está presa, ou pai, ou alguém que está envolvido com o tráfico, mas há um irmão, há uma avó, da mesma forma, o juiz determinará um tutor e, nos finais de semana, esse tutor... Nós vamos criar a figura do psicólogo, porque a pessoa tem que ter formação religiosa. Precisamos acabar com esse preconceito neste País. E, nos finais de semana, eles vão se reunir em grupos de terapia emocional em família, para que possam resolver problemas de traumas emocionais entre esses agora chamados meninos e as suas famílias.

Ora, há saída para isso. Deputado Dutra, eu tenho uma instituição de recuperação de drogados há 35 anos. Eu tenho atleta. Eu tenho um centro de treinamento na minha instituição. Eu tenho atleta no UFC Americano com contrato assinado com o Sr. Dana White, que foi tirado da cocaína, tirado do *crack*, levado para dentro da instituição, e foram devolvidos à vida dessa forma. E, olhe, nós recuperamos 85% dos que passam por lá.

Eu não estou jogando conversa fora. Eu não estou aqui dizendo que tem que reduzir a menoridade porque tem que reduzir, só porque eu quero. Não! É porque eu sei, já tive 15 anos e eu era homem; eu tive 16, eu era homem; eu tive 17 anos, eu era homem. Agora, para cometer crime não é homem? Não é mulher? Está definido, está formado, o útero está formado, pode ser mãe aos 15 anos, aos 16 pode ser pai. Ora, claro que pode! Então, eu não estou aqui jogando conversa fora. Com algumas coisas eu quero concordar, de outras discordo, até porque eu já falei dessa proposta tantas vezes aqui

Ouvi alguém desta Casa dizer: "Ah, porque vão pegar esses meninos e jogar num bolsão de miséria". Não é isso não! Não tem que jogar. Nós temos que, de fato, ressocializar. Mas aí, quando a pessoa não quer dar o braço a torcer mesmo, fala assim: "É, mas só vai acontecer com filho de pobre". Gente, o que é isso? Que coisa... É igual a gerente de banco quando não quer emprestar dinheiro. Você vai pedir um empréstimo, e ele não quer lhe emprestar, porque quer emprestar aquilo dobrado para outro. Aí ele fala para você: "Volte amanhã". Aí, quando você volta, ele fala: "Rapaz, tem uma norma do Banco Central...". Se alguém falar em norma do Banco Central para você para não dar um empréstimo, é mentira. Essa frase é decorada para não lhe dar o empréstimo.

Só vai acontecer com filho de pobre... Como se só filho de pobre cometesse crime neste País! As lojas de conveniência do País inteiro, Senadora Ana Amélia, estão sendo assaltadas pelos carecas, por integrantes da classe média, pelos ricos. Crendo na impunidade, matam gente de noite no trânsito, alcoolizados, drogados.

Esse discurso não pode ser feito. Não reduzir a maioridade penal é tirar o homem da sua condição de homem para cometer crimes. Ou então não vamos mais deixá-los votar.

Eu tenho uma emenda ao Código Nacional de Trânsito que autoriza a pessoa com 16 anos a tirar carteira de motorista, porque com 16 anos é homem sim, é uma mulher sim, está formado, está na faculdade. Eles estão todos na rua, reinvindicando, aos 16 anos de idade, porque sabem o que estão reivindicando, sabem o que estão querendo, sabem o que estão fazendo. Mas se algum deles, ali no meio da rua, pegar uma escopeta e meter um balaço na cara de alguém, de um policial ou de qualquer outro que estiver na passeata, amanhã ele já é uma criança e não pode responder pelo crime que cometeu. Isso é uma barbaridade!

Então, eu quero concordar: o presídio não é lugar para isso. Essas Febems – no meu Estado é UNIS; nos outros, eu não sei como é que é – não são lugar, são esgoto de gente, esgoto de seres humanos. Não é isso! Eu estou propondo isto: vai virar campeão, vai virar atleta, vai sair para competir, dar alegria ao País, dar alegria à família ou, quem sabe, ser instrutor, faixa preta, dono de academia. A ideia é criar todas as possibilidades para isso.

E há outra coisa que nós temos que discutir.

Eu trabalhava quando era menino, ajudando minha mãe, e nunca morri. Quando você tira de um menino a possibilidade de trabalhar com 13 ou 14 anos, você oferece mão de obra de graça para o tráfico. Esse menino não pode comprar um tênis. Ele entre no *shopping* e fica ollhando, lambendo os beiços, não pode comprar um sorvete. Ele vê um tênis, e não pode comprá-lo. E o tráfico diz que dá a ele R$500 por semana! Dá R$1 mil por semana! Se você retira dele a possibilidade da dignidade do trabalho, porque o traba-

lho dignifica! Tiraram essa possibilidade. Ele não pode trabalhar. Por quê? Vai morrer? Vai ficar aleijado? Não entendi nada disso.

Aí você oferece uma mão de obra de graça para o tráfico. E muitas vezes esses meninos querem trabalhar e quando estão ajudando os pais e muitas vezes se faz matéria, as redes de televisão vão para o Nordeste, no meio daquelas feiras, onde os meninos mais simples ajudam os pais e vão dizer ao pai: "O senhor sabia que está escravizando o seu filho?" "Não, o meu filho está me ajudando aqui na barraca, vendendo tomate." "Mas ele acorda cedo demais!" É, se esse menino não vai ajudar o pai, com 14 anos, vendendo tomate, ele vai virar um avião de tráfico. É mão de obra fácil.

Nós precisamos começar a rediscutir todas essas coisas. Por isso eu venho aqui reafirmar a minha posição para o País; reafirmar que esta é a camisa que eu visto, mas que não estou jogando conversa fora. Há uma saída, tem solução, pode-se reabilitar, pode-se dar a eles condições de vida e de dignidade, para voltar para a sociedade brasileira para poder um pacto quebrado contra um crime hediondo cometido contra os filhos desta terra, Sr. Presidente.

Eu quero fazer um registro. Quero abraçar uma família enlutada, antes de sair da tribuna, em Porto Seguro. É uma família ligada ao meu amigo Abade, que...

Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, o senhor me permita, pois recebi aqui diversas mensagens e me vejo na obrigação de fazer, no mínimo, esse apelo. Elas dizem que há um mar de gente em São Paulo, um mar de gente na Bahia, um mar de gente no Rio de Janeiro, um mar de gente no Rio Grande do Sul e também no Espírito Santo. E me parece que está meio complicado aqui, em frente ao Palácio.

Por isso, usando este pequeno espaço, faço mais uma vez um apelo a todos os jovens, enfim, a todos aqueles que estão à frente do movimento: não à violência, não à provocação, não a nenhuma ocupação. O movimento só está sendo vitorioso porque está pacificamente dialogando com a sociedade da sua forma, fazendo a sua manifestação.

Era isso, Senador Cristovam, só respondendo àqueles tantos que estão me remetendo mensagens, neste momento, e pediram que eu fizesse uma pequena fala, o que eu fiz.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Pois é, Senador Paim, um mar de gente lá fora, e somos cinco aqui dentro. Era hora de termos parado tudo e de ficarmos aqui conversando sobre o que está acontecendo, onde é que nós estamos errando, por que é preciso que essa meninada vá para a rua, porque nós não estamos fazendo o nosso dever de casa. Então, era hora de isso aqui estar cheio, cheio, com 81 Senadores falando do assunto. Mas, Senador Magno Malta, primeiro, eu quero dizer que sou um admirador e entusiasta do seu projeto dessas casas especiais para meninos infratores. Não tenha dúvida disso. Eu acho que faz sentido a sua proposta de que certos crimes, mesmo cometidos por menores, sejam tratados como crime hediondo, e, por isso, esses menores devem receber a maioridade. Até aí, concordamos. O que eu discordo – talvez seja uma ideia a apresentar – é que devemos baixar a maioridade para todos e só aplicá-la para os de crime hediondo. Eu preferiria não reduzir a maioridade e dar maioridade especificamente àqueles que cometerem crime hediondo. Este País, algum tempo atrás, deu maioridade a um príncipe de 14 anos para que ele assumisse o papel de imperador: Dom Pedro II. Não foi preciso – não havia na época, é verdade – baixar a maioridade penal de todos os meninos do Brasil para que o imperador tivesse maioridade; foi diretamente para ele. Como muitos pais dão maioridade aos filhos para que possam assinar documentos; alguns até para casar. Então, a minha discordância é a de que, em vez de baixar a maioridade, é só aplicar para os que cometem crime hediondo. É manter a maioridade atual e dar maioridade, declarar maior aquele que comete crime hediondo. É fácil de fazer isso: um juiz, dois juízes, três juízes, cria-se um conselho que faça isso a pedido do promotor, por exemplo. Então, essa é a nossa discordância. Agora, quero explorar um pouco mais as coisas. Em primeiro lugar, a ideia de que o trabalho dignifica, e é muito melhor o menino trabalhando do que o menino na rua. Mas por que não lutarmos para que todos fiquem na escola?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Também.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Nada de trabalho. O lugar de menino é na escola ou brincando nas horas vagas. E aí a gente não teria tanta criminalidade, porque esses meninos encontrariam o caminho deles. Estariam ocupados durante o processo de formação. Então, não descarto que trabalhar é melhor do que malandrar, para não falar de cair no crime. Mas a gente pode, em vez de deixá-lo malandrando ou trabalhando, deixá-lo na escola. Essa é a luta para a qual eu quero convocá-lo, porque eu sei que o senhor simpatiza com ela, para que a gente possa, em pouco tempo, dizer: "Todas as crianças do Brasil estão na escola das 7h30 até as 17 horas". E aí ninguém vai precisar trabalhar. O outro ponto é algo muito importante: o problema da caracterização – e é um dado estatístico: a maior parte dos presos na cadeia é analfabeta, não tiveram instrução. Não é porque

os que não têm instrução são bandidos, e os doutores são santos. Nada. Se a gente for olhar bem, os maiores bandidos são os doutores. Mas a diferença é que aqueles que estudaram têm menos necessidade de cair no crime para sobreviver. O senhor mesmo falou sobre aquele menino que é tentado para comprar um tênis, ou um pai que é tentado para comprar um tênis e dá-lo de presente ao filho no dia do aniversário.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Quero só informar a V. Exª que chegou uma comissão e está, agora, no gabinete do Presidente. V. Exª pode continuar.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Então, o que a gente precisa dizer é o seguinte: a educação aumenta a chance de sucesso da pessoa e, portanto, diminui a necessidade de alguns – e não é todo pobre que faz isso –, que terminam sendo obrigados. O menino, para ter um tênis, quebra uma vidraça e – aí, sim, o senhor talvez tenha razão – não é punido em nada. Depois, quebra duas vidraças, depois quebra a cabeça e depois mata. Temos de ter, sim, o controle de tudo isso. Finalmente, é preciso tratar muito diferentemente uma menina – e estou falando de um caso concreto – rica que mata o pai e a mãe, como a gente viu faz pouco tempo, e um menino pobre que pega um sapato, um tênis, porque está precisando. É bem diferente. Aquele tem de ter a maioridade decretada, se for menor. No caso, nem era menor. Este a gente tem de entender que é menor...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Até porque roubar um tênis não é crime hediondo. Está em outro elenco, fora.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Eu sei, eu sei. Então, este é diferente. Como o senhor mesmo disse, colocá-lo numa cadeia vai levá-lo à criminalidade. Mas o fundamental é a total concordância com essas casas especiais, que a gente já deveria ter e não tem. O segundo é isso: em vez de a gente baixar a maioridade só para o crime hediondo, vamos manter a maioridade como está, aos 18 anos, e autorizar a maioridade especificamente para aqueles que cometem os crimes hediondos. Acho que, talvez, essa diferença entre nós seja apenas de apresentação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Agradeço muito a V. Exª. V. Exª só acrescenta e vai dando claridade ao País sobre esse debate. Não é só fazer por fazer. Acho que essa questão dos detalhes é muito importante. V. Exª menciona pontos muito importantes que recebo com muita alegria. Gostaria, realmente, de debater essa minha proposta com V. Exª, em seu gabinete, no meu. Não é um convite igual ao que o Lula fez para o Suplicy. Eu o estou convidando mesmo para a gente se sentar. Quero ouvir um pouco V. Exª, e V. Exª me ouvirá. Convido V. Exª para conhecer a minha instituição, de onde têm saído esses campeões. V. Exª pode até acompanhar o desenvolvimento de alguém que chega cambaleante e depois o ver nocauteando, bacana. Tem jeito, tem saída, quando você oferece saídas.

Eu quero dizer que a minha proposta não é o suprassumo do mundo. Mas eu acho que o mundo passará a nos copiar. O mundo passará a nos copiar. Então, nós não temos realmente que copiar de ninguém.

Agradeço muito, Senador Cristovam, o aparte de V. Exª. E ele, juntado ao meu pronunciamento, certamente enriquece muito.

O Sr. Eunício Oliveira (Bloco/PMDB – CE) – Senador Magno. Senador Eunício, aqui.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu acho que a dama ali pediu primeiro.

O Sr. Eunício Oliveira (Bloco/PMDB – CE) – Ah, claro. Tem precedência a Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Inocêncio. Obrigado Senador Magno Malta. Eu não acompanhei todo o seu pronunciamento, mas a parte principal, Senador Magno Malta, porque tenho posição semelhante à sua. Fui ali, pela janela, ver o que estava acontecendo na frente do Congresso Nacional. Passamos a tarde aqui hoje falando sobre isso. E é tão bonito o que está acontecendo ali que, no final da tarde, com o pôr do sol, tudo muito tranquilo... E o Presidente Renan Calheiros deve receber, daqui a pouco, na sua sala, representantes dessa manifestação. São 50 mil manifestantes na Esplanada dos Ministérios e aqui, ocupando o espelho d'água aqui à frente, com os policiais. Nós não podemos fazer ouvidos de mercador para isso, Senador Magno Malta. Então, é muito importante que a Casa esteja sintonizada também com esse recado que as ruas estão nos dando. Eu queria apenas lembrar, aproveitando – como estou tuitando, como está o Senador Paim, todos estão tuitando –, que eu fiz uma relação das cidades gaúchas. Em Porto Alegre, está chovendo, Senador. Chove em Porto Alegre agora, e as pessoas estão na rua como se fosse um dia de festa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – É a chuva da unidade.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – É exatamente isso que está acontecendo. E a cidade de Esteio. Sílvio Teles também me manda uma mensagem, dizendo que eu não havia incluído a cidade de Esteio, que é na região metropolitana de Porto Alegre, que está presente também. Só para terminar, Senador Magno Malta: quando um jovem tem competência e tem um título de eleitor para saber escolher o seu prefeito, o seu vereador, o seu deputado estadual, o seu governador, o seu Presidente da República, Deputado Federal e os

seus Senadores – estamos aqui com votos de jovens de 16 anos –, ele está automaticamente assumindo responsabilidade. Se ele pode isso, ele também deve assumir, perante a lei, a imputação do crime que comete aos 16 anos. Obrigada, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Senadora Ana Amélia, eu penso que V. Exª, a exemplo do Senador Cristovam, nós podemos ajudar muito a elucidar essa questão para o País. O País todo clama e pede. E alguns tentam enrolar esse debate, porque não tiveram coragem de dar o braço a torcer, entendendo esse momento. Vir aqui e dizer: "Se nós, que somos a favor dos direitos humanos…" Como se nós não fôssemos.

Isso é uma brincadeira de mau gosto, até porque eu não conheço direitos humanos visitando a família de ninguém enlutado, o órfão, a viúva, aquela mãe que chora, ir lá oferecer o ombro, tratamento psicológico. Não, não aprece. Esses 4% realmente vão ao presídio para saber se o marmitex do menino está muito quente, se o ovo está bem frito, ou se o colchonete dele é muito fininho. Nós não queremos jogar ninguém em esgoto, de jeito nenhum, mas dar possibilidade de o sujeito realmente se reabilitar e voltar para a sociedade, e fazer justiça quando se comete crime.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Hoje, eu vi a entrevista daquele jovem que quebrou a Prefeitura toda. Ele sozinho quebrou a frente da Prefeitura, quebrou tudo. Quando o delegado leva ele preso, imagine, ele tem 20 anos. Há dois anos, ele tinha 18 anos. Ele não era homem, não? Era, sim. Mas, se fosse dois anos atrás aquele quebra, o advogado ia apresentar ele semana que vem, porque a lei no Brasil é o seguinte: se você consegue fugir do seu ato de vandalismo, a lei diz: "Parabéns, você é um herói. Pô, você fez isso tudo e ainda conseguiu fugir. Então, porque você conseguiu fugir, você terá um prêmio de recompensa." É o chamado "fugiu do flagrante, ganhou recompensa". Poxa, que coisa bacana! E aí, o advogado se apresenta com ele, com o rosto coberto. Não pode nem mostrar os olhos dele na televisão. É uma criança. Destruiu um patrimônio público, um patrimônio histórico, aviltou o País inteiro. Ele se viu sozinho como artista, as câmeras filmando só ele, e ele se viu todo-poderoso. Pegou tudo, saiu quebrando tudo, e agora você viu a carinha dele no final?

(*Interrupção do som.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Se ele tem 18 anos, ele fica zombando de todos nós. É isso que nós não queremos. Senador, não Inocêncio, mas Eunício. Esse moço de que falei, então, não era inocente. E V. Exª não é Inocêncio, é Eunício.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Eu peço... Obrigada pela correção. Desculpe, Senador Eunício Oliveira.

O Sr. Eunício Oliveira (Bloco/PMDB – CE) – A Senadora Ana Amélia entrevistou muito o Deputado Inocêncio Oliveira, e isso não me incomoda. Eu tenho o maior carinho pela Senadora Ana Amélia. Quero dizer, Senador Magno Malta, como disse neste momento a Senadora Ana Amélia, nada mais belo do que a democracia. Eu acho que esses movimentos de rua, neste momento, falam ao Brasil inteiro como a sociedade está incomodada com várias coisas. Por exemplo, pegar um ônibus às 5h da manhã, ficar 3 horas dentro do ônibus, com uma velocidade de apenas 10km/h, deve ser algo que tira a paciência, tira até a dignidade de qualquer um. Então, as pessoas estão se manifestando livremente, democraticamente. E vejo com alegria que, daqui a pouco, o Presidente desta Casa, juntamente com alguns Líderes – e eu quero estar lá – vai receber algumas pessoas que estão nesse movimento, neste momento. Quanto à matéria que V. Exª está colocando aqui neste debate, eu quero concordar com o ex-governador e Senador Cristovam Buarque, porque nós temos de encontrar uma alternativa para essa questão, temos de fazer esse debate. Estamos fazendo esse debate dentro da Comissão Especial, da qual tenho a honra de ser seu Presidente, que trata da Reforma do Código Penal. Não devemos ser radicais em nada, mas devemos encontrar um mecanismo para que aqueles que cometem crimes hediondos possam responder por esses crimes cometidos, independentemente de estarem acima de 16 anos. O que é importante é que a gente faça esse debate que V. Exª vem, com muita firmeza, trazendo todos os dias – quase – aos microfones desta Casa. Portanto, eu quero me associar ao Senador Cristovam Buarque na perspectiva que ele quer colocar como debate para esse tema que é tão importante. E, mais uma vez, quero dizer que estou chegando do Ceará. Ontem, eu vi uma manifestação belíssima de rua, em que as pessoas se manifestaram livremente sobre tudo: sobre tudo o que está incomodando essa sociedade. Então, eu acho que é um alerta a todos nós que fazemos política, a todos nós que temos responsabilidade com este País, para ficarmos atentos a esse sentimento bonito, democrático que vem das ruas.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Agradeço, Senador Eunício.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, se V. Exª puder...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu já encerro.

Agradeço o aparte de V. Exª e o incorporo. Quanto aos crimes hediondos, precisamos ser radicais mesmo. Precisamos ser maleáveis e buscar a saída para ressocializar, ou seja, chegar à ressocialização. Isso é absolutamente importante.

Encerro, Sr. Presidente, abraçando o povo de meu Estado: homens, mulheres, jovens, crianças, adolescentes que estão nas ruas e buscando o bem comum do Estado do Espírito Santo, como ocorre em todo o País e em todas as capitais do País.

Não aceitamos e precisamos, a cada dia, reafirmar nossa posição contra o vandalismo. É preciso que o Poder Público não afrouxe sua posição com relação ao vandalismo e ao crime, mas o movimento é bonito, o País todo se movimenta, como se fosse a dança da liberdade. Enquanto as pessoas andam, se se pudesse filmar o País de cima, para se ver todo o Brasil, quem sabe, veríamos o País quase que se mexendo: a dança da liberdade, ou seja, a dança da unidade em busca de dias melhores para quem precisa de transporte, de saúde, de escola, de segurança, acima de tudo, e de dignidade neste País!

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – É dessa forma que abraço meu Estado. É dessa forma que abraço os 78 Municípios de meu Estado, as lideranças, os liderados, as pessoas mais simples e aqueles que mais têm, está certo? E que este momento seja um momento para produzir sensibilidade de maneira que aqueles que mais têm se disponham a dividir com aqueles que menos têm.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência designa, como membro titular, a Deputada Carmen Zanotto, e, como membro suplente, o Deputado Sarney Filho, em vagas existentes, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória n° 620, de 2013**, conforme o **Ofício n° 155, de 2013**, das Lideranças do PPS e do PV na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

Of./LID/nº 155/2013

Brasília, 19 de junho de 2013

Assunto: Indicação de membros para Comissão Mista.

Senhor Presidente,

Indicamos a Vossa Excelência os Deputados Carmen Zanotto – PPS/SC e Sarney Filho – PV/MA para integrar como Titular e Suplente, respectivamente, a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 620/13, que "Altera a Lei nº 12.793, de 2 de abril de 2013, para dispor sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida, constitui fonte adicional de recursos para a Caixa Econômica Federal, altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, para prever prazo de aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências".

Atenciosamente, – Deputado **Arnaldo Jordy,** Vice-Líder do PPS – Deputado **Sarney Filho,** Líder do PV.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em votação o **Requerimento nº 696, de 2013**, do Senador Vicentinho Alves, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, no período de 22 a 28 de julho de 2013, para representar o Senado Federal na "Jornada Mundial da Juventude de 2013", na cidade do Rio de Janeiro, conforme indicação da Presidência da Casa.

É o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Paim, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em seguida, Senador.

Quero, ainda, dizer ao Plenário, Senador Domingos Dutra, que também está aqui, que estou recebendo aqui muitas mensagens. Uns dizem, Senador Cristovam, Senador Pedro Taques, Senadora Ana Amélia, Senador Magno Malta, Senador Eduardo Braga, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Eunício Oliveira, que estão aqui, se nós não estamos assustados.

Eu tenho dito a eles que nós estamos aqui na Casa do povo, que é o símbolo da democracia. E nós confiamos plenamente no povo brasileiro. Perguntam se não estamos assustados, porque poderiam invadir o Congresso Nacional. Nós estamos tranquilos. Estamos com a maior tranquilidade, porque este é um movimento pacífico. Confiamos no povo brasileiro. Sabemos que estão aqui em frente. Sabemos que estão em frente ao Planalto. São milhares e milhares. Só estou dando o exemplo daqui, como também das capitais. Estamos muito tranquilos.

Inclusive, meu menino Júnior, que ligou há pouco tempo, fique tranquilo. Nós confiamos plenamente no povo brasileiro e que é um movimento pacífico.

Assim, tenho certeza de que todos nós cumprimos a nossa obrigação. E estamos entendendo a mensagem e o estado de alerta que a população está mandando a todos os Poderes constituídos.

Senador Rollemberg, com a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, permita-me fazer uma sugestão a V. Exª e ao Plenário desta Casa. Como V. Exª acabou de revelar, está havendo manifestações em todo o País e uma grande manifestação aqui na frente do Congresso Nacional. Como V. Exª disse, uma manifestação pacífica.

Sei que é uma exceção ao Regimento, pois, normalmente, as sessões são transmitidas na íntegra, mas eu sugiro que V. Exª consulte o Plenário no sentido de autorizar a TV Senado a mesclar os nossos pronunciamentos e os comentários que estamos fazendo com imagens do que está acontecendo fora do Senado Federal, para que, por meio da TV Senado, as pessoas de todo o Brasil possam saber o que estamos debatendo no plenário desta Casa e também possam ver as manifestações que estão acontecendo na frente do Congresso Nacional.

Esta é a sugestão que faço a V. Exª, ouvindo o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza, ouvindo o Plenário.

Só lembro que o próximo orador inscrito é o Senador Pedro Taques, mas gostaria de ouvir o Plenário sobre a sugestão do Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, concordo inteiramente com a manifestação do Senador Rodrigo Rollemberg, porque o cidadão brasileiro, através de um canal de TV que é público, precisa saber o que está acontecendo aqui, na porta do Congresso Nacional.

Portanto, o PDT – e eu sou Vice-Líder do PDT – concorda inteiramente com o pedido da Liderança do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Amélia, alguma consideração?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Sem revisão da oradora.) – Até na condição de profissional da Comunicação, Senador Paulo Paim, como jornalista durante muitos anos, ressalto que a informação é fundamental. E a informação que a TV Senado transmite é real, de muita credibilidade, desconectada de qualquer tendência. A TV vai mostrar a imagem real do que nós estamos vendo aqui, que é uma cena muito bonita. Este final de tarde, em Brasília, é memorável! Eu queria cumprimentar o Senador Rodrigo Rollemberg pela iniciativa e me penitenciar por, como jornalista, não ter feito eu a pauta à Presidência da Mesa que S. Exª faz com tanta habilidade. Penso que temos o compromisso de revelar o que está acontecendo em Brasília, com mais de 50 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios e aqui, na Praça dos Três Poderes.

Cumprimentos! Apoio integralmente a proposta do Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP. Sem revisão do orador.) – Presidente, acabei de vir de lá, do outro lado. Fui acompanhar a manifestação. O que eu vi foi essa geração dos últimos 20 anos, uma meninada – a média de idade é abaixo de 20 anos –, todos empunhando bandeiras. Enganam-se aqueles que pensam não há manifestação politizada ali do lado de fora. Há bandeiras, inclusive que nós não temos escutado aqui dentro. Eu vi vários cartazes da juventude, faixas contra a Proposta de Emenda Constitucional nº 37.

Eu vi uma identidade com as causas que anunciaram publicamente hoje, as chamadas cinco causas. Uma manifestação pacífica, uma manifestação linda que foi brindada com esse belíssimo fim de tarde de Brasília, de céu limpíssimo e de encontro do Sol e da Lua com a expressão popular.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então estávamos certos quando nós dissemos que confiamos no povo brasileiro e que a manifestação continuará pacífica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Sr. Presidente, o momento mais importante, neste momento, as informações que nos chegam são de que, na Porto Alegre sua, e na Porto Alegre da Senadora Ana Amélia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Porto Alegre, o termo que eu usei: é um mar de gente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Mais de 400 mil pessoas. Rio de Janeiro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – São Paulo, Bahia, Espírito Santo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – ... mais de 800 mil pessoas. Então, é o povo nas ruas.

Sr. Presidente, com esses notórios acontecimentos em todo o País neste momento, o evento mais importante não é o Plenário do Senado; este Plenário deixou de ser o evento mais importante para a TV Senado transmitir. A TV Senado, que é uma TV vinculada a uma Casa da representação do povo brasileiro, em nome desta representação, deve transmitir o que está acontecendo lá fora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – ... as manifestações lá de fora.

Então, eu queria apoiar a manifestação do Líder do Partido Socialista Brasileiro e dizer a V. Exª: o mais importante não é o que está sendo dito por nós e está acontecendo agora aqui dentro; o mais importante está ocorrendo lá fora. Os meios de comunicação: a TV Senado, a Rádio Senado, a Agência Senado devem, neste momento, se voltarem ao que está acontecendo lá fora; ao que está acontecendo no Brasil real. O Brasil real não é o que está acontecendo aqui dentro; o Brasil real são as ruas das capitais brasileiras, é o que ocorre nas ruas de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só ouvindo agora o Senador Cristovam Buarque e o Senador Braga, eu vou encaminhar o pedido ao Senador Renan Calheiros, que está na Presidência da Casa, esperando a comissão que ele vai receber.

Senador Cristovam e Senador Eduardo Braga.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Sem revisão do orador.) – Senador Paim, apenas para, em primeiro lugar, dizer que apoio e subscrevo a ideia do Senador Rodrigo Rollemberg. A direção do Senado já deveria ter pensado nisso; a direção da TV; mas, agora, ele pensou, ele sugeriu, nós apoiamos. Espero, então, e fico satisfeito que V. Exª faça o pedido e que cobremos uma resposta.

Agora eu queria aproveitar e falar um pouco, rapidamente, sobre o que falou o Senador Randolfe.

Fala-se em violência dessa meninada lá fora. Gente, violência é aquilo contra o que eles lutam. Violência é o transporte público do Brasil, que deixa um pai de família, uma mãe de família, uma hora esperando um ônibus; três horas no trajeto para casa todos os dias.

Isso que é violência! Violência é uma escola onde a criança não tem uma cadeira para sentar, ou tem uma cadeira desconfortável, e estuda num quadro-negro, o que ninguém mais aceita hoje. Violência é uma mãe com uma criança num colo numa fila para ser atendida, porque a criança está doente. Isso é violência! Nós não temos jovens violentos, nós temos um sistema violento. E quando se fala em vandalismo, o vandalismo de quebrar uma vidraça, que não devemos recomendar nem aceitar, é muito menor do que o que se faz contra a vida dos brasileiros, morrendo criança por falta de UTI. Isso é vandalismo! Estão morrendo, até na Capital da República, crianças por falta de UTI, porque o dinheiro foi para construir um estádio de R$1,6 bilhão, onde só vai entrar quem pagar R$300,00, R$150,00, na menor tarifa. A violência não é da meninada na rua, a violência é do sistema que temos há 500 anos neste Brasil e que os últimos 20 não romperam. Se concluir mais, eu diria que violência é o Senado vazio numa hora como esta.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu faço um apelo a todos lembrando que o Senador Pedro Taques é um dos inscritos. Antes de V. Exª, pediu pela ordem o Senador Eduardo Braga. Em seguida, já fiz o pedido, será encaminhada a solicitação ao Presidente Renan Calheiros, que está na sua sala esperando a liderança do Movimento para dialogar.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro para dizer que efetivamente estamos acompanhando a manifestação do povo brasileiro, não apenas da juventude. A manifestação está acontecendo, inclusive, na minha cidade, em Manaus, com, seguramente, 30, 40, 50 mil pessoas nas ruas. Para uma cidade como Manaus, essa é uma manifestação extremamente representativa, talvez uma das maiores manifestações da história da cidade de Manaus.

Tenho acompanhado, em diversas cidades brasileiras, na sua Porto Alegre, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Recife, aqui na porta do Congresso Nacional e, como tenho dito – não é a primeira vez que estou falando assim –, respeito esta manifestação e, com humildade, quero ouvir, compreender e entender as vozes do povo, as vozes da rua, que estão nos colocando uma nova agenda nacional. E não é essa juventude que está vindo à rua fazer essa manifestação pacífica que deve ser comparada ou confundida com outra coisa, que é atitude de vandalismo, sim, de agressão.

Porque não foram portas e janelas quebradas, não, por detrás da farda de um soldado há um ser humano, que é pai de família, que tem filho para criar, que tem esposa, que tem mãe, que tem pai, com o mesmo direito que o cidadão civil tem de ser guardado, de ser respeitado. Por que não vamos respeitar aquele que está ali para proteger a sociedade?

Portanto, quero dizer do meu respeito pela manifestação. Eu disse, como Senador e como Líder do Governo, desde o primeiro momento, desde a primeira manifestação, e os *Anais do Senado* haverão de poder, no futuro, mostrar todas as minhas posições: o respeito que tenho por uma manifestação livre, soberana, da expressão popular nas ruas. Agora, não posso achar natural que um povo, que está fazendo um novo momento e uma nova etapa na política, na democracia e na vida brasileira, seja confundido com atos de vandalismo, com organizações cuja origem não sabemos qual é, mas que está claro que têm o objetivo de de-

predar patrimônio público, patrimônio privado, agredir seres humanos. Isso não tem o meu apoiamento, como cidadão, como Senador da República.

Mas quero aqui, Sr. Presidente, dar um testemunho da imagem a que acabei de assistir. Fui até meu gabinete, no 12º andar do anexo do Senado, Anexo I, fui em companhia do Senador Pedro Taques. Abrimos as janelas do meu gabinete e tivemos uma visão que impacta, sinceramente, Presidente, impacta. Não satisfeitos, fomos até o 14º andar, naquela ponte que interliga as duas torres, e tivemos a vista frontal do movimento que está aqui fora do Congresso Nacional. As imagens de câmera, neste nível que as nossas câmeras estão, não mostram a grandiosidade da manifestação que está aí em frente. Isso é que é importante para nós.

Quando o povo vem à porta do Parlamento, a leitura que tenho é que vem porque aqui é a Casa do povo, e que aqui nós devemos ser a ressonância correta, ponderada, humilde, paciente daquilo que a agenda nacional, feita pelo povo, diretamente pelo povo, passará a ser a partir de então.

Estou aqui no plenário, desde o início da sessão, presente, participando, atento, ouvindo o discurso de todos os Senadores que se manifestaram, ouvindo as posições pela ordem dos Senadores em plenário, conversando com o Líder do meu Partido, conversando com o Presidente do Senado. E, hoje, às 11h30 da manhã, eu estava conversando com a Presidente da República, de 11h30 até 12h30, e ouvi da Presidente, com humildade, com paciência, com atenção, a necessidade de todos nós ouvirmos a voz do povo, a voz das ruas.

Portanto, Sr. Presidente, se tivermos condições técnicas, obviamente, e condições tecnológicas para poder fazer a transmissão, em função das iluminações, e se for autorizado pela Mesa, creio que nada mais cívico, nada mais patriótico do que mostrarmos pela televisão do Senado Federal, a televisão do povo, as imagens que estão sendo proporcionadas pela população brasileira do lado de fora do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Braga, só respondendo a V. Exª...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT– RS) – Vou passar a palavra a V. Exª.

Senador Eduardo Braga, sabendo que sua posição não poderia ser diferente, equilibrada e tranquila, comungo com V. Exª: não podemos concordar com violência de jeito nenhum, seja contra um menino, seja contra um policial, que está ali também defendendo a Instituição.

Este momento é de tranquilidade e de equilíbrio, e tenho certeza que este Plenário pensa assim, não só com o discurso fácil de apontar que todos têm razão. Não! A sociedade está num momento difícil. Essa meninada tem razão, mas quem está fazendo a segurança dos prédios públicos também tem razão. Não há como nós não nos posicionarmos.

Já fiz o pedido ao Senador Renan Calheiros no sentido de que sua proposta seja atendida e que a TV Senado passe a cobrir...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Alternadamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT– RS) – ... alternadamente.

E vou mais além, se V. Exª me permitir. É intenção nossa, no momento em que a comissão representativa chegar aqui para conversar com o Presidente Renan Calheiros, suspendermos a sessão. Vamos todos à Presidência recebê-los, numa homenagem inclusive às lideranças do movimento.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, antes de qualquer coisa, quero registrar o seguinte: estamos vivendo um momento histórico em todo o País, e acabo de receber uma ligação que me informa que a TV Brasil, neste momento, está passando desenho animado. Neste momento, com a manifestação histórica em todas as capitais brasileiras, a TV Brasil, sob a orientação da direção certamente, não dos jornalistas, está transmitindo desenho animado. Entendo que cabe uma manifestação dos Senadores desta Casa de que isso é absolutamente inadmissível, inadmissível.

Não há nada mais importante neste momento no País do que as manifestações que estão ocorrendo, e nós não podemos imaginar que uma TV pública, neste momento, esteja transmitindo desenho animado.

Faço esse manifesto aqui...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Esta Casa não é desenho animado.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – A TV Brasil, neste momento, Líder, está passando desenho animado. Recebi uma ligação há pouco informando isso. Estou aqui protestando, porque entendo que não há nada mais importante na agenda política do País neste momento do que...

Informaram-me que, agora, em função talvez desse protesto, acaba de entrar ao vivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado está cumprindo o seu dever, e a sua denúncia foi, na verdade, um alerta à TV Brasil, que já tomou as providências.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador Paim, eu apenas penso que essa é a maneira mais

adequada. Talvez não seja o caso de suspendermos a sessão. A sessão, a tribuna é o ambiente que temos para reforçar essa posição. Talvez tenha eficácia se a TV Senado também transmitir, simultaneamente, a reunião que o Presidente Renan Calheiros fará com os manifestantes, os líderes dessa grande, histórica, pujante, magnífica, vibrante e cidadã mobilização nacional, que está nos deixando atônitos pela espontaneidade, pela força com que está acontecendo, para dar um basta. A paciência acabou!

Penso que, ao invés de ser encerrada, a sessão deve continuar numa demonstração, eu diria, de solidariedade ao que está acontecendo democraticamente em todo o País, especialmente na nossa Capital, Brasília, na Praça dos Três Poderes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Antes que V. Exªs se posicionem, em nenhum momento propus – é claro que o Plenário é soberano – encerrar a sessão. O Senador Cristovam, hoje à tarde, perguntou-me se eu estaria disposto a ficar aqui enquanto houvesse movimento, e respondi de pronto para ele: "Fico e, se precisar, presido até meia-noite, uma hora da manhã."

O que eu sugeri foi que, em homenagem a esse belo movimento –todos aqui estão, neste momento, festejando a manifestação dessa meninada, que é termo usado –, no momento em que a delegação chegasse, em que os líderes do movimento chegassem – são em torno de 12, conforme me disseram aqui –, nós, Senadores, interrompêssemos, como já fizemos milhares de vezes, por cinco minutos, a sessão. Nós os receberíamos, ouviríamos a demanda e retornaríamos ao plenário do Senado.

Foi esse o encaminhamento, mas, tranquilamente, eu sinto que, com a proposta, eu fiz a minha homenagem a essa meninada. Naturalmente, se o Plenário entender diferente, vai ser exatamente como combinarmos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador, uma questão de ordem. Eu estou totalmente de acordo com o senhor, desde que me digam como eles foram escolhidos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. *Fora do microfone.*) – Foram escolhidos por eles.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Por eles quem?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. *Fora do microfone.*) – A informação que eu tive lá é que o movimento...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Qual é o movimento?

Esse movimento não tem líder, gente. Esse é um movimento espontâneo. Se eu souber como eles foram escolhidos, irei na hora. Agora, sem saber, eu não irei, porque pode ser uma manipulação, pode ser uma maneira de trazer pessoas que não representam o movimento. Eu acho difícil alguém representar essas pessoas, pela maneira espontânea, variada, confusa com que se manifestam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me responder, Senador Cristovam. Não há como, por tudo que sabemos, em sã consciência, aqui definirmos quem foi que escolheu. Consequentemente, está retirada a proposta, e continuamos aqui. Não haverá os cinco minutos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, nesse sentido do Senador Cristovam Buarque, o interessante seria a transmissão do movimento e da sessão. Agora, qual é a legitimidade dessas pessoas que estão aqui ou que aqui virão?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não há como medir. V. Exª sabe disso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não há como. Esse é um movimento difuso, um movimento que não é homogêneo nas suas causas, um movimento a que o cidadão adere sem nenhum instrumento de ligação.

Eu conheço várias pessoas que estão aí e que vieram porque ouviram na TV, no rádio, na Internet, no Facebook ou no Ttwitter.

Nós temos que ficar aqui. Este é o local em que nós devemos ficar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, repito: ninguém está propondo que a gente saia. Eu apenas disse que, se a comissão representativa estivesse aqui do lado e viesse dialogar com o Parlamento, nós iríamos recebê-los.

O Senador Cristovam faz uma pergunta para mim que não tem resposta. Há como medir? Não. Se não há – eu disse que não há –, então ele é contra.

Consequentemente, nós estamos aqui e vamos tranquilamente continuar o nosso debate.

Senador Pedro Taques, com a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Paulo Paim, só para registrar que a TV Brasil, depois de ter colocado o *flash* da manifestação, pela informação que acabei de receber, voltou a transmitir desenho animado. É uma coisa que realmente me parece inusitada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu também quero informar que fiz o pedido à Presidência do Senado. O pedido está lá na Presidência do Senado.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – É importante...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT–RS) – E disse que é...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Eu estou falando da TV Brasil. Neste momento, a TV Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas eu estou respondendo. Já entendi.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Agora, em relação à solicitação anterior, seria importante que nós tivéssemos a resposta formal da Presidência do Senado.

Agora, eu estou registrando que a TV Brasil estava transmitindo desenho animado. Quando fizemos a manifestação, passou um *flash* da manifestação, mas a informação que recebi é que a emissora voltou a transmitir desenho animado. A TV Brasil é do Governo – é importante registrar –, é uma TV pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está claro. Eu entendi, Senador Rollemberg, e não tenho nenhuma dúvida quanto a isso.

O que eu disse é que, em relação à TV Senado, ainda não está havendo a cobertura, como foi solicitado. Eu fiz o pedido ao Senador Renan Calheiros.

Quanto à TV Brasil, é claro que a decisão não é nossa.

Senador Pedro Taques, com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, amigos que nos assistem e nos ouvem pela Rádio, TV Senado, Agência Senado, amigos das redes sociais, nós estamos, às 18h54, do dia 20 de junho de 2013, num momento em que o Brasil, Deputado Domingos Dutra, para, porque o Brasil está parado neste momento. Ele está parado, mas ele está no movimento, no movimento para que possamos reconhecer o real significado do termo "democracia".

Ontem, eu vim a esta tribuna para defender que nós, políticos, temos que ouvir a voz das ruas, a voz do povo e dos jovens que querem manifestar que nada anda tão bem como tem sido propalado. Nada anda tão bem como tem sido propalado. Nós não vivemos em um mar azul, em um mar de rosas, não vivemos em um céu de brigadeiro hoje.

Mas ouvir é tentar entender, Senador Magno Malta, é fazer o esforço de nos colocarmos no lugar da nossa gente que luta diariamente pelo pão e pela dignidade. A maior agressão, o maior desrespeito que se pode fazer a esses brasileiros que vão corajosamente às ruas é dizer que essa atitude é "romântica". Isso é uma agressão a eles que ali estão. Alguns estão dizendo que é "sonhadora", que é "emocional". Isso é uma agressão a esses brasileiros que aí estão.

Esses brasileiros que estão nas ruas têm motivos, motivos reais para estar lá. Estão defendendo o País com a sua energia, com a mesma coragem e grandeza que mostrou o povo brasileiro ao lutar pelo fim da ditadura, ao exigir a democracia e o Estado de direito democrático.

Naqueles tempos difíceis, Senador Paulo Paim, diante de movimentos parecidos, o nosso querido poeta Gonzaguinha já lembrava que o nosso povo sabe o que faz e dizia: "A gente quer viver uma nação."

O que isso quer dizer? Vamos arregaçar as mangas e começar a descobrir!

Tenho falado e agido muito sobre as ações de Governo, tenho combatido a captura das agências reguladoras pelos que deveriam fiscalizá-las, as fraudes que se sucedem na gestão fiscal e nos números da execução orçamentária e da dívida pública, da inconsistência global da política econômica atual.

Mas eu quero, hoje, tentar chegar mais próximo do ponto de vista dos homens e das mulheres do Estado de Mato Grosso, o Estado que tenho a honra de aqui representar, homens e mulheres do Brasil.

Todos nós temos ouvido um discurso insistente de que "hoje somos todos classe média." Isso é vendido como a solução de todos os problemas da sociedade. Será que isso é verdade? Será que isso é verdade?

Vamos ver. Nos últimos dez anos, o Brasil viveu, sim, um aumento importante da renda familiar da população mais pobre. As famílias mais pobres levam mais dinheiro para casa hoje; isso é fato. De 2001 a 2009, pelos dados oficiais, a renda familiar de toda a população cresceu 2,8% a cada ano, enquanto a dos 10% mais pobres cresceu 7%. Muito mais pessoas, hoje, têm dinheiro para atender às necessidades básicas de subsistência nesses últimos dez anos. Isso é fato, temos que reconhecer, Senador Eduardo Braga.

Mas isso significa o que exatamente? Podemos parar de dizer que está bom? O que é esse tal avanço para a "classe média", que é tão festejado como a mágica solução de todos os problemas, como a panaceia para tudo?

Eu vou usar os dados do próprio Governo Federal, que fez um relatório para tentar definir o que é essa "nova classe média" do País.

A conclusão a que chegou esse grupo – e que é a base para esse discurso que ouvimos a todo momento de que "somos todos classe média" – é de que compõem essa chamada "classe média" famílias que têm uma renda entre R$291,00 a R$1.019,00 por integrante. Assim, um casal com dois filhos seria de classe média se tivesse uma renda entre R$1.164,00 e R$4.076,00, por mês, em 2012. Essa é a definição

mais precisa que vem sendo utilizada quase como um refrão, como um mantra.

É verdade que muitas pessoas, milhões de pessoas conseguiram sair da pobreza econômica e chegar a esse nível de renda nos últimos dez anos. Mas vamos pensar o que isso significa.

O que isso significa? Vou usar os critérios que o próprio relatório, já falado, utiliza para caracterizar esse grupo chamado "classe média".

Primeiro, são famílias que conquistam uma mudança nos padrões de sua despesa mensal. Sai da pobreza aquele que já não precisa dedicar uma parcela muito grande de seus recursos à compra de bens de subsistência como alimentos, roupas, artigos de limpeza, transporte urbano, gás, aluguel, luz. São aqueles que podem trazer para sua casa coisas importantes como serviços de saúde privada, educação, livros, viagens ou um carro.

E aí a casa já começa a cair. Quem disser que uma família que vive com R$1 mil, R$1,5 mil ou R$ 3 mil mensais hoje no Brasil pode arcar com gastos particulares de saúde, educação, veículo próprio está fazendo uma brincadeira de mal gosto.

Essas pessoas, por mais que tenham uma renda crescente, dependem do serviço público, dependem do Sistema Único de Saúde, dependem da escola pública, dependem do transporte público. Serviços públicos, aliás, que estão na Constituição.

O mesmo poeta Gonzaguinha já nos alertava: "A gente quer caminho e atenção; a gente quer é ter muita saúde". E é aí que "a porca torce do rabo!", como se diz no Estado de Mato Grosso. O avanço da renda, que beneficiou a todos, inclusive os mais ricos, não correspondeu ao avanço nos direitos sociais de verdade.

Garantir direitos sociais significa enfrentar interesses, significa escolher, na hora de gastar o dinheiro público, o benefício silencioso dos milhões na fila do SUS ou das crianças na escola. O que significa também deixar de bancar os projetos clientelistas com os quais se compra muitas vezes uma base de apoio no Legislativo.

E a ação do mensalão revela bem isso. Significa também deixar de emprestar escondidos bilhões de reais dos bancos públicos para subsidiar grandes empresas privadas, Senador Cristovam Buarque.

Significa construir transporte de massa de verdade: metrôs, trens urbanos, o que significa também enfrentar em cada grande cidade os cartéis privados que dominam o atual sistema de transporte e dominam as decisões do poder público e financiam as grandes campanhas eleitorais.

Não existe almoço de graça!

Garantir o direito à moradia não é despejar dinheiro para os incorporadores privados erguerem prédios populares. Isso só levou a um aumento brutal dos preços dos terrenos urbanos, fazendo com que os limites de preço do Minha Casa Minha Vida, aqueles que essa nova classe média pode pagar só caibam em terrenos cada vez mais afastados, levando o povo cada vez mais para longe do local de trabalho e para cada vez mais horas enlatado em transporte urbano precário, gerando lucro para o cartel dos ônibus e para o especulador imobiliário.

Para o Governo, na prática, a nova classe média só precisa de geladeira e televisão, mas o Gonzaguinha já avisava que não é só isso: "A gente quer viver pleno direito", mas não é só o padrão de consumo que identifica uma classe média.

No relatório do Governo, aqui citado, também se fala que uma classe média seria aquele grupo de famílias cuja renda vem em sua maior parte do trabalho, e não da assistência governamental nem de rendas de propriedade, e mais do que isso: esse grupo seria também menos vulnerável, ou seja, famílias que possam planejar e construir um futuro sem um alto risco de se tornarem pobres num futuro próximo, ou seja, Senador Cristovam, estaria na classe média aquele trabalhador que hoje está firmemente inserido na economia produtiva e que não sofre o risco de ser varrido dessa posição de hoje para amanhã, como descreve o mesmo Gonzaguinha: "A gente quer valer nosso suor".

Para minha honra, concedo um aparte a S. Exª, o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Taques, o senhor traz aqui algo que transcende – e muito – todo este momento que a gente vive: é o que define progresso, qual o tipo de futuro que nós queremos para o País. Podem achar que não é isso, mas, no fundo, a insatisfação que nós vemos na rua é o fato do esgotamento de um tipo de concepção de progresso. Esgotou-se. A ideia, por exemplo, de progresso de um país é produzir 3,5 milhões de automóveis, em vez de ter um sistema de transporte eficiente – e isso a gente sabe que é muito mais possível com o transporte público. Esse modelo de progresso se esgotou, não cabem mais os carros. O que se fala por carro, fala-se para quase tudo. Esgotou-se o modelo que exige tanta energia, não tem como continuar. Esgotou-se o modelo que exige destruir florestas para produzir soja. O conceito de riqueza mudou. Quando o senhor cita o poeta Gonzaguinha é porque, na sensibilidade dele que vai muito além de qualquer análise, ele percebeu que ser rico não é ter um carro, ser rico não é ter conta bancaria; ser rico é, se for o caso, ter essas coisas para melhorar a condição de vida, mas,

se ao ter isso, piora, não é bom. E hoje a gente sabe que carregar dinheiro na carteira leva é a assalto. Então, não leva ao bem-estar. Termina levando é à morte. A gente sabe que ter carro hoje, num país que, para optar pelo automóvel privado, teve que tirar dinheiro da educação, da saúde, para fazer viadutos, para fazer estacionamento até, esse país não cria um sistema de progresso que traga felicidade. O que está levando a meninada para a rua é a percepção de que a felicidade está se evadindo, que a felicidade está ficando longe deles na medida em que eles crescem. É isso que os leva para a rua. E essa palavra "felicidade" não entra na discussão dos governos, porque se preocupam com o PIB, não se preocupam com o bem-estar. Então, a sua fala vai muito além de tudo isso que está acontecendo nesses dias. E se nós não entendermos que o que está acontecendo nesses dias tem uma transcendência da dimensão da sua fala, nós não entendemos nada do que está acontecendo lá fora.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Não confundam o que está acontecendo lá fora com a redução de passagem de ônibus. Por favor, confundir isso é não entender nada, nada, da insatisfação, das causas da insatisfação e dos caminhos para superar essa insatisfação. Por isso, eu espero que essa sua fala a gente continue debatendo nesta Casa, mesmo depois que as coisas se acalmem e essas manifestações saiam das ruas para a Internet – porque há uma diferença das manifestações de hoje para as de antes: as manifestações de antes, quando a gente ia para casa, acabavam; hoje, quando a gente vai para casa, elas recomeçam por meio das redes sociais. Este debate a gente deveria levar para as redes sociais: que progresso nós queremos para o Brasil.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. "A gente quer valer nosso suor". Assistencialismo, comemorar esse número de pessoas, de brasileiros que entram em programas assistencialistas, sem que nós possamos comemorar quantos brasileiros saem de programas assistencialistas, é um equívoco histórico. Porque o povo não quer apenas, Senador Cristovam, apenas, receber uma bolsa de todas as qualidades na sua casa, na sua conta, no seu cartão, não interessando a cor. O cidadão quer mais que isso. O cidadão quer dignidade.

Antes de conceder um aparte a S. Exª, o Senador Eduardo Braga, e logo depois à Senadora, mas antes à Senadora Ana Amélia, que levantou primeiro, Senador Eduardo Braga, é interessante dizer que este movimento, que, neste momento, está aí fora, a classe média a que aqui, inicialmente, eu fiz referência, Senador Cristovam, já financiou seu carro em 82 pagamentos. Já está endividada. Já tem todos os celulares, smartphones, isso é bom. Agora, mais que isso, ela deseja a concretização de direitos sociais, previstos no art. 6° da Constituição. Ela deseja saúde de qualidade. Ela deseja transporte que não possa ser enlatado. Ela demora três horas para ir e três horas para voltar do seu trabalho. Ela deseja educação que possa ser esse instrumento de transformação. Por isso, movimentos como esses que estão aqui. Má qualidade dos serviços públicos. E nós ainda vamos falar a respeito da Copa.

Concedo um aparte à Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador Pedro Taques, eu assino embaixo de suas palavras e do aparte do Senador Cristovam Buarque, lembrando que acompanhei recentemente um pronunciamento que V. Exª fez dessa mesma tribuna, baseado numa consulta que o senhor fez pelo Twitter aos moradores do seu Estado, Mato Grosso, perguntando a eles o que eles tinham como prioridades. E eles relatavam exatamente... O senhor dizia o nome de cada um que tinha respondido, e que era tudo focado, exatamente, nessa questão de qualidade de serviço, que é o que o Estado, que tanto recolhe de nós por meio dos impostos, não nos devolve em bons serviços. É o transporte de má qualidade, é a questão da segurança, é a questão da saúde, de não haver UTI para a criança, que morre aqui em Brasília, como referi há pouco, e o Senador Cristovam também lembrou. A Raquel é uma manicure aqui da barbearia do Senado. Não é de longe, é daqui do Senado. Hoje a Raquel me disse que faz um curso de Libras, que é a linguagem dos sinais, para ter melhor qualificação. Ela é, ao mesmo tempo, manicure aqui. Ela sai de casa, Senador Cristovam, às 4 da madrugada para pegar dois ou três ônibus em Brasília. Então, vejam, não é problema só de São Paulo, ou Rio de Janeiro, ou de Porto Alegre, mas também da Capital da República, nas – eu diria – barbas do Poder, que uma jovem que quer se qualificar tem que levantar às 4 da manhã para poder chegar às 8 a sua aula de Libras, linguagem de sinais. Esse é um caso que mostra claramente... Lamentavelmente, neste momento, Senador Pedro Taques, há um clima de muita tensão ali fora. Começaram a jogar os rojões, e aquilo que a gente estava defendendo aqui, Senador Paulo Paim, que era uma manifestação pacífica... Estava tudo lindo, muito bonito. Tomara que esse enfrentamento não resulte em violência. A manifestação pacífica, nós todos festejamos e queremos que ela seja cada vez maior. Então, eu queria repetir: assino embaixo do que V. Exª está dizendo, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

As manifestações devem ser pacíficas, democráticas. Não é possível violência. O Estado – digo Estado no sentido técnico-jurídico do termo, o Estado nacional, o Estado regional – não pode compactuar com a violência.

Nós temos que, sim, bater palmas para estas manifestações, agora os radicais, aqueles que se utilizam da psicologia de grupo, do emocional, para a prática de crimes, depredar patrimônios públicos, ofender a integridade de policiais, como disse o Senador Eduardo Braga, estes devem merecer o que determina a lei, pois, senão, nós teríamos a baderna, nós teríamos o não Estado. O Estado é aquele que pode, em determinados momentos, se valer da violência legítima, e esta violência legítima pode ser usada, sim, na defesa do próprio Estado.

Por isso, eu quero, mais uma vez, me declarar favoravelmente às manifestações sem violência, para que todos nós brasileiros possamos dar um exemplo ao mundo de que aqui nós temos uma Nação, uma Nação de homens e mulheres de bem, homens e mulheres que cumprem a lei, homens e mulheres que respeitam o direito de o outro se manifestar. Por isso, eu quero também repudiar qualquer forma de violência nesse tipo de manifestação.

Concedo um aparte a S. Exª o Senador Eduardo Braga, honrado Líder do Governo nesta Casa.

O Sr. Eduardo Braga (Bloco/PMDB – AM) – Senador Pedro Taques, mais uma vez, V. Exª vem à tribuna com absoluta pertinência e com um tema que é hoje o tema que todos nós estamos debatendo não apenas no plenário do Senado mas em todos os lugares. Quero, mais uma vez, dizer que estamos de acordo. As manifestações são legítimas e, além de legítimas, são um marco de um novo tempo, sociologicamente falando, no nosso País. No entanto, Senador Pedro Taques, este é um País de dimensões continentais, e o desenvolvimento no nosso País não chegou de forma igual em todas as regiões. Eu imagino que o Estado de Mato Grosso, com tanta soja sendo produzida, com tanto agronegócio sendo produzido, com...

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Eduardo Braga (Bloco/PMDB – AM) – ... tantos momentos de desenvolvimento importantes da nossa economia, efetivamente talvez o Bolsa Família não seja tão prioritário no Estado de V. Exª, mas me deixe falar do meu Estado. Um Estado que é proibido de quase tudo. O povo do meu Estado não pode desmatar, porque, se desmatar, está cometendo crime contra o meio ambiente; o povo do meu Estado vive no interior da floresta, com dificuldades de toda a natureza de infraestrutura, de acesso à comunicação, para colocarmos satélite para levar Internet de banda larga para o meu Estado, Sr. Senador. Hoje, 90% dos Municípios do Amazonas ainda não têm sequer um megabyte de Internet, a grande maioria tem 258Kbytes. Nós estamos falando de outra realidade de Brasil. No meu Estado, 300 mil famílias dependem do Bolsa Família. E digo a V. Exª: eu, que tive a honra de governar o Amazonas durante oito anos, fui prefeito de Manaus, construí, Senador Pedro Taques, 30 mil casas para o povo que não tinha onde morar. Meu pai era filho de uma família de 16 irmãos, ficou órfão aos cinco anos e ficou muito pobre. Durante muitos momentos de sua vida, foi obrigado a comer resto de feira, não tinha casa própria. Eu ouvi, durante toda a minha vida, o testemunho do meu pai do quanto era difícil. Depois, quando Deus e o povo me deram a oportunidade de entrar na vida pública e conhecer o desespero das famílias que moravam nos alagados, dentro dos igarapés... Entrava governo e saia governo e não havia política pública que pudesse mudar o destino daquele povo. Eu, sinceramente, Senador Pedro Taques, fiz e ajudo a fazer o máximo para a transformação. A educação é algo que transforma a sociedade e transforma a população de uma vez por todas, mas nós temos que ter tempo para que essas pessoas possam se transformar, para que haja migração econômica e migração social. Esses milhares de brasileiros que estão hoje nas ruas são de um Brasil novo, de um Brasil diferente, de um Brasil que está se transformando, sim, e que quer mais políticas públicas. Mas, se o Brasil conseguiu criar microeconomias importantes em regiões isoladas, em grotões, mesmo em Estados ricos, é porque houve políticas públicas sociais de transferência de renda. Essas políticas não são erradas, essas políticas precisam ser aprimoradas. Sei que V. Exª haverá de concordar comigo. Sei que V. Exª, no afã de compreender toda essa demanda que nós estamos vivendo neste momento, gostaria que as respostas viessem de ontem. Senador, eu fui o governador que, pela primeira vez, implantou escolas de tempo integral em meu Estado, e isso há dez anos, quando o Brasil ainda não falava de tempo integral. Nossas crianças – e muita gente discute, como ainda há pouco assistimos neste plenário, à discussão sobre a menoridade penal, a maioridade penal – até pouco tempo não tinham direito à creche. Foi o Brasil Carinhoso que abriu as políticas públicas que pudessem novamente voltar a construir creches. Fui Prefeito de Manaus e construí nove creches. O meu sucessor teve de fechar as minhas creches, as creches da cidade de Manaus, e transformá-las em escolas infantis. Foi o Fundeb que passou a financiar o ensino médio neste País, não faz muito tempo, no Governo Lula. O Fundef foi no Governo Fernando Henrique, não faz tanto tempo assim. Mais ainda, o Pronatec acabou de

ser criado no governo Dilma. Nossas escolas com bolsa, através do ProUni, não faz muito tempo assim. O nosso nível de escolaridade está mudando. Portanto, o que eu quero dizer a V. Exª é que eu vejo um País que está em transformação. Há desigualdades? Claro que há. Há muito que se fazer? Há muito que fazer. Essas manifestações são porque ninguém aguenta mais pagar por celular que não funciona, Senador!

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – E as agências reguladoras?

O Sr. Eduardo Braga (Bloco/PMDB – AM) – E as agências reguladoras?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – E o aparelhamento delas?

O Sr. Eduardo Braga (Bloco/PMDB – AM) – Não é só o aparelhamento. V. Exª aqui, como Senador, participa das nossas comissões e tem o direito e o dever constitucional e regimental de participar do debate que elege, através deste Senado, os representantes dela. V. Exª é testemunha do esforço da Presidenta Dilma em transformar as nossas agências pela questão meritória e técnica em agências eficientes. Há um embate político, neste momento, sobre isso. Mas não é apenas isso. Ainda há pouco, ouvíamos o Senador Rodrigo Rollemberg, que já não está mais no plenário, falar sobre a TV Brasil. E eu ficava me perguntando: o que está transmitindo, neste momento, a TV Cultura de Pernambuco? O que está transmitindo, neste momento, a TV Cultura do meu Estado? Cem mil pessoas, neste momento, já estão nas ruas em Manaus. Ainda há pouco, eram 50 mil. O que está transmitindo a TV Cultura de São Paulo? Portanto, vamos ser corretos, como V. Exª sempre o é, nesta Casa. Por isso eu me encorajo em fazer um aparte com esta filosofia de que estamos fazendo muito, mas ainda há muito que fazer. Mas não achar que nada funciona no País, que nada mudou neste País. Claro que mudou. E há muitas demandas que ainda precisam acontecer. É com esse espírito de mudança e de transformação que eu me alimento de esperança na vida pública. Estou aqui porque acredito que é através da política e da democracia que haveremos de construir este País em que, hoje, as ruas pedem urgência, mais velocidade e mais respostas.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador, me permite, porque eu quero comentar...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Senador, eu vou lhe conceder um aparte imediatamente.

Eu quero cumprimentar o Senador Eduardo Braga pelo aparte, que prova que ele é um competente Líder do Governo. Esse é o primeiro ponto. Segundo ponto: eu seria um canalha, um idiota se não reconhecesse a importância de programas como o Bolsa Família. Eu seria um canalha, um idiota, um Senador abilolado se eu isso não reconhecesse. No entanto, Senador Eduardo Braga, nós não podemos dourar a pílula, nós não podemos fazer coisas para inglês ver. Isso nós não podemos fazer. Nós não podemos ter uma economia baseada em desonerações. Nós não podemos estabelecer R$18 bilhões para a compra de geladeiras, computadores. Concordo. Mato Grosso é hoje um Estado que produz 43 milhões de toneladas de grãos, 29 milhões de cabeças de gado bovino. Mato Grosso é um Estado rico, mas um pobre Estado rico, um pobre Estado rico.

Muito bem. Eu quero dizer a V. Exª que eu não sei o que está passando na TV Cultura de Pernambuco, porque o meu discurso não e eleitoreiro. Não sei o que está passando na TV Cultura lá do Estado de São Paulo, mas, na TV Brasil, que é uma tevê pública, não poderia estar a passar desenho animado neste momento.

Eu concedo um aparte a S. Exª, o Senador Rodrigo Rollemberg.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Senador Pedro Taques, agradeço a V. Exª a gentileza de conceder este aparte. Estou acompanhando a sessão e me retirei para receber, com muita alegria, no plenário desta Casa, neste momento, o cacique Aritana, Anuía Yawalapiti, Timáiu Kalapalu e o João Carlos Almeida. Eu tive uma das maiores emoções da minha vida, no ano passado, quando tive oportunidade de participar da celebração do kuarup. Além de toda a generosidade, o acolhimento, o carinho dos povos do Alto Xingu, dos povos do Xingu, os yawalapiti, os kamaiurás, os kalapalus, os kuicuros, todos eles, e hoje, com muita alegria, recebo esses representantes das populações indígenas, que também passam por momentos de grande dificuldade. Neste País, neste momento, há uma luta pela demarcação das terras indígenas. Também é pauta do conjunto de reivindicações a demarcação dessas terras indígenas. Mas terei oportunidade de falar sobre esse tema em outra ocasião. Agora, com muita alegria, neste momento de grandes manifestações da população brasileira, o Plenário do Senado recebe o Cacique Aritana, Anuía Yawalapiti, Timáiu Kalapalu e João Carlos Almeida.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Quero, antes de passar a palavra ao Senador Cristovam, cumprimentá-los e dizer que é uma honra recebê-los aqui. Mato Grosso os tem em boa conta. Mato Grosso tem quase 30 mil índios. O Parque Nacional do Xingu

é o mais antigo demarcado. São 57 as reservas demarcadas. Sejam bem-vindos, brasileiros e brasileiras, índios. Eu os tenho em conta e com respeito.

Passo a palavra, como um aparte, ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador, quero fazer um comentário sobre a fala do Senador Eduardo Braga, dizendo que tenho autoridade para defender a sua posição sobre o Bolsa Família, porque eu inventei isso. Eu inventei, intelectualmente, o Bolsa Escola como professor da UnB, em um livro. Eu inventei, ao implantar, pela primeira vez, aqui, e ao dar assessoria à Prefeitura de Campinas para que começasse. É com essa autoridade, com esse entusiasmo com a Bolsa que quero dizer que, de fato, Senador, ela é necessária. É isso o que o Senador Taques quis dizer. Mas o que a gente precisa comemorar é quando ela não for mais necessária. É isso o que ele quis dizer. Enquanto um brasileiro precisar de Bolsa Família, nós temos de dar Bolsas Famílias, mas, enquanto um brasileiro precisar de Bolsa Família, o Brasil não é um País desenvolvido, o Brasil não é um País justo. O Brasil só começará a ser justo quando ninguém precisar de Bolsa Família. Lamentavelmente, o dever de casa da redução do número de necessitados da Bolsa Família não está sendo feito. Seria o que o senhor começou no seu Estado do Amazonas: uma escola de qualidade para todos. A Bolsa, sem a escola, é como atender aqueles que estão na seca do meu Nordeste, agora. A gente não pode comemorar o aumento do número dos retirantes que temos de proteger. Nós temos de comemorar quando começar a diminuir o número de retirantes, até o dia em que não tenhamos mais ninguém precisando de ajuda. É como quando há uma inundação, o contrário da seca. Não adianta a gente comemorar porque aumentou o número dos desabrigados. E a Bolsa Família...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Dos alagados.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – A Bolsa Família é para os desabrigados. Então, ela é uma obrigação – obrigação, eu repito –, e fazer obrigação a gente não comemora. A gente só comemora quando a gente faz a revolução de fazer com que essa obrigação deixe de ser necessária. Por isso eu quero me solidarizar com sua fala. Entendi perfeitamente o que o senhor quer dizer. E o senhor tem razão. É lamentável que se comemore o aumento do número dos necessitados de Bolsa Família. E, finalmente, para concluir, é absurdo se comemorar, como se está comemorando, sem dizer que faz isso, a inclusão, no Bolsa Família, de famílias que, quando crianças, tinham Bolsa Família. Nós estamos na segunda geração de Bolsa Família. Isso é prova de fracasso. Mesmo que seja necessário. Mas, se é necessário, é um fracasso. Como a seca do Nordeste. Talvez, se tivéssemos feito o dever de casa nos últimos 50 anos, não houvesse mais seca. Como há, vamos dar apoio aos retirantes. Quando há cheia, vamos dar apoio aos desabrigados. Mas não comemoremos o número de desabrigados, nem o número de retirantes. Comemoremos a não mais necessidade de apoiar retirantes ou apoiar desabrigados.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim. Senador Cristovam, mais uma vez, citando Gonzaguinha: "A gente não tem cara de panaca." Não tem cara de panaca para acreditar que isso resolve tudo.

E o cidadão está aí fora. E por que ele está aí fora, Senador Cristovam? Má qualidade do serviço público, políticos que não exercem suas atribuições constitucionais, partidos políticos que não mais representam o cidadão, a Copa do Mundo, a PEC nº 37, a PEC nº 33, as relações entre os Poderes. São vários os temas, vários os motivos.

Mas eu penso – e já caminho para encerrar, Sr. Presidente – que o principal deles seja a descrença com o sistema político. Por isso precisamos, sim, pensar, Senador Eduardo Braga, como Líder do Governo, que esse sistema político está falido. Ele não mais existe, no sentido de concretizar as necessidades do cidadão. Precisamos pensar num novo caminho. Quem sabe, uma Constituinte exclusiva para nós modificarmos o sistema político. Nada contra a política, nada contra político. Nós não podemos criminalizar a política, não podemos generalizar os malfeitos da política. Agora, o sistema político atual não mais atende às necessidades do cidadão.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Pedro Taques, com a competência de sempre, expondo o seu ponto de vista sobre este momento!

Agora ainda, recebi aqui outras comunicações que mostram que não ficou um Estado fora. O movimento é forte em todo o País e, para satisfação nossa, na maioria dos Estados, a não ser um grupo minoritário que apela para a violência, a ampla maioria continua fazendo o seu movimento pacífico e com as suas propostas colocadas em cartazes. Vamos torcer para que tudo termine bem.

Passo a palavra, neste momento, à Senadora Ana Amélia, para fazer o seu pronunciamento. Em seguida, ao Senador Cristovam Buarque.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, caros colegas Senadores,

nossos ouvintes da Rádio Senado, nossos telespectadores da TV Senado, eu já tinha até desistido de subir à tribuna, Senador Paulo Paim, porque estamos aqui desde as 14 horas e foram se sucedendo os pronunciamentos, todos eles na mesma linha, na mesma direção. Fiz apartes a praticamente todos os oradores e decidi subir à tribuna, porque eu estou realmente, como todos os brasileiros e, aqui nesta Casa, os Senadores, vivendo uma experiência nova, uma experiência gratificante e uma revelação dramática, uma revelação dramática, Senador Cristovam: o Brasil todo está mobilizado, e não há líder. O Brasil todo se mexeu e não há nenhuma bandeira de ninguém, de nenhum partido político, de nenhuma instituição; mesmo daquelas mais respeitadas, CNBB, OAB e tantas outras que escreveram a história da democracia neste País. E é exatamente esse o aspecto mais notável do que está acontecendo no País.

Ninguém imaginaria, em uma hora de prosperidade econômica, em uma hora de arranjo e de serenidade, o País mostrando números – percalços, claro, na inflação que está assustando a classe média e os pobres, em maior grau – o que está acontecendo hoje. É um recado direto a todas as instituições brasileiras, ao Congresso, aos governos, ao Judiciário, ao Ministério Público: as instituições precisam ouvir as ruas.

Com muita alegria, concedo o aparte ao Senador Eduardo Braga.

O Sr. Eduardo Braga (Bloco/PMDB – AM) – Senadora, V. Exª vai à tribuna com o tema pertinente das manifestações. Eu pediria ao fotógrafo que me permitisse (...) Muito obrigado. Eu tenho uma informação que acabo de colher aqui na Internet que mostra exatamente este Brasil que está em transformação. V. Exª que é jornalista, porque uma vez jornalista sempre jornalista, lembra – e haverá de lembrar – de uma época em que, no Brasil, quando havia manifestações de rua, a bolsa caía, o dólar disparava. Era como se um tsunami acontecesse na economia brasileira. Evidentemente, o dólar vem sofrendo movimento de alta. Não em função de os meninos e os jovens estarem na rua (...)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Especulação.

O Sr. Eduardo Braga (Bloco/PMDB – AM) – (...) mas em função de que há um movimento da economia americana que se fortalece. Hoje, o Presidente do Banco Central dos Estados Unidos, do Federal Reserve, acaba de anunciar que a economia e os indicadores da economia americana estão tão robustos que o Banco Central deverá, proximamente, retirar os subsídios para o crescimento da economia americana, numa prova de que os indicadores do crescimento econômico nos Estados Unidos voltam. Isso faz com que dinheiro estrangeiro, em vários países emergentes, comece a migrar, novamente, para os Estados Unidos. Há uma tendência de aumento dos juros do tesouro americano e tudo isso faz uma movimentação cambial. Mas o que me chamou a atenção e me provocou fazer esse aparte a V. Exª é que a bolsa de valores do Brasil, a Bovespa, fechou com alta de 0,67% em um movimento contrário das outras 30 maiores bolsas do mundo que caíram no dia de hoje. Ora, numa demonstração de que os fundamentos de nossa democracia são seguros e estáveis, de que o regime que aí está, o regime democrático que aí está tem o apoio do povo brasileiro; que nossas instituições estão fortalecidas: Supremo, STJ, Congresso Nacional. E eu falo com ênfase Congresso Nacional porque esta Casa, com todas as suas mazelas, é o Poder mais transparente que o povo brasileiro possui. Tanto é assim que o povo está na porta do Congresso, a sua Casa, falando para o Brasil e falando para a República. Nosso Governo está absolutamente assenhoreado das condições da governabilidade. E a resposta é que o investidor, o capital privado, que, via de regra, é covarde, no momento em que milhões de brasileiros estão nas ruas, confia, investe, aposta no Brasil, no Brasil que trabalha, no Brasil que quer construir, que quer transformar. Portanto, apenas para dizer a V. Exª do orgulho que todos temos que ter e sentir de sermos brasileiros, porque estamos construindo uma democracia que não é uma democracia qualquer. É uma democracia que, em que pese seja jovem, já enfrentou *impeachment* de presidente. Já enfrentou *impeachment* de presidente! Já enfrentou grandes crises da ética, grandes crises do combate à corrupção. E a Presidenta Dilma tem dado demonstrações de não compactuar com o malfeito. Este Governo tem como uma de suas marcas exatamente isto. Portanto, eu fico sinceramente orgulhoso de ver o meu País, no dia em que milhares de brasileiros – com certeza mais de um milhão de brasileiros – estão nas ruas no dia de hoje, se manifestando, protestando, reivindicando; e a Bolsa de Valores fecha em alta. Portanto, eu fico aqui com uma palavra de entusiasmo pelo nosso povo, pela nossa representatividade e pela certeza de que haveremos de sair mais fortes dessa nova etapa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador Eduardo Braga, a confiança e a crença de V. Exª também é compartilhada por todos os brasileiros de responsabilidade e de compromisso com o País. Não só com os fundamentos da economia, mas, sobretudo, com os fundamentos da democracia. E talvez esse seja o peso mais importante do que nós estamos vendo agora.

É claro que a bolsa de valores é um grande termômetro para qualquer economia do mundo. A bolsa

de valores é a área mais sensível da economia. Não há nenhuma outra. O câmbio é relativamente sensível, mas a bolsa é, sim, a mais sensível de todas. Ela trata de estabilidade, de confiança, de credibilidade, de humor do mercado, como se fala, de tudo isso.

Se o mercado não tivesse com sensação de segurança nos seus negócios, certamente a bolsa não estaria mostrando esses números que V. Exª está mostrando agora para enriquecer e, especialmente, para dar melhor conteúdo a este meu pronunciamento aqui, neste final de tarde, no dia em que os brasileiros escrevem uma página importante na história da democracia e dos direitos da população.

Um recado muito direto, Senador Eduardo Braga, eu diria, de um esgotamento da paciência por tudo o que foi dito aqui, hoje, nesta tarde: os maus serviços, pagamos muitos impostos, trabalhamos quatro meses por ano – talvez mais um pouco do que isso –, e para receber em troca o quê? Ônibus de má qualidade, ter que pegar dois ou três ônibus; a violência batendo à porta; a falta de vaga na escola para o filho em todas as cidades e em todos os lugares. As deficiências cada vez maiores em todo o sistema público brasileiro. O que nós pagamos de impostos daria para termos serviços de primeiro mundo. O padrão FIFA, como se disse tanto agora, passou a ser um selo de qualidade; lamentavelmente passou a ser um selo de qualidade.

E exatamente talvez esse evento internacional, que também ganha o mundo, na visibilidade, o que acontece em nosso País, nesta Copa das Confederações e na Copa do Mundo, o ano que vem, essa visibilidade que o Brasil ganha também é compartilhada por esta histórica manifestação espontânea que, se é difusa, também tem pontos relevantes a levarmos em conta, Senador Paulo Paim.

Falamos aqui, tantas vezes, sobre a PEC 37, aquela que tolhe a ação do Ministério Público nas investigações. E olhem, o que o Ministério Público tem feito no nosso Estado, Rio Grande do Sul, em favor da moralidade, da preservação dos direitos, da aplicação correta dos recursos públicos nas instâncias municipais e estaduais! Em quantas coisas positivas o Ministério Público tem se envolvido no nosso Estado! Que dizer da Procuradoria-Geral da República em tantos aspectos!

O Senador Eduardo Braga fez referência à questão da corrupção e eu, sempre, aqui no plenário, tenho tido uma atitude de independência em relação ao Governo, mas, em todos os momentos, disse que a Presidente Dilma sempre acertou a mão quando tocou fundo na questão do que ela convencionou chamar os malfeitos. E nisso a Presidente da República tem o apoio integral da sociedade brasileira, porque é nos malfeitos que estão os desvios daquilo que a sociedade, com muito sacrifício, paga e entrega ao cofre público, seja o Município, seja o Estado, seja o Governo Federal.

E exatamente esta é a forma que tem hoje a sociedade, ir às ruas, com toda a liberdade, em um regime e num momento de plena consolidação democrática, com as suas instituições funcionando, de nós termos essa liberdade. Esse é o lado bom de tudo o que está acontecendo, Senador Paim.

Mas nós, aqui nesta Casa, precisamos ficar com o ouvido muito atento ao que vem do rufar desses tambores das ruas de Brasília, da nossa Porto Alegre, que mesmo com a chuva que aconteceu, com o mau tempo, em qualquer lugar, o Brasil está mobilizado. E não só Porto Alegre; mais de dez cidades no Rio Grande do Sul e em todas as regiões estão também fazendo a sua mobilização democrática de cidadania, para dizer uma espécie de basta. Chega! A paciência esgotou! Parece que é esse o recado que está acontecendo e que nós estamos recebendo. Mas isso é um recado para esta Casa, para o Poder Legislativo, para o Poder Judiciário, para o Poder Executivo, para o Ministério Público, para todas as instituições. Para os servidores públicos também, que ora são vítimas, ora são parte do processo, porque são responsáveis pelo atendimento à população nas demandas da saúde, do Sistema SUS. Então, nós temos que ver o conjunto de todo este processo, desse sistema tão complexo que é a nossa sociedade, a nossa estrutura.

Aqui foi dito pelos Senadores, pelo Senador Cristovam, Senador Pedro Taques, Senador Rodrigo Rollemberg e por todos os Senadores que antes falaram lembrando também dessas questões relacionadas ao Pacto Federativo. Discutimos muito, usamos muito a retórica, e pouco, na prática, acontece para que o cidadão que mora no Município receba um serviço de qualidade. Hoje, as prefeituras municipais estão sufocadas, numa repartição injusta do recurso, que é concentrado na União; uma pequena parte vai para os primos remediados da Federação, que são os Estados; e os primos pobres, que são os Municípios.

Isso tudo distorce, isso tudo cria problemas, e não cuidamos de áreas essenciais.

Temos um especialista, o nosso querido Senador Cristovam Buarque, que, na educação, tem sido um mestre para todos nós, um sacerdote, como eu disse há poucas semanas aqui. O foco na Educação Básica e Fundamental, nós temos nos descuidado disso, porque parece que não há porta-voz do Ensino Fundamental em nosso país para tratar de uma questão que é grave, que é a base. Sobre a Educação Infantil, de 0 a 3 anos, ouvimos, recentemente, grandes especialistas a nos mostrar esse caminho.

Então, temos de fazer o dever de casa aqui, Senador Cristovam, exatamente para ampliar o debate em torno dessas necessidades que a sociedade está exigindo de nós. Das mães que não têm a creche para o filho, a mãe que trabalha e se vê na contingência de ou cuidar do filho ou trabalhar para consolidar a sua posição de emancipação econômica e para ter também a garantia do seu desenvolvimento, da sua autoestima como pessoa, como cidadã, como profissional. Demandas que precisam ser atendidas na área da saúde, no campo da segurança pública, no campo da mobilidade urbana.

Como disseram aqui vários Senadores, não são apenas os R$0,20 que estão mexendo com o coração e o bolso dos brasileiros. É uma atitude, uma atitude que está sendo tomada coletivamente pela sociedade brasileira de forma espontânea. Uma atitude, uma reação de maneira estrondosa, vigorosa, potente, alta, um verdadeiro brado, um brado da independência. Parece isso.

Então, a sociedade acordou de uma aparente letargia, Senador Pedro Taques, e agora está gritando solenemente: chega! Agora é preciso trabalho, é preciso muita ética na repartição do dinheiro, é preciso muito cuidado com o dinheiro que o contribuinte, o cidadão, entrega para o setor público. Muita ética nas relações interpessoais, nas relações políticas, nas relações entre governos. Temos eleições cada vez mais caras, Senador, gastando dinheiro, e a lei não vai evitar que tenha esse caixa dois. Temos de ter em conta essa cobrança. Por que estão sendo aniquiladas as bandeiras dos Partidos Políticos? Esse é um recado para que tenhamos muita ética nessa relação com o eleitor. O compromisso que assumimos numa campanha eleitoral precisa ser respondido aqui adequadamente, porque quando o negamos e damos as costas para o eleitor ele vai para a rua. Ele agora está mostrando para todos nós a força que ele tem. Essa descoberta é a coisa mais importante que o nosso país e a nossa democracia estão vivendo neste momento.

Senador Pedro Taques, eu estou realmente muito feliz de estar apreciando, não de longe, a fachada. Basta chegarmos ali para vermos o que é, que força tem quando o povo deseja mudar alguma coisa.

Já houve, como lembrou aqui o Líder Eduardo Braga, de maneira absolutamente tranquila, a mobilização, aqui em Brasília, dos caras pintadas. Agora, algumas caras são pintadas, outras nem precisam, enroladas na bandeira nacional, revelando a sua indignação, a sua falta de paciência, e dizendo a força que tem a união do povo. Como diz aquele *slogan* antigo: "O povo unido jamais será vencido". Alguém vai dizer: mas por que essa Senadora do Partido Progressista usa este *slogan*, mas é isso mesmo. Esta é a união que está fazendo a sociedade mostrar a todas as instituições que a sua paciência se esgotou. A beleza de tudo isso é que nenhum partido político pode ousar levar a sua bandeira para este movimento. A sociedade não quer isso. Ela está mostrando a sua força, o seu poder e a sua capacidade de mobilização. Começaram com os jovens, com a questão de uma tarifa de transporte coletivo, e agora inclui uma pauta, Senador Pedro Taques, que nos é muito cara: a PEC nº 37 e a PEC nº 33. V. Exª, eu e tantos Senadores aqui, nesta Casa, temos falado tanto nela.

Vou repetir aqui. Falei a seus colegas, aos membros do Ministério Público, aqui no Distrito Federal e lá no meu Estado: "Se a pressão não viesse das ruas, a PEC nº 37 corria sérios riscos". Nós vimos o filme aqui quando foi votado o PRC nº 132. Vimos o filme aqui, Senador, e, naquela noite, eu fiquei assustada. Agora não. Agora eu acho que a PEC... E desejo: vamos fazer uma grande força, uma grande corrente para que a PEC nº 37 seja definitivamente sepultada, assim como a PEC nº 33. Sempre que acontece o desgosto ou o desagrado pela ação do Ministério Público, sempre adequada... Claro, de novo, a instituição tem que se encarregar de afastar os maus que ali existem. Existem maus juízes, existem maus procuradores ou promotores, maus Senadores, maus jornalistas, maus médicos, maus professores, em toda área eles existem. A maioria é de bons, mas existem as exceções, que são os maus. Então, é preciso que essa instituição também tenha o cuidado de afastar o joio do trigo, separar aqueles que a contaminam eventualmente. E nós aqui vamos fazer uma continuada vigília para que a PEC nº 37 seja definitivamente sepultada, Senador Pedro Taques, porque o Ministério Público tem o dever constitucional de defender a sociedade em todas as questões. Neutralizar a competência do Ministério Público é reduzir a proteção da sociedade em várias das suas demandas, inclusive e especialmente as demandas sociais.

Às vezes, para se achar uma vaga para uma criança, aqui em Brasília, é invocado o Ministério Público quando o Poder Público não responde adequadamente à demanda de um pai ou de uma mãe que leva um filho nos braços desesperadamente para ter uma vaga na UTI. É o Ministério Público que responde a isso ou que vai à casa de uma mulher agredida para atender, porque ninguém responde, ninguém lhe dá guarida, ninguém a ouve nesse ato de violência. É isso que precisa ser entendido desta instituição, que tem uma grande responsabilidade.

Vimos isso e por isso ela precisa ser preservada, como as outras instituições precisam ser preservadas.

E esta é a grande mensagem que as ruas estão dando a todos nós.

Com muita alegria, concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senadora Ana Amélia, V. Exª falou da nossa responsabilidade daqui para frente. Agora, a gente precisa também fazer uma análise da nossa culpa com o que está acontecendo, a nossa responsabilidade com o que está acontecendo. Não fomos só nós, do Senado, mas nós tivemos. Quando a gente vota um projeto como aquele dos portos, importantíssimo, com milhares de páginas, sem ter lido, isso gera um ingrediente; quando a gente elege um presidente no voto secreto, sem o voto aberto para que todo mundo lá fora saiba por que e em quem a gente votou, a gente joga um ingrediente; quando deixamos acumular milhares de vetos e não votamos; quando nós, de repente, pegamos esses vetos e queremos votar em uma tarde. Tudo isso vai deixando uma marquinha, é um ingrediente numa coisa que vai cozinhando, cozinhando, até que um dia acontece isso aí. Quando deixamos de votar as coisas fundamentais para o País, sobretudo a reforma política, que nós negamos a mudar, é um ingrediente; quando as pessoas sabem que estamos aqui vazios hoje, e nem a sexta-feira nem segunda-feira, isso é um ingrediente. Nós colocamos ingredientes na panela de onde está saindo esse movimento que tem uma grande vantagem: despertar a gente, na linha do que a senhora falou. Eu espero que nós nos despertemos para que tudo isso fique no lado não só bonito esteticamente como ele é, mas também consequente politicamente, para mudar o Brasil.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) - Muito obrigada, Senador Cristovam Buarque. Compactuo com a posição de V. Exª e quero lhe dizer, Senador Cristovam, que V. Exª, como eu, o Senador Paim, o Senador Pedro Taques e o Senador Rodrigo Rollemberg, nós nos valemos de uma arma muito poderosa que é não só o título de eleitor, mas também isto aqui: a rede social. A rede social, Senador Pedro Taques. E essa rede social fez também a diferença, fez para eleger um Presidente, o primeiro Presidente negro da história dos Estados Unidos. Fez a diferença a rede social.

A rede social fez a diferença nessa grande e democrática mobilização nacional, histórica. E isso tem que ser levado em conta. O cidadão, além do título de eleitor, está empoderado pela rede social. Usando a rede social, Cristovam Buarque, ele tem um poder de autoria, um poder de mudar as coisas, um poder de pressionar. A rede social fez a diferença nessa mobilização. Eu, que, como jornalista, trabalhei muito com isso, acho que hoje nós precisamos exatamente dessa questão.

Então, para encerrar, vejo que o Presidente Renan Calheiros está chegando. Deve fazer alguma manifestação. Mas vou encerrar, Presidente Renan Calheiros. Sei que a sua manifestação será relevante ou importante, mas eu concedo o aparte ao nosso querido Senador Rodrigo Rollemberg.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB - DF) - Senadora Ana Amélia, só para cumprimentar V. Exª pelo pronunciamento e pelas reflexões que traz a esta Casa, nesta tarde/noite, de hoje, a noite de hoje. Eu diria que o Brasil mudou completamente, mudou completamente todas as... Nós não temos nenhuma certeza. Aquilo que parecia sólido se desfez e, de uma forma, mostrando que a população resolveu acordar, utilizando, como V. Exª diz, as novas tecnologias de comunicação. É uma questão absolutamente nova para todos. Ela é nova nos instrumentos, nos meios de comunicação, nos meios de mobilização, nos meios de atração. Ela é nova porque não têm lideranças específicas, as pessoas não estão vinculadas a partidos, a sindicatos, a associações. As pessoas estão vinculadas pelas suas vidas nas diversas cidades, pelas suas necessidades. A pauta é extremamente politizada. Chamo a atenção, Senador Pedro Taques, de que a pauta, a agenda ampla é extremamente politizada e é interessante que se dizia que a juventude não gosta de política, a juventude não participa de política. E nós não estávamos percebendo que a juventude não gosta de política como a política está sendo feita. Não gosta de política, não gosta de políticos, não gosta de partidos políticos, não gosta das instituições como elas estão atuando, como elas estão organizadas. E é interessante que não há absolutamente nenhuma manifestação contra a democracia. Zero. Pelo contrário, há um processo de radicalização da democracia. E é interessante, Senadora Ana Amélia, perceber também que mesmo aquelas pessoas que tem se comportado de forma violenta nas manifestações, e são a minoria, a própria massa procura alijar do processo, deixar claro que não concorda com aquilo, que a grande maioria não quer a violência. A grande maioria quer se manifestar de forma contundente, como está se manifestando de forma contundente, mas quer se manifestar de forma pacífica. Eu diria que nós temos que ter humildade para reconhecer que todas as certezas que poderíamos ter em relação ao futuro político, ao desdobramento político, elas foram embora, elas desapareceram. E nós temos que ter a humildade de reconstruir o pensamento político, inclusive porque vai ter um momento em que haverá a necessidade de um diálogo com essas manifestações da rua. E esse diálogo será também um novo tipo de diálogo que

não é um diálogo tradicional. Há pouco, falou-se aqui que o Presidente receberia uma comissão. Que comissão? Que comissão é essa? Qual é a legitimidade que qualquer comissão tem neste momento, se nós estamos tendo manifestações simultâneas em todo o Brasil, convocadas pela rede, sem terem exatamente uma liderança? O que existem, na verdade, são sentimentos. Nós precisamos dialogar com os sentimentos, com as expectativas, com as aspirações, com as reivindicações que estão na rua. E existem alguns temas, Senador Pedro Taques – e aí nós precisamos dar resposta – que estão aqui, no Congresso, e não estão há pouco tempo no Congresso, estão há muito tempo no Congresso, e o Congresso, como V. Exª disse no seu pronunciamento, pela sua velha forma de agir, vai empurrando, vai empurrando, vai empurrando com a barriga. O Congresso não aprecia o voto aberto, por exemplo. Aqui, quem é contra e quem é a favor do voto aberto, vamo-nos manifestar claramente. E a população está mostrando que quer saber como é que nós votamos, e, para mim, a manifestação mais contundente foi a do Senador Paulo Paim, outro dia, mostrando que esse sistema de voto secreto, Senadora Ana Amélia, da forma como ele é, foi construído para o Parlamentar se proteger da pressão do Governo, e nós vemos que, historicamente, não estão sendo derrubados os vetos, e hoje a grande pressão que o Parlamentar pode sofrer é essa que está aqui na porta, é a pressão da opinião pública. Ela quer saber como nós votamos. Nós temos que começar de novo, mudar os paradigmas. A nossa reforma política, tão propalada, tão defendida, tem que ser em torno de outros paradigmas. Há pouco, eu falava aí que nós estamos discutindo reforma política com lista fechada, dando poder aos partidos de construir listas fechadas, e financiamento público de campanha, quando a população aqui, na porta, está gritando: "O povo unido governa sem partido", ou seja, a população está dizendo: "Nós não acreditamos nos partidos." Nós temos buscado sempre a negociação, a composição. Tem-se dificuldade de tratar os temas de frente, e nós precisamos ter esse recado. Está aí, eu quero ver qual vai ser a posição do Senado Federal na semana que vem em relação ao projeto que restringe a criação de partidos, porque nós não estamos fazendo um debate sobre como devem se organizar os partidos políticos: nós estamos fazendo apreciação de uma matéria às pressas, com o objetivo de prejudicar um determinado grupo político para favorecer outro grupo político. Mas até isso perdeu o sentido, Senadora Ana Amélia, pois a população está dizendo que não adianta mais essas coisas também. Os meios tradicionais de comunicação já não são suficientes. Existem outros meios, e a população está sabendo. A população está sabendo! Se ela tiver interesse em saber o que nós estamos fazendo aqui agora, é só entrar nas redes sociais. Essa é a comunicação. Não há mais como esconder nada. E o que está demonstrado é a ineficiência das instituições! Nós temos que reconhecer isso. Há parlamentares mais sintonizados com as bandeiras que estão aí? Há. Mas é importante registrar que o recado que está ali não é um recado dirigido a algumas autoridades, ou apenas aos governantes. Não. Será um equívoco imaginar isso. Os recados que a população está passando são recados para todos nós. É um recado para as instituições. São para as personalidades que representam as instituições, mas são, sobretudo, para as instituições. Como elas estão organizadas, elas estão superadas. São instituições do século passado, ou do século retrasado, e a nossa juventude, que imaginávamos que estivesse alienada, que não quisesse saber de política, está demonstrando aí: ela quer saber de política, sim, mas de uma nova política, não da velha política a que o País estava acostumado a assistir.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Rodrigo Rollemberg.

Eu ontem, quando o seu aparte estava mostrando exatamente a parte pacífica do movimento, fazendo rejeição a todos os atos de violência, veio-me à mente a cena maravilhosa de uma jovem com um balde e um pano, lavando um monumento histórico que havia sido pichado. Não sei se era São Paulo ou Rio de Janeiro. E aí ela disse: "Estou aqui ajudando a limpar, porque não concordo com esse vandalismo que venha manchar, ou prejudicar, ou destruir um prédio histórico, um monumento histórico, um monumento público". E ela disse aquilo com tanta serenidade, com tanta convicção, que eu mais respeitei ainda o gesto que ela teve, e, dentro desse grupo que o Senador Rodrigo acaba de falar: o grupo que quer continuar na manifestação de forma pacífica e recusando, assim recusa as bandeiras de partidos políticos, recusa a violência também, Senador Rodrigo Rollemberg.

Então, essa sua atitude e essa sua manifestação foi muito oportuna. E também porque a inovação está entrando na área política.

V. Exª tem aqui defendido muito o direito da Senadora Marina Silva de ter o seu próprio partido. Ela própria está inovando, muda-se até o nome: não é partido, é a Rede. É uma forma de inovação e de estar sintonizado com os novos tempos.

É a tecnologia, são as redes sociais nos conectando e nos unindo mais na sociedade com essa grande manifestação que acontece hoje em todo o Brasil, talvez a maior da sua história, mais do que aconteceu nas Diretas Já, mais do que aconteceu com os caras pintadas no *impeachment* de um Presidente da República.

Eu, daqui a pouco, Senador Pedro Taques, embarco para o Acre. Vou a Rio Branco a convite do Deputado Gladson Cameli, que é do meu partido, para fazer um debate sobre drogas. Eu tenho certeza de que também lá, em Rio Branco, capital do Acre, onde o gaúcho Plácido de Castro teve uma participação muito importante na definição de território, lá também, como aqui em Brasília, como em Porto Alegre, como em todas as outras capitais, tem havido mobilização. Chegarei lá nesta madrugada, por causa de fuso horário.

Penso que, dessa forma, nós estamos cumprindo com o nosso dever. Sinceramente, algumas pessoas me disseram que estava perigoso andar com o *boton*, com o distintivo de Parlamentar. Eu não tenho nenhum risco e vou continuar usando meu distintivo de Senadora, porque faço isso em honra e homenagem aos 3,442 milhões de votos que recebi no Rio Grande do Sul. É por eles que eu carrego este distintivo.

E eu penso que, se não respeitarmos a Instituição e não tivermos a coragem de representar a Instituição que nós fomos chamados para defender, então nós não devemos mesmo usar este distintivo que temos, que é a representação do Parlamento e do Senado Federal.

Muito obrigada, Senador Pedro Taques. Obrigada a todos os Senadores que apartearam este meu pronunciamento.

Durante o discurso da Srª Ana Amélia, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Senadora Ana Amélia, parabéns pela sua fala. Quero desejar a V. Exª boa viagem ao Acre. Vá à Praça Plácido de Castro, que era um gaúcho, e coma um tacacá. Com certeza, V. Exª será bem recebida lá no Acre.

Sobre a fala de V. Exª, eu gostaria de saber onde estão os valentes que defendiam a PEC nº 37.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – O Senador Paulo Paim apresentou **Requerimento nº 698, de 2013**, por meio do qual solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, por indicação do Presidente do Senado Federal, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa no período de 22 a 28 de julho deste ano, para participar da Jornada Mundial da Juventude, na cidade do Rio de Janeiro.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Falará S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Pedro Taques, Srªs e Srs. Senadores, o Brasil está surpreso com o que está acontecendo desde sábado. Eu quero dizer, Senador Paim, que a minha maior surpresa é estarmos surpresos!

Quando a gente olha os últimos anos, todos os ingredientes foram colocados nesse caldeirão que levou a essa explosão. Todos os ingredientes. Tudo estava ali. Era impossível saber se seria neste sábado, no próximo sábado, daqui a um ano, dois anos, mas que isso iria acontecer era óbvio. E muitos de nós, eu inclusive, muitas vezes, aqui alertamos. Muitas vezes cheguei a dizer, e fui criticado, que. se continuássemos daquele jeito, Senador Taques – e o senhor ainda não estava aqui –, não demoraria para que o povo pedisse até para fechar o Congresso.

Todos os ingredientes estavam ali.

Comecemos pelos primeiros: os erros do Congresso. Nossos erros foram ingredientes que levaram a essa exclusão. A tolerância com a corrupção, por exemplo, não só nossa, mas em geral. Ou alguém tem dúvida de que o fato de que o mensalão ainda não colocou nenhum preso não tem a ver com a raiva das pessoas na rua, Senador Taques? – o senhor que acompanha isso melhor.

O fato de não termos corruptos presos é um ingrediente que faz com que as pessoas terminem optando por essas mobilizações. A demora da Justiça em todos os casos, sobretudo naqueles em que um bom advogado pode ir protelando, protelando até porque a pessoa morre, e nós ainda não descobrimos como colocar um corrupto na cadeia, um corrupto morto. Isso vai gerando um ingrediente, isso é um ingrediente.

A eleição com o voto secreto – e o Senador Rodrigo Rollemberg acaba de falar do voto secreto em si, e o Senador Paulo Paim é autor da proposta de abolição do voto secreto – gera um ingrediente. Na última votação para Presidente do Senado, o fato de a votação ser secreta gerou um descontentamento. Não vou discutir se foi a eleição do Presidente em vez do Senador Pedro Taques, que era o candidato de oposição. Não, não vou dizer que foi a eleição do Presidente! Mas a maneira como foi feita gerou um ingrediente. Uma eleição sem debate. Chegamos no dia da eleição e votamos. Sem debate, sem discussão, sem voto aberto.

Os vetos que não votamos, ao longo de anos! O povo, de repente, descobre, se não me engano, três mil vetos engavetados. Isso é um ingrediente na crise que nós vivemos.

E aquela tentativa de votar todos os vetos numa única tarde? Aquilo foi um ingrediente. Foi um ingrediente muito grave!

E o voto da Lei dos Portos? Será que a gente não percebeu que o povo ouviu e se indignou? Isso é um

ingrediente que leva a uma ruptura como essa do povo, que, em vez de ficar na casa, no trabalho, nas escolas, vem para as ruas manifestar a indignação que ele tem.

O povo manifesta indignação, por exemplo – eu fiz um artigo na hora chamado "Sede de Indignação" –, quando o povo começa a ver que qualquer manifestação da Justiça contra a corrupção merece todos os aplausos, qualquer que seja a maneira como isso é feito.

Nós estamos colaborando, ainda, com o que hoje acontece. Foi aqui dentro que foram causadas as manifestações de hoje, mas não porque nós tenhamos liderado, mas porque, por nossa omissão, por nosso trabalho contra a alma do povo, nós terminamos dizendo ao povo que só há um jeito: "Vá para a rua!" E ele foi.

Será que a gente não percebe o ingrediente das prioridades equivocadas deste País, como o Senador Taques disse há pouco aqui?

Será que a gente não percebe que algo passa na cabeça das pessoas quando se diz que esta é a sexta economia do mundo e uma das que tem dez milhões de analfabetos e uma das maiores, senão a maior desigualdade social de todo o Planeta? Isso é um ingrediente na insatisfação, e o ingrediente da insatisfação leva às mobilizações das massas nas ruas.

Será que a gente não percebe que um dia cairia a ficha de que o dinheiro gasto nos estádios saiu das escolas, dos hospitais, e que o povo, que pagou pelos estádios da Copa, não iria assistir aos jogos? Será que alguém tinha dúvida de que um dia essa ficha ia cair na cabeça do povo, e que o povo, percebendo que pagou por um estádio onde não vai conseguir entrar para assistir a um jogo porque não tem dinheiro e saber que, quando passa em frente àquele estádio, cada tijolinho dali significou um tijolinho menos numa escola, num posto de saúde? É claro que esse foi um ingrediente que levou, Senador Rodrigo Rollemberg, a essa situação que nós vivemos. É claro! É claro que nós temos colaborado cada dia.

Será que a gente não percebe que, nessas prioridades equivocadas, o povo é que sofre, sobretudo quando percebe que ele não define a prioridade, não é ouvido, não é consultado?

Senador Taques, o senhor, que é o nosso grande constitucionalista aqui, na República, não se fazem gastos públicos sem consultar o Congresso, por meio do orçamento. O Presidente Lula consultou alguém quando decidiu trazer a Copa para aqui e colocar R$25 bilhões nisso?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT. *Fora do microfone*.) – R$21 bilhões.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – R$21, R$25, já vi R$30, já vi R$28, e eu acho que vai chegar a R$40 bilhões, porque, cada dia, sobe mais.

Mas houve alguma consulta, Senador Paim? Não houve. Aí diz-se que o Brasil é a Nação de chuteiras. Chuteiras para ganhar jogo, não para ter a Copa aqui. Nós deixamos de ser o País das chuteiras e passamos a ser o País dos estádios, não é o mesmo. O que dá orgulho é ganhar a Copa, não é sediar a Copa. Ninguém foi consultado.

Num primeiro momento, todo mundo se engana. Num primeiro momento, vem delírio da satisfação de que a Copa será aqui, de que a gente vai assistir aos jogos do Brasil, até descobrir que não vai. E, aí, vem aquela desculpa de que, graças à Copa, nós íamos fazer transporte público nas cidades sede, e o que é que a gente viu? Que o transporte público não veio. E o que é que eu sempre alertei aqui? Por que precisa de Copa para fazer um transporte público se o dinheiro é nosso? Se fosse a FIFA que financiasse as estradas, os VLTs, os metrôs, tudo bem, nós fazemos a Copa, e vem o dinheiro para fazer as instalações urbanas ao redor das quadras, mas o dinheiro é nosso, a gente podia tomar essa decisão sem precisar de Copa.

Essas prioridades equivocadas são ingrediente fundamental que leva a essa situação. E o que dizer dos serviços sociais, de que o Senador Taques falou? É um ingrediente cada vez que a gente vê na televisão, nem digo quem vai lá, vê na televisão o drama da saúde no Brasil, e que dizer daqueles que vão à saúde pública? É um ingrediente.

Aí, diz: "Mas os jovens é que estão fazendo." Os jovens veem suas mães, seus pais precisando de atendimento médico, veem seus irmãos mais novos, veem o irmão recém-nascido, que faleceu por falta de uma UTI. Esse é um ingrediente forte, que, um dia, levaria a isso, com que a gente fica surpreso.

Não há por que estar surpreso, a não ser com a surpresa de quem ache estranho que isso tenha acontecido. A surpresa é que não tenha acontecido antes. A surpresa é que não tenha demorado um pouquinho mais para acontecer.

Mas o fato de acontecer não deve gerar surpresa em ninguém, era esperado, e muitos de nós alertamos aqui. Eu sou um que fiz repetidos discursos aqui dizendo que isso ia acontecer – nunca imaginei, talvez, essa dimensão –, mas é claro que ia acontecer. O que dizer de um país que é a 6ª economia do mundo e a 88ª na educação em um tempo em que a educação é tudo? Este é um ingrediente, e foi a causa afinal: a tarifa do transporte público – não só pela tarifa, mas pelo transporte em si.

Os países árabes tiveram revoluções desse tipo, escreveu-se até um livro chamado *Revolução sem Líderes.* E tudo, Senador Paim, começou na Tunísia, porque uma pessoa, um jovem, foi maltratado pela po-

lícia e, em protesto, ele se suicidou em praça pública, tocou fogo no corpo. A partir daí, ninguém mais segurou. Aqui, não precisou disso, aqui são os ingredientes diversos dos serviços sociais degradados, das prioridades equivocadas, dos erros dos líderes.

E o que falar do ingrediente da arrogância com a qual o Governo trata o Congresso, com a qual o Governo trata o povo? O partido assumiu confundindo governo com Estado, Estado com partido, ou o contrário: o Estado se confundindo com o Governo e o Governo se confundindo com o partido que está no poder. Todos esses foram ingredientes.

E o que falar do ingrediente da violência urbana? Será que esse não foi o fundamental? A violência todos os dias manifestada, mostrada, o medo de ir para as ruas? De repente, a melhor maneira é ir em multidões protestar, porque passear já não se pode, passear já é arriscado, ir à escola é arriscado, ficar numa parada de ônibus é arriscado, ficar em casa é arriscado, porque a violência hoje arromba as casas. É claro que essa violência um dia ia fazer com que o povo descobrisse que tinha que ir para as ruas, já que nós, os líderes deste País, não estávamos cumprindo com a nossa tarefa.

Eu estou surpreso com a surpresa que, eu inclusive, tenho. Depois de tantas vezes dizer que isso ia acontecer, de repente fico surpreso. E estou surpreendido porque estou surpreso, porque tudo indicava que isso ia acontecer. O detonador foram vinte centavos e, um dia, quem sabe, a gente vai ter como título de livros "A revolução dos vinte centavos na tarifa de ônibus." Vinte centavos na tarifa de ônibus provocaram uma revolução. Mas, por trás desses vinte centavos, está uma história de degradação dos serviços públicos, de prioridades equivocadas, de desrespeito total à opinião pública e ao povo, de política que desagrada a todo mundo. É uma surpresa que estamos surpresos.

Mas aí, Senador Taques, vem a pergunta: o que fazer? Eu e o senhor, desde ontem à noite, conversamos sobre isso. O que fazer? O povo na rua não vai conseguir fazer a revolução sozinho, porque a revolução, queira ou não, no último momento, vai ter de ter uma forma de poder para conduzir o processo. A espontaneidade é fundamental para derrubar quem está no poder, mas dificilmente constrói uma ordem nova.

Só tem um jeito: é conduzirmos o processo no sentido de fazermos a revolução que o povo quer. Eu falei a palavra "revolução". Mas, não é revolução econômica hoje. Não se trata mais de fazer revolução para implantar um novo sistema econômico; não se trata mais de uma revolução para desapropriar o capital e colocar nas mãos dos trabalhadores.

Qual é a revolução? Nem mesmo aquela que eu defendo de todas as crianças em escola igual, do filho do trabalhador na mesma escola do filho do patrão. Essa revolução não virá desse movimento, Senador Taques. Esse movimento ainda não está preparado para fazer essa revolução da escola do trabalhador igual à escola do patrão.

Eu vejo uma revolução possível: a revolução na maneira como nós fazemos política. Esse movimento é o movimento da revolução na política. E para ser um movimento da revolução na política é um movimento contra a política, porque é contra a política que está aí. É por isso que eles não querem partido; e têm razão. Não têm de querer partido, porque partido faz parte do sistema. Por isso que eles não querem que nenhum de nós vá lá para dentro. E estão certos em não quererem que nenhum de nós vá lá para dentro, porque nós, mesmo simpatizantes deles, mesmo tendo alertado de tudo isso, nós somos do sistema.

Nós precisamos fazer a revolução na política. Esse, para mim, é o grande desafio que está colocado hoje. Como fazer isso? Não dá para fazer essa revolução espontaneamente. É preciso marcos legais. E é aí que nós – Senador Taques, eu e outros, Senador Rodrigo Rollemberg, que aqui está, Senador Paim – entendemos que deveríamos ver como algo de reivindicação deles, que nós atenderíamos à ideia de uma reforma política.

E aí nós passamos a perguntar: como fazer isso? Chegamos à ideia de que o que eles estão propondo – não somos nós, pois estamos apenas verbalizando dentro desta Casa o que eles querem –, a meu ver, a nosso ver, é um grupo de pessoas que faça a reforma política porque aqui dentro nós não vamos fazer.

Há quantos anos já se fala em reforma política e nós sempre adiamos? E não é só isso. Nós políticos com mandatos se fizermos uma reforma política, vamos pensar na nossa eleição daqui a um ano. E pensando um ano na frente não se faz reforma política séria! Reforma política séria se faz pensando meses, não, décadas até. Só tinha uma maneira de ser feita: por pessoas que não têm mandato, a não ser o mandato de fazer a reforma política, Senador Paim, como uma espécie de constituinte específica, que não mexa na Constituição, porque aí seria outra revolução muito maior do que essa, mas que mexa na maneira como nos comportamos aqui dentro, que mexa na maneira como os três Poderes se relacionam, que mexa na forma como a corrupção será punida. Essa constituinte tem que ser específica para fazer reforma política, mas ela tem que ter outra especificidade: seus membros têm que ser tão radicalmente comprometidos com a

reforma política que eles deverão ficar proibidos de disputar qualquer eleição, pelo menos por oito anos.

Quando a gente juntar um grupo de pessoas eleitas para fazer uma reforma do marco da reforma política e que vão se reunir sabendo que não serão candidatos, que muitos desses, provavelmente, terão idade de que não vai deixar que dispute outra eleição depois de oito anos, aí a gente vai poder dizer: "Esses caras vão fazer uma reforma sem o interesse pessoal e, sim, na visão do interesse comum." Mas não basta isso. Para sermos coerentes com aquilo que falam os meninos na rua e as meninas na rua, é preciso tolerar que a eleição desses constituintes se faça sem necessidade de partido nenhum. Por mim, até diria que seriam todos candidatos avulsos, todos candidatos sem partido. Quem tem um partido hoje e quer ser candidato retire-se do partido e, durante oito anos, não poderá participar de nenhum. Mas, no fim, depois de muito conversar, chegamos à conclusão de que a solução seria permitir a quem tem partido se candidatar, mas permitir-se também que quem não tem partido se candidate. Vou dizer aqui uma coisa, Senador Taques: vai ter muito mais voto quem não tem partido do que quem tem partido, qualquer que seja o partido.

Essa é uma alternativa que pode levar a gente...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – ... a fazer com que essa mobilização se transforme numa revolução. Esse é o grande salto que nos desafia hoje: como uma mobilização se transforma em revolução. A revolução precisa saber aonde chegará. Hoje, a revolução não é no sistema econômico, não é nem mesmo na estrutura educacional, não é no sistema de saúde. Hoje, a revolução é no que permita uma estrutura de funcionamento da política que, aí sim, ponha a educação em primeiro lugar, ponha a saúde em primeiro lugar, ponha o transporte público em primeiro lugar, na frente do transporte privado. Porque a estrutura política vai dar a relação do político com a alma do povo da qual nós descolamos há tanto tempo e hoje ficamos isolados, isolados aqui dentro, sem podermos participar da manifestação dos jovens, porque eles não nos querem lá.

Há maior prova do descolamento da política com a juventude do que nós, políticos, qualquer um, não podermos ir participar da manifestação? Será que a gente não percebe que esse é um descolamento radical, um divórcio não amigável entre o povo lá fora e nós aqui dentro.

Temo, Senador Taques, ter outra surpresa, que seria boa, a surpresa de que nós vamos fazer isso. Hoje, tenho profundas dúvidas de que tudo isso vai sair da mobilização e chegar à revolução, porque ela vai ter de passar por aqui e aqui ela esbarra. Só que, Senador, Senadores, há uma coisa diferente no ar. É o fato de que com os novos meios de comunicação as revoluções, as mobilizações, não param. No meu tempo de juventude, íamos às manifestações e depois íamos para a casa.

Agora, a gente vai para as manifestações e, em casa, vai para o computador falar com os outros. As manifestações ficaram permanentes. Algumas, fisicamente participativas; as outras, virtualmente participativas, mas com força também. Não vamos dizer que têm a mesma força uma mobilização virtual e uma mobilização física. Não é a mesma, mas existe.

Não esqueçamos: os jovens que hoje estão na rua, mesmo quando voltam para casa, continuam mobilizados. Isso vai exigir de nós mudanças muito sérias, porque uma mobilização física na rua tem mais força do que uma mobilização virtual dentro de casa, mas não se esqueça, gente, de que, a partir de agora, em duas horas eles fazem a manifestação virtual se transformar em uma manifestação de rua. Daqui em diante eles vão ficar ligados, e essa ligação permitirá outra vez virem para a rua, quando for preciso.

Senador Paim, nós não temos o direito de ignorar os novos tempos das comunicações instantâneas. Ninguém precisa mais colocar anúncio no jornal convocando para uma manifestação. Ninguém precisa mais sair com carro de som na rua, Senador Paim, como V. Exª fazia como líder sindical. Hoje se faz uma manifestação com duas horas de mobilização pelos meios de comunicação, pelas redes sociais.

Essa mobilização, para mim, já é vitoriosa, não apenas porque conseguiu reduzir a tarifa de ônibus. Não! Esse é um detalhe pequeno. As revoluções, aliás, sempre têm um pequeno detalhe que as deslancha.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Ela se faz mesmo por continuidade e por adoção de suas bandeiras pelas pessoas que podem, sim, transformar uma mobilização em uma revolução através dos instrumentos legais.

Hoje, a meu ver, Senador Taques – e eu concluo –, o instrumento legal a que nós chegamos, com a sua participação, é a eleição de uma Constituinte específica e exclusiva para fazer a reforma política de que o Brasil precisa. E o momento está aí. Se nós decidirmos isso no próximo semestre, nós poderemos, na eleição de 2014, eleger – além do Presidente, dos Senadores, dos Deputados Distritais, dos Deputados Federais – os nossos constituintes para a reforma política.

Se fizermos isso, esses jovens que hoje estão na rua não vão sair, mas vão ficar virtualmente ligados e rindo da vitória deles, com felicidade, que é o melhor instrumento para que as pessoas se acalmem, fiquem em casa, trabalhem, estudem. Está faltando felicidade, mesmo que esteja sobrando Produto Interno Bruto. Essa falta é que fez com que os nossos jovens despertassem, e esse despertar deles é que pode trazer o nosso despertar, o despertar daqueles que se elegeram para servir aos jovens que estão na rua e que, hoje, não estamos servindo. E eles não estão nos querendo.

Senador Taques, para mim, essa seria a grande lição que poderíamos tirar. Essa seria a grande alternativa que poderíamos construir, para que, daqui a algum tempo, quando houver outra mobilização, nós tenhamos aprendido tanto, que o Senado não esteja vazio como está hoje. Que a nossa consciência permita que, na hora em que esse povo estiver na rua, nós estejamos também aqui dentro, em solidariedade, em comunicação, mobilizados também, em vez de inativos, como, vamos reconhecer, nós estamos.

Este é o choque grande: um Parlamento inativo e o povo mobilizado. Não vai dar certo o País, enquanto houver esse divórcio. Ou o povo fica inativo – e não vai ficar –, ou o Congresso se mobiliza. E se mobiliza para fazer a reforma política, que fará com que o Congresso encontre o seu rumo, os três Poderes encontrem a sua convivência, e, juntos, construamos um grande País, mudando as prioridades, recuperando a credibilidade, casando com a alma do povo, fazendo os serviços sociais funcionarem, para os jovens deste País poderem, sim, se mobilizar quando quiserem, com a felicidade de estarem num País que não ameace o futuro deles, como nós, hoje, ameaçamos.

Senador Taques, essa é a minha fala, mas eu creio que o Senador Rollemberg quer fazer um aparte.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Senador Cristovam Buarque, eu quero registrar que, efetivamente, V. Exª, de todos nós Senadores, foi aquele que se mostrou, desde o primeiro momento, o mais crítico em relação à realização da Copa e em relação à questão da inversão das prioridades.

Por várias vezes, V. Exª aqui questionou os gastos com os estádios e como esse recurso poderia...

(Soa a campainha.)

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – ... ser utilizado em mobilidade urbana e em outros investimentos, sem que necessariamente ocorresse a Copa. Então, V. Exª tem muita autoridade para trazer este debate. Estamos nos somando a esta proposta de uma Constituinte exclusiva, com pessoas que, inclusive, ficariam proibidas, impedidas de serem candidatas nos próximos oito anos para que pudessem, efetivamente, construir um novo marco político no Brasil, uma nova legislação político-eleitoral que, efetivamente, não estivesse contaminada pelo processo eleitoral. Eu disse, aqui nesta tribuna, hoje, que, em uma das primeiras reuniões no início de meu mandato, quando eu falei que uma das prioridades seria a reforma política, o Prof. Octaciano Nogueira riu. Eu não entendi por que ele riu. Ao final, ele me disse que, desde a década de 60, quando assessorava alguns Senadores nesta Casa, que o assunto era o mesmo: iniciava-se sempre a nova legislatura com reforma política e não havia reforma política alguma, porque todos os Deputados e Senadores foram eleitos por este sistema político. Nós precisamos aprofundar esse debate. O momento é de muita preocupação e precisa ser de muita reflexão e de muita formulação e ação, porque também entendo que o que as ruas querem de todos nós, Executivo, Legislativo e Judiciário, é ação. O que estamos vendo no Brasil é que a esmagadora maioria das pessoas está se manifestando com contundência, mas de forma pacífica. A Senadora Ana Amélia acabou de relatar um episódio de uma pessoa, uma manifestante que, com pano e sabão, buscava limpar o monumento pichado, compreendendo que não faz parte dessa manifestação a degradação, a depredação do patrimônio público. Agora, infelizmente, acabei de ver cenas na televisão em que um grupo de manifestantes acabou invadindo o Itamaraty, quebrando vidraças, em um confronto bastante forte com a polícia. A Esplanada se transformou, na frente do Congresso, em uma verdadeira praça de guerra com a polícia tendo de usar da força, e o Bope, a polícia de choque entrou no Itamaraty para retirar esses manifestantes. Nós estamos diante de um momento de muita gravidade na frente do Congresso Nacional neste momento. É uma pena! É uma pena que manifestantes mais radicais extrapolem e produzam atitudes violentas, que, repito, não são as atitudes desejadas pela maioria do movimento, que tem se manifestado, em todo o País, de forma pacífica. Mas aqui V. Exª traz contribuições importantes para esta nossa reflexão sobre a mudança que precisamos fazer. Como eu disse há pouco, ou mudamos, ou seremos mudados. Muito obrigado, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Antes de passar a palavra ao Senador Pedro Simon, eu queria dizer o seguinte: quando vejo um comportamento desses, Senador Simon, de quebrar vidraças de um palácio tão bonito, que é do povo, eu sei que a maioria começa a se perguntar: Como impedir? Eu me pergunto: onde erramos? Onde nós

erramos? Não são só eles que estão errados, esse grupinho pequeno...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – ... porque a maioria deve ter ido. Nós erramos. Nós erramos ao criar essa raiva que está aí. E eles estão com raiva. Nós erramos! Nós erramos tanto, que estamos criando um casamento entre jovens pacíficos que não veem os seus sonhos prometidos para o futuro se realizarem e jovens abandonados, com raiva do presente que estão atravessando. É um casamento trágico para o País.

De um lado, os sonhos mortos; do outro lado, a raiva viva: a raiva viva pelo abandono da escola deles; a raiva porque sabem que não vão ter emprego. E os outros sonham, porque não vão ter um País onde possam ter felicidade.

Eu creio que, ao mesmo tempo em que é preciso, sim, que a polícia retire aqueles que entraram no Palácio do Itamaraty, o papel da polícia, o nosso papel é nos perguntarmos onde erramos, onde estamos errando e, a partir daí, o que precisamos fazer. Erramos em termos um modelo econômico que está se esgotando, não mais como antigamente, quando que se esgotava porque o capital não dava mais lucro, e, por isso, era o socialismo o caminho. Não! Está-se esgotando não apenas porque o nosso Produto Interno Bruto não cresce, mas também porque a cara dele é feia.

As pessoas estão reclamando que o PIB não cresce. Eu me preocupo mais é como ele fica bonito, porque o nosso PIB é feio, atrasado, concentrador, depredador.

Onde nós erramos que, no Brasil de hoje, 7ª potência econômica do mundo, há 12 milhões de famílias precisando de uma mísera Bolsa Família de R$70,00 para alguns, de R$150,00 para outros? Onde nós erramos, Senador Simon, que é preciso ainda o Bolsa Família?! Felizmente, o erro já não é mais negar o Bolsa Família, que seria um erro muito mais grave, porque seria o erro da falta de generosidade. Mas onde nós erramos que é preciso generosidade no lugar da emancipação do povo?! Onde nós erramos que não conseguimos fazer o povo do Brasil emancipado da necessidade de bolsa?! Onde nós erramos que não conseguimos fazer com que os jovens que depredam os vidros tivessem uma escolaridade tão alta que lhes permitisse emprego garantido?!

Nós erramos. Eles depredam, mas nós erramos. Eles depredam, mas nós erramos. E, se não entendermos os erros nossos, as causas deles, o porquê deles, como corrigi-los, nós estaremos errando mais ainda.

Eu tenho escutado muito, Senador Paim, a ideia do vandalismo. Como eu disse aqui mais cedo, queimar um ônibus é um vandalismo de pessoas. Mas o sistema público de transporte no Brasil é um vandalismo ainda maior contra milhões de pessoas, milhões de pessoas que são vandalizadas no tempo roubado numa parada de ônibus desconfortável, no tempo perdido dentro de um ônibus apertado. Isso é vandalismo. Nós somos vândalos neste País.

Quando eu vejo crianças quebrando o vidro de escolas, isso me incomoda, porque eu sinto crianças já vândalas. Mas, mais vândalas do que as crianças na escola, é a escola em si, Senador Paim, a escola onde as crianças não têm onde sentar com conforto, a escola onde o professor não vai, falta. A escola em que a greve dura três meses, dois meses, um mês, uma semana é uma escola vândala.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Está vandalizando o futuro da criança.

Os hospitais públicos do Brasil vandalizam os doentes, vandalizam os recém-nascidos pobres. Nossos hospitais são administrados pelo vandalismo que tomou conta do País. E aí nós descobrimos o vandalismo de alguns que quebram a vidraça de um prédio, mas não percebemos o vandalismo de prioridades da política que condenam milhões a um sistema de transporte depredado, a uma saúde que não é satisfatória, a uma educação sem qualidade.

Vamos, sim, criticar os meninos que quebram vidros, mas vamos nos perguntar onde nós erramos para que eles quebrem vidros. E a resposta a isso é porque não demos a eles aquilo de que precisam, aquilo que querem.

E aí eles saem quebrando vidros.

Quando dizem, Senador Simon, que no Brasil as crianças ficaram violentas na escola, eu digo: as crianças são pacíficas demais diante da violência da própria escola sobre elas. O mesmo eu digo desses que estão quebrando vidraças e que a polícia tem que, sim, pegá-los, mas, nós é que estamos vandalizando-os ao longo de toda a vida deles; eles nasceram sendo vandalizados. Eles cresceram sendo vandalizados pela falta dos serviços que eles têm o direito de ter. E aí eles se vingam vandalizando aquilo que eles não veem como deles.

Quantos brasileiros veem o Congresso como uma coisa deles? Quantos brasileiros veem o prédio do Itamaraty como uma coisa deles? Não veem. E aí eles cometem esses atos que, não há dúvida, têm um lado de barbarismo. Mas que menos dúvida ainda que

haja, tem que haver uma causa da barbaridade deles. E essa causa vem de nós, vem dos nossos erros.

Perguntemo-nos onde nós erramos, senão a gente não vai conseguir parar o vandalismo desses vândalos menores e o vandalismo maior de toda a política social brasileira.

Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Sinceramente, a primeira grande preocupação que eu tenho é que termine aparecendo um morto. Aliás, há o comentário de que diversos grupos querem que o morto seja do grupo deles para eles serem a vítima. É o que está faltando. Na frente do Calabouço, o ambiente era normal, mas a morte do estudante Edson fez com que a coisa terminasse na república do Galeão e na morte do Dr. Getúlio. Eu digo com toda a sinceridade: eu creio que, a esta altura, não devem ser os jovens, os tradicionais, que passam o tempo todo pedindo entendimento, respeito e compreensão, que estão fazendo esse tipo de comando. Não quero crer que seja um jovem que está lutando por um Brasil melhor que tenha querido botar fogo no Itamaraty. O Itamaraty é a pérola de Brasília. Muita gente diz, amigos meus estrangeiros, que trago para conhecer Brasília, dizem: é bonita, mas bonito é o Itamaraty.

(Soa a campainha.)

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Não consigo entender! Não consigo entender que não tenha ninguém do Governo com preocupação de conversar, de falar, de vir para cá, no Senado, conversar com a gente, tentar fazer alguma coisa. Não consigo entender! Eu não consigo entender que o PT, o Presidente do PT, mandou os companheiros do PT botarem a camisa vermelha e irem para frente, em São Paulo, e assumirem o compromisso e toparem. Eu não sei; sinceramente, eu não sei. Eu diria que a crise está tão fora de propósito que nem tudo o que estamos vivendo neste momento. Os estudantes, os jovens, falam que querem mudanças. Cá entre nós, essa era a luta que nós levamos vinte e tantos anos, lutando contra a ditadura. Nós queríamos a democracia. Mas, nós, quando fizemos o documento da unidade democrática, fazendo acordo para a eleição do Tancredo, tínhamos um propósito, propósito que, justiça seja feita, na essência, foi cumprido pelo Senador Sarney. É verdade que tudo aquilo teve o impacto da morte do Tancredo. A morte do Tancredo gerou um caos na política brasileira, ninguém se entendia. No início tudo ia bem, porque o Dr. Ulysses e o Dr. Sarney se respeitavam e os dois conduziam, mas a imprensa e as pessoas foram muito cruéis e fizeram com que terminassem em desavença, o Dr. Ulysses e o Dr. Sarney. A Constituinte ficou boiando no ar. Por isso temos até hoje os pontos negros da Constituinte, os buracos negros que não tivemos competência de resolver até agora. A fidelidade partidária é um deles. A fidelidade partidária estava no texto fundamental da Constituinte, mas, na hora, o chamado "direitão" deixou o texto da fidelidade partidária, não tirou, mas botou um parágrafo único: lei complementar dirá de que forma será feita. E assim foi com a reforma agrária, assim foi um deus nos acuda, assim foi com o parlamentarismo, que derrubaram, na última hora, e deixaram as medidas provisórias. Mas alguma coisa foi feita. A anistia foi feita. Os partidos de esquerda, os partidos comunistas, abriu o PC, o PCdoB, o Partido Socialista, isso foi permitido. A tortura terminou, a imprensa veio livre. A convocação da Constituinte foi geral, total. Eu estava ouvindo o seu pronunciamento, dizendo que agora V. Exª acharia que o bom era até fazer uma constituinte...

(Soa a campainha.)

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – ... sem partido. Eu defendi essa tese lá na Constituinte. Uma das coisas, e foi aí o meu grande desentendimento com o Dr. Brizola, foi quando ele quis fazer os partidos organizados antes da Constituinte. Eu digo: "Dr. Brizola, vai acontecer o que aconteceu em 1946". E, em 1946, foi tudo perfeito, a Constituinte foi perfeita. Olha, com todo o respeito, os constituintes de 1946 eram mil vezes melhor do que os nossos de agora, que vão ser mil vezes melhores do que os que vêm depois. Gente excepcional! Mas havia uma diferença, ali tinha PSD, que eram os velhos interventores nomeados pelo Getúlio, todo aquele grupo que governou durante os 15 anos da ditadura estava no PSD e no PTB, do lado do Getúlio, e na UDN. Gente até muito boa, de grande valor, de grande capacidade, era contra o Getúlio, foi ao poder. Então, a Constituinte foi uma anarquia. Tanto foi uma anarquia que a emenda da Petrobras, o monopólio da Petrobras, o Getúlio deu para um Deputado da UDN baiana em quem ele tinha mais confiança, de quem ele tinha mais certeza. Então, se nós tivéssemos feito isso, extinto os partidos, convocado a Constituinte, publicado a Constituição, seis meses para criar partido; durante seis meses, os partidos se organizariam, dentro de um percentual e cada um escolhia o partido que queria. Então, não aconteceu como em 1947, quando quem era Getúlio ia para o PSD e para o PTB; quem era contra o Getúlio ia para UDN, ou como aconteceu quando criaram Arena e MDB, quem era ditadura era Arena, quem era contra era MDB. Hoje estamos aqui, o partido sem nenhum conteúdo, sem nenhuma ideia, sem nenhum fundamento. Por isso, os partidos não têm nenhum significado, não têm nenhum valor. As

pessoas mais importantes, que são os governadores e ex-governadores, os mais importantes já correram por três, quatro, cinco partidos e não há por que discutir porque estão procurando alguma coisa. Seria o ideal. Olha, admirei muito o PT. Na minha vida, quando era guri, vivi a democracia, vivi a criação da Petrobras – guri de faculdade –, subi na torre em Porto Alegre e gritei que o petróleo era nosso. A conquista da Petrobras foi uma conquista do povo. O projeto que o Getúlio Vargas mandou para o Congresso não tinha monopólio do petróleo, que era da Petrobras, mas que não tinha monopólio. Diz o Getúlio para as pessoas que conversaram com ele, quando cobraram o que íamos deixar para o Congresso votar, o que íamos deixar para valorização. E diz-se que ele, Getúlio, procurou a UDN, para dar para a UDN, porque aí o americano não poderia vir para cima dele dizendo que não foi ele, que foi o deputado fulano de tal da Bahia, da UDN, que fez. Logo depois, veio o suicídio de Getúlio e foi um terror. Aquela campanha que fizeram ali foi um terror.

(Soa a campainha.)

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Digo para V. Exª que foi um terror de infâmia que fizeram contra o Dr. Getúlio Vargas, contra a sua honra, contra a sua dignidade e contra o seu patrimônio. Queria ver Fernando Henrique, queria ver os militares, queria ver os companheiros fazerem o que Getúlio Vargas fez quando morreu, qual era o patrimônio dele. Metade do que ele tinha recebido do pai dele. Vinte anos Presidente da República, governador do Rio Grande do Sul, durante 50 anos o homem mais forte deste País, morreu com a metade do que ele recebeu do pai dele. Não tinha um imóvel no Rio de Janeiro. Não tinha um imóvel em Porto Alegre e, em São Borja, ele tinha a casa dele, a casa do pai e as fazendas que o pai tinha deixado. Essa é a realidade. Depois veio Juscelino. Olha, eu não tenho inveja de ninguém. Eu vivi a vida universitária com Juscelino, um homem fantástico! Acompanhei, acompanhei a sua campanha. Acompanhei o seu estilo, a sua maneira de ser. Em primeiro lugar, eu fiquei impressionado com a coragem dele de aceitar o Jango de vice. Botar o PTB, que o Jango tinha sido expulso pelos coronéis, tinha sido o início da crise que levou o Getúlio ao suicídio, e o Juscelino foi lá e trouxe ele de vice. E foi ali que ele ganhou. Fizeram algazarra para tentar impedir a posse do Juscelino, não deu em nada, ele assumiu e a primeira coisa que ele fez foi dar anistia para todo o pessoal que tinha feito movimentação contra ele. E fez um grande Governo. Mas, se eu for dizer a V. Exª o que eu sinto na minha vida, é que eu fui PTB. PTB de Pasqualino. E quem ganhou foi o PTB de Brizola, e o PTB de Jango. E eu fiquei falando sozinho, dentro do PTB. Eu fui MDB e digo com muito orgulho. Eu não vejo na história do Brasil página mais bonita do que a que nós vivemos na derrubada da ditadura. Eu era líder do MDB. Primeiro Vice-Presidente Nacional e Presidente do Rio Grande. Eu achava que ali nós éramos todos heróis. Matavam, prendiam, degolavam, faziam o que queriam e nós firmes ali. E ficamos firmes até pegar os primeiros cargos de Governo. Aí eu olhei para um lado, olhei para o outro: Mas isso não é o meu MDB! Aí passei a ter inveja do PT. Olhava aquele pessoal de pé descalço, chegava meio-dia, passava uma caminhonete, alguma coisa, e davam um pedaço de sanduíche, um copo de guaraná, não sei o quê, e eles ficavam o tempo todo... Essa gente é sensacional! Vi o PTB, o PT aqui, no Rio Grande do Sul, nos oito anos quando Fernando Henrique, contra o meu governo no Rio Grande do Sul... Esse pessoal tem valor. Até chegarem no governo. Chegaram no governo. Mas quando é que podíamos imaginar que estamos vivendo há dez, quinze dias, essa crise que nós estamos vivendo e ninguém tenha dito UNE? Salve a UNE! Olha a CUT! Mas, meu Deus do céu, quando é que a gente imaginava que isso podia acontecer?

Mas como é que a gente imaginava que isso podia acontecer? Eu até pergunto: será que eles não estão todos presos? Será que não prenderam essa gente? Onde é que eles estão? É que o PT tomou conta de todos os instrumentos de política social. É CUT e é tudo, porque tinha lá a CUT, tinha uma que era do teu partido, a Força Sindical. Hoje tudo é PT. Como é que eles dividem? A CUT tem o caixa do Fundo de Pensão da Petrobras; a Força Sindical tem o caixa do fundo de pensão do Banco do Brasil. É assim que são as divisões. Esse é o PT. Eu lamento. Uma vez, tive com o Frei Beto uma discussão na missa nossa do grupo católico. Ele estava falando e comunicou ao grupo que havia saído do Governo, deixado de ser assessor do Presidente da República porque não queria mais. Eu até, de uma maneira meio irracional, me meti no meio e disse: o senhor errou. Ele olhou, eu pedi desculpas. "Quero que o senhor fale por que disse isso", disse. E eu disse: o senhor errou. O senhor era uma das pessoas em quem eu tinha confiança, era um dos conselheiros da Presidente da República que estava ali com ele. Agora eu vejo que todas as pessoas estão saindo. E V. Exª tinha que ficar lá, até ele demitir, mas tinha que ficar lá para dar o conselho. E ele respondeu: "Mas é que eu já estava demitido. Ali, os caras estavam fazendo um negócio que ia me fazer sair dando um rompante no Lula. Por isso eu saí." Mas um mar de gente do PT saiu. Deviam fazer como o Paim, que eu admiro demais. Deviam fazer como o nosso amigo do PT, o Suplicy, que eu admiro demais. Não fizeram. E

acho que fez bem a nossa Senadora querida Senadora Heloísa Helena, porque, quando o partido, o PT, absurdamente, escandalosamente, fechou questão contra uma questão que fazia parte do programa do PT – em relação à Previdência –, está no programa do PT, e o PT fechou a questão de que tinha que votar a favor, nós conversamos, e o Paim conseguiu uma fórmula...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – A PEC Paralela.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Era a saída com dignidade. Quer dizer, não abandonava a causa, mas não dava a causa para ficar, para ser, para se dizer...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Entramos com a PEC Paralela.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Então, entrou com a PEC Paralela. E eu disse para a Heloísa: mas vota essa, Heloísa. Ele votou, o Suplicy votou, e ela fez o que os caras queriam que ela fizesse: votou contra e foi expulsa do Partido, porque votou, na questão da Previdência, aquilo que está escrito textualmente no texto do Partido dela. Então, o PT era uma vez, meus senhores! Eu diria, com toda sinceridade: a Dilma pode ter ido, ontem, falar com o Lula, pode ter conversado com o Lula. A resposta não foi boa. Estava junto com eles o Presidente do PT, que mandou o PT botar a camisa vermelha e ir para a reunião. Não me parece que isso seja atitude de alguém que tenha bom senso e equilíbrio. Essa decisão dela, do PT, tomada com o Lula e com a Dilma presente, é um grande absurdo. Mas, com toda franqueza, agora nós chegamos ao limite, porque, a partir de agora, o que está acontecendo agora terminou: é o Lula e a Dona Dilma. Terminou. Não vão falar no Fernando Henrique, não vão falar no que aconteceu, não vão falar não sei o quê. Não, é quem está no comando. E a Dona Dilma, até agora, parece que não é Presidente. Não tomou uma providência. A única coisa que disse é que está ouvindo os reclamos do povo. Mas ela ouvia esses discursos desde que ela está no Governo, há dez anos, e ela está ouvindo o que o povo está dizendo hoje. Mas o que eles vão fazer amanhã? O que a minha consciência de um velho companheiro diz é tem gente esperando um cadáver. Como aconteceu com o Major Vaz na época do Lacerda. O Lacerda gritava, berrava, berrava... E todo mundo: "O que vai acontecer? O que vai acontecer?" Encontraram o cadáver. Como aconteceu com o jovem do calabouço. Confusão: "o que é? O que não é? Onde está?" Encontraram. Morreu o jovem. Encontraram o cadáver. O que estão fazendo agora... Cá entre nós, eu não acredito que tenham sido os jovens que quiseram botar fogo no Itamaraty. Eu duvido! Eu duvido que alguém de bom senso e com um mínimo de equilíbrio tenha tentado colocar fogo no Itamaraty, tenha quebrado os vidros do Itamaraty. Quem fez isso, fez de má-fé. Quem fez isso não gosta do povo brasileiro, não gosta do que está acontecendo e quer os piores caminhos. Por isso eu acho que, amanhã, nós temos de encontrar uma forma. Mas o silêncio da Presidente está, realmente, apavorando todos nós. Suspendeu a viagem para o Japão. Só faltava ela ir para o Japão! Acho que agiu corretamente. Fez o que tinha de fazer. Mas ela deve fazer. Acho que foi V. Exª que disse outro dia – ao menos saiu no jornal – sobre ela reunir o Conselho da República. Podia reunir. Podia convocar o Presidente Lula e o Presidente Fernando Henrique. Afinal, são dezesseis anos. Oito anos de um e oito de outro. Podia convocar. Acho que seria um gesto importante nesse sentido. Podia. Agora, sim, neste momento, eu sinto no meu coração... Falei isso quando ela assumiu. Rubriquei o discurso e mandei para ela. Resista! Mas senti que a corrupção é tão grande, é tão intensa, por todos os caminhos. Eu até creio que ela tem vontade, mas, sou sincero: não tem competência. Não uniu em torno dela um grupo que tenha competência...

(Soa a campainha.)

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Ela não tem um Zé Dirceu do bem. Aquilo que ele fez para o mal, que ela conseguisse fazer para o bem. Não encontrou. A Chefe da Casa Civil é uma bela companheira nossa. Eu tenho o maior carinho, o maior respeito por ela. Mas ela ainda não tem nem a facilidade de falar, de conversar, de andar. Vê-se que é alguém que está iniciando, a nossa ex-Senadora de Santa Catarina. É piada. Com todo carinho, com todo respeito, mas ela não tem. Então, a gente olha numa hora dessas para o Ministério. Na reunião que ela fez, levou o Sr. Carvalho, levou o Presidente do PT, que é Deputado Estadual de São Paulo, levou o Lula *(fora do microfone.)* ... levou o Mercadante, porque ele é o fenômeno que está aí, que conquistou a simpatia da Presidente, que o chama para tudo, desde a ida ao Vaticano, aos Estados Unidos, à Rússia, a São Paulo. É ele. Tudo bem, mas eu, nessa turma que ela reuniu, não vejo disposição. Até agora não se sabe nada que aconteceu. A única nota que saiu foi o Presidente do PT convocando os petistas para botarem a camisa vermelha e ir todo mundo para a parada e enfrentar. Eu não sei se nós conseguimos, Presidente. Nós ficamos aqui... Também não conseguimos falar com a direção da Mesa, com as Lideranças. Eu não vi Líder. Tivemos uma reunião importante – era para ser importante – no Ministério das Relações Exteriores, para discutir o problema do Mercosul. Havia uns três ou quatro ali e se via que havia algo no ar, que não era nada que mostrava que era

uma coisa importante. Mas eu acho que os Líderes, a Mesa – cá entre nós, – vão reunir alguns e vão fazer fora do horário do Senado. Vão fazer fora do horário do Senado. Vamos nós assinar o nosso nome, nem que sejamos seis, sete, oito, nove ou dez, e vamos convidar as pessoas para virem discutir. Alguém tem que fazer. A Igreja não faz porque está atravessando uma hora difícil. O Papa vem chegando aí. É um papa novo. A Igreja não vai se meter, numa hora dessas, numa confusão dessas. A CUT nem sabe mais como é que se faz. A Une – meu Deus! – já tem uma bandeira enorme: sede própria, a mais bonita do mundo; carteira de estudante unida – só ela pode fazer e mais ninguém – e defesa do casamento de homossexuais. São três bandeiras importantes. Ela não tem tempo para uma outra bandeira. Então, eu acharia, com toda sinceridade, se a gente conseguisse alguém neutro, alguém, meu deus, se estivesse um Dom Hélder vivo, se o Cardeal de São Paulo não estivesse já tão velhinho, meio doente, se estivesse vivo o Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, com seus 90 anos de idade, se estivesse o Presidente da OAB, quando nós fizemos a grande luta aqui das Diretas Já! Mas eu acho que nós podemos fazer isso, vamos tentar encontrar alguém e vamos chamar as pessoas, que venham e vamos ver o que vamos fazer, porque já vi que o Governo não vem. Desses jovens que estão aí, até gostei do projeto deles. Mas as passagens já passaram, o motivo foram as passagens, poderá até, no futuro, dizer como V. Exª disse antes que eu chegasse aqui: "vão dizer que essa luta toda foi por R$0,20 nas passagens". Também se diz que a Revolução Francesa foi porque a Maria Antonieta mandou os caras: se não há pão, que comam bolo. É o que ficou, mas é evidente que não foi por aí. Mas uma frase fique. Eu concordo com V. Exª sobre a guerra, a luta dos R$0,20, mas eu acho que nós devemos pensar em fazer alguma coisa. O Presidente da Câmara está no exterior. Eu conto uma coisa muito interessante, não é pecado o que eu vou contar. Eu gostava muito do pai dele, o pai dele foi Ministro comigo, ele era Ministro da Administração, e ele tinha uma memória que era uma coisa fantástica. Nós fizemos uma viagem de dois dias por todo o Nordeste, ele passou dois dias falando, e eu ouvindo. Ele conta, ele sabe tudo e, com relação ao filho, ele acha que o filho dele é fantástico, e é; competente, e é; sério. Tudo que é qualidade ele tem, e ele só dizia uma coisa: "agora, oferece uma viagenzinha para o exterior, qualquer que for, um dia, dois dias, ele se apaixona, ele deixa tudo de lado e vai fazer a viagem." Então, é normal, o Presidente está na Rússia. Mas também não é de esperar dele isso. Eu acho que V. Exª, eu acho que o Pedro Taques, o Paim, com esse jeito dele, afinal podemos botar o Paim na frente, é PT, mas também não podemos queimá-lo demais, porque sabemos que ele é um PT que está indo, está indo, mas há aquela que eu já disse mais de uma vez e disse para ele, numa reunião que nós tivemos, a única de que lembro que nós fizemos com o Lula Presidente e com a bancada de apoio dele no Senado, e levantamos a tese da discussão do projeto do Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Fim do fator previdenciário e reajuste para os aposentados.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Fim do fator e reajuste para os aposentados. Aí falamos, todo mundo falou, eu falei. Aí ele ficou irritado, se levantou e disse: *Eu quero dizer para vocês uma coisa. Eu já falei para o Paim e falo para vocês. Eu, na Presidência da República, tenho que tomar uma decisão. Ou eu uso o dinheiro que nós temos para servir o povo brasileiro na educação, na escola, nisso, naquilo, naquilo, ou eu uso o dinheiro que nós temos para cobrir as emendas do Paim.* Veja a antipatia que ele tinha com as teses justas e compreensíveis do Paim. Mas eu acho que nós tínhamos que bolar alguma coisa diferente. Com toda sinceridade, eu acho que nós temos que tentar fazer alguma coisa diferente. Eu até acho que foi bom V. Exª não ter lido aquele manifesto na quinta-feira. Se tivesse lido, iam dizer: Tudo isso aí foi o Cristovam, o Cristovam é que começou. Porque era V. Exª falar e, de noite, o povo estava na rua. Mas, vamos dizer assim, foi o presidente do PT que mandou os caras irem para a rua. E o PT foi para a rua. Eu acho muito problemático o momento que nós estamos vivendo. Era o momento que se a Presidente Dilma resolvesse virar uma estadista, usar a personalidade dela, a firmeza dela, a dignidade dela... Não creio que a Presidenta Dilma tenha medo de qualquer coisa. Enfrentar o que ela enfrentou, com a coragem com que enfrentou, com a garra com que enfrentou... Não, eu não vejo problema nesse sentido, mas é claro que – vamos falar cá entre nós –, se eu estivesse no lugar da Presidente Dilma, eu também estaria meio preocupado. Enfrentar a cúpula toda do MDB – não vamos citar nomes, mas nós sabemos quem –, mais a do PT, mais a CUT, mais essa turma toda e mais outros partidos que não vamos citar – são vários outros partidos – e ser contra? É difícil. Mas se a Dilma resolvesse fazer isso amanhã, ela seria aplaudida, o povo de joelhos a saudaria na frente do Palácio. Se ela resolvesse: "Vamos fazer!" e começasse; começasse, um por um, chegando aonde deve chegar. Ela seria a grande brasileira. Caso contrário, querer não dar mais dinheiro para Pernambuco, porque o prefeito está alto; não deixar a Marina ter um partido, porque a Marina aumentou nas perspectivas dela; ela baixou dez pontos antes dessa confusão que

está aí agora. Ainda não tinha começado essa confusão, quando saiu a pesquisa de que ela tinha perdido dez pontos. Não sei o que vai acontecer amanhã ou depois. E eu gostaria, se topasse... Ela não recebe. Várias vezes, eu tentei. Mas agora já estou naquela história: ela não quer falar comigo; eu não quero falar com ela. Não adianta. Eu vejo que ela não recebe ninguém. Eu nunca tinha visto isso. O Lula recebia, o Fernando Henrique recebia; os militares conversavam. Mas aqui é impossível. E quando me disseram que dos 39 Ministros pelo menos sete ainda não falaram com ela como Ministro; eu estou na fila com gente mais importante me esperando. Desculpe, mas nós estamos aqui andando. Eu sei que é um absurdo o que eu fiz, e o povo que está nos assistindo deve estar irritadíssimo: "Mas esse Simon aí está atrapalhando o discurso brilhante do Cristovam!" Mas o povo que está vendo televisão tem de entender que assim é a vida: tem os brilhantes, como V. Exª, e tem os que são mais apagados e, com as suas poucas luzes, ajudam V. Exª a brilhar. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Simon, fique tranqüilo – eu peço dois minutos, Senador Rodrigo – fique tranquilo, pois a sua fala enriquece o discurso de qualquer um, e neste caso especialmente.

Eu quero começar dizendo um grande nome do País que pudesse, neste momento, encarnar. Senador Paim, nós hoje estamos tão carentes que só tem um nome, no Brasil, que poderia fazer este papel: Joseph Blatter, o Presidente da FIFA. Ele é o único que tem autoridade hoje para chegar e mandar na Presidenta Dilma, controlar o Brasil e pôr ordem nas coisas. A FIFA manda na gente hoje. Tudo é feito em função da Copa.

Mas o senhor tem razão. Era preciso ter alguém que encarnasse uma voz, como Barbosa Lima Sobrinho, que dissesse: "Presidenta, está na hora de fazer essas coisas!". Precisava dessa voz, até porque – vamos ser muito francos – nenhum de nós nesta Casa tem, porque o povo não receberia bem se fosse uma voz nossa. Então não adianta nada.

O que o senhor trouxe aqui, para mim, de mais interessante é uma explicação de um dos erros que nós cometemos. Quando eu digo nós não somos nós apenas, é o Brasil. Um dos erros graves que foram cometidos nesses últimos anos foi a opção de governo do Presidente Lula, que a Dilma mantém, de monopolizar todo o poder, de eliminar todo tipo de oposição e recusar toda forma de crítica.

Por exemplo: o senhor lembrou aí uma coisa boa, reunir o Conselho da República. Fazem parte do Conselho da República, se eu não me engano, o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara. Os dois são ministros dela, eles foram nomeados. Ela determinou aqui que a base de apoio votasse nele e, na Câmara, que a base de apoio votasse. O Senador Taques foi nosso candidato a Presidente e sabe disso.

Nós não temos, hoje, um Presidente da Câmara e um Presidente do Senado com autonomia para sentar com a Presidenta da República e dar sugestões. Não temos. Quanto à CUT e à UNE, foi um crime para a história do Brasil o que foi feito na cooptação da UNE, das centrais sindicais, dos sindicatos inteiros e até mesmo das ONGs em geral. Essa ansiedade de ter todo o poder, de eliminar toda forma de crítica, amarrou o próprio Governo.

Sabe qual a imagem que eu tenho, Senador Pedro Taques? A imagem é de uma pessoa tão ambiciosa que respira tanto oxigênio, o oxigênio inteiro, que fica sem ar depois. O governo Lula e o Governo Dilma absorveram tanto poder no sistema democrático que temos que agora estão sem oxigênio para negociar com os que estão na rua. Não sabem a quem ouvir.

Há pouco, disseram que vieram aqui umas pessoas para se encontrar com o Presidente do Senado, representando os meninos na rua. O Senador Paim estava como Presidente, e eu disse: "Eu não vou porque não sei como eles foram eleitos.". Depois, descobriram que eram – não vou dizer picaretas –, mas como dizem por aí os jovens, *fakes*. Não eram verdadeiros. Acabou a capacidade de diálogo porque o Governo acabou com a oposição, cooptou todos que eram contra, salvo um pequeno grupinho do PSDB, que ao serem, inclusive, do PSDB, têm uma visão que pode não conciliar, mas tinha de ser ouvida. Acabou a UNE. É fundamental um governo ter oposição, é fundamental um governo ter grupos autônomos que, quando for preciso, digam: "Presidente, a Senhora está indo no caminho errado." Hoje, o único o diz isso é o Lula. Mas quando o Lula diz que ela vai pelo caminho errado é porque quer que vá pelo caminho dele, que é o mesmo dos últimos dez anos.

Nós não temos, Senador Paim, a não ser o Blatter, qualquer pessoa com autoridade acima da Presidente da República. Ela anula os próprios ministros. Nenhum tem coragem – pelo que me dizem, não tenho nenhuma intimidade – de chegar para ela e dizer: "Presidenta, vamos mudar isso?" Eles não têm. Com isso, se asfixia no oxigênio que respirou exageradamente, acabando tudo ao redor do ponto de vista político.

Senador Rodrigo, era o que eu tinha a colocar, achando que amanhã nós deveríamos estar aqui, os que puderem; voltarmos aqui, porque estaremos em uma vigília permanente, pelo menos para dar a entender que alguns se preocupam, alguns se preocupam, e eu faço parte desses que se preocupam.

Era isso, Senador.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Pedro Taques deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Cumprimento V. Exª e cumprimento o Senador Pedro Simon também pelo aparte realizado ao longo do seu pronunciamento.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

V. Exª tem o tempo que considerar necessário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Rodrigo Rollemberg, que preside esta sessão, Senador Pedro Taques, Senador Pedro Simon, comecei presidindo a sessão às 14 horas e tive a felicidade de ouvir todos durante este dia.

Para mim, Senador Rollemberg, o mais produtivo que fica deste momento histórico que nós estamos vivendo é que esse movimento não é contra ninguém, esse movimento é a favor de ideias, é a favor de causas. Esse movimento, Senador Pedro Simon, não é contra o seu PMDB, não é contra o PT, não é contra o PSB, não é contra o PDT. Ele pode ser contra os políticos, mas não personaliza esse ou aquele partido. Esse movimento nasce principalmente da juventude brasileira. E se enganam quando dizem que ele não tem pauta nem proposta. Há pauta, sim; há proposta. Quando falam dos R$0,20 do transporte, é claro que eles querem é qualidade no transporte. Todos nós sabemos disso.

É claro que, quando se diz que não há pauta, eles querem mais investimento na saúde. E nós, aqui, acabamos não votando. Quando dizem que eles não têm pauta, eles querem mais investimento na educação. Quando dizem que eles não têm pauta, todo mundo sabe que, em qualquer pesquisa, a violência entra entre os três: saúde, educação e violência.

Senador Rodrigo Rollemberg, a pergunta que nós teríamos que nos fazer neste momento é: como chegamos a esse estado de coisas pelas quais hoje passamos? Para onde vamos? E por que tudo isso está acontecendo?

É inegável, Senador Simon – Senador Cristovam aqui falou, Rollemberg falou, Pedro Taques também –, que o movimento sindical brasileiro, quando Lula assumiu a Presidência, ficou com uma crise de identidade. Eu vim do movimento sindical. O movimento sindical não entendeu que, se um sindicalista chegou à Presidência, não significou que o movimento sindical chegou à Presidência. Os partidos chegaram à Presidência, e o movimento sindical deveria continuar na sua caminhada permanente, até apoiando o que fosse bom, mas sabendo fazer a crítica dura àquilo que não fosse importante para a população.

Aqui foi falado do movimento estudantil. Sem sombra de dúvidas vai na mesma linha. Muitos, muitos, centenas e centenas de quadros do movimento estudantil, do movimento sindical viraram quadros do Governo. E nós ficamos num Estado – eu diria – sem lideranças de base. É fato e é real.

Se nós parássemos aqui para pensar, nós olharíamos para trás e lembraríamos inúmeros líderes do movimento sindical e estudantil que estão até no Parlamento, e outros que estão nas outras estruturas de governo.

A ditadura passou. Lá se vão três décadas. E, nesse período, quantos líderes surgiram para que, nesse momento, surja o movimento sem líderes? Digam-me quem é o líder do movimento. Nunca, eu acho, na história do País, passamos por um momento como esse. Não há líderes. No primeiro dia do grande protesto – e hoje, naturalmente, superou –, nós estávamos aqui em quatro Senadores, numa noite como essa, e fomos lá fora.

Estavam lá 20 mil pessoas, e nós dissemos: "Não, queremos conversar com as lideranças." Mas fomos lá fora. E eles diziam: "Paim, aqui não tem líder. Cada um aqui tem a sua causa, defende, acredita, saiu de casa devido a isso." E claro que há um acúmulo de questões. Claro que é a saúde, Senador Cristovam, claro que é a educação, de que V. Exª fala tanto. Mas claro que é desemprego da juventude. Procurem olhar onde está a faixa de desemprego, principalmente neste País, até porque não há a tal da formação técnica, em que teríamos que investir muito mais. Está exatamente nessa juventude que está na rua, que não vê perspectiva de emprego.

É um momento, de fato, delicado, que exige de nós todos uma reflexão cada vez mais profunda. E que bom, Senador Cristovam! Eu estou feliz, porque foi V. Exª quem me convocou. V. Exª me ligou e disse: "Paim, vamos hoje acompanhar aqui do plenário do Senado. Queremos convidá-lo para estar junto, para pensarmos juntos e, ao mesmo tempo, mostrar para essa moçada que está nas ruas que o Senado está aqui, como esteve no dia do jogo do Brasil, ao contrário do que alguns disseram".

O jogo do Brasil acontecendo, e nós ficamos aqui, deu quórum, e tivemos, inclusive, votação nominal. Tivemos votação nominal! Mas saiu que o Congresso não teve quórum. Mentira! Quem disse isso mentiu. No dia do jogo do Brasil, nós tínhamos no painel mais de 65 nomes e fizemos votação nominal, inclusive para a escolha de autoridade. Então, não é aquela votação

de Líderes, em que um levanta a mão e todo mundo diz: "É, pois é, eu acho que é isso mesmo. Eu sou contra ou a favor." Mas acaba prevalecendo a posição de todos os Líderes.

Senadores e Senadoras, eu até tomei nota aqui de algumas coisas. Olhe, eu queria saber quem inventou a PEC nº 37. Eu não sei. V. Exªs devem saber. Alguém inventou a tal de PEC nº 37. No primeiro dia em que fui procurado, eu disse: "Olhe, não tem o mínimo cabimento." Eu fui Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – V. Exª me permite? A PEC nº 37 foram mais de 171 assinaturas, que é o mínimo. E 171 é o número do estelionato no Código Penal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas alguém encabeçou, inclusive, essa PEC. Alguém encabeçou, alguém apresentou.

Quando nós fomos procurados, eu fui o primeiro, entre outros procurados, naturalmente. Olhe, eu fui Constituinte, e votarei com muita convicção contra a PEC nº 37. E digo mais, fiquei feliz hoje de ver, sim, o Deputado Pinheiro, aqui do plenário, pedir para arquivarem a PEC. Falou com V. Exª, inclusive. O Deputado Walter Pinheiro usou aqui a tribuna e disse: "Gostaríamos muito que arquivassem a PEC nº 37."

Particularmente, vi muita gente falando da tal 132 e vi muitos Senadores aqui dizendo o seguinte: "O 132 é uma coisa." Eu o vi seu discurso na tribuna, inclusive. V. Exª pediu mais reflexão, lembro-me muito bem. V. Exª pediu mais análise, que não se deveria votar a 132 naquele dia. Agora, a PEC nº 37, até o momento, eu não vi um Senador... Pelo menos, eu não vi, dizer que vai votar a favor. Essa PEC não passará. É até bom que ela seja arquivada logo, para evitar o constrangimento daqueles que a apresentaram, porque ela será derrubada, não tenho dúvida nenhuma. E claro que, também entendo, Senadores e Senadoras, que ela será derrubada principalmente devido a quê? Ao movimento das ruas! Porque eles entenderam a gravidade que é a aprovação da PEC nº 37, e esse movimento todo que está aí... Eu até acredito que, depois desta noite que nós passamos aqui e depois desta noite em que estiveram nas ruas...

Há pouco tempo, tive o trabalho de consultar e perguntei àqueles que estão acompanhando... O último ato teve 300 mil pessoas nas ruas. Sabe o que me disseram? Hoje, Paim, tu podes dizer que é em torno de dois milhões de pessoas. Em torno de dois milhões de pessoas foram às ruas. Nem nas Diretas! E nós estávamos nas Diretas. Nem na Ditadura! Eu era sindicalista e me lembro da passeata que fiz de Canoas a Porto Alegre a pé. Saí com cinco mil pessoas de Canoas contra a Ditadura e cheguei a Porto Alegre com 20 mil pessoas. Foi o maior sucesso ter chegado a Porto Alegre com 20 mil pessoas.

Hoje, em Porto Alegre, Senador Simon, mais de 20 cidades tiveram grandes mobilizações. Tranquilamente, mais de 100 mil pessoas, no Rio Grande do Sul, foram para as ruas.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Com tempo ruim. Muito ruim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Chovendo. V. Exª tem toda razão. Batendo água, mais de 100 mil pessoas estavam nas ruas no Rio Grande do Sul.

Eu participei do comício das Diretas. Lembro-me, inclusive, e o Senador Simon contou a história, de que, em um comício em Porto Alegre, eu tive de falar em nome do movimento sindical, adivinhem depois de quem? Depois de Leonel Brizola. Isso é covardia, não é? Eu sempre tive em Brizola uma referência importante na minha caminhada, na minha vida. Quando ele parou de falar, eu disse: Governador, agora sou eu. Ele disse: "Vai firme, guri! Vai firme, guri!". E bateu nas minhas costas.

Eu recebi aqui, quando era Vice-Presidente do Senado, por duas ou três vezes, o Governador Brizola. Era um homem que tinha uma competência para envolver a gente, pela força dos seus argumentos, que muitos não imaginam.

Eu não sou mais guri, porque a pele negra engana um pouco. Eu tive a alegria de ouvir, muitas vezes, Luís Carlos Prestes. Ele ia ao Rio Grande do Sul e, como eu era sindicalista, ele me visitava.

Eu tive a alegria de, numa delegação de alto nível, ir para a Nicarágua na época da guerra. E fui para o *front*, para conhecer os Contras, que queriam derrubar o projeto liderado, à época, pelos nicaraguenses que acreditavam numa sociedade socialista.

Enfim, eu estou com 63 anos. Passei alguns episódios da minha vida, mas confesso que nunca vi tanta gente na rua como neste momento, aqui e nos países que visitei, onde fui convidado a visitar, a assistir. Inclusive, fiquei em Cuba e ouvi, uma vez, uma fala do Fidel. Ele ficou mais de seis horas na tribuna. Não tinha tanta gente como aqui no Brasil.

Este momento exige de todos nós? Claro que exige, Senador Cristovam. Eu não sei se é uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva. E eu chego a me perguntar e vou ter o desafio de ir na contramão do que muita gente falou aqui. Eu não consigo acreditar que só botar na linha de frente a reforma política consiga mexer com o povo brasileiro. Não mexe. Nós sabemos que é importante, mas essa massa que está aí, que se movimentou por causa de 20 centavos no transporte urbano, essa massa que está aí quer saber, sim, se nessa reforma vai ter mais dinheiro para a saúde.

Ela quer saber. Já me perguntaram isto: "Paim, tu não vais debater a reforma política?" Eu até debato. Mas, se for para um movimento de massa, reforma política não movimenta a massa, até pelo desgaste em que estão os partidos políticos. Não movimenta. Agora, se fizer a reforma política com outros eixos que atendam diretamente à população... Porque essa população que está na rua quer resultado.

Eu dizia outro dia: não adianta nem a Presidenta Dilma receber os movimentos sociais para dizer que recebeu, mas que não atendeu. Ou vocês acham como me disseram esses dias os jovens que aqui eu encontrei, e também no Rio Grande... Eu digo: "Meu amigo, qual é o eixo principal da proposta?" "Não, eu estou aqui porque o meu avô e o meu pai pediram que eu viesse." Pode ser que, com isso, a gente consiga avançar na questão do fator previdenciário. Ou alguém pensa que a sociedade brasileira não percebeu que esse tal de fator previdenciário é um engodo que tira 50%, no ato da aposentadoria, daqueles que ganham pouco mais do que o salário mínimo?! Claro que percebeu!

Senador Simon, a questão do Aerus sensibiliza milhões de pessoas também. É um massacre! Mais de 900 já morreram. Ajeitamos, aprovamos, trabalhamos uma política para o salário mínimo, mas existe alguma política para aposentado e pensionista? Zero!

Negociamos muito com os empresários, desoneramos a folha. A Previdência está quebrada, mas você tira 20% do total da folha, passa para 1% do faturamento. Ora, se você tira 20%, é sinal de que a Previdência está muito bem. E qual é o resultado para o povo, para os trabalhadores e mesmo para os aposentados? Zero!

Poderia aqui avançar e falar rapidamente, Senador. Vamos avançar na reforma política um pouquinho!

Apresentei, sim, há muito tempo, o projeto de candidaturas avulsas. Fui xingado. Fui quase que humilhado, que eu estava contra os partidos. Eu não estou contra partido coisa nenhuma, mas eu quero dar o direito de a população escolher também, como outros países têm, a candidatura avulsa. Qual é o problema? Não mandou. Apresentei, creio que há mais de 10 anos. Está engavetado aí. Não indicam relator para cá e para lá.

Apresentei outro projeto segundo o qual crime de corrupção é inafiançável, é crime hediondo. Está há mais 10 anos aí também. Não mandam uma vírgula.

Tudo isso a população, de uma forma ou de outra, acompanha, de uma forma ou de outra, acompanha.

Por isso, meus amigos e minhas amigas, neste momento em que a juventude brasileira vai às ruas, neste momento em que não só a juventude, mas também aqueles de mais idade estão acompanhando, quando aqui o meu jornalista liga e insiste: "Fala de São Gabriel, Senador". São Gabriel. V. Exª conhece? Uma cidade pequena do interior, cidade de homens valentes, três mil pessoas, terra dos marechais, três mil pessoas. A nossa Caxias, Senador Simon. Sabe quantos estão inscritos para amanhã em Caxias, que hoje faz 123 anos, a nossa querida cidade? Já estão inscritas mais de 50 mil pessoas lá em Caxias. Novo Hamburgo, na semana passada, mais de 20 mil. Canoas espera também, em média, 15 mil. Essa é a projeção. Dois milhões de pessoas nas ruas caminhando e exigindo o combate à corrupção, investimento em saúde, educação, repito. O povo quer resultado, o povo cansou de esperar. O povo cansou de ficar olhando e dizendo que vai votar lá.

Por exemplo, aqui nesta Casa, Senador Pedro Taques, eu fiquei chocado com um projeto. O projeto que dizia simplesmente que a mulher tem que ter o mesmo direito que o homem se trabalha na mesma função. Veio da Câmara o projeto. Eu peguei para relatar e relatei com a maior tranqüilidade. Ficou bom. Vai para sanção. Recurso ao Plenário. Jogaram para onde? Para as gavetas das comissões. Sumiu o projeto que só diz que a mulher tem que ter o mesmo salário que o homem.

A desaposentadoria, que só diz o seguinte, nada mais e nada menos: eu me aposentei, voltei a trabalhar e só quero que as minhas contribuições contem para efeito de aposentadoria. O STJ já decidiu, está na última instância do Supremo, aprovamos aqui. Aí eu digo: bom, agora vai embora. Apareceu um recurso, está até hoje engavetado.

É isso que o povo vai acompanhando, vai acumulando e, como alguém já disse, chega uma hora em que diz: Chega! Chega! Chega! Eu vou fazer o meu protesto. E aí, Senador Pedro Taques, permita que eu avance, Senador Pedro Simon, para dizer: nós todos sabemos, nós, que estamos aqui nesta vigília cívica em defesa da democracia e dos movimentos que estão nas ruas e contra aqueles que estão fazendo agressões, quebra-quebra.... Lamentei, vi agora mesmo, Simon, a questão do Itamaraty quebrado. Lamentei, claro que lamentei, como lamentei no momento em que vi na televisão tentando incendiar a Assembleia do Rio de Janeiro. Isso não quer dizer que eu não apoie os movimentos. Apoio, sim, e que bom – e que bom.

E me lembro daquela frase do Nelson Mandela, que disse: se quer ajudar o meu governo, não fique dormindo, não fique só reclamando em casa; saia para a rua, mobilize-se, pressione o Executivo e o Legislativo e o próprio Judiciário, que tem muita matéria lá guardada, engavetada, e também não vota. Pressionem que daí eu poderei dizer: olha, o povo está na rua protestando, nós temos que ter uma pauta para a população.

Senador Pedro Taques, é claro que para mim não é só um desabafo. Estou aproveitando esta noite para fazer uma reflexão. Nós atendemos às demandas dos empresários das mais variadas áreas. Vou dar um exemplo: desoneramos a cesta básica, e o povo sabe disso. Desoneramos. O que aconteceu?

A cesta básica teve o preço aumentado. Então, retiram-se tributos da cesta básica, impostos, diminuem o valor dos impostos, e o preço aumenta.

Passagens de ônibus, queiramos ou não, há duas medidas provisórias que fariam com que a passagem baixasse, inclusive a 7,5. Nada disso! Aumentou. É pouco? Claro que somente essas duas medidas provisórias é pouco. Claro que temos outro projeto tramitando na Casa e temos de avançar muito mais.

Plano de saúde? A classe média, queiramos ou não, depende do plano de saúde. Pagamos o plano de saúde. Virou uma bagunça. Você paga o plano de saúde e, cada vez que quer usar o plano, você descobre que isso não pode, que isso o plano não atende, que para isso precisa de uma licença especial, e a prestação dispara. Quando você chega perto dos 60 anos, principalmente, quase dobra o valor. Você pagou a vida toda e tem de abandonar e ir para onde? Para o Sistema Único de Saúde. Claro que isso vai acumulando. Claro que a população e a classe média, principalmente, que é quem está na rua neste momento...

Senador Pedro Taques, aqui nos corredores desta Casa, as pessoas que trabalham aqui me conhecem e sabem que eu tenho esse lado de dizer que este Congresso tem obrigação de ter políticas de resultado, como o Executivo tem de ter, como o Judiciário tem de julgar com mais pressa as demandas do nosso povo. Sabem o que eles me dizem? "Paim, os meus filhos eu levei para lá, vou buscá-los depois. Eles estão orgulhosos de estar lá, são contra a violência e estão lá, protestando por um País melhor para todos amanhã".

Ninguém vai negar que, nos últimos dez anos, este País melhorou. Ninguém pode negar, em sã consciência. Olhe o País dez, doze anos atrás e olhe hoje. Eu sempre digo, embora não seja ouvido, mas sempre dizia, como não sou ouvido, que fizemos até muito. Mas temos muito ainda por fazer.

Por isso, esse movimento é correto, é justo. E, claro, o Palácio tem de nos ouvir mais. Quando digo ouvir mais, não me refiro somente a nós: tem de ouvir a voz das ruas – como aqui foi dito, e todos se lembram da frase do Ulysses Guimarães, com quem tive a alegria de conviver; convivi também com o Mário Covas, tenho a alegria de dizer que convivi com eles na Constituinte. Ulysses dizia sempre: "É preciso que a gente ouça a voz rouca das ruas" – não é, Senador Simon? Convivo com V. Exª, sentamo-nos juntos, aprendo muito com V. Exª, mas, com certeza, o lado de lá – e sei que eles estão acompanhando esta sessão – tem de ser mais ouvido. Não adianta dizer que recebemos os líderes sindicais, e, quando os líderes sindicais apresentam uma pauta, a gente dizer: "Isso eu não discuto, isso eu não discuto, isso eu não discuto".

Aí não dá. Se tivessem, talvez...

Vou passar com orgulho para V. Exª, Senador Simon. Todos nós, da nossa forma, nós que estamos aqui e outros, tentamos dar o grito de alerta. Escrevi um livro, três anos atrás, chamado *O Rufar dos Tambores nas Ruas*. Eu disse: "Na situação que está, estou com saudade de ver o rufar dos tambores nas ruas, pressionando a nós do Congresso, pressionando o Judiciário e o Executivo". Os tambores rufaram, estão aí.

Então, ninguém agora pode querer criminalizar essa meninada, essa moçada, que está fazendo o seu papel na história. Os anos passarão. Eu me lembrei aqui de 30 anos atrás, da minha caminhada contra a ditadura, de Canoas a Porto Alegre; e eles lembrarão, daqui a 30 anos, que eles mudaram a história deste País com esse movimento.

Senador Pedro Simon, é uma satisfação o aparte de V. Exª.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Eu tenho uma admiração muito grande por V. Exª. V. Exª nasceu na minha cidade, caxiense como eu, mas V. Exª foi um grande líder dos trabalhadores na cidade de Canoas, que é uma cidade eminentemente industrial. V. Exª foi presidente do seu sindicato, foi líder na sua cidade, entrou na política ainda jovem, de maneira vitoriosa, Deputado Federal, uma vez, duas vezes, Senador, novamente Senador. V. Exª tem uma grande qualidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Simon, deixa eu lhe dar um aparte e vou dizer por que, Senador Pedro Taques. O Senador Simon, quando governador, ocupamos o conjunto Guajuvira. Lembra, Senador Simon? Dez mil casas. O Senador Simon poderia mandar a polícia, reprimir e tirar todo mundo. Fomos com uma comissão, negociamos, e hoje o Guajuvira é praticamente uma cidade. Quero fazer essa homenagem a V. Exª, por isso o aparte.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Há momentos em que a gente tem isso, Presidente Pedro Taques. Vou roubar mais tempo de V. Exª, vou responder ao seu aparte. O Sarney, Presidente da República, resolveu lançar um plano extraordinário de construção de não sei quantas mil casas populares. Eu já tinha sido eleito governador, mas ainda estava no Senado, ainda não tinha assumido lá. Fui lá falar com o Sarney, e, no Rio Grande do Sul, em Roda de Porto Alegre, tinha cerca de 80 mil moradias, entre apartamentos e

casas, que estavam prontos e faltava o acabamento. Em mais de 10 anos, 12 anos, gastou-se fortuna...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Prometiam eleitoralmente e não entregavam.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – ...e não acontecia nada. Fui até o Sarney e disse: "Olha, Sarney, em 6 meses, tu inauguras 50 mil casas nesse teu plano. É um sucesso fantástico. Com 10% para concluir, nem 10% do que é para fazer tudo novo". Ele topou, nós fechamos, ficou sigilo absoluto, ninguém sabia, nem a Caixa Econômica sabia, mas o PT descobriu. o PT descobriu. Assumi o governo, e, dez dias depois, eles invadiram. Foi a guerra civil mais espetacular que vi no Brasil. Tomaram conta de 80 mil moradias.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É verdade.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Cada um com um bilhetinho aqui. Edifício tal, terceiro andar, apartamento tal, cada um ia direitinho no seu lugar. Entramos pedindo para desocuparem. Passei a madrugada junto com o comando do meu partido, do governo. Vão mandar retirar. O juiz de Canoas, que tinha dado a ordem para tirar, me telefona, dizendo: "Olha, governador, eu lhe dei a ordem, você pode tirar, mas eu estou aqui no meio. Tem quatro mil pessoas que já entraram no condomínio e estão lá dentro; tem umas quatro mil do lado de fora querendo entrar; e tem uns 400 soldados no meio. Vai ser uma matança que não sei o que vai ser". "O que o senhor está me dizendo?" "Não estou dizendo nada." "Mas o que o senhor faria?" "Eu mandava parar tudo." Eu chorei e chorei mesmo quando mandei retirar a polícia. Não vou ficar responsável por 200 ou 300 mortes, uma coisa dessa natureza. Quer dizer, ruiu o que eu tinha da obra mais importante que eu iria fazer no meu governo, numa maldade horrível. Mas eu retirei, recuei. Isso eu acho, com toda sinceridade, que é algo que é importante que seja visto agora pela Presidente Dilma. A Presidente Dilma está vivendo um momento... Eu tenho muito carinho por ela, sei do que ela sofreu, a luta sofrida, amarrada, desde a vida familiar, o pai que veio lá de fora, o irmão que ela não chegou a conhecer, os problemas que ela teve, a tortura que ela sofreu, a vida dela é uma vida espetacular. E eu digo com toda sinceridade, e as pessoas até cobram de mim que eu não devia dizer isso, mas eu digo: até agora, eu não tenho por que não respeitar a Presidente Dilma. Eu não conheci um caso, uma gravidade, alguma coisa que teve o dedo dela ou a concordância dela. Estou vendo as coisas que estão acontecendo, e ela não tem coragem de reagir. Ela não está tendo coragem de fazer a coisa, como aconteceu quando o Conselho de Ética que ela escolheu, o Pertence, o Ministro Pertence, Presidente do Conselho de Ética, comunica a ela que o Ministro dela, por quem ela tem muito carinho, lá de Minas Gerais, era culpado, que deveria ser afastado. Ela aceitou a demissão do Presidente do Conselho e não demitiu o Ministro. Essas coisas são pequenas, mas são graves. Amanhã é um dia muito importante. Estão falando que em São Paulo teria ocorrido, não sei se é verdade, mas me falaram aqui que muita gente com camisa vermelha terminou tendo atritos com pessoas e ocasionou muita briga desnecessária, indiretamente com relação ao próprio PT. Mas V. Exª eu admiro muito porque o conheço há longo tempo. V. Exª, em primeiro lugar, sempre teve as mesmas ideias, sempre defendeu a mesma linha, sempre caminhou no mesmo sentido. A sua vida é uma vida simples, mora na sua casinha lá em Canoas, não enriqueceu.

Suas campanhas para o Senado são campanhas em que praticamente não se vê o nome do Paim. Até às vezes a gente pensa: "Eu acho que desta vez o Paim não está bem; eu acho que desta vez não vai dar, porque eu vejo o nome da fulana, o nome do fulano, e o Paim não aparece". Mas V. Exª na mesma linha. A linha que V. Exª tem...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me só lhe dizer que, no programa de televisão que é gratuito, estava lá – desculpe a expressão – o Senador Cristovam, dizendo que ele não esperava que o Rio Grande não me reelegesse. V. Exª me autorizou e disse que não desmentiria, e muitos pronunciamentos que fez na tribuna eu também coloquei no rádio, e isso me ajudou. Quero dar esse depoimento.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Então, V. Exª é um exemplo. Eu tenho dito, Cristovam, e é o que eu sinto: uma diferença entre os EUA e o Brasil é que os EUA elegeram, primeiro do que nós, um negro; e nós elegemos, primeiro do que os EUA, uma mulher. Se está na hora de inverter, ali está o homem que pode ser ele. Duvido que haja alguém de cor com mais capacidade e com mais competência do que o nosso amigo Paim. Digo isso com profunda sinceridade. E eu digo para ele: "Olha, Paim, as coisas podem se alterar". Mexi com ele quando se elegeu o novo Presidente do Supremo. "Olha, agora tu tens um concorrente, porque o Presidente do Supremo também pode ser". Mas parece que o nosso Presidente do Supremo, entre as mil qualidades que tem – eu o acho sensacional –, não tem a tranquilidade necessária para dar passo depois de passo para chegar num caminho como esse. Por que tanta gente no PT não tem esse estilo que V. Exª tem? É isso que eu me pergunto. V. Exª é isso! O Cristovam é isso! Está lá na linha dele, sofreu, foi duro o trabalho dele, foi demitido pelo "Seu" Lula pelo telefone. Um homem de gabarito e de capacidade. Eu gostaria de saber quem foi o gênio da intelectualidade que pediu

para tirar o Cristovam do Ministério da Educação, um homem com a competência e com a capacidade dele sobre essa matéria.

Eu vejo... E me sinto bem aqui, me sinto bem. Mais uma vez, com V. Exª; mais uma vez, com o Cristovam; e agora com aquele rapaz ali, que fica bem na Presidência. Ele é mais para procurador-geral; ele tem a pinta de um procurador-geral; ele tem um... É que procurador... Ele é procurador. Por exemplo, olha a diferença que eu vejo entre mim e o Pedro Taques: uma, a genialidade da inteligência dele e a precariedade dos meus conhecimentos. Mas essa para mim não é a mais importante. É que eu, desde os júris simulados que eu fazia na faculdade de Direito até hoje, eu só defendi. Nunca aceitei assessoria de acusação. Só defendi. E o Taques... V. Exª tem alguma defesa? Não? Não. Formou-se e foi ser promotor; só acusou. Mas acusa com a tranquilidade de uma autoridade. Um homem que é procurador, com o respeito dele, que botou um Senador... E eu fui um dos que gritei a favor dele, porque este Senado parecia que ia desabar. "Mas como? Mas agora se faz isso até com um cidadão honesto, trabalhador, digno, correto, governador, Senador? Botar as amarras na televisão? Entrarem na casa?". Nesta Casa, foram uns 30 discursos. E eu fui olhando, fui olhando, fui olhando, de repente, não me contive e fui para a tribuna. "Olha, eu quero dizer para vocês o seguinte: eu não conheço esse procurador, mas eu vou telefonar para ele e dizer que eu achei sensacional! Mas eu vejo, todo dia, na televisão, a polícia entrar na casa de favela, entrar na casa de cara pobre, entrar, botar algema em crianças, fazer horror, e nunca ninguém gritou. Agora, porque um presidente de banco e um ex-Senador que está fazendo isso, vocês estão fazendo esse escândalo todo." Era um procurador, que é longe. Mas aí uma pesquisa deu para ele 2% para Senador, e ele renuncia à Procuradoria, que é a vida inteira, para ser candidato a Senador. A mãe dele ficou dois anos sem falar com ele. A mãe dele disse para ele: "Mas, meu filho, você vai deixar de ser procurador? Você não vai ganhar; você não vai..." "Ah, eu advogo." "Mas onde é que você vai advogar aqui? Aqui, com esses caras querendo matá-lo... Você está marcado por Deus e todo mundo. Como procurador, você corria perigo, imagine como advogado de defesa?" É sempre o mesmo. Eu acho que não é coincidência, mas você, tu, o Cristovam e esse rapaz que está aqui atrás de mim agora...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Magno Malta.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Eu admiro a coragem a sinceridade dele. Eu quero um dia, Malta, conversar contigo com mais calma, porque assim como tu és apaixonado, e sei que tu és sincero em diminuir a menoridade de 18 para 16 anos. E eu ouvi todo o teu discurso – e olha que o Paim teve um tempão. Tu te queixaste que ele deu para mim. Tu estavas te queixando para o Paim que ele tinha dado muito tempo para ti. Deu mais para ti. Não paravas de falar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Hoje eu compensei.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Mas ele também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ah, estão está bom.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Eu acho em que tudo que V. Exª disse para diminuir a menoridade, V. Exª tem 99% de razão. Há um aspecto. Por que não tentamos fazer, até aproveitando o que está acontecendo agora, uma inversão? Vamos dar quatro anos para o Governo criar instituições destinadas aos menores dos 16 aos 18 anos. Vamos dar quatro anos. Haverá instituições: uma no Rio Grande, uma em São Paulo, uma no Espírito Santo, outra em Brasília. Vai haver instituições. Aí, nós podemos fazer. Porque o quadro que V. Exª disse é uma maravilha. Estuda de manhã, estuda de tarde, ele se forma. É um quadro maravilhoso. Quem vai querer que o cara de 17 anos, que matou barbaramente, fique aí e não vá para um estabelecimento espetacular, que tem psicólogo! Se a pessoa não tem pai e mãe que pode cuidar, tem uma patrona, uma psicóloga que vai atendê-lo durante o fim de semana. Cem por cento. Mas vamos inverter. Vamos criar um projeto dizendo: "No prazo de cinco anos, vamos fazer isso e isso." Dez por cento do que é necessário. Mas começou, aí nós fazemos negócio... Mas eu admiro V. Exª, porque acho V. Exª um homem de coragem. Um homem de luta de garra. É um homem que diz as coisas. Quando V. Exª fala que tem uma instituição que cuida de drogado, mantida por V. Exª, eu tiro o chapéu! Aí eu tiro o chapéu, porque, na verdade, se há alguém que respeito é uma pessoa como V. Exª, é aquele que, pessoalmente, vai cuidar dos drogados, porque eu já sei: os médicos dizem, todos os hospitais que tratam de drogados não curam ninguém. Os grandes hospitais que cuidam de drogados... A gente vê o Maradona ir para lá, a artista, Vera Fisher, ir para lá, na Argentina, uma maravilha. São hotéis de dez estrelas, uma enormidade, para fazer uma limpeza. Então, limpa para ele aguentar mais três anos. Curar não cura. Curar só nos estabelecimentos como os que tem o Zambiasi, lá na vila, onde ele pega os caras que estão na rua e leva para lá e, praticamente dormem no sereno, mas se curam.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu conheci tanto o trabalho do Zambiasi como o do Magno Malta. Fui ao Espírito Santo conhecer. V. Exª tem toda razão.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Exatamente. Por isso que eu fico feliz. Cristovam deve estar chateado, porque ontem ele fez um apelo para a gente aproveitar este momento. V. Exª fez um apelo para aproveitarmos o dia de hoje, com os acontecimentos que estavam sendo marcados, para iniciar o debate. Mas o nosso debate é quase um monólogo. É quase um monólogo, porque V. Exª, Pedro Taques, baixa a cabeça e já sei o que está pensando, como V. Exª já sabe o que vou dizer agora. Não consigo entender... Acho que a gente deveria fazer uma verdadeira pregação, não com os chefões, mas há muita gente aqui no Senado que pode vir aqui. Se a gente chamar, dialogar... Acho que esse deve ser o movimento que a gente deve fazer. Marcar uma reunião com os caras, inclusive, deixar que eles falem primeiro do que nós, para não dizerem que eles vieram só para ouvir. Não, falem primeiro do que nós, porque não é possível... Esta sessão é muito bonita, mas é muito triste. É muito triste porque ficamos os seis de um Senado de oitenta e um. Quando as coisas aconteceram aqui na frente, ali no Palácio... Aliás, outro dia aconteceram aqui no Senado; subiram na rampa aqui em cima.. Vai em frente, Senador! Não sei qual vai ser a próxima fala do Lula com relação a V. Exª . Até já imagino: "Esse Paim não tem cura!" E, quando contarem para ele as últimas do Paim, o Lula vai dizer: "Esse Paim não tem cura." Tomara que não tenha, é melhor que ele, que foi curado de uma maneira não muito boa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Simon, um aparte seu, para qualquer Senador da República...

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Senador Paim, depois quero um aparte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... sempre é uma enorme satisfação.

Eu, com satisfação, agora gostaria desse aparte do Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Senador Pedro Simon, eu até queria ter aparteado V. Exª no aparte que o Paim lhe deu, porque acho que essas manifestações estão proporcionando até dizer que o Regimento Interno precisa ser mudado. Esse monólogo não existe quando você tem tanta coisa importante para debater. Eu quero fazer coro com V. Exª e falar com as minhas palavras. Se o meu pai estivesse vivo, e tivesse tido a oportunidade de conhecer o Senador Paim, o meu pai certamente, Senador, como todos os aposentados deste País, eu tenho certeza, conhecendo a minha mãe como eu conhecia, D. Dadá, e meu pai, se a minha mãe tivesse oportunidade de conhecê-lo, ia te chamar de meu filho. A minha mãe morreu recebendo meio salário mínimo por mês, Senador Paim; e meu pai, um salário, a exemplo de tantos que construíram este País e que chegaram ao melhor da sua idade sem terem condições de pagar a farmácia. E eu já admirava V. Exª antes de me eleger vereador em 1992, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, a capital brasileira do mármore e também do granito, de um povo trabalhador, a terra de Rubem Braga e de Roberto Carlos, e também de D. Maria, de Seu João, de Seu Paulo, de Seu Antônio, do vendedor ambulante, do desempregado, do comércio, a terra de todos. Foi lá que eu me elegi vereador, fui acolhido, vim do Nordeste. Em 1992, já admirava V. Exª e rendia toda a minha admiração ao Senador Pedro Simon. Eu, quando admirava a luta das diretas, de longe, quando eu vi e presenciei cada depoimento da CPI que levou a cabo os dramas que viveu a Câmara de Deputados, no advento dos Anões do Orçamento e também passei uma madrugada acordado na morte de Tancredo Neves, como cidadão, jovem, vendo tudo de longe e admirando aqueles que participavam da vida pública brasileira com tanta veemência e determinação e lutando pelo coletivo, não pelas coisas individuais, que são os interesses próprios, como era o caso desse ícone, dessa referência, que é o Senador Simon. Eu era um menino e ele já era um ícone da vida pública; quando eu virei adolescente, ele já estava dentro do Senado. E aí você ouve o que ele falou para V. Exª e eu escuto o que ele falou para mim... Eu acho que não há prêmio maior para quem está na vida pública do que ter a referência de uma pessoa como o Senador Pedro Simon. V. Exª já era alvo das minhas admirações e eu tenho muito orgulho de ser seu colega e de duas vezes ter participado de um processo eleitoral ao seu lado, de ter podido ir gravar... Porque quando ele estava falando aqui que V. Exª não tem a mídia do seu Estado... É feito eu e tantos outros a quem a grande mídia não dá atenção, porque nós não fazemos o jogo das grandes elites. Então, se nós não somos do jogo... No meu caso, eu tenho que ser discriminado mesmo: sou nordestino, fui adotivo, sou negro, filho de uma negra, sou evangélico, não bebo, não fumo, não fico de madrugada bebendo uísque com ninguém, enfrento lutas que parecem ofensivas para eles. Então, eles me discriminam. E V. Exª também não tem isso. E eu vejo isso no processo eleitoral. Eu tive o prazer algumas vezes de estar do lado de V. Exª no seu programa eleitoral, para pedir ao povo e dar essa referência que estou dando aqui...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Os três que estão aí participaram, os três participaram: o Se-

nador Simon participou, Cristovam participou e V. Exª participou.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Então eu estou falando em nome dos três, e me honra muito estar falando em nome de Cristovam e em nome do Senador Pedro Simon, a respeito dessa sua dedicação pelos nossos avós, pelos nossos pais, por aqueles que construíram esta Nação de uma forma ou de outra e que já passaram, estão na aposentadoria – aqueles que ainda estão – e que veem V. Exª bradar sobre o fator previdenciário todo dia, todo dia, todo dia, todo dia, como João Batista, a voz que clama no deserto todos os dias, todos os dias. Então, penso que esse movimento das ruas até nos proporcionou isto: estarmos aqui fazendo um debate sem Regimento Interno, eu falo, ele fala e todo mundo fala de coisas que são absolutamente importantes. Hoje o salário mínimo está onde está e, queira Deus, nós vamos chegar a patamares mais altos. Mas V. Exª é um dos grandes responsáveis por essa grande luta. Eu me lembro que, na época em que estava à frente do País o Presidente Sarney, minhas filhas eram novinhas, muito novinhas, e o leite subia de manhã e de tarde, ninguém aguentava aquilo. Quem conseguia vender um fusca ficava milionário, porque colocava no *overnight* e não trabalhava mais, ficava na praça, sentado, jogando dama. Foram dias difíceis, e V. Exª nunca se cansou da sua briga pelo salário mínimo. Então, ter V. Exª na tribuna, calado, olhando para nós, já é um grande discurso, porque temos a possibilidade de falar. E quem sabe esse movimento das ruas vai trazer outros Pains para cá. Vão ter que brotar adolescentes e jovens dessa movimentação que vão ter que vir para cá e se sentar da cadeira de Pedro Simon, queira Deus, depois que ele passar mais oito anos por aqui. Ele quer parar agora, mas nós não vamos deixar. Isso é outra coisa. Nem nós nem o povo do Rio Grande do Sul vamos deixar. E quem vai substituir Cristovam? Quem vai substituir Pedro Taques? Tem de se levantar uma geração, a dos diferenciados. Existe jogador diferenciado. O Neymar é diferenciado de todo mundo; o Ganso é diferenciado; o Ronaldinho é diferenciado. Há jogador e jogador; político e político. São os diferenciados. Senador Paim, eu convivi com V. Exª, que conheceu a minha instituição. V. Exª dormiu na instituição para ver de perto. Não é um presídio. São pessoas com desejo de mudar de vida. Uma mão estendida, Senador Pedro Simon, só um gesto, um gesto paterno faz o sujeito voltar recuperado e digno de ser reintegrado à sociedade brasileira, sem ter passado pelo cubículo, ou alguns que estiveram lá receberam a vida. O meu centro de treinamento ainda não estava terminado, quando V. Exª passou por lá. Ele tem tirado drogado da rua, viciado em *crack*, Senador Rollemberg – V. Exª que quer ser governador –, viciado em cocaína, que lá dentro vira atleta. Nós temos atleta no UFC americano, com contrato assinado com o Sr. Dana White; pessoas que saíram de debaixo da ponte, tocando o terror, amarelo, doente, cheio de sarna, de piolho, e lá dentro receberam vida, receberam dignidade – e olha que lá não tem nenhum portão; só fica quem quer – e viraram atletas. Então, quando eu falo, falo conhecimento de toda essa questão. Ouvi do Senador Pedro essa referência à minha luta. Nós temos 97% da população brasileira; não existe especialista. Quando as grandes televisões dizem: "Trouxemos especialista em segurança pública", eu quero saber o que ele já fez; ou "trouxemos um especialista em maioridade ou menoridade penal", que já escreveu um livro. Eu quero dizer o seguinte: especialista é quem não está mais ficando no ponto de ônibus; é quem perdeu o filho brutalmente; especialista é o órfão; especialista é a viúva; especialista é esse pai, que perdeu a família inteira numa chacina feita por um homem, travestido de criança, com 17 anos de idade e escopeta na mão. Nós temos que discutir isso mesmo. Temos que discutir. Tenho recebido aqui da assessoria, de 15 dias para cá, do Senador Cristovam e ia receber mais, porque a conversa que eu tive com ele aqui vale por dois anos de conversa que nós vamos ter que adiantar. Com relação a esse Pedro aí, que o senhor disse que ficou bem ali, quem mais sabe falar dele sou eu, porque Pedro Taques é doido. Pedro Taques não é normal. Pedro Taques é desequilibrado mentalmente. Pedro Taques só fez uma coisa na vida, Senador Pedro: correr perigo. Ele sabe que eu sei do que estou falando porque eu o conheço. Pedro Taques só fez correr perigo a vida inteira em favor do coletivo. A mãe dele, até certo ponto, estava certa. Se hoje o Comendador Arcanjo está preso, foi por causa de Pedro Taques, o procurador, que foi prendê-lo no Uruguai. Nós estávamos juntos nessa empreitada, não é, Senador Pedro? Nós estávamos juntos nesta empreitada: CPI do Narcotráfico. Desarticulou uma quadrilha, desarticulou um bando. E olha que esses Vedoins, lá de Mato Grosso, das ambulâncias, lavavam dinheiro deles. E eu soube que foi essa pústula, esse canalha que pediu a eles que citassem o meu nome para poder me dar o troco pelo que nós fizemos, porque tiramos de circulação essa pústula da vida do povo do Brasil, esse contraventor, esse marginal. Pedro Taques. E a mãe dele tinha que raciocinar assim mesmo, como ele. Dois por cento. Quando soube que ia ser candidato, eu tinha menos, tinha 1%. Depois, Pedro Taques cresceu 100% na pesquisa. Eu corri atrás para ver se conseguia, pelo menos, uns 40% ou 70%; só 2%. Subiu de 1% para 2%.

Mas Pedro vai ter que renunciar, porque o Mato Grosso tem Pedro Taques e o Mato Grosso do Sul tem Dr. Odilon – dois homens de que o Brasil não pode abrir mão. A Bíblia fala de homens dos quais o mundo não era digno, quando se refere aos seus profetas. Fala dos profetas e diz: "Homens dos quais o mundo não era digno." E, quem sabe, parafraseando a Bíblia, eu possa me referir ao Dr. Odilon, que vive encarcerado, em nome da Justiça, lá em Mato Grosso do Sul; e a Pedro Taques, corajoso. Quando ele chegou aqui, eu o abracei e falei: "Pedro, o que você vai fazer?" Ele disse: "Sou novato aqui, estou meio perdido. Mas a minha bandeira, Magno, é combater a corrupção. O meu lugar é na Comissão de Justiça." E eu disse: "Pedro, será que isso dá camisa?" Pedro tinha acabado de chegar aqui, ungido pelos votos do Mato Grosso. Para minha surpresa, fui ao Mato Grosso, Estado onde está o meu segmento, onde professo a minha fé... Aliás, continuo discriminado. Ontem, uma repórter me entrevistou e disse assim: "Queria entrevistar o senhor. Como é que vocês, evangélicos, vão se comportar nas eleições do ano que vem?" Eu falei: "Quando vai entrevistar o Serra, você pergunta 'Serra, vocês, católicos, vão se comportar como? Você, fulano, que é espírita, vai se comportar como?'" Com a gente é sempre assim: esse comportamento discriminador. "Não vou dar entrevista a você. Sou um Senador, de confissão evangélica, que representa o Brasil. Se você me respeitar, falo com você; fora isso, não falo." Alguém já foi entrevistá-lo e perguntou: "Pedro Simon, você, que é católico franciscano, que fez voto de pobreza, como vai agir em 2014? Você vem ou não vem?" Você não faz isso, você não pergunta isso para o Cristovam. Por que comigo? Por que comigo? Cheguei a Mato Grosso, onde professo a minha fé, e, para minha surpresa, a Assembleia de Deus inteira – não sou da Assembleia de Deus – vota em Pedro Taques. Garanto que Pedro Taques nunca deu um violão, nunca deu uma guitarra, nunca ajudou a comprar um banco, e acho que já deu muito esporro em quem foi pedir isso. E é preciso dar mesmo, é preciso dar! Mas o povo mudou, está aí na rua. A compreensão é outra. Então, Pedro, esse é o seu procedimento mesmo, essa é a sua própria história. O homem é a sua história. Um dia, um tio disse a mim, em Recife: "Meu filho, o homem é aquilo que decide ser. Se você decide ser mau-caráter, é isso o que vai ser, se você decide ser canalha, você vai ser canalha. Se você decide que vai pagar o preço para ser do bem, o preço será alto, mas você paga e vai." Então, fiquei muito feliz quando V. Exª fez referência ao Pedro Taques. Já disse um dia na CCJ que ele era doido; ficou todo mundo parado me olhando. É doido por muitas razões. Só viveu no risco. Depois, jogou tudo embora. A mãe dele falou: "Você está doido? Você está doido? Joga tudo embora para dizer que vai ser candidato a Senador com 2% nas pesquisas?" Então, ele é um desses que tem muitos anos pela frente, muito terreno, muito futuro, para ajudar a construir este País, que depende e precisa de todos nós. Agradeço muito a Deus por ter feito este aparte. Não sei se é um aparte ou um discurso todo. V. Exª é que está fazendo aparte; o discurso é nosso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT– RS) – Um aparte, um aparte.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Estou do lado de um ícone, de uma referência em educação, um nordestino, pernambucano, nosso querido Cristovam Buarque, que tem tanto para ensinar e tanto acrescentou no começo desse novo momento do Brasil, que foi o governo Lula.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS. *Fora do microfone*.) – O Cristovam, hoje, é patrimônio nacional.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – V. Exª pode falar no microfone, porque nós estamos...

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS. *Fora do microfone*.) – Para o Rio Grande do Sul, ele é patrimônio nacional.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – É patrimônio nacional. É verdade. Agradeço a V. Exª. Receba o meu abraço, o do Seu Ameliano e o de Dona Dadá. Se estivessem vivos, certamente, você já teria almoçado lá em casa, já teria tomado café. Assim como você foi ao projeto, à minha instituição, conhecer e passou uns dias com a gente, certamente teria ido à casa deles. Aproveito para convidar o Senador Pedro, o Senador Cristovam a conhecerem a minha instituição e dizer, Senador Pedro, que o meu grande vício na vida, além de abraçar, é pegar andarilhos na estrada, na rua, sujos, colocá-los no carro e dar banho neles. É a missão que eu recebi. Eu estou Senador. Isso tudo vai passar na minha vida. Quero dizer que, no meu centro de treinamento de MMA, o treinador de boxe dos meus atletas sou eu; eu sou treinador de boxe deles. Eu tenho uma vida, realmente, de atleta, e essa minha vida de atleta está aqui também comigo, em Brasília. Eu treino três horas por dia. Em qualquer circunstância, eu estou dentro da academia. E V. Exªs vão conhecer os meus atletas, vão conhecer essas pessoas tiradas da rua, para ver que o discurso que eu faço aqui é um discurso de que há jeito mesmo, há saída mesmo. Basta haver disposição e vontade política. Conseguiram R$2 bilhões para fazer um estádio desses, mas, com todo respeito à Brasília, do Governador Rollemberg, se juntarmos a torcida dos quatro times, não ocupa 5% daquilo lá. Eu quero ver o que vai virar depois. E dizem para mim: "Essa proposta é até bonita, mas quem vai

construir esses centros?" Quem vai construir é o Poder Público. E é muito menos. É metade do que se gastou para construir um estádio só. Então, nós temos como fazer; nós temos como fazer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com satisfação, depois de ouvir o Senador Magno Malta…

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES. *Fora do microfone.*) – Está devolvida a palavra ao Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza. As suas considerações são muito claras e muito firmes; são fatos reais, que todos nós, de fato, conhecemos.

Eu concedo, com satisfação, um aparte ao Senador Rodrigo Rollemberg, que tem acompanhado o cenário nacional, nos dando, inclusive, aqui no plenário, informações precisas do que está acontecendo. Foi por V. Exª que eu fiquei sabendo do incidente aqui no Itamaraty.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Prezado Senador Paulo Paim, eu quero manifestar o meu respeito e a minha admiração a V. Exª; que está sempre tão próximo da população, das manifestações populares. Eu acho que hoje, aqui, nós estamos tendo a oportunidade de ter uma aula de cidadania. Ouvi o Senador Pedro Simon, com toda sua experiência, com seu conhecimento vivo de sujeito da história do Brasil e de outros momentos graves da história do Brasil. Ouvi o Senador Cristovam, que há muito vem refletindo e manifestando suas preocupações com os gastos exacerbados da Copa, sem que tenhamos investimentos em outras áreas prioritárias. O momento é alvissareiro, demonstra um acordar da juventude, que mostra que está politizada, mas, ao mesmo tempo, ele traz preocupação. Eu estou acompanhando aqui o desfecho dos acontecimentos, e a nossa maior preocupação, a minha preocupação, que eu já vi revelada aqui, inclusive por V. Exª também, pelo Senador Pedro Taques, é com a violência. A esmagadora maioria dos manifestantes não quer essa violência. A maioria dos manifestantes está fazendo uma manifestação contundente, uma crítica contundente. No meu período de existência, eu nunca vi nada tão contundente, criticando o nosso papel, da política, dos políticos, dos partidos, das instituições. Mas eu quero aqui falar para esses militantes que estão nos alertando que nós precisamos mudar as nossas atitudes, que as instituições precisam ser mais efetivas, mais eficientes. Para eles, eu digo, aos 53 anos de idade, com alguma experiência que adquiri, que é muito importante separar esse movimento pacífico, esse movimento político, das provocações, das violências e das depredações que começam a aparecer no País. mas que não servem ao movimento, não servem às mudanças que eles, em sua esmagadora maioria, querem e exigem que sejam feitas no País e que precisam ser feitas no País. Se o movimento descambar para a violência, corremos o risco de haver retrocessos que todos nós não queremos. Então, esse alerta é importante. Há pouco, eu informava a ação de manifestantes que invadiram o Itamaraty, picharam paredes do Itamaraty por dentro, procuraram tocar fogo no Itamaraty, segundo informações que acompanhamos aqui pelos *blogs.* Agora há pouco, três pessoas ficaram queimadas. O *site* do *Correio Braziliense* informa que pessoas ficaram gravemente queimadas, porque vândalos impediram que o Corpo de Bombeiros pudesse apagar o incêndio. Parece que houve um curto-circuito, porque foram queimados fios da rede elétrica. Enfim, as notícias ainda estão... Mas, o que informa o *site* do *Correio Braziliense* é que três pessoas se queimaram gravemente. Isto não pode acontecer: a violência. Essa manifestação bonita de jovens e de pessoas de todas as cidades do Brasil que querem um novo País, uma nova forma de fazer política, ela não pode se deixar contaminar pela manifestação de poucos que não representam esse sentimento de mudança, mas que acabam se infiltrando como provocadores e não contribuem, efetivamente, para a construção de uma nova ordem. Eu quero cumprimentar V. Exª e parabenizá-lo pela reflexão que vem fazendo e também pela sua ação. V. Exª tem sido um parlamentar exemplar aqui. Com sua atuação política, tem demonstrado que é possível fazer diferente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Rodrigo Rollemberg, eu o cumprimento, mas cumprimento mesmo V. Exª por ter tocado, mais uma vez, neste assunto do combate à violência, à truculência, à agressão, àqueles que jogam garrafas com gasolina e incendeiam prédios e queimam pessoas. Nós, que estamos aqui, temos clareza de que apoiar um movimento é uma coisa. Agora, não contem conosco, em hipótese nenhuma, nesses atos de violência.

Eu me lembro, Senadores e Senadoras, quando houve aquela ocupação que aqui comentamos com o Senador Simon, de que eu dizia para aquelas milhares de pessoas que estavam em suas casas: "Entrem, ocupem, plantem flores, porque ninguém vai sequer pisar a grama". E isso aconteceu. Lembro-me também de um fato, o porquê de os movimentos darem certos. Naquele momento em que saímos de Canoas a Porto Alegre a pé, com aquelas 20 mil pessoas, eu disse: "Nenhum vidro de uma loja será quebrado". E não foi quebrado, Senador Cristovam. Quem está me ouvindo neste momento e sabe dessa história da greve geral de 1983, de que nenhum vidro foi quebrado. Por isso o movimento deu certo.

Mas, Senadoras e Senadores, eu não poderia terminar minha fala sem falar do fim do voto secreto. Eu estou convencidíssimo, Senador Cristovam, de que não tem mais lógica e não tem sentido, em um Estado democrático de direito, nós ainda votarmos secretamente dentro do Congresso Nacional. Estou no Congresso, entre Câmara e Senado, há mais ou menos 27 anos. Não me lembro de um único veto que foi derrubado, e milhares foram votados.

O Senador Rollemberg me lembrava outro dia: "Não, mas teve esse agora, Paim, dos *royalties*". Aí foi um caso específico, regional. Mas veto que interessasse diretamente à população, não me lembro de um.

Ora, se votamos aqui que para a cassação de um colega nosso aqui ao lado não vai ter mais voto secreto, por que, para veto, nós temos que ter medo de quem estiver no Executivo, que tem que ser secreto?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Permita-me, Senador Paim. Até porque o voto secreto, ou o veto, quando você chega lá tem tanto veto que os assessores já lhe dão uma cédula preenchida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Que é um calendário de telefone. Como se chama?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Sim, já lhe dão preenchido. Veja que incoerência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Três mil vetos numa única votação! Não tem lógica!

Eu tive um cuidado e fui ver que 37 países do mundo já acabaram totalmente com o voto secreto. Fiz um levantamento e vi que, no Brasil, no mínimo, cinco Estados acabaram com o voto secreto. Inúmeras Câmaras de Vereadores acabaram com o voto secreto. No Judiciário, não tem voto secreto, cada juiz vota com as câmeras de televisão. A própria Presidenta ou o Presidente da República, quando decide vetar uma matéria, tem que explicar ao País por que vetou, também não é secreto. Por que Deputado e Senador, na hora de apreciar um veto, ou de escolher uma autoridade, têm vergonha da autoridade que escolheram?

Cada um tem que assumir a responsabilidade do seu voto. Por isso que eu não voto secreto. Toda vez que aqui há votação secreta, eu abro o meu voto e sofro as consequências a favor ou contra.

Por isso, eu entendo que, neste momento em que a gente leva essa lição, eu diria, de democracia e de cidadania, da ampla maioria, não tem lógica nós não apresentarmos aqui, com rapidez, a PEC que apresentei duas vezes, três vezes. Desde que cheguei aqui, na Assembleia Nacional Constituinte, é a terceira vez que apresento uma PEC para acabar com o voto secreto em todas as situações.

Não há argumento.

Alguém me disse: "Ah, mas, se eu vou escolher um ministro, depois cai um processo meu lá!" Bom, se for comprovado que você é culpado, serão as consequências do ato que você fez. Agora pensar que um Ministro do Supremo, por exemplo, por retaliação simplesmente, vai votar contra quando você é inocente?! Não tem lógica.

Por isso, Senador Pedro Taques, concedo um aparte a V. Exª, mas fiz questão de dizer que eu estou convencidíssimo. Aqui, em frente hoje ao Congresso, estavam aqui, que a maioria já se deslocou, inúmeras faixas pedindo o fim do voto secreto em todas as situações do Congresso Nacional.

Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Paim, quero cumprimentá-lo pela fala, comentando as bandeiras deste movimento, o movimento ordeiro. Agora a baderna merece, sim, o que está determinado na lei. Invadir o Itamaraty, ofender a integridade física de pessoas, ofender o patrimônio público, o patrimônio privado, ameaçar, isso é crime e o Código Penal deve ser aplicado. Isso é fato. A manifestação decente, ordeira, a manifestação democrática, sem violência deve ser garantida. Aliás, o Supremo Tribunal Federal garantiu ontem esse tipo de manifestação. Mas, dentre aqueles que se manifestam democraticamente, existem aqueles que só querem perturbar, aqueles que querem ofender, aqueles que querem violar, aqueles que querem lesionar, aqueles que querem roubar. Estes devem merecer as penas da lei, porque os criminosos não podem escudar-se, esconder-se, estribar-se na Constituição, no direito fundamental de se manifestar para cometer crimes. Isso eles não podem fazer e nós não podemos tolerar. Nós não podemos tolerar. Esta manifestação é decente, é histórica. Nós estamos vivendo momentos históricos, momentos para os quais nós, brasileiros, precisamos acordar. Agora, quem pratica a bandalheira comete crimes deve ser responsabilizado. Nós estamos aqui, às 22h38, e estamos ouvindo o barulho de bombas lá de fora. Policiais estão subindo aqui feridos, com a integridade física maculada. São servidores públicos que devem ser respeitados. No instante em que você ofende um policial, um servidor, você está ofendendo a própria existência do Estado, porque, naquele momento, ele é a *longa manus* do Estado. Ele é o Estado ali presente. Portanto, nós não podemos permitir a baderna; não podemos permitir também os golpistas; as vivandeiras; nós não podemos permitir. Eu não quero aqui ser o velho do rastelo, como disse a Presidente, nem uma Cassandra para dizer o que vai ocorrer amanhã, mas a Presidência da República deve se manifestar sobre o que está a ocorrer hoje na República Federativa do Brasil. A Constituição precisa ser respeitada.

V. Exª falou do voto aberto. O voto do eleitor, do cidadão, este voto deve ser sigiloso, secreto para garantir a verdade; que as urnas revelem a verdade, revelem a vontade do cidadão que está exercendo seu direito constitucional para que ele possa ter liberdade, para que ele possa ter independência. Este voto deve ser secreto. Aliás, é uma cláusula pétrea que está no art. 60, §4º e no art. 14 da Lei Fundamental. Agora nós, que somos representantes do cidadão, que é o titular constitucional do poder, e nós o representamos, ele tem o direito constitucional de saber em quem e como nós estamos a votar. Nós temos o dever de aprovar essas propostas de emenda, dentre elas a de V. Exª, que acaba com o voto secreto. E esta manifestação minha não é uma manifestação de agora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu sei disso.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – A manifestação de V. Exª não é uma manifestação de hoje, é a manifestação de muito tempo. O Senador Cristovam já tem-se manifestado aqui sobre isso. Agora aqueles que são contrários também devem se manifestar; devem mostrar a sua cara, mas eles somem. O voto do Parlamentar deve ser aberto, de todos os tipos, inclusive na eleição para presidente e presidência das comissões. Deve ser aberto para que o representado possa saber qual o caminho que foi trilhado pelo representante. Este é o primeiro ponto. O segundo ponto: a PEC nº 37. No mundo todo, ao menos nos países civilizados ou ditos civilizados, o Ministério Público pode investigar. Nada contra a polícia. Nós temos que respeitar o delegado de polícia; nós temos que respeitar os policiais. Eles merecem respeito porque exercem a sua atribuição ali no fogo, no perigo; eles estão à frente, na linha de frente, na primeira trincheira para responder àqueles que violam a lei e a Constituição. Agora nós não podemos dar a exclusividade na investigação. Não podemos isso. No mundo todo, o Ministério Público pode investigar, e um dos pontos da manifestação trazida aqui na porta – eu fui até perto da rampa para ver e ouvir a manifestação – é contra a PEC nº 37; contrários à PEC nº 33, que apresentaram na Câmara dos Deputados, para subordinar a decisão do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional. A Constituição de 1937, a Constituição autoritária de Getúlio Vargas, foi copiada da Constituição de 1934, da Polônia, que tinha, em um de seus dispositivos que a decisão do Supremo pode ser afastada pelo Presidente da República. Só Estados autoritários não permitem que o Judiciário tenha a última palavra no conflito dentro da sociedade. Só Estados autoritários! Esse é outro ponto da PEC. Corrupção, crime hediondo. Hediondo significa nojento, que dá vontade de vomitar, que dá náusea, que dá asco. Isso é hediondo. No Brasil, não existe hoje nada mais nojento do que a corrupção. A Corrupção mata pessoas na porta dos hospitais por falta de atendimento digno. A corrupção mata pessoas nas estradas por falta de estradas decentes para que o cidadão possa exercer o seu direito constitucional de ir e vir, ficar. A corrupção, Senador Cristovam, rouba o futuro de uma geração de brasileiros por falta de uma educação pública de qualidade. Esta é a corrupção. Agora, quais são as causas da corrupção, um dos temas da manifestação aí fora? É a impunidade que grassa entre nós, a impunidade que vai representar o julgamento do Mensalão o Supremo nunca terminar, a impunidade que faz com que Senadores e Deputados possam ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal e os processos nunca terminem. No Brasil, um processo leva em média 12 anos. Existem países em que um processo leva seis, oito meses. Existem Deputados na Câmara condenados há muito tempo e nada ocorre. Por isso o cidadão está aí fora. Em razão disso, estão jogando bomba na porta do Congresso Nacional. Esses são os temas que a sociedade deseja ver aqui debatidos, esses são os temas em que nós, Senadores e Deputados, temos de pensar. A sociedade está impaciente. Agora, nós não podemos permitir que a arruaça, a baderna, o desrespeito, o menoscabo, possam ofender a Constituição. Estamos aqui às 22h44, ouvindo as vozes que vêm da rua, ouvindo os barulhos que vêm lá de fora. São tiros. Nós estamos no século XXI. Nós somos um Estado democrático de direito, um Estado que respeita a Constituição, um Estado que garante a manifestação; mas um Estado que não pode permitir a bandalheira, um Estado que não pode permitir a invasão do Itamaraty, símbolo da diplomacia, símbolo da tolerância. Nós não podemos permitir que esta Casa seja violada, apesar da existência de violadores aqui dentro, violadores da Constituição. Não podemos permitir isso. Quero cumprimentar V. Exª pela sua história de vida. V. Exª é um negro dentre os poucos que estão na política, a não ser aqueles que aqui estão para servir café para o Senador, para abrir as portas, para nos levar para casa. Essa é a prova de que nós ainda não temos uma democracia consolidada. Essa é a prova de por que o cidadão, que está aí fora, está se manifestando: aquele decente, aquele que não quer baderna, aquele que não quer violação da lei, aquele que quer um Estado mais justo, uma sociedade que seja mais livre e uma sociedade mais solidária. É por isso que nós estamos aqui agora. É por isso que há um número de Senadores presentes aqui, agora. Nós não fomos embora, porque esta Casa vem de longe, como diria o Brizola. Esta Casa precisa ser respeita-

da. Esta Casa não pode ser fechada – não pode ser fechada! Parabéns pela sua fala.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Pedro Taques. V. Exª lembra muito bem, não é só a 37, é a 33 também, que, de fato, pretende tirar os poderes do Supremo, ferindo diretamente a independência dos Poderes. Quero dizer, se me permite, assino embaixo de todo o seu pronunciamento, pela riqueza dos subsídios que V. Exª deu, na sua fala, à população que está nos assistindo neste momento. Essa sua visão, tenho certeza de que é a visão que todos os Senadores que estão aqui comungam, pela clareza, pela sabedoria e pelo conhecimento jurídico que V. Exª tem – eu diria, com todo o respeito a todos, que ultrapassa o conhecimento pelo menos deste Senador que está na tribuna. Parabéns a V. Exª.

Senador Cristovam, com satisfação, ouço um aparte de V. Exª.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Quero continuar o que disse o Senador Pedro Taques. O Estado tem que ter a sua defesa e, quando é atacado, como no momento em que se ataca um policial, que está ali a serviço do Estado, temos que de fato tomar a defesa da ordem. Mas, Senador Pedro, acho que temos que fazer uma reflexão: onde é que nós erramos que jovens saem às ruas atacando propriedades do Governo, servidores do Governo? Eu digo nós não os que estão aqui, eu digo nós não só os Senadores, eu digo nós não só essa geração; eu digo nós os líderes deste País, durante todos esses anos de nossa História. Onde é que nós erramos que criamos um antagonismo profundo entre a juventude, entre os cidadãos e o Estado? Durante o regime militar, até podia se explicar. Aqueles que estavam representando o Estado chegaram ali pela força, não foram eleitos. Mas nós fomos eleitos. Sinceramente, Senador Pedro Simon, por um lado é muito orgulho estar com vocês aqui, nesta Casa, resistindo todo esse tempo, mas me dá constrangimento profundo saber que estou aqui protegido pela Polícia. Eu estou do lado deles em tudo que venho defendendo aqui. Eu sinto que eles têm as razões da sua luta. Agora, eu estou aqui protegido pela polícia, e isso é muito constrangedor. Quando a Casa do povo, para ter um grupinho pequeno de Senadores reunidos, e aqui reunidos porque simpatizam com a luta deles lá fora, nós, mesmo assim, precisamos estar protegidos pela polícia, algo está profundamente errado. Mesmo nos piores momentos das revoluções pelo mundo, faziam-se manifestações contra o Poder Executivo, nunca contra o Poder Legislativo nem Judiciário, porque, teoricamente, somos a Casa do povo e eles, zeladores da lei. Agora, é a gente que está sendo protegida, é o Congresso que eles estão ameaçando. Onde é que erramos? Aqui vou dar uma consequência dos nossos erros, que, talvez, seja o que mais nos preocupa hoje: é quando a indignação dos jovens que querem mudar o Brasil se encontrar com a raiva dos jovens excluídos que querem se apropriar do Brasil, que deveria ser deles. Nós estamos, Senador Pedro, Senador Taques, Senador Rodrigo, não é num país comum, é num país que, antes da mobilização política, já estava em guerra civil. Uma guerra civil sem política. Uma guerra civil sem ideologia. Uma guerra civil que, todos os anos, cobra 50 mil mortos pela violência. Isso para não falar dos outros 50 mil no trânsito. É uma guerra civil a violência que está aí, a violência que não nos deixa andar na rua, que não permite que se use GPS, porque quando você vai no carro dirigido pelo GPS, o GPS não sabe onde estão as verdadeiras guerrilhas urbanas que temos hoje no Brasil por causa da criminalidade. O GPS brasileiro, o GPS que nós usamos aqui, que vem lá de fora, ele não avisa onde estão os bandidos. E muita gente já perdeu a vida porque seguiu o GPS e, de repente, estava num território hostil, dentro do próprio território brasileiro. Hoje nós temos territórios hostis dentro do Brasil. E o melhor exemplo disso são as UPPs, lá do Rio de Janeiro. A primeira, eu me lembro muito bem, quando eles tomaram aquela área, eles botaram a Bandeira do Brasil, como se fosse um território estrangeiro. Nas UPPs, não havia Bandeira do Brasil. Na primeira delas, hastearam a Bandeira do Brasil como se fosse uma grande conquista de um território estrangeiro, de inimigos, porque de fato eram inimigos do Estado brasileiro, porque o Estado brasileiro nunca os conheceu. O Estado brasileiro não colocou água, não colocou esgoto, não colocou escola, não colocou tudo aquilo que aquele povo precisa. Aquele povo não tinha por que reconhecer o Estado brasileiro. E ali o povo não tinha o Estado brasileiro e era vítima dos bandidos, sofrendo dos dois lados. Um lado pelo abandono, o outro lado pela violência. Esses territórios hostis, quando descobrirem que podem se aliar aos movimentos que estão nas ruas por sonhos e decidirem caminhar das suas áreas para o centro das cidades, aí vai ser difícil prever o que vai acontecer, Taques. Vai ser difícil. Talvez alguns desses já sejam esses que estão fazendo as badernas, os vandalismos. Talvez esses já façam parte daqueles que moram nos territórios hostis, porque os territórios abandonados, ao longo de décadas e séculos, pelas autoridades, como nós que somos autoridades. Nós estamos vivendo um momento que talvez seja mais perigoso do que se imagina, porque não é só uma questão de indignação política, como aconteceu recentemente em muitos países do mundo. É a indignação política em um País dentro de uma guerra civil da violência sem

ideologia, sem política, sem partidos. Se isso casa, não sabemos o que vai acontecer durante algum tempo, porque pode se gerar algo mais do que isso, anárquico. E, se isso acontecer, aí vem a violência do Estado para pôr ordem. E com o aplauso, aliás, de muita gente, porque o anarquismo não é revolucionário, o anarquismo é caótico. O anarquismo não transforma, o anarquismo destrói. Então, para evitar a destruição, todos vão estar a favor do uso da força, e ninguém sabe onde é que termina o uso da força depois que ela começa. Por isso é lamentável que o Governo brasileiro não esteja tomando uma posição clara de, ao mesmo tempo, mostrar força e mostrar diálogo, mostrar que precisa fazer algo e mostrar que errou. A Presidenta Dilma tem que assumir os erros, não dela, dela dos antecessores – um, dois, três, quatro, cinco –, dela de nós parlamentares, dela de nós, do sistema Judiciário, que não consegue colocar pessoas na cadeia. Ela tem que reconhecer que nós erramos e aí fazer uma grande reflexão sobre onde erramos, para podermos começar a consertar. Se isso fica no nível que está, a gente vai poder e dever agradecer a eles terem nos alertados nos nossos erros. Se sair do controle, aí ninguém sabe o que vai acontecer. É tempo ainda de evitar que saia do controle, mas não apenas pela repressão e, sim, pelo entendimento das causas desses movimentos, dos movimentos dos que têm utopia, dos que querem um sonho e, também, do entendimento daqueles que foram excluídos de tudo, tudo, tudo, inclusive dos sonhos, e que agora parecem que estão se encontrando de uma maneira muito perigosa. Eu espero que o Governo brasileiro comece a perceber a dimensão da crise, comece a fazer reflexões sobre onde nós erramos, traga propostas de como a gente vai caminhar daqui em diante. E o que o Congresso deixe essa omissão de ficar vazio num momento desses e venha para cá debater, constrangidos como eu estou, de que estamos reunidos, protegidos pela polícia. Estamos reunidos porque a polícia está nos cercando, para evitar a invasão do povo que nos elegeu e que, hoje, não nos reconhece. Eu lamento que muitos não estejam percebendo a dramaticidade do momento, os erros que nós cometemos, o entendimento da crise e a proposta de alternativas. Era isso, Sr. Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Cristovam.

Eu quero terminar minha fala praticamente como comecei. Esse movimento, pela força das redes sociais, que todos nós conhecemos, não começou e não termina aqui. Ele vai continuar, com essa força que vem, pela forma ágil como esse meio de comunicação se encontra com milhões de pessoas em horas, por que não dizer até mesmo em minutos.

Senador Simon, eu já fiz algumas vigílias aqui, no Congresso Nacional. Lá, como Deputado, fiz vigília e greve de fome na luta pelo salário mínimo, uma época mais difícil. Aqui, fizemos duas ou três já vigílias, pensando no fim do fator e no reajuste para os aposentados, e V. Exª estava aqui conosco.

Mas, hoje, é uma vigília diferente. Hoje, é uma vigília em nome da democracia, em nome da cidadania, em nome da solidariedade desses Senadores com os movimentos das ruas que nós, Senador Simon e tantos outros aqui, reclamávamos tanto de que estavam adormecidos.

Por isso, esta noite é uma noite diferente. É uma noite que faz com que a gente esteja, eu diria, se encontrando, caminhando com os milhares e milhares – e a informação que eu tenho, quase 2 milhões de pessoas – que foram, neste dia, às ruas fazer um protesto, querendo que o País avance.

Por isso, eu encerro esta minha fala, dizendo que esta noite, para mim, é uma noite, de fato, histórica. Ela é diferente. Ela não é pontual, não é por causa do aposentado, não é por causa do mínimo, não é por causa do fator. Ela vai além disso.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Não é o aumento de passagem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não é o aumento de passagem; não são os R$0,20. Ela vai muito além. Essa juventude que está querendo olhar, como eu digo, além do horizonte, quer saber como é que fica o *day after*, como é que fica o dia depois, como é que fica o amanhã.

E por isso só pode ter o nosso apoio total, respeitando naturalmente a ampla maioria que caminha nesse sentido. E sabendo nós todos aqui criticar aqueles que partiram para a violência, para a truculência, para a agressão e que, infelizmente, – aí, Senador Simon, V. Exª disse muito bem – sabemos que esse movimento vai continuar. Nós sabemos disso. E nós não queremos chorar mortos no futuro, fruto da violência de um movimento de paz, de solidariedade, um movimento onde vemos a juventude protestando com um sorriso nos lábios, porque sabe que está no caminho certo. Uma juventude firme, uma juventude que sabe por que foi às ruas e uma juventude que não aceita a violência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Agradeço, Senador Paim. São 23 horas e nós estamos aqui de plantão.

Quero fazer coro com o ponto da fala do Senador Pedro Taques. Eu estava em meu gabinete há alguns momentos acompanhando e há muitos policiais feridos. Polícia mal paga, porque no meu Estado é assim.

Meu Estado é o único do Brasil que, nos últimos 14 anos, o efetivo de polícia reduziu. No meu Estado, em dez anos, um Estado com 78 Municípios, são 22 mil homicídios!

Lá há uma cidade chamada Muqui, com 17 mil habitantes. Quase uma cidade e meia sepultada em 10 anos: sem um plano de segurança pública; reduzindo o efetivo de polícia; polícia mal remunerada, e o Estado mais violento do País, depois de Alagoas.

E o povo foi às ruas: 100 mil pessoas, no Espírito Santo, pedindo segurança. Segurança! O especialista não é quem escreveu o livro, é quem não pode mais ir ao ponto de ônibus. O especialista não é quem escreveu o livro; o especialista é a mãe que não dorme enquanto a filha ou o filho não chega da universidade, o marido não chega do trabalho. Ou é o marido que se inquieta enquanto a esposa não chega, porque é comerciaria, diarista, servidora pública e tem que pegar um ônibus. É a insegurança desse carro que pode ser assaltado no sinal, ou pode sofrer uma barricada como acontece na grande Vitória e no interior do meu Estado.

O senhor imagina um Estado com 78 Municípios, um Estado pequeno! Só vi dois projetos de segurança pública, ao longo da minha vida pública, no Espírito Santo: Polícia Interativa, na época do Vitor Buaiz, que nasceu na querida cidade de Alegre, na região fria, aos pés do Caparaó, e depois o Corredor de Segurança, no governo do ex-Senador José Inácio Ferreira, e mais nada. Mais nada. Violência, violência, violência. E o povo foi às ruas protestar. O povo foi às ruas pedir segurança.

Estes são os especialistas: os órfãos, as viúvas. Estes são os especialistas: o motorista de ônibus que teve o ônibus incendiado, o corpo queimado; o trocador que já foi assaltado 20 vezes, o trocador que foi humilhado por aquele cidadão de 17 anos, de 14 anos, de 15 anos, que toma tudo.

Senador Cristovam, o senhor sabia que quando o ônibus é assaltado, tudo que é roubado é descontado do salário do cobrador? Que absurdo! Para essas coisas não há seguro? Quando tomei conhecimento disso me assustei. Lá existe cobrador pai de família – V. Exª pegue o microfone – que já foi assaltado 20 vezes.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Gasolina também. Os frentistas dos postos de gasolina se recebem um cheque sem fundo ou se são assaltados têm de pagar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Então ele recebe duas vezes: recebe do frentista e recebe do seguro, porque todo mundo tem seguro. A frota de ônibus tem seguro.

Veja bem: se foi possível voltar e reduzir o preço da passagem que o povo está pedindo no Brasil inteiro, o Poder Público está recuando, Senador Pedro, se foi possível retroagir, é porque não havia necessidade de aumentar.

Esse raciocínio está certo ou não, Senador Pedro? V. Exª passou pela faculdade; eu não passei. Fiz vestibular três vezes e não passei em nenhum. Eu estou no direito de falar o que eu quiser, porque eu não me formei.

Está certa essa conta?

Aqui houve duas medidas provisórias para desonerar o transporte público. Os caras receberam esse benefício e, em vez de passar, eles aumentaram. Aumentaram.

Eu não sabia disso. Foi esse movimento na rua que nos acordou para isso. E ontem fazíamos o debate com o Senador Randolfe, e ele trouxe aqui. Começou a debater esse tema dessa forma.

Meu Estado é o paraíso dos incentivos fiscais.

Ora, quem pode dar tanto incentivo fiscal para empresário, aliás só para meia dúzia, podia financiar muito bem o transporte público no Espírito Santo. E financiar totalmente, porque os incentivos fiscais dados no Estado do Espírito Santo... Esse negócio de fundar porque nós perdemos é um café pequeno perto dos incentivos que foram dados. E por isso o povo não tem segurança. E o povo está certo.

O cara diz: "Mas por causa de R$0,20"! Você imagina um comerciário que ganha um salário mínimo por mês, um diarista, que ganha R$300,00 por mês e tem que pagar três, quatro passagens por dia.

Pimenta no olho dos outros é refresco. É pouco para quem tem muito.

Então, esse debate, parece que esse momento, a despeito do que está acontecendo, e, aí, eu volto à questão dos policiais, eu vi lá, na televisão, policial em Salvador ferido na perna, e os colegas tentando tirá-lo, e ele dizendo: "Não, eu vou, eu estou é trabalhando, eu vou ficar porque eu estou trabalhando". E a perna sangrando, aberta, de um policial lá em Salvador. Então, nós não podemos realmente... Nós estamos num Estado de direito. Nós temos de repudiar esse vandalismo. Picharam, quebraram os vidros do Itamaraty. Uma manifestação pacífica no meu Estado: 100 mil pessoas quebraram os vidros do TJ – eu vi ali no jornal, no Tribunal de Justiça, e olha que o Presidente do Tribunal de Justiça anunciou logo cedo que a porta do tribunal estava aberta para receber os organizadores da manifestação. Mas é o que saiu aqui hoje.

Quem são os organizadores? Quem organizou? Quem é que vai falar com o Presidente do Tribunal, o Presidente Pedro Valls Feu Rosa? E eu soube que jogaram coisas nele lá. Pelo menos é o que está escrito. Mas isso também não desmerece o movimento

importante, pacífico, e é preciso que, se há liderança nos movimentos, se apresente, Senador Cristovam. No Rio, aconteceu uma coisa bonita, um grupo de jovens foi para frente da Assembleia Legislativa com uma bandeira do Brasil e disse: "Esses baderneiros não nos representam". Uma coisa absolutamente importante.

Então, nesse momento que nós estamos vivendo aqui, e eu quero aqui cumprimentar o povo do meu Estado, principalmente o povo da grande Vitória, uma grande manifestação em Colatina, uma grande manifestação em São Mateus, por todo o Estado, e de tudo que o povo pede, além do transporte público, a tônica é segurança, segurança, segurança, segurança, e segurança, e segurança, porque você tem de fazer um plano preventivo, mas você tem de fazer um em que você põe a polícia na rua para fazer de forma ostensiva e é a presença ostensiva que inibe o crime; e você precisa ter projetos a médio e longo prazo, para poder inserir a sociedade toda nesse contexto, porque é muito mais do que botar na televisão uma frota de carro novo para a polícia, quando, na verdade, você não tem nenhum projeto.

Eu quero aplaudir a maneira pacífica dessas 100 mil pessoas no meu Estado, sem querer levar em conta e sem querer dar luz aos baderneiros, àqueles que se aproveitaram do movimento, pessoas completamente alheias a tudo isso, querendo fazer baderna, e querendo chamar a atenção para si, sabe Deus qual o motivo, e agredir, e quebrar patrimônio público e, mais que isso, patrimônio de pessoas particulares, saquear lojinhas, quebrar porta de lojas; saquear, quebrar, depredar bancos. E nós aqui reprovamos tudo isso.

Mas fica o nosso abraço, a nossa solidariedade a esse movimento.

Aqui eu soube que a polícia, o Bope teve que entrar com muita força – o barulho que nós estávamos ouvindo era a ação do Bope –, senão eles realmente iam incendiar de vez o Itamaraty.

Amedronta até o pessoal do movimento; os pacíficos têm medo de pedir ao cara para não fazer e o cara se voltar contra eles, porque é um movimento pacífico, é uma marcha pacífica, de pessoas pacíficas, unidas buscando o bem-estar do País. É uma manifestação, mas aqueles que estão na manifestação têm medo dos que estão manifestados, Senador Paim, porque há um grupinho no meio manifestado, tentando tocar o terror de qualquer maneira.

De toda forma, o que o Senador Pedro fala sobre a polícia é certo: está cumprindo o papel dela, e muitos são sacerdotes da segurança pública, porque são mal pagos, mal remunerados e estão aí cumprindo o seu papel. É preciso, realmente, que nós façamos alusão ao trabalho deles.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, nós falamos muito aqui dos poderes constituídos, falamos do Parlamento, principalmente do Parlamento, mas nós temos de falar um pouco também sobre a responsabilidade da iniciativa privada, a chamada responsabilidade social dos investidores, dos empregadores, de todos os setores. Por isso, eu vou na linha do comentário que V. Exª fez em relação às medidas provisórias que auxiliaram o setor de transportes.

Por exemplo, a Medida Provisória nº 612, editada em abril, diz: "As empresas de transporte rodoviário coletivo, de passageiros, turismo, municipal, intermunicipal, interestadual, internacional, as de transporte ferroviário, metroviário, ferroviário de passageiros..." – e por aí vai – essas companhias contribuirão, até 31 de dezembro, com a alíquota de 2% sobre o faturamento e não pagarão mais os 20% que pagavam sobre o total da folha. O impacto sobre as tarifas chegará a 3,58%.

Depois vem a outra medida, a de nº 617, de 31 de maio. A referida norma reduz a zero as alíquotas de contribuição para o PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços regulares de transporte coletivo municipal, rodoviário, metroviário e ferroviário de passageiros.

Aqui daria para diminuir a passagem em 3,65%. Somados os dois, dá 7%. O que aconteceu? Houve aumento de passagem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – A famosa mão de gato.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Por isso que tem de haver uma responsabilização (...)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Eles receberam, e, ao passar o benefício, aumentaram para ganhar duas vezes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E eu falava exatamente em outro momento sobre a cesta básica. Foi desonerada a cesta básica! Só que ela disparou. Então, são questões como essa que a população acaba não entendendo.

Por fim, Senador – e para dar oportunidade aos outros Senadores –, se me permite, pois há quarenta minutos para falar (...)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – É um momento bom para o Ministério Público ir em cima dessas empresas e dizer assim: "Olha, está aqui a medida provisória que a desonerou, está certo?" Se o Ministério Público age provocado, eu estou provocando.

É muito importante que o Ministério Público peça explicação a essas empresas. Na verdade, eu, se fosse a Presidente Dilma, já tinha falado à Nação sobre isso. Com a medida provisória na mão, entrava no horário

e dizia assim: "Eu mandei e o Congresso Nacional – a Câmara e o Senado – votou. Nós desoneramos tanto e eles ganharam tanto com a desoneração. Eles não estavam autorizados a subir. Além de ganhar e de não repassar o que ganharam, eles subiram o preço da passagem."

E aí ela mesma, falando à Nação, provocaria o Procurador-Geral, o Ministério Público deste País, a pedir explicação aos donos das empresas. Eu estou provocando aqui, presidindo esta sessão do Senado. Nós estamos com a PEC 37 e o Ministério Público, ofegante, tentando mostrar o seu valor, que é importante essa instituição. Penso que, neste momento, é hora de o Ministério Público mostrar essa importância mesmo e notificar as empresas de transporte, no Brasil, para que elas expliquem, após a desoneração... Qual é o número da medida provisória? V. Exª me ajuda?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É tanto a 217 como a 213.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – É a 217 e a 213, Ministério Público! Notifique essas empresas para que elas expliquem as razões pelas quais foi desonerado para chegar ao consumidor e, além de não chegar a desoneração ao consumidor, Senador Pedro Simon, eles ainda aumentaram. É a famosa mão de gato para ganhar duas vezes.

Senador Pedro Taques, eu estou provocando o Ministério Público para que notifique essas empresas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, só para ficar a informação precisa: é a Medida Provisória nº 612, de 2013, e a nº 617, de 2013; uma em maio e a outra em junho.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – V. Exª, que é Procurador Federal, eu queria que V. Exª falasse sobre isso. Eu estava dizendo que, se eu fosse a Presidente Dilma, eu já teria falado à Nação e mostrado as medidas provisórias.

A Câmara votou e o Senado votou, está aqui, desonerando. Eles já ganharam. Não repassaram a quem consome e, mais do que isso, aumentaram. É o seguinte: se eles recuaram é porque não tinha necessidade de ter aumentado. Como o Ministério Público age provocado, o que nós devemos fazer? Oficiar do Senado ao Ministério Público, ou a minha fala, Senador Pedro, vale como provocação? Eu estou pedindo a V. Exª. Pode assumir a tribuna.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, só peço que V. Exª considere como lidos e entregues à Mesa esses três pronunciamentos: um que fala sobre essa situação das MPs e o transporte rodoviário; a outra que fala sobre uma nota oficial divulgada pelo Governador do Rio Grande do Sul, que esteve reunido com a juventude e os movimentos no Estado, apontando o diálogo e o caminho da negociação; e a outra, Senador Simon, se V. Exª permitir, eu entrego, em que eu falo dos 123 anos da nossa querida cidade de Caxias do Sul. Faço questão que o senhor assine junto, porque faço comentários sobre a nossa bela cidade, onde haverá um grande ato amanhã em solidariedade a esse movimento.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre a mobilidade urbana e os movimentos de redução das tarifas de transporte coletivo.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o problema da mobilidade urbana no Brasil tem sido pauta dos movimentos sociais que invadem as ruas das grandes metrópoles.

Porém, o movimento não se limita as fronteiras brasileiras.

Em diversas países do mundo brasileiros tem apoiado as manifestações que assistimos pela televisão e aqui mesmo em frente ao Congresso Nacional.

Temos que estar sensíveis aos movimentos sociais, como digo: ao rufar dos tambores nas ruas.

O grande desafio que se coloca é a ampliação da oferta de transportes coletivos, ampliando a mobilidade urbana e a modicidade tarifária.

A presidenta Dilma Rousseff já tomou algumas medidas para desonerar o transporte público coletivo.

Uma delas é a desoneração da folha de pagamento, visto que é um dos itens que mais oneram o custo do sistema.

A Medida Provisória 612/2013, editada em abril, que contempla, entre outros setores:

– as empresas de transporte rodoviário coletivo de passageiros por fretamento e turismo municipal, intermunicipal, interestadual e internacional;

– as de transporte ferroviário e metroferroviário de passageiros;

– e as de construção de obras de infraestrutura.

Estas companhias contribuirão, até 31 de dezembro de 2014, com a alíquota de 2% do faturamento sobre o valor da receita bruta.

O benefício se dá pela substituição de uma contribuição de 20% referente a contribuição ao INSS sobre a folha de pagamento das empresas.

O impacto sobre as tarifas poderá chegar a uma redução de 3,58%.

Outra medida adotada foi a edição da MP 617/2013, de 31 de maio.

A referida norma "reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e COFINS incidentes

sobre a receita decorrente da prestação de serviços regulares de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário e ferroviário de passageiros."

Cálculos do Ministério da Fazenda concluíram por uma desoneração de 3,65% sobre o valor do faturamento das empresas.

Significa dizer que o impacto direto nos preços das passagens deverá ser de 3,65%.

São atitudes adotadas pelo Governo Federal para reduzir as passagens e representam uma verdadeira vitória dos movimentos sociais.

Cabe aos governos exigir das empresas o reequilíbrio econômico-financeiro em favor do usuário.

Hoje está agendada nova manifestação, em diversas capitais, apesar de muitas delas já ter anunciado a redução da tarifa.

Segundo integrantes do Movimento a manifestação de hoje será para comemorar e lembrar aqueles que estão sofrendo processo judicial por participarem das manifestações.

Quero dizer que sou a favor das mobilizações populares, pois vim do movimento sindical e sei a força que o povo exerce, sou totalmente contra a criminalização dos movimentos sociais, mas não me alio a violência, essa deve ser coibida de todas as formas.

Defendo o diálogo e os protestos de forma pacífica.

É preciso respeitar a autonomia dos movimentos sociais e compreender a natural ampliação da pauta de reivindicações, pois querer sempre mais e melhor é algo inerente ao ser humano.

Por fim, faço referência ao PL 6851/2010, de nossa autoria, que tramita na Câmara dos Deputados, na Comissão de Trabalho.

Esse projeto, já aprovado pelo Senado da República, altera a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que instituiu o Vale-Transporte, para dispor sobre o seu custeio e dá outras providências.

A proposta determina em síntese, que o empregador, pessoa física ou jurídica, custeará integralmente o vale-transporte.

O vale-transporte constitui direito do trabalhador brasileiro e tem base legal desde 1985, estabelecendo a legislação vigente a co-participação do empregado na alíquota de 6% (seis por cento) do valor recebido a título de vale-transporte.

Tanto a lei, como o seu regulamento, fixam uma série de regras confusas para a efetivação desta participação, sendo que em alguns casos, quando o salário é um pouco maior, o valor do vale-transporte é descontado totalmente do salário do empregado, gerando tratamento discriminatório.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre nota oficial do governo do Rio Grande do Sul sobre as reivindicações do movimento da juventude.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero registra a nota oficial do governo do Estado do Rio Grande do Sul sobre as reivindicações do Movimento Passe Livre.

"O Governo do Estado do Rio Grande do Sul considera importante a pauta de reivindicações apresentada pelos movimentos sociais ora em mobilização, e se propõe a acolher as referidas propostas, bem como a aprofundar ações que já estão em andamento no Executivo relacionadas com a pauta apresentada.

O Governo do Rio Grande do Sul está disponível para auxiliar a prefeitura da Capital na solução da questão tarifária do transporte coletivo, inclusive disposto a renunciar a impostos, a partir da demonstração de que isso incidirá na planilha de custos, para proporcionar a maior redução possível.

O governador Tarso Genro renova seu compromisso e sua intenção nesse sentido, sobretudo quanto à busca de soluções para a redução da passagem de ônibus em Porto Alegre.

Na área da saúde, o governo gaúcho está investindo 12% do orçamento total, o que representa R$ 2,2 bilhões. Isso equivale a um aumento de 124% em relação ao ano de 2010.

Em transferências para os municípios, alcançamos a marca de R$ 375 milhões em 2012. Este índice será ainda maior em 2013.

Além disso, está sendo implantada uma tecnologia inovadora na gestão do SUS, que vai aumentar a eficiência e a transparência nesses investimentos na área da saúde.

Nos próximos seis meses, entregaremos 18 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), em diversas regiões do Estado, o que incrementará esta política pública fundamental.

Entretanto, estamos dispostos a verificar, junto com representantes do movimento, se existe alguma proposição concreta de melhoria nas políticas públicas de saúde.

Uma educação de qualidade é prioridade da gestão. Investimos forte em construção de novas escolas e obras de reforma. Já foram reformadas e consertadas 1580 escolas estaduais.

Serão iniciadas até o final de 2014 mais 524 reformas pesadas, reconstruções e construções nas escolas públicas, estas com recursos federais.

O Executivo é a favor da total transparência na gestão do Estado. Por isso, instituímos, em nosso go-

verno, o Departamento de Prevenção à Corrupção, o Portal de Acesso à Informação e, recentemente, uma ferramenta digital de monitoramento do andamento das principais obras e ações do Governo, chamada "De olho nas obras".

O Rio Grande do Sul foi ainda o primeiro Estado a aderir à Lei de Acesso à Informação e coloca a arrecadação do Governo, a folha de pagamento e a aplicação dos recursos à total disposição do movimento, para seu conhecimento e avaliação.

O Governo do Estado é contra a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 37.

O governador Tarso Genro já declarou publicamente ser contrário à PEC 37 e está à disposição para participar de ações políticas concertadas para que tal emenda não seja aprovada.

O Governo do Estado também é contrário à proposta ora apresentada para o Estatuto do Nascituro.

O governador já declarou reiteradas vezes, de forma pública, tal posição, e renova sua postura frente à reivindicação dos movimentos sociais.

Rejeitamos qualquer tentativa de criminalizar a orientação sexual de quem quer que seja.

O Governo do Rio Grande do Sul combate todo o tipo de violência baseada em preconceito, seja de orientação sexual, gênero, etnia ou religião.

Uma das ações mais concretas nesta linha é o programa Rio Grande Sem Homofobia, em vigência desde 2011. Somos contrários à chamada "cura gay".

Por fim, o Governo do Estado reconhece a legitimidade dos movimentos e o direito à opinião livre e plural.

Nesse sentido, a orientação para a Brigada Militar é de que a proteção à vida das pessoas esteja em primeiro lugar.

Por isso, pedimos para o próprio movimento que, por meio de suas organizações e coordenações, assuma a responsabilidade de inibir qualquer tipo de violência, seja contra pessoas, instituições ou patrimônios.

Os canais de diálogo do Estado estão abertos a toda a população, seja via Conselhão, Gabinete Digital, plenárias do Orçamento Participativo, Votação de Prioridades (Consulta Popular) ou Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

Caso o movimento deseje um diálogo direto com o governador sobre as demandas apresentadas, basta que sejam indicados os interlocutores, devidamente reconhecidos pelo movimento.

Que amanhã seja um dia de democracia e de liberdade, não de violência e depredação, como tem ocorrido em outras capitais do país.

Sr. Presidente, esta é a nota oficial do governo do Rio Grande do Sul, assinada pelo governador Tarso Genro.

Era o que tinha a dizer,

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre os 123 anos de Caxias do Sul (RS).

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Caxias do Sul, minha cidade natal, está completando no dia de hoje, 20 de junho, 123 anos.

Localizada na serra gaúcha, distante 134 quilômetros de Porto Alegre, Caxias do Sul é um dos mais prósperos municípios do Brasil.

Com forte imigração italiana foi ao longo dos anos forjando o desenvolvimento de toda a região.

No inicio era o cultivo da videira e a produção de vinho... Num primeiro momento, para consumo próprio e, mais adiante, para comercialização.

Paralelamente cultivava-se o trigo e o milho. Com o correr do tempo houve uma diversificação e ampliação de produtos industrializados e comercializados.

Hoje, Caxias do Sul é um pólo de desenvolvimento... Comércio e Serviços, agropecuária, metal mecânico, material de transporte, mobiliário, produtos alimentícios, bebidas, entre outros.

São 435 mil habitantes. O PIB é de R$ 8,1 bilhões, o que equivale a 5,68% do PIB Estadual.

Sr. Presidente, tudo iniciou com os imigrantes italianos. Eles vieram do outro lado do oceano, com sua cultura, tradições e características.E, assim, aconteceu a miscigenação. Os cantos, as danças, os hábitos, o vinho, a polenta, o galeto, a macarronada, o tortéi, se misturaram ao churrasco, ao espinhaço de ovelha na panela, ao arroz de carreteiro, ao sarrabulho, compostas de doces, a canha.

Tudo foi se juntando, criando raízes, fazendo comunidades, foram moldando novas falas e gestos.

E, todos hoje são um mesmo povo, brasileiros e brasileiras, trabalhadores e empresários construindo o nosso país.

Parabéns a todos os meus queridos conterrâneos pelos 123 anos de Caxias do Sul.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Rodrigo Rollemberg deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Taques. Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Pedro Taques deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Eu recebo e será registrado nos Anais da Casa, conforme pedido de V. Exª.

Concedo a palavra ao Senado Pedro Taques. Em seguida o Senador Pedro Simon quer fazer um aparte a V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Senador Pedro Simon, por favor.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – As notícias que vieram agora são de que teria gente pensando em atirar pedra na Catedral. Eu acho que está passando do limite. Primeiro foi o Itamaraty, agora a catedral. Amanhã, na primeira hora, a Presidente convocou uma reunião para ela e o seu gabinete tomarem pé da situação e tomarem decisões. Eu acho que se podemos dizer alguma coisa neste momento é falar à Presidente que faça algo de positivo e de concreto e que convoque, inclusive, para essas decisões, de positivo e de concreto, toda a sociedade, inclusive nós, oposição, o Governo, os jovens. Agora, um apelo nós temos que fazer. Nós sabemos que não são os jovens que iniciaram esse movimento que quebraram o vidro do Itamaraty. Nós sabemos que não são os jovens que iniciaram esse movimento que estão indo lá para a catedral. Essas pessoas devem entender que estão sendo observadas. Mais dia menos dia, amanhã ou depois, não só a filmagem das televisões, mas até as filmagens que faz cada cidadão com o seu telefone vão aparecer, como apareceu no caso da Prefeitura do Rio de Janeiro. Apareceu um cidadão que era até fugido da polícia quebrando os vidros da porta da Prefeitura do Rio de Janeiro. Ele está preso, está na cadeia porque foi identificado. Isso vai acontecer. Esses que estão instigando, fazendo com que um movimento dessa natureza ganhe essas proporções, também devem ser responsabilizados. Terminou de morrer um jovem atropelado lá na cidade de Ribeirão Preto. Quer dizer, um morto já apareceu. Por isso eu acho que é muito importante a gente fazer com responsabilidade o nosso trabalho. Amanhã, a Presidente Dilma, às 9 horas, se reunirá com o seu gabinete. Que Deus a ilumine para que ela tenha sensibilidade de colocar o Brasil à frente de todos nós, que Deus a ilumine para encontrar uma saída que todos nós queremos para aproveitar esse aspecto tão negativo e começar uma caminhada nova. Muito obrigado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Senador Pedro Simon, Senador Paulo Paim, Senador Magno Malta, Senador Cristovam Buarque, Senador Rodrigo Rollemberg, este é um momento em que aqueles que querem se manifestar, aqueles que se manifestaram democraticamente, esses devem ser ressaltados e valorizados. Agora, aqueles que atiram pedras, aqueles que ateiam fogo, aqueles que invadem patrimônio público ou privado, aqueles que ofendem a integridade física, aqueles que maculam, aqueles que ateiam fogo em tendas e não permitem que os bombeiros possam fazer o atendimento, como aqui em Brasília, esses devem ser responsabilizados, esses devem ser responsabilizados conforme determina a lei.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB - RS) – É clara a nossa posição sobre isso. É importante.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, como determina a lei.

Senador Pedro, nós todos sabemos que o Estado, essa sociedade política que nós conhecemos, é organizado. O Estado nasce para que aquele mais forte fisicamente não possa impor a sua força, para que aquele mais forte economicamente não possa impor o seu poderia. Para isso nasce o Estado.

O Estado tem objetivos. Alguns determinam como a construção do bem comum, Senador Cristovam. E esse bem comum está traçado na nossa Constituição, no art. 3º. E ali está estabelecido: fazer com que a nossa sociedade seja mais justa, mais livre e mais solidária.

Não existe sociedade justa com baderna. Não existe sociedade livre no instante em que aqueles que querem se manifestar democraticamente são impedidos de fazê-lo.

Este é um momento de reflexão. É o momento de nós nos questionarmos em que Estado vivemos, qual é o Estado que queremos, qual é o Estado que a Constituição determinou em 1988, quais são os limites desse Estado.

Os limites estão gravados na Constituição. E esses limites, Senador Pedro, revelam que o cidadão pode se manifestar – está lá no art. 5º –, pode se manifestar democraticamente, pode sair às ruas, pode fazer gritos de ordem, pode pintar a cara, pintar o rosto, expor bandeiras. O Estado permite, através da Constituição, que ele faça isso. Mas a Constituição não permite que ele possa ofender a própria Constituição. O Estado, que é limitado pela Constituição, não permite que o cidadão ateie fogo.

Uma jovem morreu no Estado de São Paulo. Três outros estão, aqui em Brasília, em situação grave no hospital, segundo o Senador Rodrigo Rollemberg. Em Cuiabá, Senador Pedro Simon, 40 mil pessoas foram às ruas. Saíram da Praça Alencastro, desceram a Getúlio Vargas, entraram na Prainha, depois subiram a Avenida do CPA. Foram até a Assembleia Legislativa do Estado. Ali, jogaram pedras. Isso não está correto. Isso não está correto. Nós precisamos de limites. E os limites estão gravados na Constituição.

Agora, a Presidente da República precisa se manifestar. O Ministro da Justiça precisa se manifestar.

Aliás, os dois Ministérios que são diferentes aqui na Esplanada, são diferentes porque são os primeiros; foram os primeiros: o Palácio do Itamaraty e o Palácio da Justiça. Existe uma razão para isso. São Ministérios históricos, por isso eles são diferentes. Por isso eles não são iguais aos demais Ministérios. Eles não podem quedar-se silentes.

Amanhã está muito longe. Amanhã está muito longe. A Presidente deve se manifestar. Nós todos torcemos para que Sua Excelência a Presidente da República possa se manifestar e a sociedade brasileira possa ouvi-la, ouvi-la com tranquilidade, ouvi-la com respeito, dar a ela a oportunidade de falar, dar a ela a oportunidade de ser ouvida.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Que ela, no meio dessa crise, aceite essa crise, para, olhando para frente, tomar as decisões dela, pensando nela e no Brasil, e não saia, não tente sair dessa crise reunindo os comandos partidários e, por meio de distribuição de cargos e favores, queira achar que ela sai dessa crise. Ela pode sair engrandecida dessa crise. Ela pode sair com um respeito grande dessa crise se tiver coragem de tomar atitudes. Ela pode sair triste e, eu diria, apagada se fizer uma reunião como foi a de ontem, em São Paulo. A grande decisão: o Presidente do PT mandou os homens do PT irem de camisa vermelha fazer o enfrentamento. A notícia que se tem é de que muitas pessoas de camisa vermelha tiveram as camisas vermelhas e atearam fogo nelas. A responsabilidade da Presidente é dela. Talvez nunca, desde que começou a vida pública, ela teve um momento tão importante, tão sério e tão significativo na vida como ela vai ter amanhã às 9 horas, porque amanhã às 9 horas ela pode começar a trajetória onde nós todos vamos estar ao lado dela e torcer juntos, ou ela pode se unir a uma minoria, para conseguir o "é dando que se recebe". Eu não sei como vai terminar.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Só para dar uma informação, Senador Pedro e Senador Taques. Eu acabo de receber uma informação aqui de que a Catedral foi completamente apedrejada. Completamente. A Catedral de Brasília, completamente apedrejada.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Senadores, nós temos que saudar os homens de bem, as mulheres de bem, aqueles que se manifestam conforme diz a Constituição. Nós temos que reverenciar aqueles que cumprem a Constituição e obedecem as suas limitações. Agora, nós temos que repudiar aqueles que violam a lei que fundamenta o Estado. Nós temos, Senador Magno Malta, Presidente desta sessão, que cobrar responsabilidades daqueles que badernam movimentos históricos como este. Estes são os radicais.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – E não têm que fazer mesmo...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Esses são criminosos e precisam ser responsabilizados. Esses precisam receber as penas da lei.

Concedo o aparte a S. Exª, Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Pedro Taques, dois pontos: primeiro, tem de se responsabilizar os que fazem tudo isso, sem dúvida alguma. Mas precisamos pensar o que é que os levou a fazer isso para evitar que daqui a mais alguns meses tenhamos que reprimir mais outros, mais outros, mais outros. Nada de tolerar! Cometeram crimes... Mas vamos pensar por que um grupo de pessoas foi levado a cometer o crime de destruir prédios públicos. Quando é um, dois ou três... Um é patológico, é um doente, dois ou três já são criminosos, mas quinhentos... Há alguma coisa esquisita. Quando quinhentas pessoas se unem para fazer destruição de prédios públicos, alguma coisa esquisita está acontecendo na sociedade inteira. Tem que prendê-los, os quinhentos, mas a sociedade tem de fazer uma reflexão: onde é que nós erramos. E aí eu quero ir ao que disse o Senador Pedro Simon da Presidenta. Primeiro, é preciso dizer que, felizmente, ela vai se reunir. Mas eu, sinceramente, me pergunto: por que amanhã às nove horas? Nove horas são um dia comum de trabalho. Aliás, aqui, porque os trabalhadores comuns começam às oito horas; alguns, às sete da manhã. Ela marcou para as nove horas, devia ter sido hoje. Nove horas! Mostra como se tudo estivesse normal, mais uma reunião de seu gabinete. Mas tudo bem. O que me preocupa, Senador Pedro Simon, é o que ela vai dizer amanhã. Se ela não assumir, de saída, em suas primeiras palavras: "Eu errei. Estou aqui para reconhecer diante da opinião pública brasileira que cometi erros." Se ela não disser isso, já começou pequena. O senhor disse que ela vai sair grande. E aí começar a listar os erros. Ela tem que dizer: "Eu errei, eu me isolei. Eu fui arrogante, eu não vi." Tem que dizer isso, senão ela não está dando a grandeza para seu discurso. Ela tem que chegar...

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – A decisão estúpida de mandar o pessoal do PT botar camisa vermelha, ir para a rua em São Paulo e enfrentar foi feita pelo Presidente do PT. Mas foi feita pelo presidente do PT depois de se reunir com a Presidente Dilma e com o Presidente Lula. Esse aspecto é importante. Depois de uma reunião de não sei quanto tempo, fechados num hotel, ele saiu e deu essa determinação. Ele não

falou com a Presidente? A Presidente concordou? Daí você tem razão: ela deve desculpas à Nação.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Desculpas, reconhecendo o erro. E eu vou repetir os erros. "Eu me isolei" – tem que dizer isso. "Eu não aceitei as críticas que seriam construtivas para o meu governo; ignorei as críticas" – como muitas feitas aqui dentro, que simplesmente esnobou. Como a própria falta de apoio à sua candidatura, por exemplo, que teria dado um clima completamente diferente a esta Casa. Ela tem que reconhecer que errou ao fazer arranjos políticos que colocaram nos cargos da República pessoas despreparadas, que ali foram só porque faziam parte de tal ou tal partido. Ou pior ainda: eram indicadas por tal ou tal político, para poder, muitas vezes, ganhar voto aqui. Ela não podia ter feito isso, ela tem que reconhecer. E, se ela reconhecer isso, ela tem que fazer algo mais. Ela tem que dizer: "Vou fazer uma reforma ministerial. Vou fazer uma reforma ministerial, para termos no meu governo pessoas baseadas no compromisso e na competência, e não no partido. Pessoas ideológicas, preparadas, e não pessoas indicadas". Se ela não fizer isso, o discurso vai ser pequeno. Eu creio que ainda é tempo de ela fazer isso, como outros chefes de Estado, em outros países, em momentos parecidos, fizeram. E saíram, como disse o Pedro Simon, engrandecidos. Se não fizer isso, vai sair ainda menor. Se vier com o discurso de que isso é pura baderna; se vier com o discurso de que isso é manipulação da oposição, como disseram naquele caso da Bolsa Família; se vier a dizer isso, meu Deus, como é que vai ser o dia seguinte, nós todos perdendo ainda mais a confiança no seu governo? Eu espero que ela tenha lucidez e uma coisa a mais. Sabe o que é, Senador? Modéstia. Porque só lucidez não basta quando vem acompanhada da arrogância. Pior é a arrogância sem lucidez, que é a característica dos loucos. Dos loucos bons, e não os loucos, como disse o Senador Magno, pela coragem que o senhor teve de enfrentar tantos bandidos. A lucidez com arrogância não é boa. Eu espero que ela tenha lucidez e tenha modéstia também. O Brasil inteiro espera isso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Parece que alguns ainda estão no baile da ilha fiscal, ali dançando ao som daquela música, com aquela esquadra que nós conhecemos, aquela armada que ali chegou ,e nada veem, nada ouvem, não sabem de nada. Parece que nada sabem. Parece que nada sabem.

Penso, Senador Cristovam, Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon, que nós temos que fazer uma indagação. Penso que o principal ponto que une esses manifestantes que aí fora estão, apesar das várias demandas, das várias queixas, o principal ponto seja o fenômeno da corrupção. Esse ponto é o que une essas pessoas. E nós, Senador Rodrigo – já lhe concedo um aparte –, há muito estamos aqui debatendo a questão da corrupção, e muitos sempre dizendo: "As últimas vestais" – eu me recordo disso – "udenistas, lacerdistas, moralistas". O senhor se recorda, Senador Pedro? E hoje a porta está arrombada, e agora querem colocar a tranca ou tramela, como se diz no Estado de Mato Grosso.

Para minha honra, concedo um aparte a S. Exª o Senador Rodrigo Rollemberg.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Senador Pedro Taques, eu cumprimento V. Exª pelo pronunciamento, cumprimento os Senadores que estão, até este momento, promovendo este debate. O Senado precisa fazer mais isto: aprofundar-se nos temas de relevância nacional. Mas eu não posso deixar de comentar as últimas notícias de que, neste momento, vândalos – e aí são vândalos mesmo – estariam atirando pedras sobre a Catedral. Quero registrar: eu tenho acompanhado esses debates pelo Facebook e tenho muito clara a manifestação da juventude que trouxe essa energia positiva para as ruas, essa energia de mudança, repelindo a violência. Até alguns jovens dizem que, se se mantiverem essas manifestações de violência, de depredação do patrimônio público, eles não participarão mais das manifestações.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Os inocentes pagarão pelos pecadores.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – E nós temos que, com a nossa responsabilidade aqui, saber separar a energia extremamente positiva que está nas ruas, que veio às ruas de todo o Brasil, articuladas pelas redes sociais, de forma espontânea, com agenda política de combate à corrupção, de rejeição à PEC 37, a favor do voto aberto, a favor de transformar a corrupção como crime hediondo, a favor de educação de qualidade, de mobilidade urbana, de segurança pública de qualidade, enfim, de infraestrutura urbana. Essa é a energia positiva, essa é a agenda positiva, essa é a agenda da juventude. E essa é a agenda que dialoga com a nova política, com a política de transformação do País, com a política que cobra de nós todos – políticos, representantes do Poder Legislativo, do Executivo e do Judiciário – uma nova postura, mais moderna, de radicalização da democracia, de construção de um novo País. Essa é a nova política. A outra, a depredação. Eu não consigo imaginar que jovens que trazem essa nova agenda, essa energia positiva para as ruas de todo o Brasil, seriam capazes, como disse o Senador Pedro Simon aqui, de invadir o Itamaraty, um dos símbolos da nossa Capital, ou de apedrejar

a Catedral de Brasília. Não! Essas pessoas, que eu separo completamente dos manifestantes que estão trazendo uma agenda política, esses dialogam com a velha política; com a velha política incapaz de dialogar, incapaz de trazer uma agenda positiva, uma agenda de aprofundamento da democracia. Porque essas manifestações não servem em nada, em absolutamente nada ao aprofundamento da democracia. Pelo contrário, podem até contribuir para regredir em conquistas que a sociedade brasileira teve, e que essa juventude que está indo às ruas está dizendo que, sem abrir mão do que nós conquistamos, elas são insuficientes; querem muito mais, querem o aprofundamento da democracia. Essa é uma avaliação que eu faço. É importante registrar que, há 30 anos, éramos jovens, e os jovens de 30 anos atrás estavam lutando contra a ditadura e para a construção da democracia que produziu a Constituição de 1988, que conquistou as eleições diretas, que elegemos um Presidente e que o País avançou, seja pela estabilidade conquistada, seja pelos programas sociais que reduziram a pobreza. Mas hoje essa juventude que quer uma nova política está dizendo que isso foi insuficiente, não abre mão disso, não abre mão da democracia como valor importante, fundamental, mas quer aprofundá-la, quer acabar com a corrupção porque sabe que a corrupção desvia os recursos da melhoria da saúde, da melhoria da mobilidade urbana, da melhoria da segurança, da melhoria da educação. A corrupção drena os recursos para isso, ela radicaliza a democracia quando ela pede transparência, quando ela pede voto aberto, quando ela não quer reduzir os poderes de investigação que combatem a corrupção. Agora, nós aqui temos de ter a coragem de dizer que nós temos de diferenciar, é responsabilidade nossa diferenciar esse movimento, essa energia maravilhosa, essa energia positiva que cobra de nós um novo posicionamento, uma nova agenda, daquele da depredação. A depredação é a velha política, é reacionária, é até fascista. Aqueles que invadem com o objetivo de queimar, de depredar, de atirar pedras sobre a Catedral de Brasília, patrimônio da cidade... E tenho convicção absoluta: a população do Distrito Federal está totalmente do lado dessas manifestações. Quem não está nas ruas com os manifestantes está solidário aos manifestantes e está solidário à agenda que essa juventude transformadora está trazendo para as ruas, essa agenda da moralidade da coisa pública, a agenda da transparência, a agenda da melhoria da qualidade dos serviços públicos. É essa energia que temos de colher, a energia benfazeja da transformação dessa juventude. Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador Rodrigo. A primeira vez em que entrei na Catedral de Brasília parece que você entra no escuro, no umbral, no purgatório. Aí você sai dessa primeira parte da Catedral e entra em algo muito claro, com anjos barrocos pendurados. É o paraíso. Temos de diferenciar aqueles que estão no paraíso daqueles que estão no purgatório. A Catedral representa isso. Nós temos de separar aqueles que badernam das manifestações que são lícitas, são constitucionais.

Os baderneiros, a eles a lei e a responsabilidade. Cada um assuma a sua responsabilidade.

O Senador Rodrigo fez referência à corrupção. Senador Pedro Simon, Senador Paulo Paim, uma indagação sempre nos vem à mente: por que a sociedade brasileira é corrupta? Será que o brasileiro já nasceu corrupto? Será que existe no espermatozoide, no instante que fecunda o óvulo, no fenômeno da nidação, criando o zigoto, será que já existe uma carga genética da corrupção? Penso que não. A sociedade brasileira não é geneticamente corrupta.

Será que somos historicamente corruptos? Será que somos corruptos porque os portugueses, para cá, a partir de 1534, mandaram criminosos? Os criminosos daqui foram, a partir de 1534, bem mais simples do que os criminosos que a Inglaterra mandou para a Austrália. A Austrália nasce como uma penitenciária da Inglaterra.

Nós não somos geneticamente corruptos. Nós não somos historicamente corruptos. A sociedade é culturalmente corrupta. Aquele que aceita pagar um policial, aquele que aceita dirigir depois que bebe, aquele que leva uma caneta da chamada repartição pública, porque muitos entendem, Senador Paulo Paim, que a coisa pública é coisa de ninguém, enquanto que a coisa pública...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Pedro, mas, num País em que a autoridade bebe e se recusa a fazer bafômetro, esses meninos vão esperar o que de quem?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Isso não é exemplo, Senador Magno Malta. É culturalmente corrupto, porque aceita que a coisa pública possa ser coisa de ninguém, quando a coisa pública é de todos nós, daí república.

Acontecimentos como os de hoje nos fazem lembrar a chamada Noite das Garrafadas, Senador Cristovam, Noite dos Cristais.

Daqui a anos, daremos a esta noite um nome. Qual será o nome que se dará a esta noite? Qual será, Senador Cristovam? Nós já tivemos a Noite das Garrafadas, dos Cristais, nós já tivemos várias noites escuras, mais do que a natureza determina. Qual será o nome desta noite?

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – A sua pergunta é muito boa, e dá para a gente especular. Vai depender do que acontecer nos próximos dias, nos próximos meses, nos próximos anos, em função disso. Pode ficar como o dia da quebra da Catedral, da invasão do Itamaraty, mas pode ficar como a noite da virada, da virada para uma maneira nova de fazer política. Isso vai depender se formos capazes – e aqui estamos a tomar a iniciativa – de arrancar uma reforma política radical na sua transparência, radical no seu compromisso, na falta de recursos públicos se necessários para campanha, corrupção zero. Se conseguirmos fazer uma reforma política neste sentido, em função das pedras, das bombas, das marchas, então, pode ficar como a noite da virada. É bom sempre ter um lado otimista, porque senão pode ficar assim, vergonhosamente como a noite em que se jogou pedra na Catedral.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – M) – E o que é interessante, Senador Cristovam, é que há poucos dias estávamos no paraíso, vivíamos num País que caminhava para um futuro brilhante, que caminhará – tenho certeza disso –, a sociedade brasileira superará isso, este momento, mas nós precisamos nos recordar deste momento.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Pedro, me concede?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Sabe o que mais me assusta? É que o movimento começou por causa do aumento das passagens em São Paulo, foi assim que começou. Todo mundo que paga passagem, que não aceitou – começou nas grandes capitais – começou a se juntar nas ruas e fazer um movimento pacífico. O que me assusta é o fato de a Presidente não ter se pronunciado ainda, até porque ela tinha instrumento, por que esperou tanto, qual era o instrumento? Aqui há duas medidas provisórias que desoneraram o setor de transporte. Ela tinha instrumento para falar à Nação e dizer: "Olha, eles receberam o benefício, não repassaram ao consumidor e fizeram a mão de gato, aumentaram, mas nós cumprimos o nosso papel." Essa coisa foi tomando corpo. A quem interessa isso? Quando você chega ao absurdo depois de uma militância ser convocada, quando o próprio movimento dizia: "Partido fora, partido fora, baixa bandeira, bandeira não, partido não, partido não", tentando mostrar que era uma coisa da sociedade e outras coisas foram se agregando, outras demandas foram se agregando, para o próprio bem-estar da sociedade, o que me assusta é que, já no primeiro momento, a Presidenta poderia ter falado à Nação e chamado a atenção deles. Eu gostaria que, dentro desse raciocínio – V. Exª, que é um homem, um procurador federal, um homem que conhece o Ministério Público, que precisa agir provocado – veja se a minha pergunta cabe: É preciso que esta Casa provoque por escrito essa provocação feita aqui ao Ministério Público? Porque nós precisamos dividir responsabilidades. O setor privado, o transporte, os empresários... Pedir a eles explicação agora? Por que esse benefício recebido? E, aliás, diga-se de passagem, nós estamos aqui, mas a Medida Provisória foi votada pela Câmara e foi votada por nós, essa desoneração passou por nós, nós participamos dela, para não ter aumento de passagem de ônibus. É plausível, cabe que o Ministério Público agora notifique essas empresas, para que elas respondam à sociedade porque fizeram mão de gato e não repassaram aquilo que receberam de desoneração?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Isso é absolutamente possível, Senador Cristovam.

Tenho certeza de que se o Ministério Público entender por bem o fará.

Agora, nós precisamos de muito mais do que isso. Nós precisamos de muito mais do que isso. Nós precisamos, a partir de hoje, não a partir de amanhã, às 9h da manhã, a partir de hoje entender que algo mudou. E nós precisamos descobrir o que mudou. Nós precisamos descobrir o que aconteceu, porque até dez dias passados nós estávamos no paraíso. Estávamos no paraíso. A Copa do Mundo se inicia daqui a 360 dias. Trezentos e sessenta dias! A Copa do mundo se inicia!

Quantos estrangeiros para cá virão? Quantos brasileiros assistirão à Copa ao vivo, tendo em conta o preço dos ingressos? Quantos brasileiros assistirão? Nós temos que nos indagar. Qual será o legado da Copa? O que a Copa deixará? Nós precisamos pensar nisso. Precisamos fazer uma reflexão sobre isso.

Será que uma entidade como a FIFA pode estabelecer regras em uma sociedade, em um Estado como o nosso? Regras que alteram o que nós já temos aqui determinado, como a possibilidade de venda de bebida alcoólica nos estádios, por exemplo?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – O Blatter no Brasil tem mais força do que os três Poderes.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim.

Espero que as responsabilidades sejam apuradas.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que a manifestação livre, a manifestação com obediência às regras constitucionais deve ser valorizada, deve ser respeitada. Agora, a baderna deve ser responsabilizada.

Nós não podemos concordar com a baderna, nós não podemos concordar com a violação da lei. Essas pessoas devem ser responsabilizadas.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Permita-me Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pois não, Senador Pedro.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Nós tínhamos conversado de levarmos esta sessão até o ponto em que achássemos importante. As informações é que se encerraram as manifestações aqui em Brasília. Acalmou! Fica a informação dramática de que quebraram um vidro da Catedral e eu formulo, em nome de nós todos, um protesto veemente à tradição, à história, à biografia de Brasília neste momento. Nosso apelo à Presidente, vamos terminar exatamente à meia-noite e um minuto e V. Exª ainda tem que ficar aí mais dez minutos. E a nossa mensagem para a Presidente, pelo amor de Deus, que a Presidente se ilumine, que ela volte a ser o que era no início, o que ela foi muitas vezes, inclusive, quando Chefe da Casa Civil do Presidente Lula, que ela assuma a Presidência de vez, que ela tenha a coragem, que ela ouça o Vice-Presidente, que ouça o PMDB, ouça o PT, ouça o PDT, ouça todo mundo, ouça o Lula, mas que ela, de acordo com a sua consciência, tenha confiança no Brasil. Amanhã é o dia D da Presidente, ela baixou dez, vinte pontos, antes de começar essa bagunça toda. Amanhã é o dia que ela pode retomar e avançar ou pode ser uma queda praticamente definitiva. Eu rezo a Deus e as minhas orações hoje a noite são para a Presidente Dilma, para que Deus a ilumine, para que Deus lhe dê confiança, garra e determinação. Ela enfrentou tudo, enfrentou torturadores, enfrentou ameaça de morte, ela viveu o que tinha de pior e saiu vencedora. Ela entrou em uma política, por um caminho no qual não iria muito longe, lá em uma Secretária da Prefeitura de Porto Alegre do PDT e terminou Presidente da República. E se ela está lá, ela tem determinação, que ela faça jus ao que o destino lhe reservou. E tenha certeza Presidente Dilma que o Brasil inteiro torce por Vossa Excelência. O Brasil, neste momento de algazarra que está ai, torce que ela assuma o caminho e não há duas saídas: ou ela assume o comando e passa a governar não com o dando que se recebe, mas governando para o povo, ou ela fica com o dando que se recebe e termina recebendo uma vaia que nem a de domingo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador.

Senador Cristovam.

Permita-me só, Senador Cristovam, antes, o símbolo, o signo deste movimento: o Itamaraty, que é instrumento de diplomacia, para evitar algo bélico, algo beligerante, evitar a guerra, a diplomacia. Instrumento de paz; e a Catedral, também instrumento de paz, instrumento de oração, instrumento de união. Dois símbolos, dois signos. Esses símbolos, esses signos devem ser o norte, a bússola, a partir de amanhã, para a Presidenta da República.

Nós todos desejamos à Presidenta da República, tenho certeza, paz e bem, mas responsabilidade também.

Concedo um aparte a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Eu diria, Senador, que o uso desses dois símbolos passa por este outro símbolo aqui, que é esta Casa. E aí nós precisamos cumprir o nosso papel; não depende dela. Aí, somos nós. Nós somos os responsáveis, dando certo ou não dando certo. E creio que hoje, agora, quando está dando quase meia-noite, eu creio que nós cumprimos – pelo menos nós que aqui estamos, Senador Magno Malta, que preside a sessão –, nós cumprimos nosso papel, nós cumprimos nossa obrigação e o nosso compromisso de ficarmos aqui até quando não houvesse mais ninguém lá fora se manifestando. Então, eu fico muito feliz que estejamos aqui, que tenhamos cumprido o nosso compromisso, que tenhamos dado nossa contribuição na reflexão sobre este momento. E, ao mesmo tempo, que esses dois símbolos de que V. Exª falou que a Presidenta use, mas use contando com um Congresso que realmente funcione satisfatoriamente. E nós demos nossa contribuição para isso. Parabéns a cada um dos que aqui estão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Senador Cristovam, muito obrigado pela sua fala.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Senador Pedro Taques, Senador Pedro Simon, Senador Paulo Paim, Senador Cristovam Buarque, Senador Magno Malta, eu diria que o símbolo que ficará para a história desta noite do dia 20 de junho será o símbolo dos cartazes irreverentes, cartazes feitos à mão, de forma improvisada, utilizando toda a criatividade da juventude de todo o Brasil, a juventude que traz às ruas essa energia positiva, essa energia da contestação, da cobrança, que traz uma agenda moderna, não moderna como a novidade, mas uma agenda que já deveria estar implementada no País, e não está. Como já tive oportunidade de dizer, parte dessa agenda já está aqui. Já há propostas. V. Exª é autor de um projeto que penaliza, que torna crime hediondo a corrupção. O Senador Cristovam tem um projeto que permite a candidatura avulsa. Eu tenho um projeto que facilita a participação popular, reduzindo o número de assinaturas para projetos de iniciativa popular. O Senador Paulo Paim é autor de um projeto que institui o voto aberto. O Senador Pedro Simon tem projetos que moralizam a atividade política. O que precisamos é dar efetividade

a essa agenda. É realmente utilizar essa energia da rua, é cobrar que o Senado efetivamente transforme em prática, para que acabemos com a impunidade neste País; para que possamos construir junto com esta população a agenda do seu interesse. Vai haver o momento em que a juventude que está se manifestando nas ruas, pedindo educação de qualidade, mobilidade urbana, pedindo segurança e pedindo saúde de qualidade deixará as ruas e precisará de aliados para construir essa agenda. E quem tem compromisso e capacidade de construir essa agenda? Quem são as forças políticas com capacidade de construir essa agenda? Então, essa será a marca deste dia e desta noite de manifestação. Eu entendo que aqueles que invadiram o Itamaraty, que apedrejaram a Catedral não serão lembrados no futuro. Os que ficarão na imagem de todos nós serão aqueles milhões de brasileiros que, nos diversos Estados do País, nas diversas cidades brasileiras, saíram de forma pacífica e, de forma contundente, disseram: "Queremos um novo Brasil!" Eu quero lamentar que a Mesa do Senado não tenha autorizado nossa solicitação inicial de intercalar – recursos tecnológicos para isso a gente sabe que existem – com os nossos discursos, com os nossos debates, as imagens da Esplanada, as imagens das manifestações não só de Brasília, mas também as imagens de outras capitais neste dia de manifestações em todo o País. Teria sido mais rico. A TV Senado teria prestado um serviço melhor de comunicação, de informação, mostrando os debates, a sintonia dos debates que fazíamos aqui com as manifestações que aconteciam nas ruas das cidades brasileiras. Quero cumprimentar V. Exª, cumprimentar o Senador Magno Malta, cumprimentar o Senador Pedro Simon, o Senador Paulo Paim, o Senador Cristovam, dizendo que eu, particularmente, me senti muito feliz de poder compartilhar esta tarde noite de debates aqui, essa vigília cívica, essa vigília de debates, de reflexão sobre esse momento grave e alvissareiro que vive o Brasil, com toda essa energia que vem das ruas, especialmente da nossa juventude. Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Taques, primeiro, meus cumprimentos a V. Exª, que está na tribuna. Combinamos que só terminaríamos esta nossa vigília cívica em defesa da democracia e de um país melhor para todos depois que os movimentos nas ruas tivessem terminado. Senador Magno Malta, que preside a sessão, meus cumprimentos também. Senador Cristovam, Senador Rollemberg, Senador Simon, eu diria que o símbolo que me vem à memória é o símbolo da juventude, essa juventude de que nós cobrávamos tanto da tribuna e que foi às ruas e, usando as redes sociais, fez um movimento que surpreendeu a muitos. Eu diria até que surpreendeu todos aqueles que não acreditavam na nossa juventude. A mobilização, as faixas, as bandeiras, os cartazes, as propostas apresentadas a nós todos mostram que a população quer resultados, quer muito mais. Eu me socorro aqui daquela frase de Gandhi de que vale muito mais do que mil discursos um ato, uma ação, um gesto. Eu me socorro aqui de tantas vezes em que nós falamos de algo que Mandela disse, que Lula disse, que tantos disseram e que nós estamos agora tornando realidade. O sonho só será realidade se efetivamente as ruas pressionarem, mobilizarem. É claro, Senador, que, ao terminar, eu não poderia deixar, a exemplo do que todos fizemos aqui ao longo deste dia, de criticar a violência, de criticar aqueles que jogaram pedras, que agrediram, e de elogiar, como eu vi ontem à noite, uma senhora com o seu filho no colo, caminhando; outro com uma flor na mão; outro que sorria e dizia "não à provocação, não à violência". Esta sessão foi, sim, uma sessão histórica. Eu espero – mas espero muito – e torço muito que, do lado de lá da rua, se estabeleça um política de mais diálogo não só com o Parlamento, mas também com a sociedade organizada, com a juventude, com os movimentos sociais. Confesso e digo aqui que as centrais sindicais e as confederações iam às reuniões, voltavam e me diziam: "Olha, Paim, eles nos receberam, mas não aceitam as propostas mínimas que são demandas da população brasileira". Tenho certeza de que, a partir desse movimento... E não é feio recuar para atender a uma demanda popular. É bonito até, mostra grandeza e humildade que somente os grandes líderes têm. Por isso, estou convencido de que amanhã será um novo dia, amanhã é um novo dia. Que todos nós e esses milhões de jovens e de pessoas de meia-idade, ao retornarmos para nossas casas, voltemos com orgulho, cientes do dever cumprido, porque nós todos voltamos para as nossas casas. Obrigado, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Senador Magno Malta, Senador Cristovam, Senador Rodrigo, Senador Pedro Simon, Senador Paulo Paim, não há nada mais poderoso do que a força de uma ideia cujo tempo tenha chegado. O tempo é agora, a ideia é o respeito, é a democracia; a ideia, senhores, é o respeito à Constituição, às regras. Essa é a ideia. Nós todos temos o direito de resistir. Não podemos desistir.

Eu agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade de falar, a oportunidade de participar desta noite, que não tem nome, mas foi uma noite importante.

Quero agradecer aos servidores do Senado e cumprimentá-los, porque ficaram até esta hora aqui, exercendo a sua atribuição, e também aos policias que ali ficaram e permitiram que nós aqui pudéssemos ficar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Zero hora e cinco minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – O Senador Pedro Simon me chamou a atenção para dizer que nós nunca vamos esquecer esta sessão, porque é a 100ª Sessão. Olha o número da sessão!

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Esta é a 100ª Sessão Deliberativa Ordinária! É um número significativo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É um número mágico.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – É um número mágico. Uma sessão importante, um debate importante.

E eu quero relembrar que, em nenhum momento, deixaram a impressão de que nós estamos colocando todas essas mazelas no colo da Presidente. Quero lembrar à Nação que, quando eu era ainda um garoto na minha pequena Macarani, no interior da Bahia, onde eu nasci... Depois eu fui criado em Itapetinga. Há milhares de pessoas ligadas ao vivo neste momento, ligadas nas redes sociais. Quando elas chegam, e vemos isso *on-line*... E da minha pequena Macarani tem gente me mandando um recado aqui, da cidade onde eu nasci e nasceu Dona Dadá, Dona Martinha, meu avô, Seu Enoque, que era açougueiro, e meu pai, relojoeiro, Ameliano.

Quando Dilma estava presa nos anos dourados, quando alguns estavam nos bailes dançando e ela estava presa porque acreditava num país melhor, com liberdade – era um sonho – , eu ainda era um garotinho que estava correndo, brincando na chuva na minha pequena Macarani, que não tinha nem calçamento e a luz se apagava às 10 horas porque desligavam o motor. É preciso que respeitemos essa história, e eu a respeito muito, porque, não fosse a luta deles nesse passado tão recente, eu, filho de faxineira, jamais seria Senador da República, jamais chegaria aqui. Muitas foram as contribuições para a liberdade, e há que se ressaltar a grande contribuição da história de vida da Presidente da República.

Penso que os seus assessores poderiam, neste primeiro momento, ter dito: "Presidente, fale à Nação. Fale à Nação porque, com as mazelas do passado, as omissões, as coisas que deixaram de fazer, governos após governos, ditaduras, coisas foram feitas e coisas ficaram por fazer, coisas foram esquecidas e foram se acumulando ao ponto de nós convivermos com esse fenômeno."

Mas digo, Senador Paim: num primeiro momento, ela teria, e ainda tem, esse instrumento que mandou: a medida, para honrar a Câmara dos Deputados e o Brasil que está me ouvindo ao vivo. Essa medida provisória, que foi votada lá na Câmara e depois votada por nós aqui, desonerou o setor de transporte em quase 8%. Eles receberam o benefício, não repassaram para a população, ainda fizeram a mão de gato e aumentaram. É para a sociedade questionar os gestores, porque aumento de passagem de ônibus tem a ver com conselho tarifário, e conselho tarifário está ligado aos governos municipais e estaduais.

Então, é preciso cobrar deles; é preciso cobrar da iniciativa privada, do empresário, o porquê desse comportamento. E esse é papel do Ministério Público. Nós defendemos aqui o Ministério Público, nós enfrentamos aqui a PEC nº 37, defendendo o papel dessa instituição tão importante. É hora de ela se juntar aqui. Os cartazes estão na rua, pedindo respeito ao Ministério Público. E é hora de o Ministério Público efetivamente cumprir esse papel, notificando as empresas para perguntar a respeito dos benefícios que foram dados, votados no Senado e na Câmara, com uma medida provisória que desonerou. Eles receberam o benefício, fizeram a mão de gato e, ao invés de diminuir, aumentaram para penalizar o consumidor.

É verdade que nós não vamos ressaltar aqui hoje o papel dos vândalos. E a lei tem que ser aplicada a eles, que, infiltrados, estão querendo denegrir e atingir fisicamente a integridade de pessoas, o patrimônio público e o patrimônio particular. A lei precisa ser aplicada. É preciso que o Poder Público tenha a grandeza e a dignidade para não passar a mão na cabeça e dizer: "Ah, em nome dos pacifistas, nós vamos, então, perdoar a quem quebrou, a quem incendiou, a quem atingiu, a quem jogou pedra, a quem atirou." É preciso que a lei seja cumprida.

Eu quero encerrar, dizendo ao Brasil inteiro, em nome de todos nós – Senador Paim, Senador Rollemberg, Senador Pedro Taques, Senador Pedro Simon e Senador Cristovam Buarque –, que cada um...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador, antes que o senhor termine – e vai terminar, tenho certeza –, por obrigação, informo que o Senador Ruben Figueiró manda uma mensagem elogiando todos os Senadores que ficaram aqui. Ele diz que ficou orgulhoso do Senado pelo trabalho que nós fizemos aqui nesta noite. Eu faço esse registro, em homenagem ao Senador, que ficou assistindo a toda a sessão e mandou essa mensagem neste momento. É só isso. Eu digo a

V. Exª que eu faria um *check-up* amanhã pela manhã, mas suspendo, porque a causa é justa.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Muito justa. E nós não somos tolos para tapar o Sol com a peneira. Dos oito anos de Fernando Henrique Cardoso, eu tenho duas coisas boas para falar. A primeira é que ele deu o fundamento da economia. Foram importantes para o País, muito importantes, os fundamentos da economia. E a segunda coisa importante foram as OSCIPs, criadas por D. Ruth Cardoso, acabando com essa história de asilo, criando o terceiro setor. E, com o terceiro setor, a melhor idade passou a dançar, a fazer academia, a viajar, a fazer turismo. É o maior turismo sobre rodas deste País. São as duas coisas que eu ressalto.

Nós não somos cegos para não reconhecermos o avanço no governo Lula. Recebeu o governo de Fernando Henrique com 40 milhões de miseráveis, tirou 30 milhões e os colocou na situação de pobres emergentes, que têm máquina de lavar em casa, têm carro na garagem e podem viajar de avião. Ora, nós temos que reconhecer essas coisas. E a Presidente poderia ter vindo a público e dizer: "Olha, se o muito que foi feito ainda foi pouco, há muito por fazer. Nós vamos tentar fazer, vamos tentar melhorar." Mas mostrar todas essas coisas, e dizer: "Olha, se a coisa começou com o transporte, está aqui." Não é a palavra do Presidente do PT, vamos para a rua, com a camisa vermelha. Eu não entendi nada disso. Porque é o seguinte: se eu sou o Presidente da República, eu falo para a Nação: "Está aqui, eu desonerei. O Senado votou, a Câmara votou, está aqui. Por que a mão de gato? Por que a mão de gato?"

Eu espero que ela faça isso, reconheça esses avanços que aconteceram no governo Fernando Henrique. Quem sabe, tenha mais coisa, mas eu só consigo listar essas duas. Mas os avanços que ocorreram, sim, no governo Lula, no Governo da Presidente Dilma nós temos que respeitar e não podemos debitar tão somente na conta dela. É verdade que, agora, a comandante e Chefe da Nação é ela, é ela que tem que falar, é ela que tem que se posicionar. É a ela que o País vai ouvir, e de todos os conselhos que foram dados aqui, quem sou eu? Falaram Pedro Simon, Paim e, embora seja tão novato quanto eu na Casa, Pedro Taques; Cristovam Buarque, um homem que integrou as fileiras desse Partido, Ministro, ex-governador – e não volta a sê-lo porque não quer –, quem sou eu para poder dar conselho, depois de todos esses homens? Mas eu espero, e a Nação também, que a Presidente, amanhã, ao se pronunciar, deva se pronunciar à Nação, não tão somente mandar o seu porta-voz falar após a reunião com os Ministros, mas ela mesma falar e mostrar todas essas verdades para a Nação, dizendo: "Olha, onde nós não melhorarmos, nós vamos melhorar; onde faltou, nós vamos buscar completar e nós vamos tentar avançar nessas demandas que foram colocadas nas ruas."

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – O Senado Federal recebeu da Câmara dos Deputados o **Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2013** (n° 4.280/2008, na Casa de origem, do Deputado Beto Mansur), que *dispõe sobre o exercício da atividade e a remuneração do per missionário lotérico e dá outras providências.*

É o seguinte o Projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 40, DE 2013
(nº 4.280/2008, na Casa de origem, do Deputado Beto Mansur)

Dispõe sobre o exercício da atividade e a remuneração do permissionário lotérico e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece critérios para a contratação e remuneração de permissionários lotéricos nesse regime e fixa outras providências relativamente às atividades econômicas complementares que vierem a ser por eles exercidas.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – permissão lotérica: a outorga, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos feita pelo poder outorgante à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, para comercializar todas as Loterias Federais, os Produtos Autorizados e atuar na prestação de serviços delegados pela outorgante, nos termos e condições definidos pela legislação e normas reguladoras vigentes;

II - outorgante de serviços lotéricos: a Caixa Econômica Federal - CEF na forma da lei.

Art. 3º Os editais de licitação e os contratos firmados pela outorgante com os permissionários referidos no *caput* do art. 1º observarão, obrigatoriamente, as seguintes diretrizes operacionais e critérios de remuneração:

I - é admitida a conjugação da atividade do permissionário lotérico com outra atividade comercial quando prévia e expressamente autorizada pela outorgante, em função da aderência aos produtos de loterias, produtos conveniados e serviços;

II - a outorgante pode exigir que os permissionários atuem em atividades acessórias com exclusividade como forma de oferecer à sociedade serviços padronizados em todo o território nacional, incluindo a prestação de serviços como correspondente, de forma a não assumir idênticas obrigações com qualquer outra instituição financeira, sendo-lhes vedado prestar serviços que não aqueles previamente autorizados pela outorgante;

III - pela comercialização das modalidades de loterias, os permissionários farão jus a comissão estipulada pela outorgante, a qual incidirá sobre o preço de venda das apostas, deduzidos os repasses previstos em lei e respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do produto lotérico;

IV - o preço das apostas deverá ser corrigido anualmente por índice econômico oficial a ser definido pelo Ministério da Fazenda, tendo sempre como base de cálculo o preço estabelecido na data da criação de cada modalidade de loteria;

V - a mudança de endereço e novas permissões ou credenciamentos sujeitar-se-ão à autorização da outorgante,

que deverá observar o potencial para a venda das loterias federais e a demanda para atendimento da população local, comprovados por estudos técnicos;

VI - os contratos de permissão serão firmados pelo prazo de 20 (vinte) anos, com renovação automática por idêntico período, ressalvadas a rescisão ou a declaração de caducidade fundada em comprovado descumprimento das cláusulas contratuais, ou a extinção, nas situações previstas em lei.

Parágrafo único. Em caso de permissão de serviços lotéricos, o prazo de renovação referido no inciso VI deste artigo contar-se-á a partir do término do prazo de permissão, independentemente do termo inicial desta.

Art. 4° O exercício da atividade de permissionário lotérico não obsta o exercício de atividades complementares impostas ou autorizadas pela outorgante, nos termos e condições definidos pela legislação e normas reguladoras vigentes.

Art. 5° A Caixa Econômica Federal, como outorgante da permissão de serviços lotéricos e na qualidade de contratante de serviços de correspondente bancário:

I - prestará assistência e consultoria, fornecerá orientações, ministrará treinamentos e todas as demais instruções necessárias ao início e manutenção das atividades do permissionário, bem como para implementação de inovações operacionais indispensáveis ao exercício da atividade e melhoria na gestão e desempenho empresarial, ficando por conta do permissionário as despesas com transporte, alimentação, hospedagem e outras que não estiverem ligadas ao objeto do treinamento ou curso necessário;

II - adotará as medidas necessárias à adaptação dos atuais contratos mantidos com os permissionários e correspon-

dentes, dispensada nova licitação, e dos processos licitatórios ou de contratação em andamento, prevalecendo as normas desta Lei sobre as regras editalícias e demais normas legais ou administrativas que regem os referidos instrumentos.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.280, DE 2008

Dispõe sobre o exercício da atividade e a remuneração do permissionário lotérico, fixa condições para sua atuação como correspondente bancário, e dá outras providências;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei estabelece critérios para a contratação e remuneração de permissionários lotéricos nesse regime e fixa outras providências, relativamente às atividades econômicas complementares que vierem a ser por eles exercida.

Parágrafo único. Denominam-se outorgantes de serviços lotéricos, para os fins desta lei, a Caixa Econômica Federal (CEF) ou entidade que as suceda na exploração de serviços lotéricos legalmente admitida.

Art. 2º Os editais de licitação e os contratos firmados pelas outorgantes com os permissionários referidos no *caput* do artigo anterior, observarão, obrigatoriamente, as seguintes diretrizes operacionais e critérios de remuneração:

I – não será exigida exclusividade do permissionário lotérico, inclusive em relação à bandeira de instituição financeira ou de cartão de crédito, marcas, produtos ou serviços, da outorgante ou de qualquer outra pessoa natural ou jurídica;

II – os permissionários poderão firmar contratos e convênios e comercializar produtos e serviços que não sejam concorrentes dos serviços lotéricos

da outorgante, sem qualquer tipo de imposição ou restrição, inclusive e especialmente de venda casada;

III – quando o produto comercializado utilizar suporte de processamento da outorgante, deduzir-se-á da tarifa de remuneração acordada custo operacional no valor máximo de R$ 0,08 (oito centavos) por operação, sendo o restante dividido na proporção de 20% (vinte por cento) para a outorgante e 80% (oitenta por cento) para o lotérico;

IV – quando o produto comercializado não utilizar suporte de processamento de dados da outorgante, a tarifa paga pelo conveniado será dividida na proporção de 25% (vinte e cinco por cento) para a outorgante e 75% (setenta e cinco por cento) para o lotérico, sendo obrigatoriamente encaminhada a este uma via autenticada do ajuste vigente firmado pela outorgante com o conveniado cujo serviço é objeto da comercialização acima referida;

V – a comissão do lotérico em concursos de prognósticos será de, no mínimo, 11% (onze por cento) do valor bruto cobrado em cada aposta;

VI – os contratos de permissão serão firmados pelo prazo de 10 (dez) anos, com renovação automática por idêntico período, ressalvada a rescisão amigável, a rescisão ou declaração de caducidade fundada em comprovado descumprimento das cláusulas contratuais, ou a extinção, nas situações previstas em lei.

Art. 3º O exercício da atividade de permissionário lotérico não obsta o exercício de atividades de correspondente bancário, nos termos e condições definidos pela legislação e normas reguladoras vigentes.

Parágrafo único. Sem prejuízo da opção por condições mais favoráveis, previstas em lei ou em acordos firmados pela outorgante diretamente com o permissionário ou por meio de entidade representativa, no exercício de atividades de correspondente bancário da outorgante, a remuneração do lotérico, em cobranças em geral, será apurada pela seguinte fórmula:

R$ = 70% x (T - 0,08), onde:

R$ = remuneração do lotérico, em reais;

T = tarifa recebida do convênio ou contrato firmado pela outorgante com terceiro;

70% = percentagem da tarifa líquida, devida ao lotérico;

R$ 0,08 = máximo custo operacional, em real;

Art. 4 A CEF, como outorgante da permissão de serviços lotéricos, e as instituições financeiras, na qualidade de contratantes de serviços de correspondente bancário, respectivamente:

I – serão responsáveis por todas as operações e encargos relativos ao recolhimento, acondicionamento, transporte e segurança da movimentação de valores e documentos, a partir da entrega pelo permissionário ou correspondente, nos estabelecimentos destes, assim como, similarmente, quando da entrega de valores e documentos às instituições;

II - organizarão e oferecerão aos permissionários lotéricos condições especiais de seguro de vida em grupo combinado com seguro contra roubo, furto, incêndio, danos materiais e morais a terceiros, entre outros, de modo que os prêmios pagos sejam fixados em condições mais favoráveis que os das demais alternativas existentes no mercado, vedada a perda de bônus ou rebaixamento de qualidade do segurado, em virtude da utilização dos direitos previstos na apólice em caso de ocorrência dos sinistros segurados;

III – providenciarão e serão responsáveis por todos os custos de treinamento e supervisão das atividades dos permissionários de serviços lotéricos e correspondentes bancários, inclusive por intermédio de convênio ou contrato firmado com as entidades representativas destes;

IV - adotarão as medidas necessárias à adaptação dos atuais contratos mantidos junto aos permissionários e correspondentes, dispensada nova licitação, e aos processos licitatórios ou de contratação em andamento, prevalecendo as normas desta lei sobre as regras editalícias e demais normas legais ou administrativas que regem os referidos instrumentos.

Parágrafo único. Em caso de permissão de serviços lotéricos, o prazo de renovação referido no inciso VI do art. 2º contará a partir do término do prazo da concessão, independentemente do termo inicial desta.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Afigura-se-nos de grande importância que a legislação pátria discipline as atividades e os parâmetros de contratação e remuneração dos permissionários de serviços lotéricos.

O presente projeto de lei procura acrescentar diretrizes e critérios objetivando assegurar a liberdade de iniciativa e de exercicio profissional, condições operacionais satisfatórias e remuneração condigna e atrativa aos permissionários de serviços lotéricos da Caixa Econômica Federal, inclusive na qualidade de correspondentes bancários desta e de outras instituições financeiras, funcionando como fator de incentivo à atividade empresarial por eles desenvolvida.

As instalações das lotéricas já estão consagradas, junto à população em geral, como alternativas idôneas e ágeis para pagamento de contas em geral e de serviços públicos, em particular, na qualidade de correspondentes bancários, além da aquisição de bilhetes e realização de apostas.

A proposição incorpora, entre outras, sugestões encaminhadas pelo SINCOESP – Sindicado dos Comissários e Consignatários do Estado de São Paulo, órgão representativo de casas lotéricas e de jogos autorizados, revendedores lotéricos, administração, distribuição e comercialização de jogos e loterias, entre outros, fundado em estudos econômicos e estatísticos elaborados pela entidade e, a seu pedido, pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV).

Considera também estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) feito junto à Caixa Econômica Federal e seus permissionários lotéricos.

Tendo em vista o elevado alcance social e econômico da presente iniciativa, num momento de especial consideração pelas micro e pequenas empresas, contamos com o apoio dos Senhores e Senhoras Congressistas para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 2008.

Deputado BETO MANSUR

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – O **Projeto de Lei da Câmara n° 40, de 2013**, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER
Nº 550, DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2013 (nº 561/2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a construção de uma ponte internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre as cidades de Paraíso, Brasil, e San Pedro, Argentina, assinado em Buenos Aires, em 31 de janeiro de 2011.

Relator: Senador **LUIZ HENRIQUE**

I – RELATÓRIO

Com fulcro no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional a Mensagem nº 46, de 14 de fevereiro de 2012, portadora do Acordo em epígrafe. Também por preceito constitucional, a mensagem presidencial iniciou sua tramitação na Câmara dos Deputados.

Naquela Casa, a matéria foi destinada à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que decidiu pela formulação do presente Projeto de Decreto Legislativo. A proposição foi, em seguida, apreciada pelas Comissões de Finanças e Tributação, de Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Cidadania, sendo finalmente aprovada no Plenário da Câmara dos Deputados em 21 de março de 2013.

O Projeto de Decreto Legislativo foi recebido no Senado Federal e designado para esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 1º de abril de 2013 e, ao relator signatário, no dia 5 de junho de 2013, após transcorrido o prazo regimental sem apresentação de emendas.

O presente acordo foi firmado para ampliar a integração física entre os territórios do Brasil e da Argentina. Ele estabelece em seu Artigo I que as Partes se comprometem a iniciar, por intermédio das suas respectivas autoridades competentes, o exame das questões referentes à construção de uma ponte internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre os municípios de Paraíso (Brasil) e San Pedro (Argentina), que permitirá a interconexão da BR-282 (em Santa Catarina) com a Rodovia Nacional nº 14, na Província de Misiones, na Argentina.

Com essa finalidade, o Acordo (Artigo II) prevê a criação de uma Comissão Mista Brasileiro-Argentina, integrada por igual número de representantes de cada país, provenientes de seus respectivos órgãos competentes, com a incumbência de preparar a documentação necessária à construção da ponte e dos acessos, referendar o projeto executivo da obra e supervisionar a construção e realizar vistorias até o prazo de um ano após a inauguração. Cada Estado será responsável pelos gastos decorrentes da sua representação na Comissão Mista e seu funcionamento será acordado entre as Partes, mediante Acordo por Troca de Notas (Artigo III).

O Acordo determina que os custos da elaboração dos estudos, dos projetos e da construção da ponte internacional serão compartilhados entre Brasil e a Argentina, inclusive no que se refere às obrigações tributárias de cada parte.

Cada parte ficará responsável pelas despesas relativas aos respectivos acessos à Ponte, à construção do posto de fronteira do seu lado, bem como às desapropriações necessárias à implantação das obras em cada território nacional. No mesmo Artigo IV, o Acordo deixa aberta a opção para as partes optarem por um único posto de fronteira, como vem sendo modernamente praticado no Mercosul. Nessa hipótese, os custos de construção do posto compartilhado serão rateados pelas duas partes.

O quinto e último artigo cuidam respectivamente das regras formais para entrada em vigência, solução de controvérsias, emendamento e denúncia do tratado, todas adequadas para o tipo de acordo avençado.

Conforme a exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores, anexada à mensagem presidencial, uma vez que a Comissão Mista criada pelo Acordo defina os custos relativos aos estudos, aos projetos e à construção da Ponte, caberá aos Governos de cada país tomar as providências internas pertinentes com vistas à sua execução e, quando for o caso, sua inclusão nos respectivos orçamentos.

II – ANÁLISE

Com o presente acordo, Brasil e Argentina estão criando as condições institucionais necessárias para a edificação de uma ponte entre os territórios brasileiro e argentino. O texto do Acordo define normas gerais que devem pautar a realização da obra, com criação de um órgão binacional, a elaboração dos estudos prévios e do projeto e a responsabilidade dos gastos. Essas regras visam a dividir as responsabilidades e custos, determinado o envolvimento dos governos, além de garantir a transparência do processo de construção da nova ponte.

Cuida-se, portanto, um entendimento bi-governamental com vistas a atender a importante demanda por ligação terrestre entre Brasil e a Argentina – questão vital não só para as populações locais, como para a vitalidade da economia regional, acarretando consequências benéficas para as próprias iniciativas maiores de integração protagonizadas pelo Brasil no cenário do Mercosul.

O incremento do fluxo comercial e das populações fica muitas vezes dificultado pela inexistência de ligações rodoviárias e pelas más condições das ligações hidroviárias. O aprimoramento da via terrestre entre os territórios do Brasil e da Argentina constitui-se, indubitavelmente, numa prioridade para a intensificação dos fluxos de comércio terrestre naquela região, além de proporcionar o conforto e a rapidez que nossas populações fronteiriças merecem.

Pela importância da matéria, e tendo em vista o impacto social e econômico positivo que causará ao Estado de Santa Catarina, melhorando as condições de ligação com o território argentino, entendemos ser de alta relevância a presente proposição.

III – VOTO

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2013.

Sala da Comissão, 20 de junho de 2013.

Senador Ricardo Ferraço, Presidente

, Relator

SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

ASSINAM O PARECER DO PDS N°40, DE 2013, NA 22ª REUNIÃO, DE 20/06/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. Lindbergh Farias (PT)
Anibal Diniz (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	2. João Alberto Souza (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	4. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Ana Amélia (PP)
Francisco Donelles (PP)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoira (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
Cyro Miranda (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PDB, PR, PSC, PPL)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim (PTB)
Fernando Collor (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. VAGO

PARECER
Nº 551, DE 2013

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2012, do Senador Renan Calheiros, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre as informações do cartão de identificação do usuário do Sistema Único de Saúde.

RELATOR: Senador **ROMERO JUCÁ**

I – RELATÓRIO

Vem para exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 342, de 2012, de autoria do Senador Renan Calheiros, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde – para inserir o art. 47-A, o qual determina que o usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) deverá ser identificado por um cartão próprio.

O projeto determina que o cartão conterá as seguintes informações, além daquelas previstas em regulamento: 1) o grupo sanguíneo e o fator Rh do usuário; e 2) os medicamentos e as substâncias aos quais o usuário é alérgico.

Segundo o autor da proposição, o Ministério da Saúde editou, em 2002, portaria que cria o Cartão Nacional de Saúde. Tal

fato, no entanto, em seu entender, não dispensa a edição de lei sobre a matéria, o que conferiria mais segurança para que esse importante instrumento fosse mantido pelos gestores do SUS. Além disso, o autor alega que as informações que propõe constarem do referido cartão são relevantes no sentido de prover mais agilidade e segurança ao atendimento dos usuários, especialmente em situações emergenciais, quando a pessoa se encontra inconsciente.

A proposição foi distribuída exclusivamente para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para ser apreciada em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Cabe à CAS o exame do mérito da proposição, em conformidade com o disposto no art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal. Como coube a esta Comissão a decisão terminativa e exclusiva sobre a matéria, deverão ser analisados ainda os aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Do ponto de vista do mérito, avaliamos o projeto como de grande interesse social e, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não vislumbramos óbices à sua aprovação. No entanto, há alguns reparos a fazer no tocante ao seu teor.

O PLS determina que o usuário do SUS deva ser identificado por um cartão, mas não especifica o responsável pela criação do cartão. Da forma como está elaborado o dispositivo proposto, é possível que cada gestor do SUS crie o seu próprio cartão e, até mesmo, que um mesmo usuário tenha mais de um, a depender da esfera do SUS em que buscar atendimento. Assim, uma infinidade de cartões poderia ser gerada – cartões de diferentes formas, meios ou conteúdos, que não necessariamente seriam passíveis de ser utilizados fora do âmbito em que foram gerados. Cremos que o cartão do SUS deva ser único e válido em todo o território nacional, conforme determinações estabelecidas pelo gestor federal do Sistema.

Ainda em relação ao mérito, julgamos que a definição sobre quais informações constarão do cartão nacional proposto deve ficar a cargo do gestor nacional do SUS, que poderá avaliar as informações mais relevantes e que, do ponto de vista operacional, técnico e financeiro, sejam passíveis de inclusão.

De acordo com o Departamento de Informática do SUS (DATASUS), já se encontra em fase de implantação, no âmbito do Sistema, o Cartão Nacional de Saúde. A solução técnica adotada pelo Ministério da Saúde, que leva em conta a estrutura e organização do sistema de saúde brasileiro e da rede de telecomunicações, além dos custos envolvidos, foi a de um cartão que contém apenas os dados suficientes para identificar o portador e que serve como código de acesso aos dados cadastrais e de atendimento do usuário nos diversos serviços de saúde.

Assim, o cartão proposto não necessariamente precisa conter dados sobre o histórico de saúde do paciente atendido no SUS, mas apenas dados que permitam que ele seja identificado e que possibilite o acesso à base de dados que armazena as informações individuais clínicas e sobre o atendimento a ele prestado nos serviços de saúde.

Além das questões de ordem econômica e operacional, há que se questionar a pertinência de se obrigar que o cartão nacional informe o tipo sanguíneo, o fator RH e as possíveis alergias que o paciente apresente, inclusive a medicamentos. Para que essas informações constem do cartão, o usuário deverá informá-las no momento de seu cadastramento, o que nem sempre é possível ou isento de erro. Quando o paciente não dispuser de tal informação, ele deverá ser submetido a exame diagnóstico, o que acarretará dificuldades operacionais e aumento dos custos relativos à emissão do cartão.

De outro lado, há que se considerar que, no caso do tipo sanguíneo e do fator RH, a sua inclusão no cartão nacional de saúde não servirá para abreviar o tempo da atenção hemoterápica, em caso de alguma intercorrência que a torne necessária, uma vez que os procedimentos envolvidos nessa atenção estão devidamente

regulamentados e não dispensam, mesmo em casos de urgência, a realização da tipagem sanguínea e de outras provas que, necessariamente, devem ser feitas previamente ao procedimento transfusional.

Assim, do ponto de vista da atenção à saúde não se vislumbra que a inclusão das informações sobre tipo sanguíneo e incidências alérgicas no cartão de saúde acarrete benefícios para o paciente. Da mesma forma, para a gestão do serviço, a inclusão compulsória desses dados é contraindicada, pois tornará mais complexos e com maior ônus financeiro o cadastramento e a emissão do referido cartão. Essas informações podem ser disponibilizadas em outros meios, acessíveis por meio do cartão, e não necessariamente estarem inseridas nele.

Para promover as alterações julgadas pertinentes e a devida adequação da ementa, apresentamos duas emendas ao PLS.

III – VOTO

Pelas considerações expendidas, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2012, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CAS

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2012, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para determinar a criação do cartão de identificação do usuário do Sistema Único de Saúde."

EMENDA Nº 2 – CAS

Dê-se ao *caput* do art. 47-A da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2012, a seguinte redação:

> "**Art. 47-A.** Será criado, sob coordenação do gestor federal do Sistema Único de Saúde – SUS, e de acordo com regulamento, cartão único de identificação do usuário de serviço de saúde do SUS, para uso em todo o território nacional.
>
> .....
> ....."

Sala da Comissão, 19 de junho de 2013.

Presidente

Relator

Senador WALDEMIR MOKA
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

Comissão de Assuntos Sociais - CAS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 342, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 26ª REUNIÃO, DE 19/06/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka

RELATOR: Senador Romero Jucá

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB) Presidente	1. Sérgio Souza (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. VAGO
Casildo Maldaner (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Eunicio Oliveira (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB) Relator
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Paulo Davim (PV)	7. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Vicentinho Alves (PR)	3. VAGO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

LISTA DE VOTAÇÃO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 342, DE 2012

TITULARES					SUPLENTES				
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)	X				1- EDUARDO SUPLICY (PT)				
ÂNGELA PORTELA (PT)	X				2- MARTA SUPLICY (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					3- JOSÉ PIMENTEL (PT)				
WELLINGTON DIAS (PT)					4- ANA RITA (PT)				
JOÃO DURVAL (PDT)					5- LINDBERGH FARIAS (PT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)					6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	X				7- LÍDICE DA MATA (PSB)				
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)	Presidente				1- SÉRGIO SOUZA	X			
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					2- VAGO				
CASILDO MALDANER (PMDB)	X				3- EDUARDO BRAGA (PMDB)				
VITAL DO RÊGO (PMDB)					4- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)					5- ROMERO JUCÁ (PMDB)	X			
ANA AMÉLIA (PP)	X				6- BENEDITO DE LIRA (PP)				
PAULO DAVIM (PV)	X				7- SÉRGIO PETECÃO (PSD)				
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)					1- AÉCIO NEVES (PSDB)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					2- CYRO MIRANDA (PSDB)	X			
JOSÉ AGRIPINO (DEM)					3- PAULO BAUER (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM)	X				4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)					1- ARMANDO MONTEIRO (PTB)				
EDUARDO AMORIM (PSC)					2- JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)				
VICENTINHO ALVES (PR)					3- VAGO				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: - ABSTENÇÃO: - AUTOR: - PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 19 / 06 /2013.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senador WALDEMIR MOKA
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Atualizada em 05/06/2013

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

LISTA DE VOTAÇÃO – EMENDA Nº 1-CAS AO PLS Nº 342, DE 2012

TITULARES					SUPLENTES				
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)	X				1- EDUARDO SUPLICY (PT)				
ÂNGELA PORTELA (PT)	X				2- MARTA SUPLICY (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					3- JOSÉ PIMENTEL (PT)				
WELLINGTON DIAS (PT)					4- ANA RITA (PT)				
JOÃO DURVAL (PDT)					5- LINDBERGH FARIAS (PT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)					6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	X				7- LÍDICE DA MATA (PSB)				
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)	Presidente				1- SÉRGIO SOUZA	X			
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					2- VAGO				
CASILDO MALDANER (PMDB)	X				3- EDUARDO BRAGA (PMDB)				
VITAL DO RÊGO (PMDB)					4- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)					5- ROMERO JUCÁ (PMDB)	X			
ANA AMELIA (PP)	X				6- BENEDITO DE LIRA (PP)				
PAULO DAVIM (PV)	X				7- SÉRGIO PETECÃO (PSD)				
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)					1- AÉCIO NEVES (PSDB)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					2- CYRO MIRANDA (PSDB)	X			
JOSÉ AGRIPINO (DEM)					3- PAULO BAUER (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM)	X				4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)					1- ARMANDO MONTEIRO (PTB)				
EDUARDO AMORIM (PSC)					2- JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)				
VICENTINHO ALVES (PR)					3- VAGO				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: - ABSTENÇÃO: - AUTOR: - PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 19 / 06 /2013.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senador WALDEMIR MOKA
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Atualizada em 05/06/2013

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

LISTA DE VOTAÇÃO – EMENDA Nº 2-CAS AO PLS Nº 342, DE 2012

TITULARES					SUPLENTES				
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)	X				1- EDUARDO SUPLICY (PT)				
ÂNGELA PORTELA (PT)	X				2- MARTA SUPLICY (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					3- JOSÉ PIMENTEL (PT)				
WELLINGTON DIAS (PT)					4- ANA RITA (PT)				
JOÃO DURVAL (PDT)					5- LINDBERGH FARIAS (PT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)					6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	X				7- LÍDICE DA MATA (PSB)				
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)	Presidente				1- SÉRGIO SOUZA	X			
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					2- VAGO				
CASILDO MALDANER (PMDB)	X				3- EDUARDO BRAGA (PMDB)				
VITAL DO RÊGO (PMDB)					4- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)					5- ROMERO JUCÁ (PMDB)	X			
ANA AMELIA (PP)	X				6- BENEDITO DE LIRA (PP)				
PAULO DAVIM (PV)	X				7- SÉRGIO PETECÃO (PSD)				
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)					1- AÉCIO NEVES (PSDB)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					2- CYRO MIRANDA (PSDB)	X			
JOSÉ AGRIPINO (DEM)					3- PAULO BAUER (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM)	X				4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)					1- ARMANDO MONTEIRO (PTB)				
EDUARDO AMORIM (PSC)					2- JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)				
VICENTINHO ALVES (PR)					3- VAGO				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: – ABSTENÇÃO: – AUTOR: – PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 19 / 06 /2013.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senador WALDEMIR MOKA
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Atualizada em 05/06/2013

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 342, DE 2012

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para determinar a criação do cartão de identificação do usuário do Sistema Único de Saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 47-A:

"**Art. 47-A.** Será criado, sob a coordenação do gestor federal do Sistema Único de Saúde - SUS, e de acordo com regulamento, cartão único de identificação do usuário de serviço de saúde do SUS, para uso em todo o território nacional.

Parágrafo único. O fato de o usuário não portar o cartão a que se refere o *caput* não constitui motivo para recusa de seu atendimento, mesmo nos casos que não se configurem como de urgência ou emergência."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorrido um ano da data de sua publicação.

Sala da Comissão, 19 de junho de 2013.

Senador **WALDEMIR MOKA**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

.....

Art. 47. O Ministério da Saúde, em articulação com os níveis estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde (SUS), organizará, no prazo de dois anos, um sistema nacional de informações em saúde, integrado em todo o território nacional, abrangendo questões epidemiológicas e de prestação de serviços.

Art. 48. (Vetado).

.....

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OFÍCIO Nº 137/2013 - PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 19 de junho de 2013.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2012, de autoria do Senador Renan Calheiros, que *altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre as informações do cartão de identificação do usuário do Sistema Único de Saúde*, e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS.

Respeitosamente,

Senador **WALDEMIR MOKA**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **ROMERO JUCÁ**

I – RELATÓRIO

Vem para exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 342, de 2012, de autoria do Senador Renan Calheiros, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde – para inserir o art. 47-A, o qual determina que o usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) deverá ser identificado por um cartão próprio.

O projeto determina que o cartão conterá as seguintes informações, além daquelas previstas em regulamento: 1) o grupo sanguíneo e o fator Rh do usuário; e 2) os medicamentos e as substâncias aos quais o usuário é alérgico.

Segundo o autor da proposição, o Ministério da Saúde editou, em 2002, portaria que cria o Cartão Nacional de Saúde. Tal fato, no entanto, em seu entender, não dispensa a edição de lei sobre a matéria, o que conferiria mais segurança para que esse importante instrumento fosse mantido pelos gestores do SUS. Além disso, o autor alega que as informações que propõe constarem do referido cartão são relevantes no sentido de prover mais agilidade e segurança ao atendimento dos usuários, especialmente em situações emergenciais, quando a pessoa se encontra inconsciente.

A proposição foi distribuída exclusivamente para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para ser apreciado em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Cabe à CAS o exame do mérito da proposição, em conformidade com o disposto no art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Como coube a esta Comissão a decisão terminativa sobre a matéria, deverão ser analisados ainda os aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Do ponto de vista do mérito, avaliamos a proposição como de grande interesse social e, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não vislumbramos óbices à sua aprovação. No entanto, há alguns reparos a fazer em relação à técnica legislativa e ao teor da proposição.

O primeiro reparo diz respeito à ementa, que precisa ser reformulada para refletir mais adequadamente o teor da proposição. O segundo refere-se a uma questão de mérito. O projeto determina que o usuário do SUS deva ser identificado por um cartão, mas não especifica o responsável pela criação do cartão. Da forma como está elaborado o dispositivo proposto, é possível que cada gestor do SUS crie o seu próprio cartão e, até mesmo, que um mesmo usuário tenha mais de um, a depender da esfera do SUS em que buscar atendimento. Assim, uma infinidade de cartões poderia ser gerada – cartões de diferentes formas, meios ou conteúdos, que não necessariamente seriam passíveis de ser utilizados fora do âmbito em que foram gerados. Cremos que o cartão do SUS deva ser único e válido em todo o território nacional, conforme determinações estabelecidas pelo gestor federal do SUS.

Para promover as adequações sugeridas, apresentamos duas emendas ao PLS.

III – VOTO

Pelas considerações expendidas, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2012, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CAS

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2012, a seguinte redação:

> "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para determinar a criação do cartão de identificação do usuário do Sistema Único de Saúde."

EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao *caput* do art. 47-A da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2012, a seguinte redação:

"**Art. 47-A.** Será criado, sob a coordenação do gestor federal, cartão único de identificação do usuário de serviço de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, para uso em todo o território nacional, que conterá, entre outros dados estabelecidos em regulamento, informações sobre:

....."

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

PARECERES
Nºs 552 E 553, DE 2013

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2013 (nº 60/1999, na origem, da Deputada Iara Bernardi), que *dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.*

PARECER Nº 552, DE 2013
(Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

RELATORA: Senadora **ANA RITA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 3, de 2013, na origem Projeto de Lei (PL.) nº 60, de 1999, de autoria da Deputada Iara Bernardi. Na Câmara dos Deputados, a matéria recebeu pareceres favoráveis, na forma de substitutivos, oferecidos pelos relatores, nas Comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Redação. Por fim, o projeto foi aprovado na Sessão Plenária daquela Casa legislativa do dia 5 de março de 2013, e enviado à consideração do Senado Federal logo em seguida, aos 8 de março de 2013.

O PLC nº 3, de 2013, conforme sua ementa, "dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual". Vejamos como o faz.

Em seu art. 1º, estabelece, como dever generalizado a todos os hospitais, pois não lhes discrimina os tipos, a obrigatoriedade da oferta, às vítimas de violência sexual, de "atendimento emergencial, integral e multidisciplinar", bem como o posterior encaminhamento, havendo necessidade, aos serviços de assistência social.

Em seu art. 2°, define violência sexual de modo bastante amplo, tomando a falta de consentimento como o critério que caracteriza a violência. Assim, é violenta "qualquer forma de atividade sexual não consentida".

O art. 3° estabelece a extensão e o conteúdo do atendimento obrigatório para "todos os hospitais integrantes da rede do SUS" (Sistema Único de Saúde): diagnóstico e tratamento de lesões decorrentes da prática violenta, "amparo médico, social e psicológico imediatos", facilitação e colaboração nos procedimentos policiais e investigativos, profilaxia da gravidez e das doenças sexualmente transmissíveis (inclusive com a coleta de material para teste de HIV — o vírus da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - SIDA, ou AIDS, conforme a sigla no idioma inglês) e, por fim, o fornecimento, às vítimas, de informações sobre seus direitos e sobre os serviços sanitários disponíveis.

O § 1° do art. 3° determina a gratuidade da prestação dos mencionados serviços; o § 2° determina ao médico assistente, quando do tratamento das lesões, a preservação de materiais que possam ser objeto de perícia médico-legal; por fim, o § 3° atribui ao órgão competente de medicina legal a realização de "exame de DNA" para a possível identificação do agressor.

O art. 4°, finalmente, reza que a lei resultante entrará em vigor noventa dias após sua publicação oficial.

Na origem, a autora do projeto, Deputada Iara Bernardi, apresenta estatísticas norte-americanas e do Setor de Sexologia do Instituto de Medicina Legal de São Paulo, para demonstrar que o abuso sexual atingiu, nos últimos anos, a condição de "verdadeiro flagelo social". Aduz que, além da violência em si, as dificuldades de tratamento, bem como a indiferença das autoridades, agravam os traumas físicos e psicológicos decorrentes da violência sexual. A partir dessas considerações, a autora concebe um projeto de lei que comanda não apenas o atendimento imediato da vítima, mas também lhe garante a assistência psicológica e social necessárias, e ainda integra a dimensão da resposta da sociedade à vítima, ao determinar procedimentos cuidadosos de notificação e investigação para a atribuição da responsabilidade penal.

Não foram apresentadas, neste Colegiado, emendas ao PLC nº 3, de 2013.

Após o exame pela CDH, o PLC nº 3, de 2013, seguirá para o escrutínio da Comissão de Assuntos Sociais.

II – ANÁLISE

De acordo com os incisos III e IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos e sobre direitos da mulher, o que torna perfeitamente regimental o exame do PLC nº 3, de 2013, por este Colegiado.

A exemplo da visão da Câmara dos Deputados, não se vislumbra conteúdo que confronte diploma legal em vigor ou princípio geral de direito, o que caracteriza a perfeita juridicidade do projeto.

No mesmo sentido, a proposição não apenas não contém óbices constitucionais, como está mesmo a serviço da promoção dos direitos individuais e coletivos, conforme estatuídos em diversos incisos do art. 5º da Carta Magna.

A sociedade brasileira contemporânea tem ganhado consciência lenta, mas seguramente, do absurdo que são as nossas taxas de criminalidade e de violência de natureza sexual. E esse ganho de consciência tem-se materializado na feitura de leis avançadas, que tratam de modo contemporâneo e esclarecido os direitos da mulher. Assim, diversos diplomas legais foram aprovados nos últimos quarenta anos, com interesse especial para aqueles postos em vigor sob a égide da Constituição Federal de 1988. O exemplo maior é o da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

O PLC nº 3, de 2013, inscreve-se na mesma linhagem da mencionada Lei Maria da Penha: trata-se de instrumento oportuno para combater as agudas violações de direitos de que são vítimas, com infeliz frequência, as mulheres em nosso País.

Por oportuno, cabe observar aqui que está em atividade nesta Casa, ao tempo da elaboração deste Parecer, a Comissão Parlamentar Mista sobre a Violência contra a Mulher (CPMIVCM), que reuniu dados sobre o assunto junto a diversos estados da federação. Os resultados preliminares das investigações da CPMIVCM evidenciam, à exaustão, o acerto e mesmo a urgência das medidas propostas.

Isso dito, cumpre apontar a propriedade da redação da iniciativa, que trata de incluir igualmente na sua proteção todo um universo de vítimas que não são do sexo feminino. Sabemos que não são raros os casos de violência sexual contra crianças, jovens e idosos, do sexo masculino, bem como contra transexuais, travestis e homossexuais de qualquer sexo. O projeto trata de não fazer distinção de gênero entre as vítimas. Só podemos louvar esse posicionamento.

III – VOTO

Em virtude de todo o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2013.

Sala da Comissão, 10 de abril de 2013.

Sen. João Capiberibe, Presidente Eventual

Lúcia Vânia, Relatora

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 7ª REUNIÃO, DE 10/04/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR:

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT) RELATORA	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) PRESIDENTE EVENTUAL	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	4. Anibal Diniz (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
VAGO	1. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Paulo Davim (PV)	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Sérgio Petecão (PSD)	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. Wilder Morais (DEM)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Magno Malta (PR)	1. VAGO
Gim (PTB)	2. VAGO
VAGO	3. VAGO

PARECER Nº 553, DE 2013
(Da Comissão de Assuntos Sociais)

RELATORA: Senadora **ANGELA PORTELA**

I – RELATÓRIO

Por meio de seu art. 1º, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 3, de 2013 (Projeto de Lei nº 60, de 1999), de autoria da Deputada Iara Bernardi, determina que os hospitais ofereçam às vítimas de violência sexual atendimento emergencial, integral e multidisciplinar, visando ao controle e ao tratamento dos agravos físicos e psíquicos decorrentes de violência sexual. A proposição determina também que os hospitais façam o encaminhamento, se for o caso, aos serviços de assistência social.

Pelo art. 2º, considera-se violência sexual, para os efeitos da lei proposta, qualquer forma de atividade sexual não consentida.

O art. 3º estabelece que o atendimento imediato, obrigatório em todos os hospitais integrantes da rede do Sistema Único de Saúde (SUS), compreende os seguintes serviços: diagnóstico e tratamento das lesões físicas no aparelho genital e nas demais áreas afetadas (inciso I); amparo médico, psicológico e social imediatos (inciso II); facilitação do registro da ocorrência e encaminhamento ao órgão de medicina legal e às delegacias especializadas com informações que possam ser úteis à identificação do agressor e à comprovação da violência sexual (inciso III); profilaxia da gravidez (inciso IV); profilaxia das doenças sexualmente transmissíveis – DST (inciso V); coleta de material para realização do exame de HIV para posterior acompanhamento e terapia (inciso VI); fornecimento de informações às vítimas sobre os direitos legais e sobre todos os serviços sanitários disponíveis (inciso VII).

O art. 3º do PLC apresenta três parágrafos, com os seguintes conteúdos: os serviços de que trata a lei proposta são prestados de forma gratuita aos que deles necessitarem (§ 1º); no tratamento das lesões, caberá ao médico preservar materiais que possam ser coletados no exame médico-legal (§ 2º); cabe ao órgão de medicina legal o exame de DNA para identificação do agressor (§ 3º).

E, por fim, o art. 4º – cláusula de vigência – determina que a lei originada do projeto entre em vigor após noventa dias de sua publicação.

Nesta Casa Legislativa, o PLC nº 3, de 2013, foi apreciado primeiramente pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde foi aprovado o parecer favorável da Relatora, Senadora Ana Rita, e vem agora encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), de onde seguirá para o Plenário.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS apreciar proposições que versem sobre proteção e defesa da saúde (inciso II), área em que se enquadra a matéria do projeto sob análise.

A exemplo da visão da Câmara dos Deputados, no que concerne à constitucionalidade e juridicidade, não vislumbramos óbices à aprovação do PLC nº 3, de 2013.

É sem dúvida meritória a iniciativa da Câmara dos Deputados de buscar garantir amplo atendimento à saúde e amparo legal e social às vítimas de violência sexual. Também é digna de elogio a intenção de estender de forma generalizada esse atendimento e amparo, sem distinção de gênero entre as vítimas. A proposição está a serviço da promoção dos direitos individuais e coletivos, conforme estatuídos em diversos incisos do art. 5º da Carta Magna.

A sociedade brasileira contemporânea tem ganhado consciência lenta, mas seguramente, da impossibilidade de convivência com as nossas taxas de criminalidade e de violência de natureza sexual. Nesse sentido, registramos avanços significativos no reconhecimento e na defesa dos direitos da mulher. Podemos citar como um significativo exemplo nesse sentido a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. O PLC nº 3, de 2013, caminha nesse mesmo sentido.

Está em atividade nesta Casa, ao tempo da elaboração deste Parecer, a Comissão Parlamentar Mista sobre a Violência contra a Mulher, que vem reunindo dados, sobre esse tema, relativos a todo o País. Os resultados preliminares das investigações da comissão tornam claros o acerto e mesmo a urgência de medidas que previnam e combatam condutas criminosas que, infelizmente, são ainda muito frequentes.

Fica o registro de que, acertadamente, a proposta inclui igualmente na sua proteção todo um universo de vítimas que não são do sexo feminino. Sabemos que não são raros os casos de violência sexual contra crianças, jovens e idosos, do sexo masculino, bem como contra transexuais, travestis e homossexuais de qualquer sexo. O projeto trata de não fazer distinção de gênero entre as vítimas. Só podemos louvar esse posicionamento.

Destaco, enfim, que o projeto de lei que ora apreciamos busca o atendimento integral das vítimas, ao mesmo tempo em que se constitui em importante instrumento de combate à impunidade. Uma vez que as vítimas estejam conscientes de que terão atendimento condigno deixarão de ter receio de se exporem a novas violências, receio esse que, muitas vezes, dificultam ou mesmo impedem a persecução penal dos agressores.

III – VOTO

Em virtude de todo o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2013.

Sala da Comissão, 19 de junho de 2013.

Senador WALDEMIR MOKA
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Presidente

, Relatora

Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 26ª REUNIÃO, DE 19/06/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka

RELATOR: Senadora Angela Portela

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT) Relatora	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB) Presidente	1. Sérgio Souza (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. VAGO
Casildo Maldaner (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Paulo Davim (PV)	7. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Vicentinho Alves (PR)	3. VAGO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

.....

PARECER
Nº 554, DE 2013

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2013, do Senador Eduardo Amorim, que confere ao Município de Itabaiana, no Estado de Sergipe, o título de "Capital Nacional do Caminhão".

RELATOR: Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**

I – RELATÓRIO

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 10, de 2013, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que propõe seja conferido ao Município de Itabaiana, no Estado de Sergipe, o título de "Capital Nacional do Caminhão".

Em sua justificação, o autor da matéria afirma que o Município de Itabaiana já se consagrou popularmente como a capital nacional do caminhão. Dessa forma, a presente iniciativa pretende legalizar o que de fato já se encontra consolidado, além de promover, simultaneamente, o caminhão, o caminhoneiro e a cidade de Itabaiana.

A matéria foi distribuída para apreciação exclusiva, em sede de decisão terminativa, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE apreciar matérias que versem sobre homenagens cívicas, caso do projeto de lei em análise.

De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto de Logística e *Supply Chain* (ILOS), em 2010, o transporte rodoviário de cargas é responsável por mais de 60% do volume de mercadorias movimentadas no Brasil, com o seu custo representando cerca de 6% do Produto Interno Bruto do País.

Para as empresas, o deslocamento de cargas pelas estradas nacionais equivale a mais da metade da sua receita líquida, chegando a 62% da receita da agroindústria, e a 65,5%, no caso das indústrias de alimentos.

Segundo os dados levantados, a pesquisa conclui que os efeitos da crise mundial de 2008 ficaram para trás e que a economia brasileira já se recuperou nesse setor. Os transportadores retomaram os investimentos para buscar atender ao aumento de demanda, que se encontra mais aquecida, não apenas em volume, mas também em características de serviço.

Nesse cenário, o Município de Itabaiana, no Estado de Sergipe, se destaca em posição estratégica no que diz respeito ao transporte de cargas para a região Nordeste. Como bem lembra o autor da matéria, Itabaiana já é popularmente consagrada como a capital nacional do caminhão, e possui o maior percentual nacional de veículos desse tipo, por pessoa.

A importância do transporte de cargas é elemento marcante daquela região central do Estado de Sergipe. Na arquitetura das casas, na influência das manifestações culturais e na força da economia, o caminhão e o caminhoneiro permeiam a vida e a história da cidade, como símbolos que dão identidade ao seu povo.

Dessa forma, a iniciativa de conferir ao município de Itabaiana o título de "Capital Nacional do Caminhão" é, sem dúvida, justa e meritória, não apenas pelo fato de, como afirma o autor do projeto,

legalizar o que já está popularmente consagrado, mas também no sentido de homenagear o caminhoneiro e de reconhecer a importância estratégica do transporte de cargas para a economia de nosso país.

Tendo em vista a apreciação exclusiva da CE, compete igualmente a esta Comissão analisar a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e a técnica legislativa da proposição. No que tange a esses aspectos, também não há reparos a fazer.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2013.

Sala da Comissão, 18 de junho de 2013.

, Presidente

, Relator

Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, de 2013

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 27ª REUNIÃO, DE 18/06/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SEN. CYRO MIRANDA

RELATOR: SEN. ANTONIO C. VALADARES

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB)
VAGO	9. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Valdir Raupp (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Luiz Henrique (PMDB)
VAGO	5. Pedro Simon (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. VAGO
Benedito de Lira (PP)	7. VAGO
Ciro Nogueira (PP)	8. VAGO
Kátia Abreu (PSD)	9. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
José Agripino (DEM)	5. Alaídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
VAGO	2. João Vicente Claudino (PTB)
VAGO	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
VAGO	4. VAGO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS / /

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA					LINDBERGH FARIAS				
WELLINGTON DIAS					ANIBAL DINIZ	X			
ANA RITA					VAGO				
PAULO PAIM					VANESSA GRAZZIOTIN				
RANDOLFE RODRIGUES	X				PEDRO TAQUES				
CRISTOVAM BUARQUE					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
LÍDICE DA MATA	X				ZEZÉ PERRELA				
INÁCIO ARRUDA	X				JOÃO CAPIBERIBE	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RICARDO FERRAÇO					EDUARDO BRAGA				
ROBERTO REQUIÃO					VITAL DO RÊGO				
ROMERO JUCÁ					VALDIR RAUPP				
JOÃO ALBERTO SOUZA					LUIZ HENRIQUE				
VAGO					PEDRO SIMON				
ANA AMÉLIA					VAGO				
BENEDITO DE LIRA	X				VAGO				
CIRO NOGUEIRA					VAGO				
KÁTIA ABREU					VAGO				
VAGO					VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA					CÍCERO LUCENA	X			
ALVARO DIAS	X				FLEXA RIBEIRO				
PAULO BAUER	X				CÁSSIO CUNHA LIMA				
MARIA DO CARMO ALVES					LÚCIA VÂNIA				
JOSÉ AGRIPINO	X				ATAÍDES DE OLIVEIRA	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC, PPL)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC, PPL)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ARMANDO MONTEIRO					EDUARDO AMORIM			X	
VAGO					JOÃO VICENTE CLAUDINO	X			
VAGO					MOZARILDO CAVALCANTI				
VAGO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 13 NÃO: — ABS: — AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 18 / 6 / 2013

SENADOR CYRO MIRANDA
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Of. Nº 73/2013/CE

Brasília, 18 de junho de 2013.

Assunto: **Aprovação de matéria**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2013, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Eduardo Amorim, que "Confere ao município de Itabaiana, no Estado de Sergipe, o título de "Capital Nacional do Caminhão".".

Atenciosamente,

SENADOR CYRO MIRANDA
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

PARECERES
Nºs 555 E 556, DE 2013

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012, do Senador Cyro Miranda, que *altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, para estabelecer a idade mínima de sessenta anos para fins de recebimento do benefício de prestação continuada.*

PARECER Nº 555, DE 2013
(Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

RELATOR: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) examina o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 279, de 2012, de autoria do Senador Cyro Miranda, que tem por finalidade alterar a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) para prever que o idoso que não tenha condição de prover a própria subsistência, nem de tê-la provida por sua família, possa receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC) a partir dos sessenta anos.

Atualmente, a Loas fixa esse marco etário em sessenta e cinco anos. Entretanto, conforme justificativa ofertada pelo autor da proposição, a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, conhecida como Estatuto do Idoso, define a pessoa idosa como sendo aquela com mais de sessenta anos. A proposição pretende unificar os critérios expostos nessas duas leis,

adotando a idade recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como critério para as políticas voltadas à proteção da velhice. A vigência da proposta, se convertida em lei, será imediata.

O PLS nº 279, de 2012, foi distribuído à CDH e à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que o examinará em caráter terminativo.

Não foram recebidas emendas neste colegiado.

II – ANÁLISE

Conforme disposto no art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições relativas à proteção e à integração social dos idosos.

De início, compete esclarecer que a exclusão dos idosos com idade entre sessenta e sessenta e cinco anos do recebimento do BPC decorre do descompasso entre a Loas, mais antiga, e o Estatuto do Idoso, no qual a idade de sessenta anos foi fixada.

O mérito da proposição é evidente, pois sua conversão em lei proporcionará amparo a diversos idosos que não têm condições de prover o próprio sustento, nem de tê-lo provido por sua família. O suplemento de renda proporcionado pelo BPC eleva o padrão de vida desses idosos e de suas famílias, evitando que caiam na extrema pobreza, além de movimentar a economia nacional, pois o acompanhamento das políticas assistenciais tem demonstrado que esses recursos são utilizados quase exclusivamente na compra de medicamentos e alimentos.

Ademais, não vemos fundamento razoável para manter a falta de coesão nos critérios legais que reconhecem a condição de idoso.

III – VOTO

Em razão do que foi exposto, voto pela **aprovação**, no mérito, do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012.

Sala da Comissão, 11 de dezembro de 2012.

, Presidente

, Relator

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 80ª REUNIÃO, DE 11/12/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT) PRESIDENTE
Lídice da Mata (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT) RELATOR	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB)
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. VAGO
Sérgio Petecão (PSD)	5. VAGO
Paulo Davim (PV)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
VAGO	1. Cássio Cunha Lima (PSDB)
VAGO	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO	3. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Magno Malta (PR)	3. João Costa (PPL)
PSOL	
VAGO	1. Randolfe Rodrigues

PARECER Nº 556, DE 2013
(Da Comissão de Assuntos Sociais)

RELATORA: Senadora **ANA AMÉLIA**

I – RELATÓRIO

Vem para o exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 279, de 2012, de autoria do Senador Cyro Miranda, que altera o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), para estabelecer que o idoso que não "possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família", faça jus ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) a partir dos sessenta anos.

Em seus termos atuais, a Loas fixa tal idade em sessenta e cinco anos. O autor da proposta observa que o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) define como pessoa idosa aquela maior de sessenta, e não de sessenta e cinco anos. Sua iniciativa pretende uniformizar os padrões adotados pelas duas leis, adotando a idade recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como critério para as políticas direcionadas à proteção da senioridade. A proposta, caso se torne lei, entrará em vigor quando de sua publicação.

O PLS nº 279, de 2012, foi aprovado sem alterações pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e seu exame por esta CAS tem caráter terminativo.

Não foram recebidas emendas neste Colegiado.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), esta CAS deve examinar proposições que digam respeito à assistência social, o que a torna competente para opinar sobre o PLS nº 279, de 2012.

Não encontramos óbices constitucionais ou jurídicos, seja na forma, seja no conteúdo da proposição.

A Loas foi promulgada em 1993, enquanto o Estatuto do Idoso entrou em vigor em 2003. Ao longo desse período, a disposição da sociedade de cuidar de seus idosos aumentou e consolidou-se, e a definição dos sessenta anos como marco da senioridade ganhou força na opinião pública, vindo a encontrar expressão final no Estatuto do Idoso.

A uniformização dos termos das duas leis tem vantagens amplas, práticas e imediatas: trata-se de incluir, de uma só vez, milhões de brasileiros no círculo protetivo da assistência social – inclusão que foi iniciada pelo Estatuto do Idoso, mas que só se completará quando o BPC for um direito das pessoas idosas pobres com mais de sessenta anos. É sabido que os rendimentos do BPC são utilizados na aquisição de bens de extrema necessidade para as pessoas idosas, em especial alimentos, medicamentos e serviços de saúde. A aprovação do PLS nº 279, de 2012, elevará a qualidade de vida desses brasileiros de maneira rápida e segura.

Inexiste, a bem da verdade, qualquer razão para que as duas leis permaneçam com critérios diferentes. Parece claro também que o Estatuto do Idoso deve ter a última palavra quanto à definição de idoso, de modo que o PLS nº 279, de 2012, vem apenas dirimir eventuais dúvidas sobre o marco etário da senioridade, sem necessidade de interpretação conjunta de diplomas legais diversos, garantindo um direito que as pessoas idosas pobres, na verdade, já possuíam.

III – VOTO

Conforme o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012.

Sala da Comissão, 19 de junho de 2013.

Senador WALDEMIR MOKA
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente
, Presidente

, Relatora

Comissão de Assuntos Sociais - CAS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 26ª REUNIÃO, DE 19/06/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka

RELATOR(A) Senadora Ana Amélia

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. VAGO
Casildo Maldaner (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Ana Amélia (PP) Relatora	6. Benedito de Lira (PP)
Paulo Davim (PV)	7. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB) Aute.
José Agripino (DEM)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Vicentinho Alves (PR)	3. VAGO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

LISTA DE VOTAÇÃO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, DE 2012

TITULARES					SUPLENTES				
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)	X				1- EDUARDO SUPLICY (PT)				
ÂNGELA PORTELA (PT)	X				2- MARTA SUPLICY (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					3- JOSÉ PIMENTEL (PT)				
WELLINGTON DIAS (PT)					4- ANA RITA (PT)				
JOÃO DURVAL (PDT)					5- LINDBERGH FARIAS (PT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)					6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	X				7- LIDICE DA MATA (PSB)				
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)	Presidente				1- SERGIO SOUZA	X			
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					2- VAGO				
CASILDO MALDANER (PMDB)	X				3- EDUARDO BRAGA (PMDB)				
VITAL DO RÊGO (PMDB)					4- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)					5- ROMERO JUCÁ (PMDB)	X			
ANA AMELIA (PP)	X				6- BENEDITO DE LIRA (PP)				
PAULO DAVIM (PV)	X				7- SÉRGIO PETECÃO (PSD)				
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)					1- AÉCIO NEVES (PSDB)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					2- CYRO MIRANDA (PSDB)			X	
JOSÉ AGRIPINO (DEM)					3- PAULO BAUER (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM)	X				4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)					1- ARMANDO MONTEIRO (PTB)				
EDUARDO AMORIM (PSC)					2- JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)				
VICENTINHO ALVES (PR)					3- VAGO				

TOTAL: 11 SIM: 9 NÃO: – ABSTENÇÃO: – AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 19 / 06 /2013.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senador WALDEMIR MOKA
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Atualizada em 05/06/2013

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993.

Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

.....

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

.....

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

.....

OFÍCIO Nº 138/2013 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 19 de junho de 2013.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012, que *altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, para estabelecer a idade mínima de sessenta anos para fins de recebimento do benefício de prestação continuada*, de autoria do Senador Cyro Miranda.

Respeitosamente,

Senador **WALDEMIR MOKA**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

PARECERES
Nºs 557 E 558, DE 2013

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2012, do Senador Tomás Correia, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para limitar a quantidade de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio e de outros nutrientes, nas bebidas e nos alimentos destinados às crianças e aos adolescentes.

PARECER Nº 557, DE 2013
(Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

RELATORA: Senadora **ANGELA PORTELA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 335, de 2012, do Senador Tomás Correia, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para limitar a quantidade de açúcar, de gordura trans, de sódio e de outros nutrientes nas bebidas e nos alimentos destinados às crianças e aos adolescentes.

Para isso, a proposição acrescenta o art. 14-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O novo dispositivo estabelece, em seu *caput*, a limitação "conforme regulamento" das quantidades de açúcar, gordura saturada, gordura trans e sódio nos alimentos "destinados ao consumo de crianças e de adolescentes", conforme os termos do dispositivo. Em seu parágrafo primeiro, a proposição busca definir quais são aqueles alimentos destinados às crianças e aos adolescentes e, no parágrafo segundo, estende à autoridade sanitária poder discricionário para incluir outros nutrientes no rol daqueles que têm suas quantidades limitadas nos alimentos destinados às crianças e aos adolescentes.

Na justificação do projeto, o autor argumenta que, desde 2004, a Organização Mundial da Saúde adota a "Estratégia Global para a Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde" tem recomendado a adoção de políticas que estimulem a alimentação saudável. Ademais, sendo o grupo etário composto por crianças e adolescentes "especialmente vulnerável", restringir as ameaças de consumo de substâncias, ou de quantidades, nocivas à sua saúde seria "absolutamente necessário". Essa meta seria obtida ao dotarem-se as autoridades sanitárias dos "devidos instrumentos legais".

Após exame por esta CDH, o PLS nº 335, de 2012, seguirá para exame da Comissão de Assuntos Sociais, que sobre ele decidirá de modo terminativo.

Não foram apresentadas emendas perante este Colegiado.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, a CDH é competente para opinar sobre matéria ligada à proteção da infância e da juventude, o que torna regimental o seu exame do PLS nº 335, de 2012.

Observe-se que a matéria já está, em termos gerais, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que fixa as bases e critérios da regulação e fiscalização da produção e comercialização de alimentos, bem como de sua propaganda. Outrossim, existe todo o complexo normativo ligado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

Muito embora as intenções do PLS nº 335, de 2012, sejam louváveis, o fato é que ele busca incidir sobre o sistema normativo autônomo já construído para tratar do assunto, que está baseado na independência da Anvisa e que conta também com o concurso dos Ministérios da Saúde, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ainda com os órgãos estaduais e municipais com autoridade sobre o assunto. Tal sistema já consagrou um padrão de avaliação dos alimentos, que incorpora

Muito embora as intenções do PLS nº 335, de 2012, sejam louváveis, o fato é que ele busca incidir sobre o sistema normativo autônomo já construído para tratar do assunto, que está baseado na independência da Anvisa e que conta também com o concurso dos Ministérios da Saúde, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ainda com os órgãos estaduais e municipais com autoridade sobre o assunto. Tal sistema já consagrou um padrão de avaliação dos alimentos, que incorpora uma previsão de atualização constante. O sistema expressa também um estado atual de equilíbrio e consenso entre os diversos atores sociais envolvidos no setor de alimentação, equilíbrio esse orquestrado justamente pela autonomia da Anvisa para regular o setor.

Em síntese, observemos que as intenções do autor têm outro caminho para trilhar – já definido em nosso sistema normativo, e que vem a ser o debate social e o empenho das entidades de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes junto à Anvisa.

III – VOTO

Em virtude dos argumentos expostos, o voto é pela **rejeição** do PLS nº 335, de 2012.

Sala da Comissão, 11 de dezembro de 2012.

, Presidente

, Relatora

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 335, de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 80ª REUNIÃO, DE 11/12/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR:

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB)
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. VAGO
Sérgio Petecão (PSD)	5. VAGO
Paulo Davim (PV)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
VAGO	1. Cássio Cunha Lima (PSDB)
VAGO	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO	3. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Magno Malta (PR)	3. João Costa (PPL)
PSOL	
VAGO	1. Randolfe Rodrigues

PARECER Nº 558, DE 2013
(Da Comissão de Assuntos Sociais)

RELATOR: Senador **EDUARDO AMORIM**

RELATORA "AD HOC": Senadora **ANA AMÉLIA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 335, de 2012, de autoria do Senador Tomás Correia. A iniciativa acrescenta o art. 14-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) –, para limitar a quantidade de açúcar, de gordura trans, de sódio e de outros nutrientes nas bebidas e nos alimentos destinados às crianças e aos adolescentes, conforme o regulamento.

O § 1º do dispositivo incluído pela proposição busca definir quais são aqueles alimentos destinados às crianças e aos adolescentes que terão os teores dos nutrientes especificados limitados. Já o § 2º garante à autoridade sanitária poder discricionário de limitar os teores de outros nutrientes, além dos especificados no *caput*, que venham a ser considerados nocivos à saúde de crianças ou adolescentes.

Na justificação do projeto, o autor argumenta que a Organização Mundial da Saúde adota a "Estratégia Global para a Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde", em que recomenda a adoção de políticas que estimulem a alimentação saudável. Nesse sentido, pondera que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) tem adotado medidas, como a restrição da propaganda de alimentos pouco saudáveis, o que é absolutamente necessário, mas não suficiente, principalmente quando se considera o grupo etário de crianças e adolescentes, "especialmente vulnerável". Assim, para dotar as autoridades sanitárias de instrumentos legais para uma ação mais efetiva, apresenta o projeto de lei em comento.

A proposição foi distribuída para exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e da CAS, que detém a decisão em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

A CDH manifestou-se pela rejeição do projeto em tela, sob o argumento de que já existe sistema normativo autônomo construído para tratar do assunto, o qual está estruturado em torno da Anvisa e que "conta também com o concurso dos Ministérios da Saúde, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ainda com os órgãos estaduais e municipais com autoridade sobre o assunto".

II – ANÁLISE

Cabe à CAS, nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, analisar o mérito de proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde. Em decorrência do caráter terminativo da decisão, incumbe à CAS, no presente caso, pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PLS nº 335, de 2012.

Não há óbices constitucionais visíveis ao projeto em comento. Não se pode dizer o mesmo quanto à sua juridicidade, porém. Observe-se que a matéria já está regulamentada pelo Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que fixa as bases e critérios da regulação e fiscalização da produção e comercialização de alimentos, bem como de sua propaganda. Outrossim, existe todo o complexo normativo ligado à Anvisa, criada pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e que se desincumbe das atribuições dadas pelo decreto mencionado. Em seu art. 8º, a lei endereça à Anvisa, respeitada a legislação em vigor, a tarefa de regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública, e no inciso II de seu § 2º, esclarece que tais produtos e serviços incluem "alimentos, inclusive bebidas, águas envasadas, seus insumos, suas embalagens, aditivos alimentares, limites de contaminantes orgânicos, resíduos de agrotóxicos e de medicamentos veterinários".

A juridicidade da proposta fica prejudicada por tratar sobre matéria já legislada, sem declarar intenção expressa de revogá-la. Ademais, seria necessária a revogação não apenas de tópicos da legislação em vigor, mas do sistema como um todo, que atribui justamente à Anvisa, em sua interlocução com setores definidos da sociedade, a missão que o projeto em comento toma para si.

Muito embora as intenções do PLS nº 335, de 2012, sejam louváveis, não se pode deixar de acompanhar a análise e avaliação da CDH, que argumenta que a proposição

> "busca incidir sobre o sistema normativo autônomo já construído para tratar do assunto, que está baseado na independência da Anvisa e que conta também com o concurso dos Ministérios da Saúde, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ainda com os órgãos estaduais e municipais com autoridade sobre o assunto. Tal sistema já consagrou um padrão de avaliação dos alimentos, que incorpora uma previsão de atualização constante. O sistema expressa também um estado atual de equilíbrio e consenso entre os diversos atores sociais envolvidos no setor de alimentação, equilíbrio esse orquestrado justamente pela autonomia da Anvisa para regular o setor".

A guisa de conclusão, observemos que já dispomos de um sistema normativo para tratar do assunto, e que tal sistema estabelece procedimentos e protocolos que, além de eficazes em si, implicam a geração de uma normatividade legítima, posto que nascida do debate entre aqueles que detém interesse e conhecimento de causa para tanto. Trata-se, portanto, de gestionar junto à Anvisa e às entidades que são atores relevantes na regulação do setor, conforme previsão legal.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2012.

Sala da Comissão, 19 de junho de 2013.

Senador WALDEMIR MOKA
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Presidente

, Relator

Comissão de Assuntos Sociais - CAS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 335, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 26ª REUNIÃO, DE 19/06/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka

RELATORA: "Ad hoc" Senadora Ana Amélia

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. VAGO
Casildo Maldaner (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Ana Amélia (PP) Relatora "Ad hoc"	6. Benedito de Lira (PP)
Paulo Davim (PV)	7. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Vicentinho Alves (PR)	3. VAGO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

LISTA DE VOTAÇÃO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 335, DE 2012

TITULARES					SUPLENTES				
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)		X			1- EDUARDO SUPLICY (PT)				
ÂNGELA PORTELA (PT)		X			2- MARTA SUPLICY (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					3- JOSÉ PIMENTEL (PT)				
WELLINGTON DIAS (PT)					4- ANA RITA (PT)		X		
JOÃO DURVAL (PDT)					5- LINDBERGH FARIAS (PT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)					6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)		X			7- LÍDICE DA MATA (PSB)				
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)	Presidente				1- SÉRGIO SOUZA		X		
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					2- VAGO				
CASILDO MALDANER (PMDB)		X			3- EDUARDO BRAGA (PMDB)				
VITAL DO RÊGO (PMDB)					4- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)					5- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
ANA AMÉLIA (PP)		X			6- BENEDITO DE LIRA (PP)				
PAULO DAVIM (PV)		X			7- SÉRGIO PETECÃO (PSD)				
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)					1- AÉCIO NEVES (PSDB)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					2- CYRO MIRANDA (PSDB)		X		
JOSÉ AGRIPINO (DEM)					3- PAULO BAUER (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM)		X			4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)					1- ARMANDO MONTEIRO (PTB)				
EDUARDO AMORIM (PSC)					2- JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)				
VICENTINHO ALVES (PR)					3- VAGO				

TOTAL: 11 SIM: – NÃO: 10 ABSTENÇÃO: – AUTOR: – PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 12 / 06 /2013.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (art. 132, § 4º - RISF)

Senador WALDEMIR MOKA
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Atualizada em 05/06/2013

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

.....

Art. 14. O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.

Parágrafo único. É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.

.....

LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999.

Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

.....

Art. 8º Incumbe à Agência, respeitada a legislação em vigor, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.

§ 1º Consideram-se bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela Agência:

.....

II - alimentos, inclusive bebidas, águas envasadas, seus insumos, suas embalagens, aditivos alimentares, limites de contaminantes orgânicos, resíduos de agrotóxicos e de medicamentos veterinários;

.....

DECRETO-LEI Nº 986, DE 21 DE OUTUBRO DE1969.

Institui normas básicas sobre alimentos.

.....

OFÍCIO Nº 139/2013 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasilia, 19 de junho de 2013.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2012, que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para limitar a quantidade de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio e de outros nutrientes, nas bebidas e nos alimentos destinados às crianças e aos adolescentes,* de autoria do Senador Tomás Correia.

Respeitosamente,

Senador **WALDEMIR MOKA**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

PARECERES
Nºs 559 E 560, DE 2013

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2007, do Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para condicionar a amortização de débito junto ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pelo estudante financiado, à obtenção de rendimentos pessoais sujeitos à tributação pelo imposto de renda das pessoas físicas.*

PARECER Nº 559, DE 2013
(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

RELATOR: Senador **ARMANDO MONTEIRO**

I – RELATÓRIO

É submetido a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 530, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que condiciona a amortização do débito junto ao FIES à obtenção de rendimentos suficientes para tornar-se contribuinte do imposto de renda das pessoas físicas.

A proposição é composta por dois artigos. O primeiro dá nova redação ao inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, de modo a que a amortização tenha início *a qualquer tempo, mediante desconto em folha de pagamento, no mês imediatamente subseqüente àquele em que o estudante obtiver rendimentos suficientes para tornar-se contribuinte do imposto de renda das pessoas físicas.*

O art. 2º contém a cláusula de vigência.

Na justificação do projeto, o autor argumenta que a eficácia do FIES deveria ser mensurada a partir do número de beneficiários que concluem seus estudos com sucesso, da mesma forma que a efetiva inserção no mercado de trabalho deveria preceder a cobrança pelo empréstimo concedido, a fim de evitar os fracassos dos alunos, por falta de condições de arcarem com as parcelas vincendas durante a realização dos cursos. Nesse sentido, a medida proposta facilitaria o acesso e a permanência dos estudantes nas instituições, bem como aumentaria a qualidade e a adequada oferta de programas sintonizados com a realidade do mercado de trabalho.

A presente matéria foi distribuída às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação (CE), cabendo à última decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 99, incisos I e III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, inclusive sobre política de crédito e sistema de poupança.

Preliminarmente, cabe apontar que, do ponto de vista formal, o projeto altera dispositivo já revogado. De fato, o inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, objeto de alteração do PLS 530/2007, foi alterado e renumerado para inciso V pela Lei nº 11.552, de 19 de novembro de 2007. Posteriormente, deu-se nova alteração pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e finalmente o inciso foi revogado pela Lei nº 12.385, de 3 de março, de 2011.

A mesma Lei 12.385/2011, que revogou o referido dispositivo, incluiu o art. 5º-A estabelecendo que as condições de amortização dos contratos de financiamento celebrados no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES serão fixadas por meio de ato do Poder Executivo Federal.

Além disso, a aprovação do PLS 530/2007, caso se optasse por fazer a correção do erro formal apontado, colocaria em risco a saúde financeira do FIES.

Abrandar as condições de amortização dos financiamentos implicaria prontamente em desequilíbrio financeiro, pois beneficiaria estudantes devedores e prejudicaria aqueles que sequer iniciaram a sua graduação por falta de recursos.

A medida liquidaria a capacidade de planejamento e gestão dos fluxos financeiros futuros do FIES, visto que montante significativo de recursos deixaria de retornar ao fundo, pois os valores constantes da tabela de incidência do Imposto de Renda Pessoa Física são, em verdade, superiores aos salários médios percebidos no país, motivo por que muitos financiamentos deixariam de ser pagos.

Além disso, a proposição geraria a necessidade de capitalizar o FIES o que obviamente nos remete a uma outra questão: o custo de oportunidade desses recursos, quando a prioridade dos investimentos deve ser melhorar a qualidade da educação básica. No Brasil, o investimento por estudante da educação superior é mais de seis vezes maior do que a educação básica. Com relação à comparação internacional, o investimento por estudante nos três ciclos da educação básica representa apenas 20% do investimento médio dos países da OCDE. Já a educação superior, o investimento no Brasil é 19% maior do que a média da OCDE.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2007.

Sala da Comissão, 24 de abril de 2012.

, Presidente

, Relator

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 530, de 2007

ASSINAM O PARECER, NA 17ª REUNIÃO, DE 24/04/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR:

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunicio Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. VAGO
Jayme Campos (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim Argello (PTB)
Antonio Russo (PR)	3. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Alfredo Nascimento (PR)
PSD PSOL	
Kátia Abreu	1. Randolfe Rodrigues

PARECER Nº 560, DE 2013
(Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

RELATOR: Senador **CYRO MIRANDA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 530, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que condiciona a amortização do débito do estudante junto ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) à obtenção de rendimentos suficientes para tornar-se contribuinte do imposto de renda das pessoas físicas.

A proposição é composta de dois artigos. O primeiro dá nova redação ao inciso IV do art. 5º da Lei nº 10.260, de 2001, de modo a que a amortização tenha início, *a qualquer tempo, mediante desconto em folha de pagamento, no mês imediatamente subseqüente àquele em que o estudante obtiver rendimentos suficientes para tornar-se contribuinte do imposto de renda das pessoas físicas.*

O art. 2º contém a cláusula de vigência, que dispõe a entrada em vigor na data da publicação da lei em que o projeto for convertido.

Na justificação do projeto, o autor argumenta que a eficácia do FIES deveria ser mensurada a partir do número de beneficiários que concluem seus estudos com sucesso, da mesma forma que a efetiva inserção no mercado

de trabalho deveria preceder a cobrança do empréstimo concedido, a fim de evitar os fracassos dos alunos, por falta de condições de arcarem com as parcelas vincendas durante a realização dos cursos. Nesse sentido, a medida proposta facilitaria o acesso e a permanência dos estudantes nas instituições e aumentaria a qualidade da oferta de programas mais sintonizados com a realidade do mundo do trabalho.

A presente matéria foi distribuída às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação, Cultura e Esporte (CE), cabendo à última decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Na CAE, foi aprovado relatório pela rejeição, que se baseou, entre outros argumentos, na incompatibilidade do Fundo com a imprevisibilidade do fluxo das receitas oriundas das quitações dos empréstimos, que constitui fator crescente de sua sustentação financeira.

II – ANÁLISE

À CE cabe, por disposição do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, analisar as questões gerais da educação, bem como as diretrizes e bases da educação nacional. O PLS nº 530, de 2007, enquadra-se nessa abrangência e orienta nossa leitura para as relações que seu dispositivo pode ter com as políticas educacionais em curso.

Como se sabe, a educação superior no Brasil, ao contrário do que aconteceu nos países europeus e americanos, implantou-se com grande atraso histórico e formato elitista e seletivo. Até a década de 1930, contávamos com poucas instituições de nível superior, o que não constituía um empecilho para o funcionamento da sociedade, até então de caráter rural e iletrado.

A industrialização e a urbanização que se aceleraram dali para cá determinaram que crescentes massas de concluintes dos cursos secundários ficassem impedidas de continuar seus estudos em cursos de graduação, dado que ficava cada vez mais aguda a disputa das poucas vagas na Medicina, no Direito, na Engenharia e até mesmo em cursos de menor prestígio social. Desnecessário dizer que esse afunilamento no percurso escolar dos jovens determinou um perverso dualismo no ensino médio: os estudantes de classes altas e médias

passaram a frequentar cursos preparatórios privados para garantir seu acesso às universidades públicas de qualidade, enquanto os alunos das camadas populares, cada vez mais presentes na última etapa da educação básica, matriculados nas redes públicas – são hoje 2,5 milhões entre 3 milhões de concluintes –, tiveram de se conformar com um doloroso processo, que se pode descrever com o seguinte quadro:

- uma minoria consegue ter acesso a cursos de menor concorrência em universidade federais e estaduais;

- a maioria atravessa o ensino médio para alcançar a maioridade e garantir um emprego que lhe possibilite renda suficiente para pagar uma mensalidade em cursos de graduação de instituições privadas;

- um número crescente se dispõe a disputar as vagas gratuitas propiciadas pelo programa Universidade para Todos (PROUNI) ou se sujeita a políticas oficiais de financiamento estudantil (na origem CREDUC e atualmente FIES).

Para se ter uma ideia de onde chegou a situação, as inscrições no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2012, que dão acesso a bolsas do PROUNI e a cursos gratuitos de boa parte das universidades públicas e dos institutos tecnológicos federais, chegaram a 6,5 milhões – em disputa de menos de 300 mil vagas: uma relação de mais de 20 candidatos por vaga. Em 2013, as inscrições do ENEM somaram mais de sete milhões.

Nesse contexto, torna-se cada vez mais relevante a existência do FIES, cuja operação o Senador Cristovam procura aperfeiçoar, de modo a motivar os estudantes a adotá-lo e a se verem protegidos de possíveis dificuldades de quitar os débitos – o que fez implodir as políticas anteriores de financiamento.

Ao PLS nº 530, de 2007, juntou-se um duplo movimento, que resultou numa nova situação do FIES. Em primeiro lugar, várias iniciativas parlamentares propuseram novas regras para flexibilizar o Fundo; em segundo lugar, uma nova mentalidade tomou conta do Ministério da Educação e fez com que o próprio governo, nos últimos anos, tomasse medidas legislativas e operacionais que resultaram, em 2012, em dobrar o número de inscritos no programa, conforme notícia amplamente divulgada pela imprensa.

Para se ter uma ideia, muitas normas legais alteraram a Lei nº 10.260, de 2001, posteriormente à apresentação do PLS nº 530, de 2007, e

implicaram mudanças na normatização da questão. As leis modificadoras são as seguintes: Lei nº 11.552, de 2007; Lei nº 11.941, de 2009; Lei nº 12.202, de 2010; Lei nº 12.385, de 2011; Lei nº 12.431, de 2011; Lei nº 12.513, de 2011; Lei nº 12.712, de 2012 e a Lei nº 12.801, de 2013.

Para o interesse do projeto em pauta, o inciso IV do art. 5º, cuja redação original determinava que a amortização teria início no mês imediatamente subsequente ao da conclusão do curso, foi alterado para conceder carência de 18 meses, contados a partir do mês subsequente ao da conclusão do curso.

Esse novo prazo de carência dá oportunidade a que os jovens e adultos recém-formados não somente tenham ampliada sua oportunidade de emprego assalariado como se insiram na onda de empreendedorismo que abre novas possibilidades de renda – dois movimentos que vêm ao encontro dos objetivos iniciais do PLS nº 530, de 2007, que eram a viabilização da quitação da dívida e o reforço do apelo social positivo a essa forma alternativa de financiamento da educação superior.

III – VOTO

Em razão dos argumentos elencados, nosso voto é **pela declaração de prejudicialidade** do Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2007.

Sala da Comissão,

SENADOR PAULO PAIM
, Presidente EVENTUAL

, Relator

Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 530, de 2007

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 27ª REUNIÃO, DE 18/06/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR:

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB)
VAGO	9. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Valdir Raupp (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Luiz Henrique (PMDB)
VAGO	5. Pedro Simon (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. VAGO
Benedito de Lira (PP)	7. VAGO
Ciro Nogueira (PP)	8. VAGO
Kátia Abreu (PSD)	9. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Álvaro Dias (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
José Agripino (DEM)	5. Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
VAGO	2. João Vicente Claudino (PTB)
VAGO	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
VAGO	4. VAGO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE DA MATÉRIA

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÂNGELA PORTELA					LINDBERGH FARIAS				
WELLINGTON DIAS					ANIBAL DINIZ	X			
ANA RITA					VAGO				
PAULO PAIM					VANESSA GRAZZIOTIN				
RANDOLFE RODRIGUES	X				PEDRO TAQUES				
CRISTOVAM BUARQUE					ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
LÍDICE DA MATA	X				ZEZE PERRELA				
INÁCIO ARRUDA	X				JOÃO CAPIBERIBE	X			
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO PARLAMENTAR MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RICARDO FERRAÇO					EDUARDO BRAGA				
ROBERTO REQUIÃO					VITAL DO RÊGO				
ROMERO JUCÁ					VALDIR RAUPP				
JOÃO ALBERTO SOUZA					LUIZ HENRIQUE				
VAGO					PEDRO SIMON				
ANA AMÉLIA					VAGO				
BENEDITO DE LIRA	X				VAGO				
CIRO NOGUEIRA					VAGO				
KÁTIA ABREU					VAGO				
VAGO					VAGO				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA	X				CÍCERO LUCENA	X			
ALVARO DIAS	X				FLEXA RIBEIRO				
PAULO BAUER	X				CÁSSIO CUNHA LIMA				
MARIA DO CARMO ALVES					LUCIA VÂNIA				
JOSÉ AGRIPINO	X				ATAÍDES DE OLIVEIRA				
TITULARES – BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC, PPL)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC, PPL)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ARMANDO MONTEIRO					EDUARDO AMORIM	X			
VAGO					JOÃO VICENTE CLAUDINO	X			
VAGO					MOZARILDO CAVALCANTI				
VAGO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: – ABS: – AUTOR: – PRESIDENTE: 1

* OBSERVAÇÃO: APROVADO O PARECER PELA PREJUDICIALIDADE DO PROJETO.

SALA DAS REUNIÕES, EM 25 / 6 / 2013

SENADOR
Presidente eventual
da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Of. nº 75/2013/CE

Brasília, 18 de junho de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: **Prejudicialidade da matéria**

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Cristovam Buarque, que "Altera o art. 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para condicionar a amortização de débito junto ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pelo estudante financiado, à obtenção de rendimentos pessoais sujeitos à tributação pelo imposto de renda das pessoas físicas.".

Atenciosamente,

SENADOR PAULO PAIM
Presidente Eventual no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

É submetido a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 530, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que condiciona a amortização do débito junto ao FIES à obtenção de rendimentos suficientes para tornar-se contribuinte do imposto de renda das pessoas físicas.

A proposição é composta por dois artigos. O primeiro dá nova redação ao inciso IV do art. 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, de modo a que a amortização tenha início *a qualquer tempo, mediante desconto em folha de pagamento, no mês imediatamente subseqüente àquele em que o estudante obtiver rendimentos suficientes para tornar-se contribuinte do imposto de renda das pessoas físicas*.

O art. 2º contém a cláusula de vigência, pela qual a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

Na Justificação do projeto, o autor argumenta que a eficácia do FIES deveria ser mensurada a partir do número de beneficiários que concluem seus estudos com sucesso, da mesma forma que a efetiva inserção no mercado de trabalho deveria preceder a cobrança pelo empréstimo concedido, a fim de evitar os fracassos dos alunos, por falta de condições de arcarem com as parcelas vincendas durante a realização dos cursos. Nesse sentido, a medida proposta facilitaria o acesso e a permanência dos estudantes nas instituições, bem como aumentaria a qualidade e a adequada oferta de programas sintonizados com a realidade do mercado de trabalho.

A presente matéria foi distribuída às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação (CE), cabendo à última a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental. No âmbito da CAE, coube a mim, em 24 de novembro, a relatoria da proposição.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, inclusive sobre política de crédito e sistema de poupança.

Preliminarmente, cabe apontar que, do ponto de vista formal, o projeto, de modo acertado, altera legislação já existente sobre a matéria. Além disso, cumpre todos os requisitos regimentais e legais pertinentes quanto à propositura de projetos da espécie.

Quanto ao mérito, o PLS nº 530, de 2009, sana lacuna existente na legislação atual, qual seja, a de não condicionar a amortização dos empréstimos do FIES à efetiva capacidade de pagamento do beneficiário, a qual passa a ser aferida por um critério simples e objetivo.

A ausência dessa condição é provavelmente uma das causas de desistência dos beneficiários ao longo do curso, além de plausível fonte de desestímulo aos potenciais pretendentes ao financiamento. Vale lembrar, aliás, que os recursos destinados ao FIES, via de regra, acabam não encontrando demanda suficiente.

Adicionalmente, a proposição institui o pagamento das prestações por meio de consignação em folha de pagamento, o que é particularmente benéfico para o próprio FIES, que passa a contar com um fluxo financeiro mais previsível e estável.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2007.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **CYRO MIRANDA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 530, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que condiciona a amortização do débito do estudante junto ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) à obtenção de rendimentos suficientes para tornar-se contribuinte do imposto de renda das pessoas físicas.

A proposição é composta de dois artigos. O primeiro dá nova redação ao inciso IV do art. 5º da Lei nº 10.260, de 2001, de modo a que a amortização tenha início, *a qualquer tempo, mediante desconto em folha de pagamento, no mês imediatamente subseqüente àquele em que o estudante obtiver rendimentos suficientes para tornar-se contribuinte do imposto de renda das pessoas físicas.*

O art. 2º contém a cláusula de vigência, que dispõe a entrada em vigor na data da publicação da lei em que o projeto for convertido.

Na justificação do projeto, o autor argumenta que a eficácia do FIES deveria ser mensurada a partir do número de beneficiários que concluem

seus estudos com sucesso, da mesma forma que a efetiva inserção no mercado de trabalho deveria preceder a cobrança do empréstimo concedido, a fim de evitar os fracassos dos alunos, por falta de condições de arcarem com as parcelas vincendas durante a realização dos cursos. Nesse sentido, a medida proposta facilitaria o acesso e a permanência dos estudantes nas instituições e aumentaria a qualidade da oferta de programas mais sintonizados com a realidade do mundo do trabalho.

A presente matéria foi distribuída às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação, Cultura e Esporte (CE), cabendo à última decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Na CAE, foi aprovado relatório pela rejeição, que se baseou, entre outros argumentos, na incompatibilidade do Fundo com a imprevisibilidade do fluxo das receitas oriundas das quitações dos empréstimos, que constitui fator crescente de sua sustentação financeira.

II – ANÁLISE

À CE cabe, por disposição do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, analisar as questões gerais da educação, bem como as diretrizes e bases da educação nacional. O PLS nº 530, de 2007, enquadra-se nessa abrangência e orienta nossa leitura para as relações que seu dispositivo pode ter com as políticas educacionais em curso.

Como se sabe, a educação superior no Brasil, ao contrário do que aconteceu nos países europeus e americanos, implantou-se com grande atraso histórico e formato elitista e seletivo. Até a década de 1930, contávamos com poucas instituições de nível superior, o que não constituía um empecilho para o funcionamento da sociedade, até então de caráter rural e iletrado.

A industrialização e a urbanização que se aceleraram dali para cá determinaram que crescentes massas de concluintes dos cursos secundários ficassem impedidas de continuar seus estudos em cursos de graduação, dado que ficava cada vez mais aguda a disputa das poucas vagas na Medicina, no Direito, na Engenharia e até mesmo em cursos de menor prestígio social. Desnecessário dizer que esse afunilamento no percurso escolar dos jovens determinou um

perverso dualismo no ensino médio: os estudantes de classes altas e médias passaram a frequentar cursos preparatórios privados para garantir seu acesso às universidades públicas de qualidade, enquanto os alunos das camadas populares, cada vez mais presentes na última etapa da educação básica, matriculados nas redes públicas – são hoje 2,5 milhões entre 3 milhões de concluintes –, tiveram de se conformar com um doloroso processo, que se pode descrever com o seguinte quadro:

- uma minoria consegue ter acesso a cursos de menor concorrência em universidade federais e estaduais;

- a maioria atravessa o ensino médio para alcançar a maioridade e garantir um emprego que lhe possibilite renda suficiente para pagar uma mensalidade em cursos de graduação de instituições privadas;

- um número crescente se dispõe a disputar as vagas gratuitas propiciadas pelo programa Universidade para Todos (PROUNI) ou se sujeita a políticas oficiais de financiamento estudantil (na origem CREDUC e atualmente FIES).

Para se ter uma ideia de onde chegou a situação, as inscrições no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2012, que dão acesso a bolsas do PROUNI e a cursos gratuitos de boa parte das universidades públicas e dos institutos tecnológicos federais, chegaram a 6,5 milhões – em disputa de menos de 300 mil vagas: uma relação de mais de 20 candidatos por vaga.

Nesse contexto, torna-se cada vez mais relevante a existência do FIES, cuja operação o Senador Cristovam procura aperfeiçoar, de modo a motivar os estudantes a adotá-lo e a se verem protegidos de possíveis dificuldades de quitar os débitos – o que fez implodir as políticas anteriores de financiamento.

Ao PLS nº 530, de 2007, juntou-se um duplo movimento, que resultou numa nova situação do FIES. Em primeiro lugar, várias iniciativas parlamentares propuseram novas regras para flexibilizar o Fundo; em segundo lugar, uma nova mentalidade tomou conta do Ministério da Educação e fez com que o próprio governo, nos últimos anos, tomasse medidas legislativas e operacionais que resultaram, em 2012, em dobrar o número de inscritos no programa, conforme notícia amplamente divulgada pela imprensa.

As normas legais posteriores à apresentação do PLS nº 530, de 2007, que implicaram mudanças dos dispositivos da Lei nº 10.260, de 2001, foram: Lei nº 11.552, de 2007; Lei nº 11.941, de 2009; Lei nº 12.202, de 2010; Lei nº 12.385, de 2011; Lei nº 12.431, de 2011; Lei nº 12.513, de 2011; e, mais recentemente, a Medida Provisória nº 564, de 2012, ainda em tramitação. As alterações mais substantivas foram a redução de juros (na prática, de 6,5% anuais para 3,4% – em índices abaixo da inflação), o alongamento do prazo de carência e a dispensa de fiador, em casos específicos. Mas foi o conjunto de mudanças, aliado ao ambiente social de confiança no crédito e no crescimento do País, que determinou uma vigorosa retomada, pelos estudantes, da prática de optar pelo financiamento de sua educação superior.

Para o interesse do projeto em pauta, o inciso IV do art. 5º, cuja redação original determinava que a amortização teria início no mês imediatamente subsequente ao da conclusão do curso, foi alterado para conceder carência de 18 meses, contados a partir do mês subsequente ao da conclusão do curso.

Esse novo prazo de carência dá oportunidade a que os jovens e adultos recém-formados não somente tenham ampliada sua oportunidade de emprego assalariado como se insiram na onda de empreendedorismo que abre novas possibilidades de renda – dois movimentos que vêm ao encontro dos objetivos iniciais do PLS nº 530, de 2007, que eram a viabilização da quitação da dívida e o reforço do apelo social positivo a essa forma alternativa de financiamento da educação superior.

III – VOTO

Em razão dos argumentos elencados, nosso voto é **pela declaração de prejudicialidade** do Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2007.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 137, de 2013**, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2012**.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 137/2013 – Presidência/CAS

Brasília, 19 de junho de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do §2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2012, de autoria do Senador Renan Calheiros, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre as informações do cartão de identificação do usuário do Sistema Único de Saúde, e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS.

Respeitosamente, – Senador **Waldemir Moka,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Com referência ao **Ofício nº 137, de 2013**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 552 e 553, de 2013**, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Sociais, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2013** (nº 60/1999, na origem, da Deputada Iara Bernardi), que *dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.*

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 73, de 2013**, do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2013**.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 73/2013/CE

Brasília, 18 de junho de 2013

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2013, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Eduardo Amorim, que "Confere ao município de Itabaiana, no Estado de Sergipe, o título de "Capital Nacional do Caminhão".".

Atenciosamente, – Senador **Cyro Miranda,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Com referência ao **Ofício nº 73, de 2013**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2013**, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 138 e 139, de 2013**, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, dos **Projetos de Lei do Senado nºs 279 e 335, de 2012**.

São os seguintes os Ofícios:

Ofício nº 138/2013 – Presidência/CAS

Brasília, 19 de junho de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do §2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social, para estabelecer a idade mínima de sessenta anos para fins de recebimento do benefício de prestação continuada, de autoria do Senador Cyro Miranda.

Respeitosamente, – Senador **Waldemir Moka,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Ofício nº 139/2013 – Presidência/CAS

Brasília, 19 de junho de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do §2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em decisão terminativa, o

Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2012, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para limitar a quantidade de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio e de outros nutrientes, nas bebidas e nos alimentos destinados as crianças e aos adolescentes, de autoria do Senador Tomás Correia.

Respeitosamente, – Senador **Waldemir Moka,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Com referência aos **Ofícios nºs 138 e 139, de 2013**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 279 e 335, de 2012**, sejam apreciados pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 75, de 2013**, do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, comunicando a deliberação pela declaração de prejudicialidade do **Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2007**.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 75/2013/CE

Brasília, 18 de junho de 2013

Assunto: Prejudicialidade da matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Cristovam Buarque, que "Altera o art. 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para condicionar a amortização de débito junto ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pelo estudante financiado, à obtenção de rendimento pessoais sujeitos à tributação pelo imposto de renda das pessoas físicas".

Atenciosamente, – Senador **Paulo Paim**, Presidente Eventual no exercício da presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Com referência ao **Ofício nº 75, de 2013**, o **Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2007**, será incluído em Ordem do Dia oportunamente, a fim de ser declarado prejudicado, nos termos do § 1º do art. 334 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012** (nº 785/2011, na Casa de origem, do Deputado Onofre Santo Agostinho), que *obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais.*

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com emendas, a matéria volta à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2008**, do Senador Paulo Paim, que *altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, aos aposentados de baixa renda, a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física* (tramitando em conjunto com os **Projetos de Lei do Senado nºs 340, de 2007; e 92, de 2010**).

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Econômicos, o **Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2008**, vai à Câmara dos Deputados; e os **Projetos de Lei do Senado nºs 340, de 2007; e 92, de 2010**, que tramitaram em conjunto, prejudicados, vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – A Presidência da Mesa do Congresso Nacional recebeu o **Ofício nº 1.205/2013**, do Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício da Presidência, que encaminha o processado da **Medida Provisória nº 607, de 2013**, tendo em vista o término do prazo de sua vigência, em 19 de junho deste ano.

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato à Senhora Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União ato declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

A matéria vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 1.205/13/SGM-P

Brasília, 20 de junho de 2013

Assunto: Encaminha processado de Medida Provisória nº 607/2013 (perda de eficácia)

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins do disposto no art. 11, combinado com o parágrafo único do art. 14, da Resolução nº 1, de 2002-CN, o processado da Medida Provisória nº 607, de 2013, que "Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para modificar o Benefício para Superação da Extrema Pobreza", tendo em vista o término do prazo de vigência em 19 de junho de 2013, nos termos do art. 62 da Constituição Federal.

Atenciosamente, – **André Vargas,** Primeiro-Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – A Presidência comunica às Senhoras e aos Senhores Parlamentares que está convocada sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se no dia 7 de outubro do corrente, segunda-feira, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 60 anos da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Em nome de Deus, eu encerro a sessão desta madrugada.

(*Levanta-se a sessão à 0 hora e 14 minutos.*)

COMISSÃO DIRETORA

* PARECER Nº 543, DE 2013

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002 (nº 7.703, de 2006, na Câmara dos Deputados).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002 (nº 7.703, de 2006, na Câmara dos Deputados), que *dispõe sobre o exercício da medicina*, consolidando os dispositivos do Substitutivo da Câmara dos Deputados aprovados pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 18 de junho de 2013.

Senador Renan Calheiros, Presidente

Senador Casildo Maldaner, Relator

Senador Flexa Ribeiro

Senador João Vicente Claudino

* Republicado para incluir o inciso VII do § 5º do art. 4º do Substitutivo da Câmara, conforme deliberação do Plenário.

ANEXO AO PARECER Nº 543, DE 2013.

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002 (nº 7.703, de 2006, na Câmara dos Deputados).

Dispõe sobre o exercício da Medicina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O exercício da Medicina é regido pelas disposições desta Lei.

Art. 2º O objeto da atuação do médico é a saúde do ser humano e das coletividades humanas, em benefício da qual deverá agir com o máximo de zelo, com o melhor de sua capacidade profissional e sem discriminação de qualquer natureza.

Parágrafo único. O médico desenvolverá suas ações profissionais no campo da atenção à saúde para:

I – a promoção, a proteção e a recuperação da saúde;

II – a prevenção, o diagnóstico e o tratamento das doenças;

III – a reabilitação dos enfermos e portadores de deficiências.

Art. 3º O médico integrante da equipe de saúde que assiste o indivíduo ou a coletividade atuará em mútua colaboração com os demais profissionais de saúde que a compõem.

Art. 4º São atividades privativas do médico:

I – formulação do diagnóstico nosológico e respectiva prescrição terapêutica;

II – indicação e execução da intervenção cirúrgica e prescrição dos cuidados médicos pré e pós-operatórios;

III – indicação da execução e execução de procedimentos invasivos, sejam diagnósticos, terapêuticos ou estéticos, incluindo os acessos vasculares profundos, as biópsias e as endoscopias;

IV – intubação traqueal;

V – coordenação da estratégia ventilatória inicial para a ventilação mecânica invasiva, bem como das mudanças necessárias diante das intercorrências clínicas, e do programa de interrupção da ventilação mecânica invasiva, incluindo a desintubação traqueal;

VI – execução de sedação profunda, bloqueios anestésicos e anestesia geral;

VII – emissão de laudo dos exames endoscópicos e de imagem, dos procedimentos diagnósticos invasivos e dos exames anatomopatológicos;

VIII – indicação do uso de órteses e próteses, exceto as órteses de uso temporário;

IX – prescrição de órteses e próteses oftalmológicas;

X – determinação do prognóstico relativo ao diagnóstico nosológico;

XI – indicação de internação e alta médica nos serviços de atenção à saúde;

XII – realização de perícia médica e exames médico-legais, excetuados os exames laboratoriais de análises clínicas, toxicológicas, genéticas e de biologia molecular;

XIII – atestação médica de condições de saúde, doenças e possíveis sequelas;

XIV – atestação do óbito, exceto em casos de morte natural em localidade em que não haja médico.

§ 1º Diagnóstico nosológico é a determinação da doença que acomete o ser humano, aqui definida como interrupção, cessação ou distúrbio da função do corpo, sistema ou órgão, caracterizada por, no mínimo, 2 (dois) dos seguintes critérios:

I – agente etiológico reconhecido;

II – grupo identificável de sinais ou sintomas;

III – alterações anatômicas ou psicopatológicas.

§ 2º Não são privativos do médico os diagnósticos funcional, cinésio-funcional, psicológico, nutricional e ambiental, e as avaliações comportamental e das capacidades mental, sensorial e perceptocognitiva.

§ 3º As doenças, para os efeitos desta Lei, encontram-se referenciadas na versão atualizada da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde.

§ 4º Procedimentos invasivos, para os efeitos desta Lei, são os caracterizados por quaisquer das seguintes situações:

I – invasão da epiderme e derme com o uso de produtos químicos ou abrasivos;

II – invasão da pele atingindo o tecido subcutâneo para injeção, sucção, punção, insuflação, drenagem, instilação ou enxertia, com ou sem o uso de agentes químicos ou físicos;

III – invasão dos orifícios naturais do corpo, atingindo órgãos internos.

§ 5º Excetuam-se do rol de atividades privativas do médico:

I – aplicação de injeções subcutâneas, intradérmicas, intramusculares e intravenosas, de acordo com a prescrição médica;

II – cateterização nasofaringeana, orotraqueal, esofágica, gástrica, enteral, anal, vesical, e venosa periférica, de acordo com a prescrição médica;

III – aspiração nasofaringeana ou orotraqueal;

IV – punções venosa e arterial periféricas, de acordo com a prescrição médica;

V – realização de curativo com desbridamento até o limite do tecido subcutâneo, sem a necessidade de tratamento cirúrgico;

VI – atendimento à pessoa sob risco de morte iminente;

VII – realização de exames citopatológicos e seus respectivos laudos;

VIII – coleta de material biológico para realização de análises clínico-laboratoriais;

IX – procedimentos realizados através de orifícios naturais em estruturas anatômicas visando à recuperação físico-funcional e não comprometendo a estrutura celular e tecidual.

§ 6º O disposto neste artigo não se aplica ao exercício da Odontologia, no âmbito de sua área de atuação.

§ 7º O disposto neste artigo será aplicado de forma que sejam resguardadas as competências próprias das profissões de assistente social, biólogo, biomédico, enfermeiro, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, nutricionista, profissional de educação física, psicólogo, terapeuta ocupacional e técnico e tecnólogo de radiologia.

Art. 5º São privativos de médico:

I – direção e chefia de serviços médicos;

II – perícia e auditoria médicas; coordenação e supervisão vinculadas, de forma imediata e direta, às atividades privativas de médico;

III – ensino de disciplinas especificamente médicas;

IV – coordenação dos cursos de graduação em Medicina, dos programas de residência médica e dos cursos de pós-graduação específicos para médicos.

Parágrafo único. A direção administrativa de serviços de saúde não constitui função privativa de médico.

Art. 6º A denominação de "médico" é privativa dos graduados em cursos superiores de Medicina, e o exercício da profissão, dos inscritos no Conselho Regional de Medicina com jurisdição na respectiva unidade da Federação.

Art. 7º Compreende-se entre as competências do Conselho Federal de Medicina editar normas para definir o caráter experimental de procedimentos em Medicina, autorizando ou vedando a sua prática pelos médicos.

Parágrafo único. A competência fiscalizadora dos Conselhos Regionais de Medicina abrange a fiscalização e o controle dos procedimentos especificados no *caput*, bem como a aplicação das sanções pertinentes em caso de inobservância das normas determinadas pelo Conselho Federal.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

ATO DO PRESIDENTE Nº 25 , de 2013

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Em aditamento ao Ato do Presidente nº 15, de 2013, designo o Senador Vicentinho Alves para integrar a Comissão destinada a representar o Senado Federal na Jornada Mundial da Juventude 2013 no Rio de Janeiro, quando da visita do Papa Francisco.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 20 de junho de 2013.

Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão
Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais
Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Morais** (S)

Mato Grosso
Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas
Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
Bloco-PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos
*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28
PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia. . . . . PP/RS
Benedito de Lira. . . . . PP/AL
Casildo Maldaner. . . . . PMDB/SC
Ciro Nogueira. . . . . PP/PI
Clésio Andrade. . . . . PMDB/MG
Eduardo Braga. . . . . PMDB/AM
Eunício Oliveira. . . . . PMDB/CE
Francisco Dornelles. . . . . PP/RJ
Garibaldi Alves. . . . . PMDB/RN
Ivo Cassol. . . . . PP/RO
Jader Barbalho. . . . . PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos. . . . . PMDB/PE
João Alberto Souza. . . . . PMDB/MA
José Sarney. . . . . PMDB/AP
Kátia Abreu. . . . . PSD/TO
Lobão Filho. . . . . PMDB/MA
Luiz Henrique. . . . . PMDB/SC
Paulo Davim. . . . . PV/RN
Pedro Simon. . . . . PMDB/RS
Renan Calheiros. . . . . PMDB/AL
Ricardo Ferraço. . . . . PMDB/ES
Roberto Requião. . . . . PMDB/PR
Romero Jucá. . . . . PMDB/RR
Sérgio Petecão. . . . . PSD/AC
Sérgio Souza. . . . . PMDB/PR
Valdir Raupp. . . . . PMDB/RO
Vital do Rêgo. . . . . PMDB/PB
Waldemir Moka. . . . . PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25
PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2
PRB-1 / PSOL-1

Acir Gurgacz. . . . . PDT/RO
Ana Rita. . . . . PT/ES
Angela Portela. . . . . PT/RR
Anibal Diniz. . . . . PT/AC
Antonio Carlos Valadares. . . . . PSB/SE
Cristovam Buarque. . . . . PDT/DF
Delcídio do Amaral. . . . . PT/MS
Eduardo Lopes. . . . . PRB/RJ
Eduardo Suplicy. . . . . PT/SP
Humberto Costa. . . . . PT/PE
Inácio Arruda. . . . . PC DO B/CE
João Capiberibe. . . . . PSB/AP
João Durval. . . . . PDT/BA
Jorge Viana. . . . . PT/AC
José Pimentel. . . . . PT/CE
Lídice da Mata. . . . . PSB/BA
Lindbergh Farias. . . . . PT/RJ
Paulo Paim. . . . . PT/RS
Pedro Taques. . . . . PDT/MT
Randolfe Rodrigues. . . . . PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg. . . . . PSB/DF
Vanessa Grazziotin. . . . . PC DO B/AM
Walter Pinheiro. . . . . PT/BA
Wellington Dias. . . . . PT/PI
Zeze Perrella. . . . . PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 16
PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves. . . . . PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . . PSDB/SP
Alvaro Dias. . . . . PSDB/PR
Ataídes Oliveira. . . . . PSDB/TO
Cássio Cunha Lima. . . . . PSDB/PB
Cícero Lucena. . . . . PSDB/PB
Cyro Miranda. . . . . PSDB/GO
Flexa Ribeiro. . . . . PSDB/PA
Jayme Campos. . . . . DEM/MT
José Agripino. . . . . DEM/RN
Lúcia Vânia. . . . . PSDB/GO
Maria do Carmo Alves. . . . . DEM/SE
Mário Couto. . . . . PSDB/PA
Paulo Bauer. . . . . PSDB/SC
Ruben Figueiró. . . . . PSDB/MS
Wilder Morais. . . . . DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12
PTB-6 / PR-5 / PSC-1 / PPL

Alfredo Nascimento. . . . . PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues. . . . . PR/SP
Armando Monteiro. . . . . PTB/PE
Blairo Maggi. . . . . PR/MT
Eduardo Amorim. . . . . PSC/SE
Epitácio Cafeteira. . . . . PTB/MA
Fernando Collor. . . . . PTB/AL
Gim. . . . . PTB/DF
João Vicente Claudino. . . . . PTB/PI
Magno Malta. . . . . PR/ES
Mozarildo Cavalcanti. . . . . PTB/RR
Vicentinho Alves. . . . . PR/TO

Bloco Parlamentar da Maioria.	28
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	12
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)
Ataídes Oliveira** (Bloco-PSDB-TO)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)
Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)
Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)
Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)
Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)
Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)
Gim* (Bloco-PTB-DF)
Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)
Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)
Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)
Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)
Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)
Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)
João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)
João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)
João Durval* (Bloco-PDT-BA)
João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)
Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)
José Agripino** (Bloco-DEM-RN)
José Pimentel** (Bloco-PT-CE)
José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)
Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)
Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)
Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)
Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)
Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Vicentinho Alves** (Bloco-PR-TO)
Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Wilder Morais** (Bloco-DEM-GO)
Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (62,70)

.....

Líder do PMDB - 20

Eunício Oliveira (62,70)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (105)
Romero Jucá (40,104)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 2

Sérgio Petecão (84,87)

Vice-Líder do PSD
Kátia Abreu (11,13,52,60,85)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (75)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,66)
Eduardo Amorim (17,47,48,72)
Blairo Maggi (19,51)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,58,59)

Líder do PR - 5

Alfredo Nascimento (41,66)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,72)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,65,90)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,67,97)
Rodrigo Rollemberg (69,98)
Inácio Arruda (89,99)
Eduardo Lopes (37,45,63,100)

.....

Líder do PT - 12

Wellington Dias (24,65,90)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,93)
Anibal Diniz (25,94)
Paulo Paim (95)
Eduardo Suplicy (96)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,67,97)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4

Rodrigo Rollemberg (69,98)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,82)

Líder do PC DO B - 2

Inácio Arruda (89,99)

Vice-Líder do PC DO B
Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PRB - 1

Eduardo Lopes (37,45,63,100)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,76)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,82)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16

Líder
Mário Couto - Bloco (34,61)

Vice-Líderes
Wilder Morais (101)
Ataídes Oliveira (102,108)
Cyro Miranda (31,103)

.....

Líder do PSDB - 12

Aloysio Nunes Ferreira (7,68)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (74)
Alvaro Dias (78)
Paulo Bauer (5,35,79,80)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,44,46,77)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (28,106)

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1° e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011,lido na sessão do dia 1° de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento n° 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM n° 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF n° 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. N° 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. n° 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4 ° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. n° 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC N° 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. n° 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem n° 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2° Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB n° 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1° Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2° Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
68. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
69. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
70. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2° Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3° Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2° Vice-Líder do PSDB.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. N° 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO N° 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO N° 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO N° 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO N° 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN N° 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN N° 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN N° 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2° Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1° Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3° Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1° Suplente, continua no exercício do mandato.

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (2,7)	1. VAGO (2,7)
VAGO (2,7)	2.
VAGO (2,7)	3.
VAGO (2,7)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
VAGO (5,8)	1. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	2. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (4,6)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4°, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. n° 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. n° 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008
Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (3)

Senador José Pimentel (PT) (1)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (4)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:
*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.
*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.
******. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.
1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012
Designação: 28/02/2012

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)
Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)
Senador Paulo Paim (PT) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)
Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)
Senadora Ana Amélia (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)

Notas:
1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Ségio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012
Designação: 04/04/2012
Instalação: 13/11/2012
Prazo final: 22/12/2012
Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) (3)	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) (3)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (3)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (4)	1. Senador Benedito de Lira (PP) (4)
Senador Paulo Davim (PV) (4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) (1)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) (5)

Notas:
*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).
**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.
1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).
4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).
5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

4) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (1)

Designação: 17/07/2012
Instalação: 08/08/2012
Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 28/11/2012
Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 11/02/2013
Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 26/02/2013
Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) (4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) (2)	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO (12)
	4. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB) (7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. VAGO (6,10,11,13)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Suspensão de Prazo : 28/11/2012 a (Art. 118, § 4º, do RISF)

Notas:
*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

**. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).
***. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).
****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.
*****. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.
******. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.
1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).
2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).
3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios Nºs 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).
4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 135/2012-GLDBAG).
6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).
7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).
10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 132/2013).
13. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33031176
E-mail: rprado@senado.gov.br

5) CT- DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (3)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (7)

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012
Designação: 17/04/2012
Prazo final: 12/06/2013
Prazo prorrogado: 24/09/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) (2,4)
Senador Paulo Davim (PV) (2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) (5,6)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (1)

Notas:
*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
***. Em 11.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 561, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 90 dias.
1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).
2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.
4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).
5. Vaga cedida ao DEM.(Of. nº107/13-GLPSDB).
6. Em 3.4.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 22/13-GLDEM).
7. Em 4.4.2013, foi lido o Ofício 002/2013-CTS, que comunica a eleição do Senador Psulo Davim para Vice-Presidente nesse colegiado.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues martins
Telefone(s): 061 33033501
Fax: 061 33031176
E-mail: sscepi@ssenado.leg.br

6) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012
Instalação: 30/08/2012
Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 05/02/2013
Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 05/04/2013
Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 06/05/2013
Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 04/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO (7)
VAGO (9)	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) (11,2)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO (5)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) (6)
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO (8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) (1,3,4)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Reletório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:
*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
**. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Morais como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
******. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
*******. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
********. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
*********. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
**********. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
***********. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).
11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).

7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 16

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti
RELATORA: Maria Tereza Uille Gomes (1)

Designação: 22/11/2012
Instalação: 04/04/2013
Prazo final: 02/06/2013
Prazo prorrogado: 14/10/2013

MEMBROS
Sidnei Agostinho Beneti
Gamil Föppel El Hireche
Carlos Pessoa de Aquino
Edemundo Dias de Oliveira Filho
Denis de Oliveira Praça
Maria Tereza Uille Gomes
Marcellus Ugiette
Roberto Charles de Menezes Dias
Técio Lins e Silva
Luís Alexandre Rassi
Sergio Alexandre Meneses Habib
Marco Aurélio Belizze
Maurício Kuehne
Augusto Eduardo de Souza Rossini
Luciano Losekann
Nídea Rita Coltro Sorci

Notas:
*. Em 29.05.2013, foi aprovado o Requerimento nº 476, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias; e amplia em 5 o quantitativo de vagas da Comissão.
1. Em 10.05.2013, a Comissão reunida designou como Relatora a Doutora Maria Tereza Uille Gomes (Of. 15/2013 - SSCEPI).

Secretário(a): REINILSON PRADO
Telefone(s): 33033492
Fax: 33031176
E-mail: rprado@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

Designação: 22/11/2012
Instalação: 03/04/2013
Prazo final: 13/10/2013

MEMBROS
Luis Felipe Salomão
Marco Maciel
José Antônio Fichtner
Caio Cesar Rocha
José Rogério Cruz e Tucci
Marcelo Rossi Nobre
Francisco Antunes Maciel Müssnich
Tatiana Lacerda Prazeres
Adriana Braghetta
Carlos Alberto Carmona
Eleonora Coelho
Pedro Paulo Guerra de Medeiros
Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski
Francisco Maia Neto
Ellen Gracie Northfleet
André Chateubriand Pereira Diniz Martins
José Roberto de Castro Neves
Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira
Walton Alencar Rodrigues
Roberta Maria Rangel
Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim
Adacir Reis

Notas:
*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.
**. Em 27.03.2013, aprovado o Requerimento nº 216, de 2013, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão.
***. Em 17.04.2013, aprovado o Requerimento nº 262, de 2013, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão.
****. Em 07.05.2013, aprovado o Requerimento nº 355, de 2013, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão.

9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mário Couto (PSDB-PA) (7)

Aprovação do Requerimento: 28/11/2012
Instalação: 17/04/2013
Prazo final: 16/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) (4)	1. Senador Ivo Cassol (PP) (4)
Senador Roberto Requião (PMDB) (6)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) (1)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB) (1,3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO (5,8)	1. Senador Magno Malta (PR) (2)

Notas:
1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
3. Em 09.04.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 116/2013-GLPSDB).
4. Em 10.04.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 149/2013, designando o Senador Jarbas Vasconcelos como membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
5. Em 16.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão(Of. nº 92/2013-BLUFOR).
6. Em 16.04.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão(Of. nº 152/2013-GLPMDB).
7. Em 17.04.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Mário Couto como Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2013-CTEFPF).
8. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 109/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33031176
E-mail: sscepi@senado.leg.br

10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO COMERCIAL

Finalidade: Elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Ato do Presidente nº 13, de 2013)

Número de membros: 19

PRESIDENTE: João Otávio de Noronha
VICE-PRESIDENTE: Alfredo de Assis Gonçalves Neto
RELATOR: Fábio Ulhoa Coelho

Instalação: 07/05/2013
Prazo final: 17/11/2013

MEMBROS
João Otávio de Noronha
Fábio Ulhoa Coelho
Alfredo de Assis Gonçalves Neto
Arnoldo Wald
Bruno Dantas Nascimento
Cleantho de Moura Rizzo Neto
Clóvis Cunha da Gama Malcher Filho
Daniel Beltrão de Rossiter Correia
Eduardo Montenegro Serur
Felipe Lückmann Fabro
Jairo Saddi
Marcelo Guedes Nunes
Márcio Souza Guimarães
Newton de Lucca
Osmar Brina Corrêa-Lima
Paulo de Moraes Penalva Santos
Ricardo Lupion Garcia
Tiago Asfor Rocha Lima
Uinie Caminha

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 13, de 2013

PRAZOS

11) CT - MODERNIZAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (LEI Nº 8.666/1993)

Finalidade: Atualizar e modernizar a Lei n° 8.666, de 21 de junho, de 1993, no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Ato do Presidente n° 19, de 2013)

Número de membros: 8

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)
RELATOR: Senadora Kátia Abreu (PSD-TO)
RELATOR REVISOR: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

Ato do Presidente do Senado Federal: 28/05/2013
Instalação: 13/06/2013

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senadora Kátia Abreu (PSD)
Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Francisco Dornelles (PP)
Senador Eduardo Suplicy (PT)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Armando Monteiro (PTB)
Senador Wilder Morais (DEM)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 19, de 2013

PRAZOS

Notas:
*. Em 13.06.2013, ocorreu a instalação da Comissão, nos termos do Of. 001/2013-CTLICON.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins
Telefone(s): 61 33033501
Fax: 61 33031176
E-mail: sscepi@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (58)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) (58)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (13,68)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) (10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (33)
José Pimentel (PT) (9,10)	3. Anibal Diniz (PT) (41,42)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (57)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) (34,35,46,47,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) (8,70)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (62,65)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) (62,66)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Eduardo Braga (PMDB) (60)	1. Casildo Maldaner (PMDB) (60)
Sérgio Souza (PMDB) (60)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (17,22,60)
Valdir Raupp (PMDB) (36,37,49,50,60,73)	3. VAGO (60)
Roberto Requião (PMDB) (60,64)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) (60)	5. Waldemir Moka (PMDB) (60)
Romero Jucá (PMDB) (60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) (3,7,16,26,27,60)
Luiz Henrique (PMDB) (60)	7. Ana Amélia (PP) (60)
Ivo Cassol (PP) (60)	8. Ciro Nogueira (PP) (60)
Francisco Dornelles (PP) (11,12,18,20,60)	9. Benedito de Lira (PP) (5,60)
Kátia Abreu (PSD) (23,25,43,44,55,59,60)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (56)
Cyro Miranda (PSDB) (56)	2. Aécio Neves (PSDB) (2,56)
Alvaro Dias (PSDB) (56)	3. Paulo Bauer (PSDB) (56)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (30,31,32)
Jayme Campos (DEM) (30)	5. Wilder Morais (DEM) (4,15,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (29,45)	
Armando Monteiro (PTB) (67)	1. Gim (PTB) (67,74)
João Vicente Claudino (PTB) (67,74,78)	2. Alfredo Nascimento (PR) (48,67,75,78)

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Blairo Maggi (PR) (26,27,28,53,67)	3. Eduardo Amorim (PSC) (38,39,51,52,67,71,72,76)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (6,54,67)	4. Vicentinho Alves (PR) (21,67,77)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro sumplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).
11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR)
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PSD)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Morais (DEM) (1)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:
1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (1)	
Delcídio do Amaral (PT) (5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (7)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como mebro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:
*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como mebro titular e do Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (1)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:
1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).
*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (36)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (8,42)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) (26)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) (18)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Waldemir Moka (PMDB) (23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) (6,17,23,30,35)
Roberto Requião (PMDB) (2,23,35,37)	2. VAGO (23,30,35,49)
Casildo Maldaner (PMDB) (3,4,23,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) (23,30,35)
Vital do Rêgo (PMDB) (23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (23,30,35,37)
João Alberto Souza (PMDB) (23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) (23,30,35)
Ana Amélia (PP) (14,15,16,21,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) (10,23,30,35)
Paulo Davim (PV) (23,25,30,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) (23,30,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (34)	1. Aécio Neves (PSDB) (34)
Lúcia Vânia (PSDB) (34)	2. Cyro Miranda (PSDB) (9,11,13,34)
José Agripino (DEM) (7,9,34,40,43,44)	3. Paulo Bauer (PSDB) (34)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (22,27)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (31,38,41,45,46)	1. Armando Monteiro (PTB) (41)
Eduardo Amorim (PSC) (1,5,41)	2. João Vicente Claudino (PTB) (24,41)
Vicentinho Alves (PR) (28,29,32,39,41,47,48)	3. VAGO (19,20,33,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
**********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
*********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).
10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)
14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).
18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.
24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).
25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).
26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão(OF. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (OF. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 85/2013-BLUFOR)
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 192/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo
Telefone(s): 3303 4608
Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)
RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) (3,4)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (1)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:
1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).
5. Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).
*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.
***. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) (78)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (78)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (23,83)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) (88,90,9)
Ana Rita (PT) (54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) (9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) (76,7,9)
Anibal Diniz (PT) (75,6)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) (79,8)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (32,33)	7. Humberto Costa (PT) (12)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (87)	8. Paulo Paim (PT) (92)
Eduardo Suplicy (PT) (88)	9. Wellington Dias (PT) (93)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (38)	
Eduardo Braga (PMDB) (77,39,50)	1. Romero Jucá (PMDB) (77,2,4,16,20,27,39,50)
Vital do Rêgo (PMDB) (77,1,15,39,50)	2. Roberto Requião (PMDB) (77,3,16,36,39,46,50)
Pedro Simon (PMDB) (77,39,50)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (77,13,16,39,50,52,53,63,64)
Sérgio Souza (PMDB) (77,39,50)	4. Clésio Andrade (PMDB) (77,14,16,39,50)
Luiz Henrique (PMDB) (77,20,39,50)	5. Valdir Raupp (PMDB) (77,39)
Eunício Oliveira (PMDB) (77,26,39)	6. Benedito de Lira (PP) (77,39)
Francisco Dornelles (PP) (77,39)	7. Waldemir Moka (PMDB) (77,39)
Sérgio Petecão (PSD) (70,73,74,77,40,41,43)	8. Kátia Abreu (PSD) (73,74,77,29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69)
	9. Lobão Filho (PMDB) (89)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (71,22)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Ataídes Oliveira (PSDB) (71,72)
Alvaro Dias (PSDB) (71)	3. Cícero Lucena (PSDB) (71,86,11)
José Agripino (DEM) (17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) (18,42,44)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (86)	5. Flexa Ribeiro (PSDB) (86)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (38,59)	
Armando Monteiro (PTB) (82)	1. Gim (PTB) (81,82,5,45,65)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (82,84,85,62)	2. Eduardo Amorim (PSC) (80,82,10,45)
Magno Malta (PR) (82)	3. Blairo Maggi (PR) (82,19,21,34,35,66,67)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (82)	4. Vicentinho Alves (PR) (82,91,47,48)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.
**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício n° 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. n° 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício n° 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. n° 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício n° 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício n° 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício n° 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunicio Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício n° 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
********. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
*************. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**
**********. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução n° 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à propocionalidade partidária.
2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2° suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1° suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios n° 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício n° 012/2011-GLDBAG).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB.
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR n° 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. N° 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB n° 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício n° 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. n° 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of n° 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. n° 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento n° 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. N° 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. N° 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício n° 009/13-GLPSDB).
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão(OFÍCIO n° 013/2013-GLPSD).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício n° 32/13-GLPSDB).
74. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
75. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício n° 018/2013-GLDBAG).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
76. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício n° 018/2013-GLDBAG).
77. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB n° 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga,, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

78. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).
79. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
80. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
81. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 029/2013).
82. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
83. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
84. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
85. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 81/2013-BLUFOR).
86. Em 18.04.2013. o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
87. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
88. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
89. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
90. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
91. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
92. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
93. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (1)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO (2)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (1)	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:
1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).
3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. nº 56/2012-CCJ).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (63)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (63)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (15,68)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (36)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) (47)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (13,23)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (16)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) (30)
	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (39)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) (2,19,41,44,60)
Roberto Requião (PMDB) (26,27,28,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (41,44,54,60)
Romero Jucá (PMDB) (6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41,60)
João Alberto Souza (PMDB) (29,31,37,41,60)	4. Luiz Henrique (PMDB) (41,44,60)
VAGO (17,41,60,74)	5. Pedro Simon (PMDB) (41,44,75)
Ana Amélia (PP) (41,44,60)	6. VAGO (20,41,44)
Benedito de Lira (PP) (41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO (10,41)
Ciro Nogueira (PP) (41,44,60)	8. (41)
Kátia Abreu (PSD) (41,44,60)	9. (41)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) (32,59)
Alvaro Dias (PSDB) (14,22,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) (59)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) (4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (18,51,59)
José Agripino (DEM) (7)	5. Ataídes Oliveira (PSDB) (8,42,43,59,61,62)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (39,48)	
Armando Monteiro (PTB) (66)	1. Eduardo Amorim (PSC) (55,64,66)
VAGO (66,71,72,73)	2. João Vicente Claudino (PTB) (1,40,66,67)
VAGO (11,24,66)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (34,35,57,66,73)
VAGO (24,58,66)	4. VAGO (49,50,56,65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
**********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
**********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1°.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. n° 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício n° 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. n° 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB n° 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. n° 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. n° 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND n° 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. n° 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício n° 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. n° 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. n° 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. n°s 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o OF. n° 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1° suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício n° 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. n° 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB)
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarido Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:
*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (58)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (58)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (11,64)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (63,67)
Acir Gurgacz (PDT) (8,12,35,36,43,44)	2. Delcídio do Amaral (PT) (3)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT) (62)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) (60)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (33)	
Romero Jucá (PMDB) (13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) (37,38,47,48,55)
Luiz Henrique (PMDB) (16,17,34,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) (55)
Garibaldi Alves (PMDB) (55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) (17,18,55)
Valdir Raupp (PMDB) (4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) (14,55,61,68)
Ivo Cassol (PP) (55)	5. Eunício Oliveira (PMDB) (28,29,31,57)
Kátia Abreu (PSD) (9,10,19,21,55)	6. VAGO (6,25,26,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (50)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7,50,53)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (50,54)
José Agripino (DEM) (15,23,24)	3. VAGO (23,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (33,40)	
Blairo Maggi (PR) (1,22,46,59,65)	1. Gim (PTB) (2,56,59,65)
Eduardo Amorim (PSC) (41,42,49,51,59,65)	2. VAGO (39,59,65,69,70,71)
Fernando Collor (PTB) (65)	3. Armando Monteiro (PTB) (65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. n° 046/2011 - GLPTB / OF. n° 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. n° 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. n° 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF n° 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício n° 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. n°. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício n° 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro(Ofício n° 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício n° 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB n° 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. n° 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR n° 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares(Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF n° 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 89/2013-BLUFOR)
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (OF nº 103/2013 - BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (3)	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (10)	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	2. VAGO (4,9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (10)	
Eduardo Amorim (PSC) (5,14)	1. VAGO (13)

Notas:
1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. n° 154/2012-GLPMDB).
12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. n° 52/2013-CMA).
14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. n° 52/2013/CMA).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) (18)
VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (18)
RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (18)

Instalação: 16/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7,16)
VAGO (16)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
Sérgio Souza (PMDB) (7)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Ivo Cassol (PP) (20)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (8,19)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) (16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (6)	
Blairo Maggi (PR) (3,7,12)	1. Eduardo Amorim (PSC) (7,13,14,15,17)

Notas:
1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. n° 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício n° 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB n° 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. n° 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPMDB).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (13)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)
RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) (13)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Jorge Viana (PT) (6)	1. Anibal Diniz (PT) (6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO (14)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
Sérgio Souza (PMDB) (1,3,7,4)	1. Ivo Cassol (PP) (10)
Valdir Raupp (PMDB) (11)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (8)	
Blairo Maggi (PR) (9,12,5)	1. VAGO (14)

Notas:
1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.
14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) (1)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO (2,3,4)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:
1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).
4. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
*. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (60)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (60)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (14,66)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) (47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) (12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (68)	4. Anibal Diniz (PT) (13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) (37,38,10)	6. Lídice da Mata (PSB) (59,21)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (41)	
VAGO (58,67)	1. Roberto Requião (PMDB) (32,58,6,8,25)
VAGO (29,40,58,70,2,11,27,28)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (36,58)
Paulo Davim (PV) (31,33,39,58)	3. VAGO
VAGO (30,58,62,16)	4. VAGO (19)
Sérgio Petecão (PSD) (58,18)	5. VAGO (11)
VAGO	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (34,44,61,3,7,15)	1. VAGO (57,5,22)
VAGO (4)	2. VAGO (56)
VAGO (35,43,52,17)	3. Wilder Morais (DEM) (46)
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (41,49)	
Magno Malta (PR) (54,65,1)	1. VAGO (45,53,65)
Gim (PTB) (42,64,65,69,9)	2. VAGO (63,65)
VAGO (65)	3. VAGO (48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.
********. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.
1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1°.09.2011.
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
18. Em 1°.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
28. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabiperibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 191/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) (7)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. VAGO (4)
Paulo Davim (PV) (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,6)	1.

Notas:
1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. N° 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1°.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.
***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (1)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:
1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:
2. Em 10.04.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).
1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).
*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (41)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) (41)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (7,48)	
Jorge Viana (PT) (43)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) (43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (4,6)	3. Lindbergh Farias (PT) (3)
Anibal Diniz (PT) (44,5,8,9)	4. Eduardo Lopes (PRB) (17,18)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) (16)
Lídice da Mata (PSB) (42)	6. João Capiberibe (PSB) (15)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Ricardo Ferraço (PMDB) (40)	1. Sérgio Souza (PMDB) (40)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (40)	2. João Alberto Souza (PMDB) (40)
Pedro Simon (PMDB) (27,40,23,24)	3. Roberto Requião (PMDB) (40)
Eunício Oliveira (PMDB) (40)	4. Romero Jucá (PMDB) (40)
Luiz Henrique (PMDB) (40)	5. Ana Amélia (PP) (40)
Francisco Dornelles (PP) (40)	6. Sérgio Petecão (PSD) (28,32,33,40,12,13,14,21)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) (38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (38)
Paulo Bauer (PSDB) (38,2)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (38)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) (30,45,10)
Cyro Miranda (PSDB) (50)	4. Cícero Lucena (PSDB) (53)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (22,29)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (47,51,52)	1. Gim (PTB) (34,46,47)
Fernando Collor (PTB) (31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) (47,1)
Magno Malta (PR) (35,36,47,25,26)	3. VAGO (37,47,19,20)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
*********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
**********. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
**********. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
13. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia(Of. 55/2013-GLPSDB).
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (3)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (7)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) (5,6)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:
1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.
****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamnto da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Blairo Maggi (PR) (6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:
1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).
9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. N° 265/2012-CRE/PRES).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (6)	
Blairo Maggi (PR) (15,16,18,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (11,12)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (4,7)	4. Sérgio Souza (PMDB) (1,5,9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (13)	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (13)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:
1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (52)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (52)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (59,8)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (19,20)
Acir Gurgacz (PDT) (30,31,43,44)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) (18)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (24)	
Clésio Andrade (PMDB) (25,32,33,46,47,54)	1. Romero Jucá (PMDB) (25,54)
Lobão Filho (PMDB) (25,54)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,3,10,25,54)
Eduardo Braga (PMDB) (25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (25,54)
Valdir Raupp (PMDB) (25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) (9,25,54)
Vital do Rêgo (PMDB) (25,54,58)	5. Waldemir Moka (PMDB) (11,21,22,25,54)
Jader Barbalho (PMDB) (25,54,64)	6. Ivo Cassol (PP) (25,54)
Ciro Nogueira (PP) (25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) (15,16,17,23,25,54)
Sérgio Petecão (PSD) (26,29,38,39,49,50,53,54)	8. Kátia Abreu (PSD) (5,6,12,14,26,27,29,50,53,54)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (51,55,65)	1. Aécio Neves (PSDB) (51)
Flexa Ribeiro (PSDB) (51)	2. Alvaro Dias (PSDB) (51)
Lúcia Vânia (PSDB) (1,4,51)	3. VAGO (4,7,51,61)
Wilder Morais (DEM) (28,36)	4. Jayme Campos (DEM) (28,37)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (40,24)	
Fernando Collor (PTB) (60)	1. Gim (PTB) (60)
Blairo Maggi (PR) (35,45,57,60)	2. Armando Monteiro (PTB) (60)
Vicentinho Alves (PR) (34,60,62,63)	3. Eduardo Amorim (PSC) (41,42,48,56,60)
Alfredo Nascimento (PR) (60)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (60)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
*********. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.
1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).
23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. N° 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. N° 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Morais como titular (OF. N° 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO n° 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (OF. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 86/2013-BLUFOR)
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 134/2013-GLPSDB)

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (10,5,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
	1. VAGO (9,11,3,4,7,8)

Notas:
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. N°058/2012 - CI).
1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB n° 00116/2012).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. n° 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. n° 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. n° 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).
10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
**. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:
*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como mebro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (46)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (46)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (49,10)	
Wellington Dias (PT) (1)	1. João Capiberibe (PSB) (44)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (43)	2. Zeze Perrella (PDT) (7,11)
Inácio Arruda (PC DO B) (45)	3. Walter Pinheiro (PT) (47,2)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) (32,33,38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Romero Jucá (PMDB) (42)	1. Eduardo Braga (PMDB) (42,14)
Ricardo Ferraço (PMDB) (42,20,21,22,28,31)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (42)
Ana Amélia (PP) (42)	3. João Alberto Souza (PMDB) (42,3,37)
Ciro Nogueira (PP) (42,15,34)	4. Ivo Cassol (PP) (42,26)
Benedito de Lira (PP) (42)	5. VAGO (8,9,16,18)
Kátia Abreu (PSD) (42)	6. VAGO (23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (5,12,19,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) (41)
Ruben Figueiró (PSDB) (41)	2. Lúcia Vânia (PSDB) (6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM) (4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (29,36)	
Armando Monteiro (PTB) (48,50,40)	1. VAGO (50)
VAGO (50,51,52,55,30)	2. VAGO (50)
Vicentinho Alves (PR) (50,53,54)	3. (50)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel(Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 034/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 84/2013-BLUFOR).
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 87/2013-BLUFOR)
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (1)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim (3,4,5,7,8)	

Notas:
1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. N° 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB n° 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. N° 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (4)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO (10,11)
VAGO (9)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (8)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12)
Ivo Cassol (PP) (3,5,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:
1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. n° 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. N° 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. N° 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. N° 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Zeze Perrella (PDT) (1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (9)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO (6)
VAGO (5)	2. VAGO (7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) (3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1°.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. n° 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (64)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (64)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (7,10,22,23,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (67)
Zeze Perrella (PDT) (11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (38,47)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) (4,67)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (37)	
Clésio Andrade (PMDB) (62)	1. Romero Jucá (PMDB) (28,29,35,52,62)
Sérgio Souza (PMDB) (62)	2. Luiz Henrique (PMDB) (62)
Casildo Maldaner (PMDB) (25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) (39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) (62)	4. Valdir Raupp (PMDB) (62)
Ivo Cassol (PP) (12,13,19,21,62)	5. Ciro Nogueira (PP) (62)
Benedito de Lira (PP) (62)	6. Sérgio Petecão (PSD) (17,62)
Kátia Abreu (PSD) (31,59,61,62)	7. Garibaldi Alves (PMDB) (32,43,44,58,59,61,63)
Waldemir Moka (PMDB) (24,33,34,46,66,68,69)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (2,60)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (60)
Ruben Figueiró (PSDB) (60)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM)	3. Cícero Lucena (PSDB) (5,18,48,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (37,45)	
Gim (PTB) (1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6,54)
	2. Blairo Maggi (PR) (24,41,42,55,56)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

******. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

**********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).
2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).

67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).
69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) (34)

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) (34)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (7,38)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) (32)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (33,40)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (10,12)
João Capiberibe (PSB) (8,9,17)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) (40)	5. Eduardo Lopes (PRB) (1,19,20)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (21)	
Lobão Filho (PMDB) (31)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (31,2,4,11)
João Alberto Souza (PMDB) (22,23,27,28,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (31)
Valdir Raupp (PMDB) (31)	3. Ivo Cassol (PP) (31)
Luiz Henrique (PMDB) (31,36)	4. Benedito de Lira (PP) (26,31)
Ciro Nogueira (PP) (31)	5. Sérgio Souza (PMDB) (35,5,6,13,15)
Sérgio Petecão (PSD) (31)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (30,37)	1. VAGO (30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) (30)	2. Cícero Lucena (PSDB) (30)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (21,24)	
Gim (PTB) (25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (39)
Alfredo Nascimento (PR) (39,3,16)	2. VAGO (29,39,16)
Eduardo Amorim (PSC) (39)	3. (39)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
*********. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
***********. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**
***********. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria(Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira(Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda(Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:
1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).
*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 11/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (1)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011
4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013
5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Sérgio Souza (PR)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO

PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (TO)

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)
VAGO

Atualização: 03/04/2013

Notas:
*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução n° 20, de 1993.
1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP) (1)	PR

Atualização: 11/03/2013

Notas:
1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013

Notas:
1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260
E-mail:scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 15/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 11/02/2011
5ª Designação: 11/03/2013
6ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS)
PT
Angela Portela (RR)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Lídice da Mata (BA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB

Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:
1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258
E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (2)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS)
PT
Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
Armando Monteiro (PE)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
José Agripino (RN)
PR
Antonio Carlos Rodrigues (SP)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2014

Notas:
1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Jarbas Vasconcelos (PE)
PT
Paulo Paim (RS)
PSDB
Cícero Lucena (PB)
PTB
VAGO (2)
PP
Ana Amélia (RS)
PDT
VAGO
PSB
João Capiberibe (AP)
DEM
José Agripino (RN)
PR
VAGO
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:
1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandado, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES)
PT
Anibal Diniz (AC)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:
1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (2)

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC)
PT
Jorge Viana (AC)
PSDB
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
Blairo Maggi (MT)
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (1)
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizada

Pesquisador com produção científica relevante

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303.5258 **Fax:**3303.5260

E-mail:scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados [2]

COMPOSIÇÃO [3]

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA)[8]
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) [8]
2º Vice-Presidente: Senador Francisco Dornelles (PP/RJ) [8]
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP) [8]

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. [6]
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSD)**	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES)[5]
Francisco Dornelles (PP/RJ)[7]	2. [5 e 7]
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) [5]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB)[4]
Wilder Morais (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC)**	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL [1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:
1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.
4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.
5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.
6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.
7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.
8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Genecias Noronha (PMDB/CE)[7]
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Pirante (PMDB/PA)[4]
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO)[4]
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) [2]
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) [3]
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) [5]
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1.
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) [6]	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB [1]	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:
1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
4- Designados os Deputados José Pirante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.
5-Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.
6-Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.
7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas
Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893
Fax: (61) 3216-6905
E-mail: cmo@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Morais (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS

Coordenador: Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

Coordenador: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

Coordenador: Deputado Afonso Florence (PT/BA)

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

Coordenador: Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados [21]

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin [15, 20 e 27]
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro [15, 20 e 27]
Relator: Deputado Sarney Filho [16, 20 e 27]

Instalação: 27-2-2013 [15, 20 e 27]

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Jorge Viana (PT/AC) [7]	1. Wellington Dias (PT/PI) [7]
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [7, 13 e 17]	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) [7]
Blairo Maggi (PR/MT) [7, 23 e 26]	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [7]	4. [7 e 17]
[22]	5. [22]
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSD)**	
Sérgio Souza (PMDB/PR) [3, 14 e 29]	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) [3 e 29]
Eduardo Braga (PMDB/AM) [3 e 29]	2. Romero Jucá (PMDB/RR) [3 e 29]
Ciro Nogueira (PP/PI) [3, 11, 12 e 29]	3. [3 e 29]
Sérgio Petecão (PSD/AC) [3, 18 e 29]	4. [3, 19 e 29]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) [2]	1. [2 e 24]
Wilder Morais (DEM/GO) [6, 10 e 25]	2. Jayme Campos (DEM/MT) [6, 10 e 28]
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB / PR / PSC)**	
João Vicente Claudino (PTB/PI) [4 e 29]	1. [8, 9 e 12]
	2.
PSOL [1]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [5 e 29]	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Magi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.

25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.

26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).

27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.

28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.

29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) [2]	1. [2 19]
Márcio Macêdo (PT/SE) [2]	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) [2]
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) [2, 5 e 6]	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) [2]
André Zacharow (PMDB/PR) [2, 9 e 10]	2. Adrian (PMDB/RJ) [10]
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) [14 e 15]	1. [14]
[14]	2. [14]
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) [2, 11 e 13]	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) [2 e 13]
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) [2 e 20]	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) [2 e 20]
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) [2]	1. [2 e 8]
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) [2 e 18]	1. [2, 12 e 18]
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) [2 e 17]	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) [2, 7, 13 e 17]
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) [2]	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) [2]
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Sarney Filho (PV/MA) [2 16]	1.Alfredo Sirkis (PV/RJ) [2 16]
PTB [1]	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) [2 e 3]	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) [4]

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº s 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 22-5-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

20- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone: (61) 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados[1]

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)**	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB/PP/PSD)**	
Roberto Requião (PMDB/PR)[5]	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB/DEM)**	
Wilder Morais (DEM/GO) [3]	1. Jayme Campos (DEM/MT) [3]
	2.
Bloco Parlamentar União e Força **(PTB/PR/PSC)**	
	1.
	2.
PSOL [2]	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) [4]	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Nelson Pellegrino [4]
Vice-Presidente: Senador Ricardo Ferraço [4]

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA José Guimarães (PT/CE)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA Eunício Oliveira (PMDB/CE) [1]
LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB/MT)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Mário Couto (PSDB/PA) [2]
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Nelson Pellegrino (PT/BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Ricardo Ferraço (PMDB/ES) [3]

(Atualizada em 10.04.2013)

Notas:
1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).
4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores [18] e 13 (treze) Deputados [18] e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011
Designação: 14-12-2011
Instalação: 8-2-2012
Prazo Final: 19-8-2012
Prazo Final Prorrogado: 28-3-2013 [17]
Prazo Final Prorrogado: 9-8-2013 [21]

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) [20]	2. Lídice da Mata (PSB/BA) [10 e 11]
[11]	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. [6]
[19]	5. [19]
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSC / PMN / PV)**	
[16]	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) [14 e 15]
Ana Amélia (PP/RS) [3, 4, 9 e 13]	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) [2, 8, 12 e 16]
	3.
	4.
[19]	5. [19]
Bloco Parlamentar Minoria **(PSDB / DEM)**	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) [7]
PSOL [1]	
[5]	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.

14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotini, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.

17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16-7-2012 (Sessão do Senado Federal).

18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

20- Em 13-9-2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.

21- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2013, lido em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Nilda Gondim [14 e 16]	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) [9 e 12]
Jô Moraes (PCdoB/MG) [1]	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) [10 e 11]	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) [8]
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) [5]
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. [2, 4 e 13]
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) [7]	1 Sandra Rosado (PSB/RN) [7]
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) [6]
PTB [1]	
Magda Mofatto (PTB/GO) [15]	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) [3]

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Fulan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.

13- Vago em virtude da renúncia do Deputado Neilton Mulim ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

14- Vago em virtude da renúncia da Deputada Teresa Surita ao mandato de Deputada Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

15- Designada a Deputada Magda Mofatto, como membro titular, em substituição à ex-Deputada Célia Rocha, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 125, de 2013, da Liderança do PTB.

16- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro titular, em 26-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 284, de 2013, da Liderança do PMDB.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) [1]	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) [5]	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) [5]
Eunício Oliveira (PMDB/CE) [5]	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) [5]
Clésio Andrade (PMDB/MG) [5]	3. [5 e 11]
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) [1]	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) [2]	1. Pedro Taques (PDT/MT) [7]
Cristovam Buarque (PDT/DF) [2]	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) [7]
Paulo Paim (PT/RS) [2 e 7]	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) [7]
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) [2]	1. [6 e 10]
Wilder Moraes (DEM/GO) [2 e 6]	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) [3]	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) [3]
Gim (PTB/DF) [3]	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) [3]
PSD [4]	
Sérgio Petecão (PSD/AC) [2]	1. [2, 8, 9 e 12]

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela [1]	1. Geraldo Resende [1]
Luiz Pitiman [1]	2. Sandro Mabel [1]
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto [1]	1. Toninho Pinheiro [1]
DEM	
Augusto Coutinho [1]	1. João Bittar [1]
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar **(PV / PPS)**	
Augusto Carvalho [1]	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza [1]
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro [1]
Relator: Senador Romero Jucá [1]

Instalação: 12-3-2013 [1]
Prazo Final: 11-5-2013
Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 [2]

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Morais (PCdoB/MG)

Notas:
1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.
2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza[1]
Relator: Senador Romero Jucá [2]

Instalação: 2-4-2013 [2]
Prazo Final: 11-5-2013

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Eduardo Barbosa (PSDB/MG)[3]	Jorge Viana (PT/AC)
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)

Notas:
1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.
2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.
3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	PRESIDENTE Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE André Vargas (PT-PR)	1ª VICE-PRESIDENTE Jorge Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Fábio Faria (PSD-RN)	2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO Marcio Bittar (PSDB-AC)	1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIO Simão Sessim (PP-RJ)	2º SECRETÁRIO Angela Portela (PT-RR)
3º SECRETÁRIO Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP-PI)
4º SECRETÁRIO Biffi (PT/MS)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB-PI)
LÍDER DA MAIORIA José Guimarães (PT/CE)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA Eunício Oliveira (PMDB–CE)
LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB-MT)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Décio Lima (PT/SC)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Vital do Rêgo (PMDB-PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Nelson Pellegrino (PT/BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL [1]

(13 titulares e 13 suplentes)
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** [2]
Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** [2]

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO[3]
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO[4]
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004
3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
ssccn@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.
2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.
3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.
4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO [1]

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Deputado Newton Lima [2]

Vice-Presidente: Senador Paulo Bauer [2]

Vice-Presidente: Deputado Renato Molling [2]

Designação: 07.05.2013

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
PMDB	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Íris de Araújo	Osmar Serraglio
Marçal Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Urzeni Rocha[3]
Eduardo Azeredo	
Walter Feldman	
PSD	
Geraldo Thadeu	Átila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
PP	
Dilceu Sperafico	Luis Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
PR	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Beto Albuquerque
Luiza Erundina	Leopoldo Meyer
DEM	
Júlio Campos	
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
PTB	
Paes Landim	Jorge Corte Real
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire	Antônio Roberto
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
João Ananias	Chico Lopes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Luis Tibé	

1-Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.

2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.

3-Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.

4-Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Luiz Henrique
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy	Acir Gurgacz [4]
Paulo Paim	Inácio Arruda
Antonio Carlos Valadares[4]	Humberto Costa
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Morais	Jayme Campos
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Gim	Eduardo Amorim

(Atualizada em 05.06.2013)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislação Eleitoral e Política

Nova Edição, agora acrescendo as Leis nºs 9.504/97, 4.737/65 e 9.096/95, a Lei Complementar nº 64/90, todas imprescindíveis à compreensão do processo eleitoral brasileiro.

Código de Trânsito Brasileiro

Este trabalho apresenta o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, acrescido da Lei nº 11.705/2008 e do Decreto nº 6.489/2008, normas disciplinadoras da comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL